

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê Editorial: Jorge Leite Júnior, Fábio José Bechara Sanchez, Fabiana Luci de Oliveira, Syntia Alves, Felipe Padilha (editor assistente) e Felipe Rangel (editor assistente)

Conselho Editorial: Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) Celi Scalon (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. - v. 6, n. 1, jan.-jun. (2016) - . - São Carlos, SP: DS e PPGS-UFSCar, 2016.

Semestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais. 2. Sociologia. 3. Antropologia. 4. Ciência Política.

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico; OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais internacionais LA Referencia e ReCAP.

Endereço:
Departamento e Programa de Pós-Graduação
em Sociologia - UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Dossiê: As políticas sociais para além do trabalho: olhares cruzados sobre a produção/reprodução social (Brasil e América Latina)

Apresentação.....	9
ISABEL PAULINE HILDEGARD GEORGES CIBELE SALIBA RIZEK	
Amartya Sen e a responsabilização dos pobres na agenda internacional....	13
TATIANA DE AMORIM MARANHÃO	
Luta contra o desemprego e a pobreza, qual segmentação em curso? Exemplos europeus e brasileiro em perspectiva.....	27
CHRISTIAN AZAÏS	
Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores	51
ISABEL PAULINE HILDEGARD GEORGES CIBELE SALIBA RIZEK	
Gubernamentalidades futuristas: gobernar el hogar en la era del optimismo tecnológico	75
PABLO JARAMILLO	
Género, familia y trabajo: concepciones de beneficiarias e intermediarias de un seguro de capacitación y empleo en un Municipio del Área Metropolitana de Buenos Aires	97
ANIA TIZZIANI	

Artigos

As temáticas de género, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da Sociologia e a extensão universitária.....	119
GUILHERME RODRIGUES PASSAMANI	
Fumicultores e entidades de representação política: problemas públicos e engajamento em Santa Cruz do Sul/RS	133
FABRICIO TELÓ	
Ações penais e criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, SP, 1990-2014	159
ADALMIR LEONIDIO	

Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil	179
GUSTAVO GOMES DA COSTA SANTOS	
Associativismo entre catadores de material reciclável urbano	213
MARILIA VERISSIMO VERONESE	

Entrevista

Huw Beynon: uma sociologia pública do trabalho.....	237
FERNANDO RAMALHO MARTINS	
FELIPE RANGEL	

Resenha

Conservadorismo e atualidade	259
SIDNEI FERREIRA DE VARES	

Contents

Dossier: Social policies beyond work: Crossed looks on social production / reproduction (Brazil and Latin America)

Foreword	9
ISABEL PAULINE HILDEGARD GEORGES CIBELE SALIBA RIZEK	
Amartya Sen and poor's responsabilization in the international agenda	13
TATIANA DE AMORIM MARANHÃO	
Fighting against unemployment and poverty, which segmentation going on? Putting into perspective European and Brazilian examples	27
CHRISTIAN AZAÏS	
Practices and devices: scales, territories and actors	51
ISABEL PAULINE HILDEGARD GEORGES CIBELE SALIBA RIZEK	
Futuristic governmentality: governing the home in the age of technological optimism	75
PABLO JARAMILLO	
Gender, family and work: perspectives about a work program in Buenos Aires	97
ANIA TIZZIANI	

Articles

Gender, sexuality and sexual diversity themes in high school: interface between institutionalization of sociology and university extension	119
GUILHERME RODRIGUES PASSAMANI	
Tobacco producers and political representation entities: public problems and engagement in Santa Cruz do Sul/RS.....	133
FABRICIO TELÓ	
Criminal actions and criminalization of social movements of struggle for land in the Pontal do Paranapanema	159
ADALMIR LEONIDIO	

LGBT Movement and political parties in Brazil	179
GUSTAVO GOMES DA COSTA SANTOS	
Associativism between urban waste pickers.....	213
MARILIA VERISSIMO VERONESE	

Interview

Huw Beynon: a public sociologist of work.....	237
FERNANDO RAMALHO MARTINS	
FELIPE RANGEL	

Book Reviews

Reviews.....	259
SIDNEI FERREIRA DE VARES	

Apresentação

Isabel Pauline Hildegard Georges^{1,2,3}

Cibele Saliba Rizek^{2,3,4}

Este dossiê apresenta um conjunto de textos e contribuições provenientes de um seminário realizado na Universidade Federal de São Carlos em setembro de 2014, que tinha por objeto a apresentação e discussão das políticas sociais brasileiras e latino-americanas, suas novas e velhas injunções, suas similaridades e diferenças, seus novos e velhos expedientes, formulações, ancoragens, modos de operação. O seminário partia da constatação de que, no campo das Ciências Sociais brasileiras, o estudo das políticas sociais seria objeto de duas grandes tendências: a primeira, influenciada pela longa tradição da assistência social, e fortemente institucionalizada, que emergiu da militância política, religiosa e de luta pela defesa dos direitos de cidadania; a segunda, de estudos do campo da Ciência Política, focando nos dispositivos de gestão e nos mecanismos da democracia representativa e participativa, numa perspectiva de avaliação das políticas públicas, por vezes próximas aos grandes organismos internacionais de fomento para o desenvolvimento.

Sem desconsiderar as tendências referidas, a proposta do seminário e do dossiê buscou uma abordagem caracterizada pelo cruzamento dos campos temáticos da Sociologia, que dialogam pouco entre si, como o da Sociologia do trabalho, dos estudos de gênero e mais globalmente da reprodução social. Nessa perspectiva, tratar-se-ia de analisar as políticas sociais brasileiras e latino-americanas no que tange às suas supostas especificidades. Essa abordagem abriga ainda as

¹ Institut de Recherche pour le Développement (IRD) – Développement et Sociétés (DEVSOC) – Nogent-sur-Marne – França – isabel.georges@ird.fr

² Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil

³ Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil

⁴ Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) – Universidade de São Paulo (USP) – São Carlos – Brasil – cibelesr@uol.com.br

perspectivas analíticas que se ancoram no mercado de trabalho e nos modos de inserção produtiva, no trabalho como fundamento das formas de inserção social. A partir dessas dimensões, as considerações sobre o governo moral de pobres e trabalhadores – de certo modo na origem dos projetos e desenvolvimentos de pesquisa que estiveram na base do seminário e do dossiê – compuseram o escopo de análises que apresentamos. No processo de constituição e consolidação dessas formas de governo de pobres e trabalhadores, assumem papel preponderante trabalhadoras e beneficiárias de políticas sociais de inserção no mercado de trabalho, ou de renda mínima, como lócus da reprodução social, dando visibilidade à gestão sexuada de condutas, códigos e práticas.

Cabe ainda mencionar o conjunto de projetos de pesquisa e acordos nacionais e internacionais que permitiu os diálogos entre os autores desse dossiê. Os momentos de pesquisa que estão sistematizados nos textos e contribuições tiveram origem nos convênios bilaterais franco-brasileiros apontados a seguir: “As novas configurações do trabalho e trajetórias de inserção de populações de baixa renda” (CNPq-IRD, 2007-2011, coordenado por M. de Paula Leite e I. Georges); “A nova gestão da questão social no Brasil: entre participação e mercantilização” (CNPq-IRD, 2011-2015, coordenado por J. C. Lima e I. Georges); “Emergência e reinvenção: ‘novas’ e ‘velhas’ políticas sociais no Brasil” (CNPq-IRD, 2013-2017, coordenado por C. S. Rizek e I. Georges); e o projeto de cooperação internacional “Oferta institucional e lógicas de atores: mulheres assistidas em seis metrópoles da América Latina” (Latinassist ANR Les Suds II, 2011-2014, coordenado por B. Lautier e, posteriormente, por B. Destremau e I. Georges). Além desses projetos, resultados de pesquisas já concluídas, compôs também parte da elaboração que deu origem ao seminário e ao dossiê, em especial à pesquisa intitulada “O social e o cultural entrelaçados” (CNPq, Produtividade em Pesquisa 2011-2014), a pesquisa Edital MCidades n. 11/2012 “MCMV – entidades no estado de São Paulo. Abordagem etnográfica de casos selecionados”, coordenada por Cibele S. Rizek, com a participação de outros pesquisadores.

Os textos que ora apresentamos são assim entrelaçados por algumas discussões comuns que perpassam objetos de pesquisa e análise diferentes entre si. No texto de Georges e Rizek, encontram-se os resultados de inúmeras investidas de pesquisa que se entrelaçam em achados, questões e abordagens de cunho teórico metodológico. Escalas, setores, territórios foram problematizados não como pontos de partida ou pressupostos, mas como elementos resultantes de um conjunto de incursões de pesquisa de média/longa duração, apontando direções, possibilidades de explicação, dimensões de análise no cruzamento e interpelação entre teoria e empiria como questão que atravessa o trabalho das Ciências Sociais.

A contribuição de Azais está voltada para uma interrogação a respeito do impacto das transformações do mercado de trabalho e dos sistemas de proteção social sobre os efeitos da crise econômica recente. O autor escolhe como eixos de análise algumas políticas de combate ao desemprego (no caso europeu) e políticas de proteção (no caso brasileiro), tomando como pressuposto o hiato

entre o que preconizam e sua tradução e interpretação pelos modos de operação sobre os atores locais. Do ponto de vista da análise, Azais mobiliza o conceito de governança, assim como a noção de território em uma abordagem que pensa seus desdobramentos no âmbito das práticas.

Tatiana Maranhão, por sua vez, com base em vasta pesquisa documental, desenvolve sua contribuição a partir de uma incursão que constata a convergência política entre o Banco Mundial e a ONU na construção da agenda para a “redução da pobreza”, a partir dos anos 1990. A elaboração de uma nova estratégia centrada na “abordagem das capacidades” e sua incorporação pelas agendas internacionais impulsionaram as políticas de “ajuste estrutural”, bem como uma revisão nas próprias estratégias de viabilização das reformas liberalizantes. Como resultado desse processo, a autora aponta que essa operação teria permitido uma redução dos custos políticos de implementação das reformas reiteradamente recomendadas pelos organismos internacionais, garantindo maior efetividade de táticas que tornam os pobres responsáveis por sua própria situação de pobreza.

O texto de Pablo Jaramillo analisa as mediações das tecnologias de informação e de outras formas de mediação técnica nos programas e políticas de assistência social na Colômbia, durante os últimos dez anos. Essa relação entre tecnologia e assistência tem como desdobramentos tanto a incorporação das políticas e programas em mediadores materiais quanto a transformação da casa e da família em unidade de intervenção, fazendo de seus integrantes agentes de operacionalização dessas mesmas políticas.

Finalmente, A. Tizziani, analisando o funcionamento de um programa de capacitação e emprego para trabalhadoras domésticas, incorpora uma perspectiva de gênero. Por meio dessas questões, a autora relaciona o programa social analisado com uma reflexão em torno do caráter sexuado das ocupações, bem como da desvalorização do trabalho doméstico, o que lhe permite apontar a questão da naturalização dos papéis femininos tradicionais. Algumas de suas questões, como se poderá constatar, dialogam assim diretamente com apontamentos e dimensões presentes no texto de Georges e Rizek, assim como as construções de gênero que se configuram a partir das interações entre operadoras e beneficiárias.

Com esse conjunto de textos esperamos ajudar os leitores interessados a desenhar um quadro das questões que aparecem e se desenvolvem na pesquisa e na análise das muitas dimensões presentes no grande espectro de políticas e programas sociais que se conformam como partes do quebra-cabeça composto pelas desigualdades, pela pobreza e por seu combate no Brasil e na América Latina.



Amartya Sen e a responsabilização dos pobres na agenda internacional¹

Tatiana de Amorim Maranhão²

Resumo: O artigo aborda a convergência política entre o Banco Mundial e a ONU na construção de uma agenda comum para a “redução da pobreza” na década de 1990. No centro desta nova estratégia está a “abordagem das capacidades” elaborada por Amartya Sen. A absorção desta perspectiva pelas agendas internacionais permitiu uma atenuação das críticas da ONU contra as políticas do receituário do “ajuste estrutural” e uma revisão nas próprias estratégias do Banco para a viabilização de suas reformas liberalizantes. Esta operação permitiu uma redução dos custos políticos de implementação das reformas ainda hoje reiteradamente recomendadas pelos organismos internacionais, garantindo maior efetividade de táticas que tornam os pobres responsáveis por sua própria situação de pobreza.

Palavras-chave: Amartya Sen; pobreza; desenvolvimento; Banco Mundial; ONU.

Amartya Sen and poor’s responsabilization in the international agenda

Abstract: *The article discusses the political convergence between the World Bank and the United Nations in the construction of a new agenda for “poverty reduction” in the 1990s. Amartya Sen’s “capabilities approach” is central to this new development strategy. The assimilation of this perspective by international agendas allowed an mitigation of UN criticisms against the policies of “structural adjustment” and a revision in the Bank’s own strategies for the viability of its liberalizing reforms.*

¹ Este texto resume parte dos argumentos desenvolvidos na tese de doutorado da autora: Maranhão, Governança Mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades, USP, 2009.

² Doutora em Sociologia (USP) e professora dos cursos de Relações Internacionais e Economia na instituição Faculdades de Campinas (Facamp) – Campinas – Brasil e Membro da Rede interdisciplinar de pesquisadores Neoliberalismo e políticas de subjetivação – tatimaranhao@yahoo.com.br

This operation allowed a reduction of political costs of the reforms still repeatedly recommended by international organisms, ensuring greater control over focus of resistance and effectiveness of tactics that make the poor responsible for their own poverty.

Keywords: *Amartya Sen; poverty; development; World Bank; United Nations.*

Introdução

Este artigo analisa os conteúdos que permitiram uma convergência política entre o Banco Mundial e as Nações Unidas, no final da década de 1990, em torno de uma nova estratégia de desenvolvimento. Interessa discutir aqui que o efeito dessa nova formulação, sob o enunciado da redução da pobreza, foi articular um amplo arco político e construir a plausibilidade da responsabilização dos sujeitos por sua situação de pobreza.

As agendas de desenvolvimento formuladas pelo Banco Mundial desde a década de 1960, quando seu foco de atuação se desloca prioritariamente para os países da periferia capitalista, se concentram em controlar aquilo que é formulado como o foco de instabilidade social e política que possa potencialmente desequilibrar o sistema econômico. O pressuposto que orientava a atuação do Banco nesses anos (décadas de 1960 e 1970) era que economias mais desenvolvidas levariam a sociedades mais estáveis politicamente e, portanto, mais distantes da ameaça comunista. Foram várias as codificações dos fatores de instabilidade na agenda do Banco. O problema da pobreza sempre foi objeto dessa agenda, ainda que a formulação dos fatores de instabilidade tenha sido distinta: comunismo, imigração, terrorismo, populismo. Naquela época, lidar com a situação de pobreza estava condicionado ao sistema econômico, já que o foco da atenção do desenvolvimento se concentrava em estimular a industrialização dos países periféricos.

A atuação mais direta desse organismo no combate à pobreza, entretanto, só é formulada na década de 1970, na agenda das necessidades básicas, sob a administração do então ex-secretário de Defesa dos EUA, Robert McNamara. Nesse momento, foram criadas técnicas de planejamento sofisticadas que objetivavam diretamente o problema. O uso da razão econômica maximizadora já empreendida para calcular a eficiência de ataques militares é transferido por McNamara de sua experiência na Guerra do Vietnã¹ para as análises de custo-benefício social empreendidas nos programas sociais do Banco Mundial. O foco dos programas desenhados sob essa administração – voltados diretamente aos pobres (*pro poor*) – era o aumento da produtividade da força de trabalho.

A entrada da preocupação com aspectos sociais na agenda do Banco é sua resposta ao aumento das pressões nos marcos da Guerra Fria (nas décadas de

¹ O documentário de Errol Morris sobre a vida de McNamara – *Sob a Névoa da Guerra*: onze lições sobre a vida de Robert S. McNamara, 2003 – mostra que a transferência de *know-how* entre essas experiências foi deliberada.

1950 e 1960) que culminaram, nos anos 1970, em revoltas políticas e revoluções nacionalistas e socialistas, e também às pressões de países não alinhados para que os bancos multilaterais apoiassem reformas sociais. Seguindo o raciocínio de que a abordagem social do Banco Mundial é uma estratégia de governo das instabilidades, o sentido da agenda das necessidades básicas acompanhava o sentido da estratégia de segurança política que marcara o deslocamento do foco de atuação do Banco prioritariamente em direção à periferia já na década de 1960.

A atuação diante dos problemas sociais como estratégia de segurança política é retomada pelo Banco em meados da década de 1990, na gestão de James Wolfensohn (1995-2005). Porém, a codificação que define a situação de pobreza é diferente nesse momento daquela mobilizada nos anos 1970 por McNamara. O objetivo deste artigo é contar a história dessa nova codificação que não tem mais o social como condicionante do sistema econômico, mas como o centro a partir do qual as reformas do ajuste estrutural (econômicas e institucionais) têm continuidade, na chave de modulações no interior do Banco Mundial em direção à agenda da governança (Maranhão, 2009). Reformas que até os dias de hoje são recomendadas pelos organismos multilaterais como condicionantes a seus empréstimos. Argumenta-se que o indivíduo pobre é realçado nessa nova codificação e aparece como responsável por sua situação. Não se trata, contudo, da velha máxima da vitimização dos pobres: a maneira clássica pela qual a direita liberal tratou o problema em boa parte do século XX. Ao contrário, trata-se de chamá-los como sujeitos em uma convergência inusitada (Banco Mundial e Nações Unidas), em cujo cerne está exatamente a ideia de redução da pobreza como a panaceia do desenvolvimento mundial.

O desenvolvimento como garantia de oportunidades

A doutrina da boa governança é a forma assumida pelo Banco Mundial como sua nova estratégia para o desenvolvimento, na década de 1990. Ela é a maneira pela qual novas táticas de estabilização social e política são empreendidas para garantir a continuidade das reformas de liberalização dos mercados – iniciadas na década anterior como condicionalidades para os empréstimos do FMI na renegociação das dívidas latino-americanas e africanas (a agenda do Consenso de Washington). As novas táticas empreendidas a partir desse momento deslocam a pobreza para o centro das reformas prescritas pelo Banco, ao mesmo tempo em que separam a maneira de lidar com tal situação da produção da riqueza, antes vinculada ao programa etapista de industrialização da Aliança para o Progresso² (presidente J.

² Programa de desenvolvimento formulado pelo governo Kennedy no qual o estímulo à industrialização da América Latina figurava como estratégia central para barrar as investidas comunistas na região. O pressuposto era que economias capitalistas mais desenvolvidas estavam menos propensas a conflitos sociais e, portanto, mais distantes do regime soviético. O programa de industrialização, orientado pela teoria das etapas do desenvolvimento de W. W. Rostow (membro do conselho de planejamento do governo norte-americano), mobilizou a Agência para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) dos EUA, o Banco Mundial e o recém-criado Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (1959) na condução do programa de reformas conduzidas na região.

Kennedy). Um deslocamento que só foi possível por conta da convergência entre o Banco Mundial e as Nações Unidas em torno da abordagem das capacidades elaborada por Amartya Sen (2000).

A nova estratégia que toma forma nesse momento (1990) é definida como a garantia de oportunidades para o aproveitamento dos benefícios da globalização. Em seu interior, há uma mudança na codificação da situação de pobreza que acompanhou um processo de crítica interna das reformas liberalizantes do ajuste estrutural³ e culminou na definição do desenvolvimento como a garantia de oportunidades; Amartya Sen discute os desafios do desenvolvimento nessa mesma chave.

Dois processos simultâneos, no âmbito do Banco Mundial e das Nações Unidas, culminaram no deslocamento de ênfase das nações à oportunidade das pessoas. De um lado, no âmbito das formulações do Banco Mundial, revisões críticas internas às primeiras reformas de liberalização dos mercados repercutiram em modulações no início da década de 1990 em direção à nova doutrina da boa governança. Modulações que ocorreram em meio a um campo de controvérsias em torno da melhor condução dessas reformas e às variações analíticas e práticas do tema da governabilidade. Tais controvérsias levaram à constatação de que era imprescindível construir um consenso político interno aos países que desse sustentação às reformas liberalizantes. A forma desse consenso político foi dada pela ideia da garantia das oportunidades. No âmbito das Nações Unidas, na mesma época, o desenvolvimento era redefinido como um processo de expansão de oportunidades no lugar do acúmulo de riquezas. Esta redefinição aconteceu em torno da noção de desenvolvimento humano que incorporou as dimensões sociais e culturais em suas prescrições.

Para o argumento deste artigo, interessa discutir duas formulações centrais nesses processos: a abordagem das capacidades de Amartya Sen e o novo paradigma de desenvolvimento formulado por Joseph Stiglitz, quando era economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial (1997-1999).

Interessa ressaltar aqui que foi a autocrítica do aspecto estritamente fiscal e econômico das reformas do Banco Mundial – iniciada em 1989 (Banco Mundial, 1989), mas mais bem formulada nos primeiros anos da década de 1990 com a consolidação na nova doutrina da boa governança (Banco Mundial, 1991; 1992; 1994) – que o aproximou das objeções à medida do desenvolvimento pelo PIB per capita. Essa objeção estava na base da redefinição da noção do desenvolvimento humano que alcançara expressão política nos Relatórios do Desenvolvimento Humano publicados pelo PNUD (ONU) desde 1990.

³ Para os defensores do ajuste estrutural, a elevação do câmbio, a desregulamentação necessária para intensificar a concorrência no plano internacional e as reformas econômicas de cunho fiscalista levariam ao aumento da eficiência empresarial e o conseqüente crescimento econômico, de forma a gerar efeitos indiretos de afluência e maior integração social. Portanto, a pobreza e o social, de modo geral, não eram objeto privilegiado da atenção do que ficou conhecido como a primeira geração de reformas do ajuste. A segunda geração de reformas foi influenciada pela centralidade do problema da pobreza nos termos em que se discute neste texto.

Foi a absorção da abordagem das capacidades de Amartya Sen – inspiradora dos Relatórios do Desenvolvimento Humano – que permitiu a convergência política entre o Banco Mundial e as Nações Unidas, construindo a nova codificação da pobreza como a responsabilização dos pobres por sua situação, sob o enunciado da garantia das oportunidades. Essa convergência garantiu que práticas sociais defendidas por atores à esquerda (ONU) e à direita (Banco Mundial) no espectro político internacional passassem a ser regidas por um mesmo enquadramento, definido por metas sociais a serem cumpridas como promessas de desenvolvimento. Essas metas são consagradas como a nova estratégia de desenvolvimento do milênio, conhecida como os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM), lançada formalmente pelas Nações Unidas no ano de 2000 (Organizações das Nações Unidas, 2000).

A abordagem das capacidades como novo critério para o desenvolvimento

A abordagem das capacidades é formulada por Amartya Sen como alternativa à prosperidade econômica como fundamento do planejamento e da elaboração de políticas de desenvolvimento. O objetivo final do desenvolvimento para ele é o “enriquecimento da vida das pessoas”, o que não é alcançável apenas por meio da prosperidade econômica. O papel da renda é relativizado nessa abordagem pela diluição desse indicador entre indicadores de outros aspectos que compõem o meio específico de cada unidade a ser analisada para se formular uma política de desenvolvimento.

Diferentemente das teorias do desenvolvimento que tomavam como foco o *aggiornamento* das nações periféricas ao patamar do desenvolvimento das sociedades avançadas (refletindo e prescrevendo sobre os meios de modernização dessas sociedades), o que Sen propõe é uma perspectiva de desenvolvimento que se detém sobre as condições de vida dos grupos populacionais independentemente do nível de renda dos países em que estes grupos estão. A vida é definida como o conjunto de atividades e modos de ser (chamado por ele de “efetivações”). O objetivo da vida humana, mais que o enriquecimento material, é dado pela possibilidade de escolher o que se deseja fazer e ser. Essa possibilidade é, por sua vez, restringida pelas capacidades disponíveis de cada pessoa. As capacidades são, nessa abordagem, um tipo de liberdade: “A liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de efetivações (ou, menos formalmente expresso, a liberdade de ter estilos de vida diversos) [...]” (Sen, 2000: 95).

A liberdade é uma função direta das capacidades, portanto uma expansão das capacidades implica em uma expansão das liberdades. Daí o argumento central de Amartya Sen ser elaborado em torno da ideia do desenvolvimento como liberdade. Os limites da expansão das liberdades, ou das capacidades, são formulados na chave da desvantagem individual existente em função da limitação das capacidades possuídas por cada pessoa. O enquadramento do tema da pobreza é dado, nesses termos, na chave da privação individual das capacidades e não como insuficiência

de renda, que permitiria uma intervenção nas formas de reprodução social da riqueza e da pobreza.

De acordo com essa abordagem, as políticas de desenvolvimento devem levar em conta outras variáveis que impactam na privação de capacidades e não apenas a variável renda. As privações podem ser afetadas pelo que ele chama de “variações sobre a pessoa” que ocorrem em resposta a limitações na possibilidade de escolha de cada indivíduo. Sen discrimina os limites às escolhas segundo variáveis de classificação de segmentos populacionais como faixa etária, gênero ou predisposições ambientais no local de moradia como condições epidemiológicas. O combate à pobreza, portanto, deve intervir nas variáveis presentes no meio que limitam as liberdades de escolha (ou que privam cada pessoa do acesso às capacidades). Limites definidos por ele de duas maneiras: [...] a restrição dos bens passíveis de serem escolhidos pelo indivíduo” e o limite dado pelo “conjunto das diferentes maneiras que o indivíduo pode fazer uso de seus bens [...]” (Machado; Pamplona, 2008: 71). A intervenção deve operar, portanto, no nível dos bens disponíveis e no nível do uso que se faz desses bens. Em outras palavras, significa intervir para ampliar as oportunidades para que as pessoas utilizem ou adquiram novas capacidades.

A abordagem das capacidades entre as Nações Unidas e o Banco Mundial

A tarefa do desenvolvimento é a criação de um ambiente de oportunidades para que as pessoas possam escolher a vida que valorizam. Esta é a concepção que está no centro da adoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pelo PNUD/ONU em 1990 (United Nations Development Programme, 1990), como a forma de medir o avanço dos países em direção ao desenvolvimento, entendido agora como desenvolvimento humano. A invenção do desenvolvimento humano⁴ é um efeito de controvérsias internacionais em torno da reformulação do conceito de desenvolvimento que remontam à década de 1960. Essas controvérsias levariam à incorporação das dimensões sociais e humanas ao conceito de desenvolvimento que, no âmbito da ONU, significou a incorporação dos direitos humanos como um componente central de suas políticas (Perrone-Moisés, 1999). De acordo com seus formuladores, a diferença entre as concepções anteriores de desenvolvimento e o desenvolvimento humano está no deslocamento do modo de incidência de suas estratégias. Esse deslocamento implica na mobilização das pessoas para que se tornem ativas no processo de desenvolvimento em oposição ao suposto enfoque das abordagens anteriores que as tomavam como meros beneficiários passivos.

A abordagem das capacidades de Sen fornece o enquadramento normativo para o desenvolvimento humano que adquire expressão política na publicação do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano pelo PNUD, em 1990. A ideia de

⁴ Os quatro traços essenciais da abordagem do desenvolvimento humano são a garantia de um acesso igualitário às oportunidades entre os indivíduos (equidade), a transmissibilidade do horizonte de oportunidades presentes para as gerações futuras (sustentabilidade), o investimento nas pessoas (capital humano) e na garantia de um ambiente macroeconômico estável para que alcancem seu potencial máximo (produtividade), e o engajamento dos indivíduos nos processos que vão determinar suas vidas (empoderamento) (Maranhão, 2009).

um desenvolvimento em cujo cerne está o homem foi empunhada como referencial crítico aos efeitos do ajuste estrutural e como uma alternativa de desenvolvimento mais ampla em relação à abordagem voltada exclusivamente à expansão material, que supostamente sustentara as reformas fiscalistas do Banco Mundial.

O desenvolvimento humano foi definido como um processo de expansão de escolhas dos indivíduos – em outras palavras, funcionamentos [efetivações] e capacidades para funcionar, tudo aquilo que a pessoa pode fazer e ser na sua vida [...] (Sen apud Fukuda-Parr, 2002: 3).

A criação do IDH colocou a noção de capacidade no centro das novas formulações do desenvolvimento. O fato de essa noção traduzir uma visão de progresso calcada na capacidade das pessoas valorizarem seus recursos de vida (as liberdades, segundo Sen) e de que a tarefa das políticas de desenvolvimento é fomentar essas capacidades fornece a medida das novas referências normativas em torno das quais as políticas sociais e econômicas são elaboradas. Nesse primeiro momento de sua difusão (início da década de 1990), a orientação do desenvolvimento humano expressa pelo PNUD era formulada criticamente à agenda do Banco Mundial. Porém, a redefinição operada no interior desse organismo em direção à doutrina da boa governança (início da década de 1990) e à estratégia de redução da pobreza (final da década de 1990) apresenta elementos da convergência em cujo centro está a abordagem das capacidades.

Já no primeiro relatório do PNUD (United Nations Development Programme, 1990), o foco no desenvolvimento é voltado prioritariamente para os mais pobres – sejam os países mais pobres ou os segmentos mais pobres da população no interior dos países, a estratégia vale para ambos. O mercado é considerado o lugar por excelência da alocação mais eficiente de recursos, mas não é, como para o liberalismo clássico, o mecanismo que garante a justiça distributiva. Fazem-se necessárias políticas destinadas a transferir renda e outras “oportunidades econômicas” para os mais pobres. Como estratégia para a focalização de políticas nos mais pobres, o Relatório prescreve a priorização pelos orçamentos nacionais de atividades que contribuam com o progresso no desenvolvimento humano, evitando o “mau uso” dos gastos. Veem-se aí exatamente os alvos da reestruturação orçamentária presentes na reforma do Estado prescrita pelo Banco Mundial na década de 1990, mesmo que o PNUD (tal como outras agências da ONU) vocalizasse críticas às reformas prescritas pelo Banco.

O sucesso dos países em cuidar dos mais pobres está relacionado ao monitoramento sistemático das variáveis econômicas e humanas. O crescimento econômico é fundamental para a expansão da renda, do emprego e dos gastos governamentais com o desenvolvimento humano, desde que bem administrado. No Relatório de 1990, essa “boa administração” era definida pelo PNUD como o fim dos déficits fiscais, fundamental para os avanços em desenvolvimento humano. Uma gestão política eficiente é a condição para que o crescimento econômico favoreça o desenvolvimento humano. É possível perceber, aí também, pontos de

convergência com a agenda dos programas de reestruturação do setor público prescritos nos anos 1990. Problemas indicados nesse primeiro Relatório recebem novas formulações, no decorrer na década, e, sobretudo, quando se converge na formulação dos objetivos (quantificáveis) do milênio (ODM), lançados pela ONU em 2000.

Sen defende uma “abordagem múltipla” do desenvolvimento que significa uma atuação em equilíbrio entre diferentes instituições em sua promoção: governo, outras instituições políticas e sociais e mecanismos de mercado. O sentido dado por esse novo arranjo institucional “múltiplo” era o de “equilibrar o papel do governo [...] com o funcionamento do mercado”. Segundo o autor, tratou-se de rever a opção por uma “estratégia única de desenvolvimento” e apostar em uma abordagem “integrada e multifacetada” do processo por meio do “[...] progresso simultâneo em diferentes frentes, incluindo diferentes instituições que se reforçam mutuamente [...]” (Sen, 2000: 151-152).

Sob o argumento de que é necessário complementar a atuação dos mercados, sobretudo em lugares nos quais a liberdade de trocas está ausente, Sen defende o papel desempenhado por instituições externas ao mercado. Esse argumento é também encontrado nos documentos do Banco Mundial a partir dos anos 1990, nos marcos da doutrina da boa governança. Já que os problemas que surgem relacionados ao mercado provêm de fontes externas a ele, estes são lugares que devem ser ajustados. Tais ajustes são implementados por políticas de garantia de compartilhamento dos benefícios do mercado, políticas que garantam que a população tenha acesso ao processo de expansão econômica. Esse acesso, por sua vez, será permitido pela criação de “oportunidades sociais”: a provisão de educação básica, de assistência médica elementar ou pela disponibilidade de recursos importantes para alguma atividade econômica, como a terra, por exemplo.

Na visão de seus operadores, o mérito da abordagem do desenvolvimento humano está na percepção de que o combate à pobreza não é apenas uma questão de acesso aos serviços públicos, mas de garantir o acesso ao poder político que está fora do alcance dos pobres. De acordo com Fukuda-Parr, os Relatórios do Desenvolvimento Humano de 2000 e 2002 registram o deslocamento da antiga preocupação com o crescimento econômico para a ênfase no “empoderamento político”: “O ‘empoderamento de pessoas’ requer instituições sociais e políticas com as quais as pessoas possam contar para desfrutar de liberdade civil e políticas básicas, e usá-las para lutar por seus interesses [...]” (Fukuda-Parr, 2002: 10).

Os pobres como “parceiros” da estratégia de redução da pobreza

A definição dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) é bastante similar à formulação do economista Joseph Stiglitz (1998), então economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial, sobre o novo paradigma do desenvolvimento. É nesse lugar que se pode constatar a convergência entre as Nações Unidas e o Banco Mundial, uma vez que a abordagem das capacidades figura como elemento

central. A formulação de Stiglitz é apresentada formalmente como o novo enquadramento do desenvolvimento do Banco em 1999 (Quadro abrangente de desenvolvimento⁵) e articula a Estratégia de Redução da Pobreza apresentada no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2000/01: *Attacking the Poverty* (Banco Mundial, 2001).

O paradigma de Stiglitz converge com o enquadramento do desenvolvimento proposto pela abordagem de Amartya Sen dos Relatórios do PNUD. O centro dessa convergência é o deslocamento do que se entende por desenvolvimento: de um processo de acúmulo de riquezas para a garantia de um “ambiente de oportunidades” para que o homem desfrute dos benefícios da globalização mediante a expansão e o exercício de suas capacidades. O foco é deslocado claramente para os pobres, que passam a ser o alvo prioritário das estratégias, funcionando como o ponto determinante para o equilíbrio saudável da economia de mercado.

A possibilidade iminente de explosão dos conflitos sociais e políticos, desde a década de 1960, já era associada às regiões mais pobres do planeta⁶; daí a centralidade que o controle social das periferias sempre ocupou nas políticas de desenvolvimento do Banco Mundial. Contudo, até aqui as intervenções sociais eram instrumentos compensatórios e paliativos ao padrão de desenvolvimento adotado, na medida em que buscavam remediar os efeitos de um padrão de crescimento que sempre excluiu boa parte da população. Exclusão que aconteceu tanto na difusão do modelo de produção agrícola que valorizava a concentração fundiária e o uso de insumos químicos, como na adoção de um modelo de industrialização estruturado no endividamento externo e na contenção salarial, ou mesmo no estímulo mais recente às privatizações das grandes empresas estatais, sobretudo em setores estratégicos das economias nacionais. Há uma novidade, contudo, quando as formulações do PNUD e do Banco Mundial convergem na abordagem de Amartya Sen. A novidade é que as intervenções sociais – já sob o enunciado da redução da pobreza – tornam-se autônomas em relação ao padrão adotado e tornam-se uma área de intervenção específica.

Nessas “áreas de pobreza” em que se tornaram as periferias, como lembra Chesnais (1996), a intervenção junto aos pobres (populações, regiões ou países inteiros) é formulada como uma estratégia que os toma como “parceiros” na continuidade das reformas liberalizantes. Essa é a grande novidade que confere sentido político à convergência discutida neste artigo. O foco na garantia das oportunidades para o aproveitamento dos benefícios da globalização, a partir

⁵ Os termos desse quadro foram formulados por Stiglitz em 1998, mas oficialmente apresentados pelo então presidente do Banco, James Wolfensohn, no encontro anual de 1999 do G8, em Colônia (Alemanha), e consagrado em 2001, no encontro realizado em Gênova, dois anos depois da saída de Stiglitz do posto de economista-chefe.

⁶ O levante dos zapatistas em Chiapas/México (janeiro de 1994) e a crise econômica do país (dezembro de 1994) representaram marcos importantes das possíveis consequências do aumento da pobreza e da desigualdade social que precisavam ser contidas pela nova agenda do desenvolvimento mundial, consolidada no início da década de 2000. Não é à toa que é nesse momento que a conexão entre segurança e pobreza é retomada pelo Banco Mundial com a doutrina do bom governo (Arantes, 2004; Maranhão, 2009).

da defesa das liberdades humanas, é o que está na raiz aqui. A consequência da autonomização da pobreza como uma área de intervenção específica das políticas de desenvolvimento é tornar os pobres parceiros dessa estratégia. Ao fazê-lo, como efeito, o social é deslocado para o centro das reformas econômicas. Um dos aspectos da construção do consenso político interno aos países para sustentar as reformas liberalizantes é a mobilização dos pobres como atores comprometidos com a realização dessas reformas.

O comprometimento interno aos países com a realização das reformas de liberalização é justificado na mudança do paradigma de desenvolvimento operada por Stiglitz (1998). Ele elabora sua abordagem a partir de uma crítica propositiva às reformas do Consenso de Washington. Essa postura conformava o horizonte do debate interno ao próprio Banco Mundial, já desde os primeiros anos da década de 1990, mas ganharia o peso de uma ampla estratégia voltada diretamente aos pobres apenas com Stiglitz. A formulação do paradigma é proposta pelo deslocamento das antigas concepções do desenvolvimento, entendidas como planos e projetos, para uma abordagem que prescreveria “um processo abrangente de transformação da sociedade”, por meio de estratégias no lugar dos grandes planos do passado. Sua sugestão é que o desenvolvimento opere uma intervenção no nível dos indicadores de qualidade de vida em oposição a uma intervenção que se queria universal, pois incidente no nível macroeconômico. A abordagem participativa é o principal instrumento reivindicado por ele para que a estratégia de desenvolvimento esteja afinada com os problemas efetivos de cada localidade. É também o instrumento de garantia da construção do consenso político interno necessário à credibilidade das reformas econômicas de liberalização.

Stiglitz parte de uma premissa que já estava presente no princípio da virada em direção à doutrina da boa governança: o desenvolvimento consiste no processo de transformação de relações sociais tradicionais em relações “modernas”. Questão mobilizada como elemento importante do Relatório do Banco de 2000/2001. Trata-se de “modernizar” as relações sociais nos limites prescritos do que seja, para o Banco, uma economia eficiente. As sociedades tradicionais – economias menos desenvolvidas – estariam menos predispostas a mudanças, e essa disposição constitui, para Stiglitz, a alavanca para o desenvolvimento. As mudanças, no entanto, não devem ser pensadas como um fim em si mesmo. Para ele, elas devem tornar os indivíduos (e as sociedades) mais responsáveis em relação ao seu próprio destino e devem operar sua integração no mundo globalizado.

A formulação do desenvolvimento como expansão das liberdades de Amartya Sen é muito próxima dessa definição. A aposta de ambos é que as mudanças operadas por suas concepções de desenvolvimento necessariamente se desdobrem na melhoria do padrão de vida dos indivíduos (padrões de saúde, de alfabetização e redução, ao menos, dos níveis de pobreza absoluta) e aumentem a probabilidade de que as políticas econômicas sejam sustentáveis e resistam às contingências dos processos democráticos.

O ponto de partida para essa estratégia de desenvolvimento é a definição de uma “visão de futuro” – tal como em um planejamento estratégico de tipo empresarial. Para construir essa “visão de futuro”, objetivos quantificáveis devem ser precisados, como a redução pela metade da pobreza ou a universalização da educação primária. Esses elementos são alvos (*targets*) subordinados a um processo de transformação que deve incluir uma perspectiva de mudança das instituições no sentido da criação de um novo capital social e de novas capacidades (individuais e coletivas).

Diferentemente da imposição das condicionalidades dos acordos do FMI na década de 1980, a abordagem de Stiglitz se sustenta na ideia de que a mudança implicada no desenvolvimento deve vir de dentro de cada localidade. O argumento dele é que se trata de um processo de mudança de mentalidades, por isso não há como elas serem impostas. Elas devem ser construídas em conjunto com os “parceiros” (os pobres, as comunidades carentes, os países) da estratégia de desenvolvimento mediante processos abrangentes de debate. Esse é o sentido dos ingredientes fundamentais nessa estratégia de desenvolvimento: *ownership* (sentido de propriedade) e participação. Para que uma mudança não seja superficial, os indivíduos devem sentir-se responsáveis por ela e as formas de participação são a maneira de criar essa apropriação das mudanças pelos “parceiros”. Os grupos da sociedade civil desempenham papel central como espaço no qual os excluídos têm “voz”⁷ (Craig; Porter, 2006).

A novidade do paradigma reivindicado por Stiglitz está associada aos meios pelos quais as reformas econômicas (e agora institucionais) de liberalização dos mercados serão aprofundadas. Esses meios objetivam provar internamente que essas são as melhores maneiras de garantir a melhoria da qualidade de vida das populações, com foco especial nas parcelas mais pobres. A construção dessa evidência é dada pela responsabilização de cada autoridade política na implementação das reformas e sua elaboração em parceria com os diferentes atores internos.

No ano (1998) em que Stiglitz anunciava os traços da nova perspectiva para o desenvolvimento do Banco Mundial, a crise financeira nas economias asiáticas (1997-1998) se confirmava como o marco paradigmático do fracasso das prescrições do Consenso de Washington. A tendência presente desde a primeira metade da década de 1990 de revisão dessas prescrições, que, no quadro da doutrina da boa governança, salientava a importância das instituições e da necessidade de um consenso político interno aos países que desse sustentação às reformas de liberalização, adquiriu aí seu impulso decisivo. É nesse contexto que se insere a nova articulação proposta pelo Banco Mundial de uma abordagem “participativa” do desenvolvimento – articulação que é também reivindicada por Amartya Sen ao defender uma “abordagem múltipla” do desenvolvimento.

⁷ Como subsídio para a elaboração do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2000/2001, o Banco Mundial mobilizou ONGs locais de cerca de sessenta países e coletou histórias de privação sob o argumento de que o Relatório é endereçado à pobreza tal qual ela é significada pelos próprios pobres; este estudo foi chamado de Vozes dos Pobres.

Considerações finais

O deslocamento de ênfase no desenvolvimento da boa governança à redução da pobreza aconteceu após a crise asiática. Um conjunto de instrumentos técnicos, compartilhados entre o Banco Mundial e a ONU nesse momento, permitiu o acompanhamento dos processos de redução da pobreza e de construção institucional. No centro desses instrumentos está a noção da pobreza como privação de capacidades (de Amartya Sen). São esses instrumentos que dão forma à nova estratégia de desenvolvimento formulada na convergência entre o Banco Mundial e as Nações Unidas.

A pobreza aparece formulada no Relatório sobre o Desenvolvimento do Banco Mundial de 2000/2001 nos termos da abordagem das capacidades. Esse Relatório articula o novo desafio do Banco em torno de três pilares: Oportunidade, Empoderamento e Segurança, cujas estratégias devem incidir numa gestão mais eficaz dos riscos que afetam os pobres reduzindo sua incidência e minimizando seus danos.

O principal instrumento desse novo foco de atuação foram os “Relatórios da Estratégia de Redução da Pobreza” que funcionaram como um instrumento de formação do consenso político interno na medida em que sua elaboração previa a reunião de atores locais (governo nacional, gestores médios, altos tecnocratas, atores da “sociedade civil” com inserção local e global, além da iniciativa privada) em torno da avaliação da situação da pobreza em cada país. É bom lembrar que o consenso era necessário, segundo os documentos do Banco Mundial, para a aceitação local de que as reformas de liberalização econômica e institucional eram as maneiras mais eficazes de resolver problemas que limitariam o desenvolvimento. A reunião entre atores locais garantiu a construção da responsabilização interna dos países pelas reformas de redução da pobreza – a maneira pela qual as reformas liberalizantes passaram a ser tratadas. As técnicas utilizadas na elaboração dos relatórios construíram também a plausibilidade da responsabilização das próprias populações pobres por sua situação de pobreza.

O elemento central dessa “engenharia da redução da pobreza” como via para estabilizar a implementação de reformas liberalizantes foi a inscrição da pobreza e do combate à pobreza no espaço da localidade. O deslocamento das intervenções estatais para alvos mais bem definidos só foi possível em função da produção de informações que contribuíram para construir esses alvos.

Os efeitos sociais do ajuste são apresentados nesses Relatórios de Redução da Pobreza como efeitos de problemas de má gestão. Eles aparecem formulados como problemas locais que refletem deficiências de governança. E, aí, a doutrina da boa governança fornece o enquadramento analítico para a criação de um conjunto de instrumentos de monitoramento do desempenho (*performance*) dos governos locais que serão, por sua parte, sancionados em termos da preferência de acesso às linhas de crédito em função do resultado do monitoramento. Esse aspecto da localização dos problemas da pobreza foi central para a construção da ideia de

ownership, pois colocou nas mãos dos governos locais a direção dos acordos na medida em que seu desempenho é monitorado e esses podem ser recompensados por isso. Ou seja, na medida em que o acesso ao crédito está condicionado ao desempenho dos governos no cumprimento das reformas da boa governança, estes se tornam responsáveis por seu bom andamento.

A estratégia de redução da pobreza passou a ser formulada por uma ampla coalizão que reuniu o Banco Mundial e o FMI às agências da ONU e agências de financiamento que até então haviam se colocado politicamente em lados opostos. Criava-se, portanto, o suporte institucional para a articulação entre as reformas de liberalização e as estratégias locais de participação que davam “voz” às comunidades.

Referências

- ARANTES, Pedro. Ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. Dissertação de mestrado, Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.
- BANCO MUNDIAL. *Sub-saharan Africa: from crisis to sustainable growth*. Washington, 1989.
- _____. *Managing development: the governance dimension: a discussion paper*. Washington, 1991.
- _____. *Governance and development*. Washington, 1992.
- _____. *Governance: the World Bank's experience*. Washington, 1994.
- _____. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2000/2001: luta contra a pobreza*. Washington, 2001. Original de *Attacking Poverty*.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CRAIG, David; PORTER, Douglas. *Development beyond neoliberalism? Governance, poverty reduction and political economy*. London, Routledge, 2006.
- FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- FUKUDA-PARR, Sakiko. *Operacionalizando as ideias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos: o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano*. Florianópolis: Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2002. Disponível em: <<http://sso.sdr.sc.gov.br>>.
- MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. O ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n. 1, 2008, pp. 53-84.
- MARANHÃO, Tatiana Amorim. Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades. Tese de doutorado, Sociologia, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Universidade de São Paulo, 2009.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Declaração do Milênio. In: *Declaração da Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 2000.

PERRONE-MOISÈS, Claudia. Direitos humanos e desenvolvimento: a contribuição das Nações Unidas. In: AMARAL JUNIOR, Alberto; PERRONE-MOISÉS, Claudia. *O 50º da Declaração Universal dos direitos do homem*. São Paulo, Edusp, 1999.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

STIGLITZ, Joseph. Towards a new paradigm for development: strategies, policies, and processes. In: *Conferência Anual Prebisch Lecture da UNCTAD*. Genebra, 1998.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. *Human Development Report 1990*. New York, 1990.

Recebido em: 18/03/2016

Aprovado em: 15/04/2016

Como citar este artigo:

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. Amartya Sen e a responsabilização dos pobres na agenda internacional. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 13-26.

Luta contra o desemprego e a pobreza, qual segmentação em curso? Exemplos europeus e brasileiro em perspectiva

Christian Azaïs¹

Resumo: Este artigo procura determinar se as transformações do mercado de trabalho e dos sistemas de proteção social, ocorridas durante a fase inicial da crise econômica recente, têm perpetuado a tendência à segmentação do mercado de trabalho ou se a crise tem minorado certas clivagens aparecidas no decorrer das últimas décadas. Para tal, coloquei em perspectiva certas políticas de combate ao desemprego, na França, e outras mais especificamente vinculadas com a proteção social, no Brasil, insistindo-se no hiato entre as preconizações e sua tradução no campo ou como os atores sociais as interpretam. Com isto, pode-se questionar a integração social e a maneira como cada país a aborda. “Cidadania regulada”, no caso brasileiro, vinculada ao trabalho; cidadania que afirma os direitos cívicos no caso francês, aí talvez residam elementos para se compreender a especificidade da crise societal e política na qual se encontram o Brasil e a França hoje em dia.

Palavras-chave: mercado de trabalho; desemprego; proteção social; integração social; cidadania; Brasil; França.

Fighting against unemployment and poverty, which segmentation going on? Putting into perspective European and Brazilian examples

Abstract: *This article tries to determine whether labour market and social protection transformations that occurred during the initial phase of recent economic crisis have strengthened the tendency to labour market segmentation or whether the crisis has*

¹ Pesquisador-docente, Livre docente na Université de Picardie Jules Verne e Pesquisador no Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique (LISE) – UMR 3320, CNAM – Paris – christian.azais@u-picardie.fr

in fact diminished some of the cleavages that appeared over past decades. To do so, I have chosen to put into perspective some policies fighting unemployment in France, and others more specifically linked to social protection in Brazil, stressing the hiatus between policy recommendations and their concrete implementation or how local actors interpret them. This allows to raise the issue of social integration and the way each country deals with it. This comparison of “Regulated citizenship”, in the case of Brazil, linked to work and citizenship which affirms civic rights in the French case, provide elements helping to understand the societal and political specificities of the crisis, faced by Brazil and France. The objective is to show how in both cases, taking into account the scale at which one apprehends the phenomena and given the different stakes and temporalities involved, public policies are not always in sync with grassroots reality.

Keywords: *labour market; unemployment; social protection; social integration; citizenship; Brazil; France.*

Introdução

Este artigo busca determinar se as transformações do mercado de trabalho e dos sistemas de proteção social ocorridas durante a fase inicial da crise econômica recente perpetuaram a tendência à fragmentação do mercado de trabalho ou se a crise tem, na realidade, atenuado certas clivagens surgidas ao longo das últimas décadas. Para tal, escolherei certas políticas de combate ao desemprego e de proteção social, insistindo sobre o hiato entre as preconizações e sua interpretação pelos atores locais. Em um primeiro momento, recorrerei ao conceito de governança visando especificar o jogo dos atores numa abordagem que ressalta as práticas. Em seguida, considerarei o território, lugar onde se exercem as atividades dos indivíduos, como lugar de confluência de duas dimensões macro e micro, produtor de ativos e não simples poço no qual os atores conseguiriam recursos.

Com base nesse quadro teórico embelezado de questionamentos ligados à intersetorialidade, pois ela permite abordar e ultrapassar a divisão entre instituições encarregadas do tratamento do desemprego, no caso europeu, e da erradicação da pobreza, no caso brasileiro, me deterei nessas duas questões, principais desafios nas sociedades escolhidas. Na Europa, há mais de 30 anos o desemprego é uma preocupação central de política pública. No Brasil, o primeiro governo Lula fez da luta contra a pobreza seu cavalo de batalha, uma luta em parte bem-sucedida, mas cujos fundamentos se revelam instáveis atualmente. A multiplicação de instâncias encarregadas de “combater” o desemprego e o tratamento diferenciado que lhe é concedido na França e na Europa, de um lado, a proliferação de programas destinadas a combater a pobreza no Brasil – mas também em outros países latino-americanos, não abordados nesse texto –, de outro, deixam transparecer lutas de poder em diversas escalas do aparelho público.

Do ponto de vista metodológico, mobilizo aqui as duas dimensões macro e média. Os dados e exemplos selecionados são provenientes de fontes secundárias e são também fruto de pesquisas coletivas conduzidas pelo autor². A mobilização da abordagem multiescalar (Giraud, 2012a; Le Galès, 2005) permite apreender a complexidade das ações visando salvaguardar ou, ao contrário, cortar as ações em matéria de luta contra o desemprego e a pobreza. Opto por não escolher uma abordagem comparativa, apesar da riqueza do método dos casos mais contrastados (Giraud, 2012b), ao propor colocar em perspectiva casos europeus e brasileiros. Os primeiros sublinham as desigualdades de tratamento e de indenização do desemprego entre os países europeus, os segundos tratam das políticas compensatórias de redução das desigualdades visando reduzir a pobreza no Brasil. O objetivo é mostrar que, segundo a escala de apreensão dos fenômenos, em razão de temporalidades e de embates diferenciados, as políticas públicas instauradas nem sempre estão em sintonia com a realidade.

A proposta se inscreve no campo da socioeconomia e não em uma perspectiva de observação participante ou de tratamento de entrevistas sociológicas. Não pretende tampouco analisar a implementação de políticas sociais ou de políticas para o mercado de trabalho. Aí se situam seus limites e seu interesse. Limites, porque a fala dos principais interessados não é tomada em consideração. Riqueza, porque as diferentes políticas são observadas com um olhar externo e não a partir de beneficiários ou de atores que as implementam, algo que poderia distorcer a análise. O enfoque, aqui, recai sobre as lógicas institucionais nas quais estão implicados os atores, o que constitui um meio de considerar a dinâmica das instituições e de dar vida à governança. Além disso, meu posicionamento interroga o caráter polissêmico da intersetorialidade, pela maneira como os diferentes atores mobilizam essa noção para se apresentarem como os porta-bandeiras da redução das despesas e, assim, da modernização, salientando-se o fato de que as práticas vão ao encontro das ideias avançadas e reforçam a setorização no entanto contestada.

Assim, convém interrogar as duas escalas da intervenção – macro e meso – onde parecem se confrontar posições divergentes que poderíamos resumir rapidamente entre, de um lado, nos exemplos retidos aqui, as das instâncias europeias e Estados membros e, de outro, as dos atores locais, dos gestores públicos. Essa questão eminentemente política convida a refletir sobre a ação pública em matéria de mercado de trabalho e de política social, mas também no plano das práticas, sobre a governança, uma governança *bottom up*, que leve em conta o jogo dos atores, institucionais ou não, que atuam segundo temporalidades diferentes em territórios carregados de história(s). A confrontação das diferentes escalas, fruto da especialização das áreas de intervenção e da defesa de seus interesses por parte dos agentes implicados, produz uma compartimentação que o discurso sobre a intersetorialidade pretende desfazer. Promover o diálogo entre os atores, com o objetivo de limitar a duplicação de esforços e reduzir os custos operacionais, essa é uma das teclas prediletas dos defensores da intersetorialidade. É também uma

² Esta parte se inspira no trabalho coletivo conduzido no âmbito do programa ANR Metraljeux (Azaïs; Pepin-Lehalleur, 2014).

forma de confissão implícita da pluralidade de fontes de competências e de que o diálogo entre instâncias nacionais e locais pode ser benéfico, e também uma maneira de dar vida ao pacto democrático.

Para compreender as lógicas institucionais, de um lado, e o jogo dos atores, qualificado aqui de práticas, de outro, recorrerei a dois conceitos, a governança e o território (1). Em um segundo momento, sublinharei a articulação entre as três categorias de tempo, trabalho e território (2) para apresentar o quadro onde se trava a luta contra o desemprego e a exclusão de benefícios sociais, na Europa, e contra a pobreza, no Brasil (3). Por fim, retomarei a questão da segmentação do mercado de trabalho e da proteção social, que aparece como uma forte tendência tanto na Europa quanto no Brasil e que parece ser o resultado das medidas de luta contra o desemprego e a pobreza, apesar do discurso que defende ações tomadas em concerto e favoráveis à intersetorialidade (4).

1. A governança: entre lógicas institucionais e jogo dos atores

A governança é apreciada na sua qualidade de processo e modo de regulação e de expressão das relações entre atores sociais, mas também entre eles e o poder público; ela se inscreve nesse espaço alargado. Não se trata de um novo modelo do governo, que se seguiria ao da democracia local inspiradora das injunções à descentralização. Essa abordagem é antes de tudo atenta aos processos sociais e às relações de poder; ela se assemelha antes às pesquisas conduzidas sobre as formas, por vezes difusas ou efêmeras, de ordem local (Bourdin; Lefeuvre; Melé, 2006; Duhau; Giglia, 2008).

Ela se expressa através de duas modalidades: *modos de governança* e *formas de governança*. Os *modos de governança* revelam o peso dos contextos nacionais, supranacionais e mundiais. Explicitar os processos, conflitos e arranjos pelos quais se estabelecem aqui e ali formas de governança em detrimento dos modos dominantes, que suavizariam os detalhes e as diferenças, oferece uma visão forçosamente atomizada da governança que não permite uma fácil avaliação do conjunto, porque heterogênea e dispersa. Resulta uma definição descritiva da governança, não atrelada a qualquer recomendação política. Porém é preciso reconhecer que a questão da incorporação explícita no governo de diversas formas de participação de forças sociais, por si mesmas, é concebível só há pouco tempo.

As *formas de governança* são aquelas identificáveis em situações particulares, por exemplo aquelas ligadas às relações que se tecem em torno de uma questão. Trata-se então, sobretudo, de lógicas sociais e políticas que inspiram as formas de governo próprias a cada lugar e não de um modo de governo em particular (Azaï; Pepin-Lehalleur, 2014). Quatro formas de governança, correspondentes às lógicas ou economias políticas diferentes, que podem se combinar na prática, são perceptíveis.

Uma dessas formas de governança é a regulamentar, as relações dos atores com as autoridades e entre atores estão reguladas, na prática, pela lei. Ela corresponde ao modelo racional-legal caro a Max Weber.

Uma outra forma é a negociada, de mil formas, entre indivíduos e grupos, caso a caso ou a longo prazo, o que implica sobretudo a participação de grandes

conjuntos mais ou menos solidários e a mediação de *leaders* ou de intermediários. Um terceiro tipo de relação entre grupos, diante e em relação à autoridade pública, é aquele da *imposição* de fato, seja pela riqueza econômica, pela extorsão por parte da administração no poder, pela violência ou a ameaça da parte dos mesmos ou de certos atores ou grupos sociais.

Uma quarta variedade se caracteriza pelo fato de que ela é sempre indefinida, fronteira, intersticial. Ela é útil para qualificar as transformações do trabalho e das políticas sociais hoje em dia, mas também tudo o que pode se identificar com “ilegalismos” (Azais; Kessler; Telles, 2012), ou seja, onde o Direito não opera plenamente.

Tem-se que as duas primeiras devem combinar-se com a norma considerada democrática, porém podem também caracterizar relações entre atores locais ou mesmo individuais.

As duas últimas não são reivindicadas como definidoras por regimes políticos, mas caracterizam numerosas situações econômicas generalizadas e situações de poder. A governança confusa ou indefinida se aplica cada vez mais às situações de trabalho. Ela engloba isso que qualifico de hibridização, que corresponde, de fato, ao reconhecimento de uma porosidade crescente das fronteiras da relação de emprego, que impede, de um lado, de se satisfazer com a categorização binária opondo subordinação e dependência ou autonomia e heteronomia. Do ponto de vista do Direito do trabalho, ela dá lugar a uma infinidade de formas de contratos de trabalho, quando não é o mesmo indivíduo que está submetido a esse tratamento, a exemplo de países em desenvolvimento, e é obrigado a aceitar várias formas de inserção no trabalho, algumas declaradas, outras não (Azais, 2007, 2003).

Portanto, o embaçamento não é tão somente administrativo ou político, a área de influência de um território ultrapassa seus limites administrativos, o que é óbvio quando se trata do trabalho. Ele evidencia uma série de ambiguidades que se manifestarão, também, entre o formal e o informal, movimento potencializado atualmente nos novos contextos produzidos pela globalização e nos quais se inscrevem os territórios (Alba, 2011; Telles, 2010). As grandes estruturas sociais e políticas do desenvolvimento da modernidade se fragmentaram sob o impulso do neoliberalismo econômico e do apelo reiterado às leis do mercado que enfraquecem as injunções estatais. A descentralização tem multiplicado os territórios e as escalas de gestão. Novas facilidades de transferências econômicas, comunicações, transportes oferecem ao mesmo tempo vantagens e novos riscos e afetam a maneira de conceber a relação entre o trabalho e o território. O território não é um lugar neutro de exercício e de implantação de atividades.

2. O papel do território

O território não é nem uniforme, nem total, ele cria diferenciação, que se expressa na divisão do trabalho, seja ela internacional, regional ou territorial. É preciso concordar que “[...] a dimensão econômica das mediações territoriais exerce um papel ao mesmo tempo essencial e apagado [...]” (Di Méo, 1998: 58). Essencial, porque a qualquer momento ela pode “criá-lo ou destruí-lo”; apagado, porque as sociedades nas quais as dimensões política e ideológica são importantes

tendem a escapar do domínio da esfera econômica ou são menos dependentes dela. Isso significa reconhecer ao mesmo tempo a importância das mediações econômicas e, conseqüentemente, o peso do global sobre o local, mas em contrapartida o discurso identitário, produzido internamente no território, trava as determinações globais e deixa ao local uma margem de manobra. Onde as dimensões política e ideológica são importantes, o domínio da esfera econômica se mostra menos predominante. O movimento é uma via de mão dupla. As mediações territoriais não devem sua especificidade somente à esfera econômica, o peso do político é importante, o que corrobora a aceção escolhida da governança, e que faz com que o território seja uma realidade em processo.

O desvio pela noção de território contribui para apreender as interações entre os protagonistas implicados no nível meso e não esconde o fato de que a adoção de dispositivos destinados ao emprego e ao trabalho no nível macro pode provocar desigualdades em outras escalas e produzir segmentação. A dimensão universalizante dos exemplos escolhidos revela rupturas na prática pois, por um lado, certas parcelas da população são privilegiadas em detrimento de outras e, por outro lado, ela coloca em evidência a pluralidade das questões – meio de reconhecer a importância da dimensão multiescalar –, mas, também, das temporalidades cujas conseqüências se fazem sentir sobre a organização do território, considerado como construção sócio-histórica.

3. Tempo, trabalho e território: qual articulação?

Tratar da articulação entre esses três conceitos requer uma abordagem pluridisciplinar, convocando a sociologia, a economia, mas também a geográfica e a ciência política. Cada uma interroga a sua maneira o destino das sociedades e coloca no centro da análise as relações sociais. As ciências sociais mencionadas se debruçam com suas próprias ferramentas sobre as transformações sociais, o que obriga a repensar as categorias “tempo”, “trabalho” e “território”.

O tempo funciona como um denominador comum às outras duas categorias. Ele permite compreender a pluralidade dos agenciamentos constitutivos dessa construção social chamada “território”. Além disso, ele é incontornável para apreender o laço social que representa o trabalho. Esse último, como afirma Bidet, é um “[...] modo de atividade’ caracterizável com a busca de um *resultado em tempo menor*” (Bidet, 1995: 245).

A articulação entre o trabalho e o território reforça sua apreensão enquanto construção sócio-histórica, o que abre possibilidades para a apreensão da pluralidade das determinações que concorrem para sua formação. Assim, esse espaço não se resume à “[...] esfera dos percursos e das representações do indivíduo” (Di Méo, 1998: 53), ele é ao mesmo tempo espaço social, político, de vida e de trabalho e espaço vivido, de representação que os indivíduos fazem dela; sua natureza eminentemente social está também impregnada pela psique individual. Seguindo Marié, “[...] o espaço precisa da espessura do tempo, das repetições silenciosas, das maturações lentas, do trabalho do imaginário social e da norma para existir

³ Itálicos reproduzidos conforme o texto original.

como território [...]” (Marié apud Di Méo, 1998: 56). A consideração dos desejos dos indivíduos, de seu projeto de vida ou de seu projeto político, do mesmo modo que a história do lugar, se revela indispensável para compreender a configuração do território. Por essa razão, o tempo se torna uma dobradiça incontornável para captar a natureza complexa e múltipla do território.

Hoje, aquilo que caracteriza o trabalho para um indivíduo, é de não se inscrever na continuidade, seja por escolha do interessado(a), seja porque ele é precário, seja porque o tipo ideal da relação salarial fordista fracassou com a multiplicidade de formas de inserção no trabalho. O tripé, unicidade do empregador, do local de exercício da atividade e do jogo (Tripier, 1998), que deve se perpetuar ao longo da vida do indivíduo, perdeu seu status de modelo, já que as trajetórias de trabalho dos indivíduos não obedecem a um percurso linear ou previamente traçado (Bouffartigue; Eckert, 1997). Essa situação se acompanha do crescimento do desemprego multifacetado, situação à qual são confrontadas camadas cada vez mais extensas da população europeia.

Do lado dos países em desenvolvimento, admite-se há muito tempo que a maioria dos indivíduos conheçam um ciclo de trabalho intermitente, dividido entre períodos de inatividade ou de emprego em atividades formais e atividades informais, com frequência nos dois simultaneamente. As numerosas tentativas de definição do informal desde os anos 1970 não têm produzido resultados satisfatórios. Sem retomá-las aqui, eu direi simplesmente que aquela desenvolvida por Lautier, Miras e Morice (1991) parece ser a mais pertinente. De fato, Lautier propõe ultrapassar toda análise fundada sobre critérios para se centrar sobre a questão de filosofia política da cidadania, noção que assume diferentes sentidos conforme nos referimos à França, por exemplo, ou ao Brasil onde, desde os anos 1980 e da redemocratização do país, ela está associada a adjetivos que revelam mais debates de políticas sociais que de filosofia política. Na França, a universalização dos direitos remete a uma concepção de cidadania regida pelo Direito; no Brasil, ela é entendida em termos de direitos adquiridos e a conquistar pelos cidadãos e se assemelha aos direitos sociais. Será possível ver aí uma das razões da fragmentação entre áreas – saúde e habitação (De Spiegelaere, 2005), educação etc. – e que as tentativas de romper práticas frequentemente enraizadas se revelarão sem êxito, já que cada um vai querer defender sua zona de influência e se distinguir do outro, percebido como concorrente?

Hoje, muitas pessoas nos países desenvolvidos convivem com a precariedade, mesmo se não se fala a seu respeito de informalidade, como se faria nos países do Sul (Bouffartigue; Busso, 2009). Frequentemente inscritas num emprego precário – temporário, tempo parcial involuntário – esses indivíduos pertencem a uma zona cinzenta, ou seja, navegam em situações nebulosas, híbridas, como o atesta, por exemplo, o estatuto de empresário-assalariado (*entrepreneur salarié*) das CA. – Cooperativas de atividade e de emprego⁴. Essas estruturas visam conciliar “[...] a

⁴ “A originalidade da CAE é de lhe oferecer um estatuto de ‘empresário-assalariado’, que lhe permite receber um salário e se beneficiar da cobertura social de um assalariado clássico [...]” (Agence France Entrepreneur, 2015).

autonomia do empreendedorismo individual com a dinâmica e a proteção coletiva do trabalho assalariado [...]” (Bureau; Corsani, 2015: 214 apud Demoustier, 2006: 129). Essas expressões traduzem a evolução da natureza mesma dos contratos de trabalho (Supiot, 2000, 1998), uma evolução que interpela ao mesmo tempo o direito e a economia do trabalho. O direito do trabalho objetiva garantir a proteção da parte frágil do contrato, está sob ataque por parte daqueles que prefeririam uma relação contratual (qualificada também de convencional) celebrada entre os interesses, que se faria em detrimento da proteção dos salários e consagraria uma mudança de modelo social (AlterEcoPlus, 2015a)⁵. É a natureza da relação salarial que se modifica. O aprofundamento dessa questão se torna necessário a partir do momento em que estabelecemos que o trabalho é uma das chaves para compreender as mutações sociais, mas também territoriais (Azaïs; Corsani, 1998).

Face a tais evoluções, é difícil para o poder público, confrontado também com disputas ideológicas, desenvolver dispositivos, caso deseje. Dispositivos que seriam destinados a atenuar o aumento do desemprego e da precariedade para camadas mais e mais extensas da população à procura de um emprego ou já ocupando um, mas de maneira insatisfatória (tempo parcial involuntário ou CDI em regime de tempo “demasiadamente” parcial, por exemplo), sendo os jovens e as mulheres os primeiros atingidos.

O trabalho é o teatro de dinâmicas que os termos “borrado”, “embaçado”, “jeito” qualificam cada vez mais frequentemente hoje, o que demonstra configurações sociais e territoriais que evoluem sem que seu futuro seja previsível, sinal de que os conceitos até então mobilizados não conseguem mais traduzir a complexidade e o entrelaçamento das situações. Em resumo, são perguntas que soam hoje com frequência e que se referem às realidades concretas, as quais confrontam os indivíduos e as instituições encarregadas de sua proteção. Todas as sociedades são afetadas, mas cada uma responderá a essas questões a sua maneira. É o que mostram as políticas para com os desempregados na Europa, diferenciadas segundo os países, e as que visam reduzir a pobreza e as desigualdades no Brasil, as duas zonas geográficas escolhidas.

Na Europa, as políticas de auxílio aos desempregados, no Brasil, as políticas compensatórias de redução da pobreza e das desigualdades mostram que o nível local continua sendo uma arena adequada para examinar as transformações do trabalho. O papel do Estado e das políticas relativas ao mercado de trabalho é questionado, evidenciando a necessidade de um novo quadro jurídico que ultrapasse a ilusão de um modelo de relação salarial fordista que se teria propagado. Embora esse último tenha moldado o assalariamento no Norte e, por conseguinte, as categorias de análise daí decorrentes como “subordinação e independência”, “dependência e autonomia”, etc., a representação binária do trabalho, forjada a partir dessa aceção – apresentada como uma fase a se realizar futuramente no Sul –, só poderia culminar em uma análise redutora do mercado de trabalho em razão de sua complexidade. Talvez, mais do que formal ou informal, é o aspecto informe, nebuloso, embaralhado do trabalho que predomina hoje e que faz com

⁵ Foulon S. (AlterEcoPlus, 2015b).

que a análise das práticas dos indivíduos, do ponto de vista do trabalho, mas não unicamente, pareça ser a única saída para compreender o que está ocorrendo sem pressupor uma evolução qualquer. A modéstia do pesquisador está em jogo, ele se vê obrigado a deslocar seu olhar e levar em conta determinações multiescalares.

A falta de homogeneidade, na Europa, em medidas que visam combater o desemprego, a opção por políticas compensatórias, no Brasil, para reduzir a pobreza, criticadas hoje pelas classes A e B – os mais ricos –, abrem espaço para uma segmentação do mercado de trabalho e da proteção social enquanto que, em um caso, o discurso oficial defende a adoção de políticas comuns (*Estratégia Europa 2020*) e, no outro, sob um véu universalizante, se estabelecem medidas de individualização.

Como já indicado, não pretendo através desses dois exemplos tecer a trama de uma comparação. Cada um corresponde a uma realidade específica, a Europa estando marcada desde muitas décadas pelo desemprego, o Brasil, por uma pobreza endêmica. No máximo, esses dois casos abordam à sua maneira a questão das desigualdades e da segmentação, segundo uma abordagem multiescalar, levando em conta as dimensões da governança e territoriais.

3.1. Seguro-desemprego nos países europeus: uniformidade do discurso – desigualdades do tratamento

Enquanto os dispositivos macro-políticos são universalistas e insistem sobre o benefício de uma uniformização das medidas em favor do mercado de trabalho e da proteção social, com o objetivo de uma maior eficácia, assistimos de fato, na prática, a uma tendência à sua segmentação, em razão da implementação pelas autoridades locais de ações pontuais destinadas a essa ou aquela faixa da população. Podemos apontar a hipótese que ao nível macro reina a normatividade das preconizações fiéis ao *New Public Management* (Hood, 1991; Hood; Peters, 2004), destacando a tendência à uniformização das diretivas *urbi et orbi*. Por exemplo, no tratamento do desemprego, cada país tem implementado dispositivos que variam de acordo com as épocas e as populações. Quanto à proteção social, a focalização em populações (por exemplo, pessoas idosas dependentes, jovens, mães, deficientes etc.) ilustra também a tendência à setorização do espaço social, dividido em áreas de competência diferenciadas. A setorização corresponde a um processo de especialização da intervenção pública; ela é frustrada no discurso pela intersectorialidade, i.e., “[...] a resposta das administrações públicas aos diferentes problemas decorrentes desse modo de desenvolvimento [...]” (Bilodeau, 2005: 20). Assim, chegamos a um hiato resultante, de um lado, de uma injunção à uniformização dos métodos e, de outro, de uma compartimentação e de uma dispersão das práticas, conduzindo a uma segmentação das medidas e seu esfacelamento, dando uma nova perspectiva ao discurso sobre a uniformização do mercado de trabalho e da proteção social feita pelas instâncias nacionais ou europeias como, por exemplo, a *Estratégia Europa 2020* para o crescimento, o emprego e a proteção social. A palavra de ordem na luta contra o desemprego,

a pobreza e a exclusão social é a da coordenação entre as instâncias europeias e nacionais, através do MAC (Método aberto de coordenação)⁶.

3.1.1. O desemprego, um tratamento diferenciado segundo os países e uma segmentação planificada?

Sob o efeito dos choques econômicos que atingiram a Europa, o desemprego no seio da União Europeia (EU) tem nitidamente aumentado, passando de 7,2%, em 2007, para 9,7%, em 2010, e para 10,6%, em 2012. Essa taxa de desemprego médio mascara grandes diferenças entre os países em termos de dimensão e evolução. As taxas nacionais de desemprego variam entre menos de 5,6% na Alemanha, nos Países-Baixos e em Luxemburgo, e até 4,4% na Áustria, até por volta de 25% na Grécia e Espanha. Entre 2007 e 2012, a taxa de desemprego dobrou em vários países (Estônia, Letônia, Portugal e Dinamarca), triplicando em alguns (Irlanda, Grécia, Espanha, Lituânia e Chipre). Os jovens e os trabalhadores pouco qualificados foram particularmente afetados por esse aumento do desemprego, eles que já conheciam níveis de desemprego notadamente superiores à média europeia antes da crise. No seio da EU, o desemprego dos jovens está atualmente próximo de 23%, ou seja, 7 pontos a mais do que em 2007 (Leschke, 2013⁷). Os trabalhadores temporários e principalmente os jovens, quer dizer, todos aqueles que têm menos chance de receber os benefícios, em razão de uma permanência reduzida no emprego anterior, foram afetados pelo desemprego de forma mais brutal.

Os países europeus reagiram diferentemente. Alguns endureceram a legislação e tornaram mais difícil o acesso dessas parcelas da população atingidas pelo desemprego aos benefícios sociais, outros, ao contrário, a simplificaram e permitiram a indivíduos que não teriam acesso anteriormente recebe-los. Ou seja, as condições de elegibilidade foram expandidas.,o período de pagamento ou o montante pago aumentou. Assim, certos países abriram os dispositivos do desemprego a novas camadas da população, o que representa um ponto de virada em relação àquilo que se fazia até então: durante muitas décadas somente estiveram cobertos aqueles que tinham a justificativa de ocupação de um emprego em tempo integral. Tratava-se de populações protegidas por um sindicato, coisa que evoluiu com as crises econômicas e do sindicalismo. Atualmente, a questão do acesso a um sistema de proteção social para as pessoas detentoras de um contrato de trabalho atípico ou precário se coloca. Assim, como sublinha Leschke (2013), assistimos a uma “segmentação do regime de proteção social” que não permite aos trabalhadores atípicos acessar um regime de proteção social. Às diferenças de tratamento segundo as categorias abrangidas – jovens, mulheres, idosos, etc. – vieram se juntar diferenças segundo o país de residência, o que contribui para reforçar a segmentação do mercado de trabalho. A autora se baseia na mudança de orientação da proteção social na Europa, que admite agora que os trabalhadores atípicos possam ter acesso a um

⁶ Para uma apresentação mais detalhada da *Estratégia Europa 2020* (France, 2011). Sobre a MOC, cf. Conseil National des Politiques de Lutte Contre la Pauvreté et l'exclusion Sociale (2010).

⁷ De quem me valho amplamente nessa reflexão e dados.

regime de proteção social. É o que declara a *Estratégia Europa 2020*, sendo que até então somente se tratava de segurança do emprego e de empregabilidade.

Reconhecendo que diversos princípios básicos do seguro-desemprego podem trazer desvantagens aos trabalhadores atípicos, em particular pelo acesso aos benefícios – mulheres e jovens são muito mais numerosos em trabalho, respectivamente, em tempo parcial e com contrato temporário –, os governantes escolheram proceder a um reajuste na medida em que os critérios de elegibilidade não seguiram a evolução das formas de contrato de trabalho para uma maior instabilidade e precariedade. Os limiares expressos em salário ou em número de horas trabalhadas excluem diretamente aqueles que trabalham pouco. Além do mais, o período de aquisição dos direitos (habitualmente uma duração de contribuição mínima durante um período de referência determinado) pode ainda restringir o acesso às prestações para os trabalhadores em tempo parcial. Quando o período de contribuição se mensura não em meses senão em horas ou dias trabalhados, isso pode também prejudicar os trabalhadores que não totalizam um número de horas equivalente a um tempo integral durante o mês. Outrossim, em vários países, a duração da indenização depende do período de contribuição anterior. Na maior parte dos casos, os mecanismos de seguro-desemprego não são condicionados ao número de horas trabalhadas, de salário ou de duração de contribuição. Contudo, o auxílio-desemprego existe em poucos países europeus e, em particular, não na maioria dos novos Estados-membros. Além do mais, os benefícios do auxílio-desemprego nem sempre são universais. Às vezes reservados aos desempregados com família para sustentar, eles são frequentemente limitados e submetidos a condições de recursos aplicáveis à família ou (mais raramente) à pessoa e/ou ao patrimônio.

Leschke (2013) chega à conclusão de que a segmentação existe ao mesmo tempo no mercado de trabalho e no sistema de proteção social, as duas esferas se reforçam mutuamente. Na maioria dos países, a cobertura é mais fraca para as mulheres do que para os homens, sendo os jovens particularmente penalizados em matéria de acesso ao auxílio-desemprego. Na França, por exemplo, eles não se beneficiam da RSA (Renda de solidariedade ativa) antes dos 25 anos⁸, o que equivale a uma forma de segmentação.

A crise pós-2008 teve um impacto direto sobre o emprego temporário. Com efeito, durante a primeira fase da crise, os trabalhadores temporários foram os primeiros a perder o seu emprego na maioria dos países, ao passo que, na segunda fase, novos empregos foram frequentemente criados sobre base temporária. Paralelamente, o emprego em tempo parcial continuou a progredir ao longo da crise. Pessoas que estudaram pouco e trabalhadores jovens foram os mais afetados pelo desemprego, mas também pela alta que se seguiu do emprego temporário e do emprego em tempo parcial, isso sem mencionar o aumento exponencial dos estágios (Lozier, 2015). Além do mais, os países mais duramente afetados pela crise não só têm visto suas taxas de desemprego subir, a maior parte tem também registrado um

⁸ O direito à RSA está aberto a pessoas com idade entre 18 e 24 anos, se elas são pais solteiros ou comprovam exercício de atividade profissional por período determinado.

aumento do emprego em tempo parcial, o que corresponde para os indivíduos à entrada em uma precariedade disfarçada ou suavizada. As tendências do emprego temporário foram mais variadas nos países particularmente castigados pela crise. Alguns recorreram ao trabalho temporário como uma estratégia de adaptação externa – a Espanha, por exemplo –, enquanto outros, como a Irlanda, assistiram a uma progressão por parte do emprego temporário sobre o emprego total, a despeito do aumento do desemprego. Em todos os países onde o desemprego aumentou, as formas de emprego atípico não escolhido aumentaram – frequentemente em grandes proporções –, o que permite pensar que em época de dificuldades no mercado de trabalho os desempregados são obrigados a aceitar empregos de qualidade inferior. Portanto, a segmentação do mercado de trabalho prosseguiu durante a crise, tanto para certas parcelas da população ativa (os jovens e aqueles que estudaram pouco) quanto para certos países (principalmente os mais afetados pelo desemprego).

Em matéria de proteção social e de seguro-desemprego, diferentes tendências apareceram durante a crise. Algumas parcelas da população ativa, em particular os trabalhadores temporários e, entre eles, os jovens, foram mais atingidas pelo desemprego. Para remediar, uma vez que são as categorias menos suscetíveis de satisfazer as condições de acesso aos seguro-desemprego, vários países, como Finlândia, França, Letônia, Portugal e Eslovênia, têm voluntariamente facilitado – em muitos casos de modo permanente – as condições de acesso, o que melhorou a proteção dessa população. Em outros países, a proteção diminuiu durante a crise. Segundo Leschke (2013: 30-31), trata-se de aproximações e por isso é difícil determinar se a crise acentuou ou, ao contrário, atenuou a segmentação da proteção social, cada país escolheu seu caminho em função de suas características históricas, políticas e econômicas, que não nos compete tentar elucidar aqui, mas que apontam um déficit de harmonização europeia e a prevalência de determinantes nacionais sobre os comunitários.

Outrossim, às medidas adotadas pelos Estados se juntam programas que algumas municípios puderam implementar para compensar os efeitos do desemprego e da precariedade. Assim, as associações de ajuda de retorno ao emprego, as missões locais, as empresas de reinserção floresceram, na França. A inserção pelo econômico se traduziu por uma proliferação de contratos de auxílio que explicam em parte o verdadeiro *patchwork* que representa o mercado de trabalho na França e o número elevado de contratos de trabalho. Em grande parte, as instituições encarregadas da inserção pelo econômico⁹ se apresentam como membros do setor da economia solidária e enquadram toda sorte de programas de contratos auxiliados, amparados por ONGs (Organizações não governamentais), associações, instituições

⁹ “O setor de inserção pela atividade econômica (IAE) compreende quatro tipos de estruturas: duas estruturas de produção, as empresas de inserção (EI) e os ateliers e canteiros de inserção (ACI); duas estruturas de colocação à disposição, as empresas de trabalho temporário de inserção (ETTI) e as associações intermediárias (AI). O campo de análise da missão cobre o conjunto dessas estruturas, sob a denominação ‘estruturas de inserção pela atividade econômica’ (SIAE). Em 2010, cerca de 120 mil assalariados em inserção trabalharam em uma dessas estruturas, em média, a cada mês”; Inspeção geral de finanças, Inspeção geral de assuntos sociais, 2013. “O financiamento da inserção por atividade econômica”, *Relatório*, janeiro (Pelosse et al., 2013).

financiadas por poderes locais, nacionais ou internacionais, com participações cruzadas. Conviria fazer uma cartografia ou apresentar os resultados obtidos por laboratórios ou pelo *observatório francês das desigualdades*. Se essa tarefa imensa fosse realizada, ela permitiria qualificar melhor a dinâmica das políticas sociais implementadas numa escala local. Ela ultrapassa o propósito deste texto.

As mudanças efetivadas em certos países para categorias da população ativa que até então não estavam protegidas e não recebiam nenhum auxílio parecem prefigurar uma evolução das mentalidades e uma tomada de consciência do perigo de desigualdades muito gritantes para a democracia e que elas devem ser combatidas. A situação não é idêntica em toda a Europa, como vimos. Assim, as prescrições supraeuropeias são absorvidas diferentemente pelos países membros, algo que localmente se traduz pela manifestação de interesses divergentes, afirmação que não ultrapassa o estágio de hipótese, aqui.

O quadro teórico previamente delineado centrado na governança, no território e no trabalho cria as condições de uma compreensão detalhada da segmentação e da intersectorialidade. Assim, no caso da luta contra o desemprego na Europa, temos visto que cada país tende a seguir um caminho, fiel a seu percurso histórico e à sua concepção da integração de seus cidadãos, o que reforça a segmentação e vai ao encontro da uniformização defendida em nível global.

No Brasil, a implementação de políticas compensatórias visando reduzir os efeitos perversos da pobreza, desde os anos 1970, indicava a escolha de uma via redistributiva destinada a reduzir parcialmente as desigualdades. Mas, mesmo se elas têm contribuído para introduzir maior equidade social e mesmo sendo apresentadas como soluções, que outros países copiam, essas medidas estão longe de ser radicais e de ter produzido um efeito multiplicador ou os efeitos declarados oficialmente. Sem dúvida, a pobreza diminuiu ligeiramente nesses últimos anos, mas as desigualdades perduram e, nas primeiras dificuldades econômicas encontradas pelo país, a tentação de cortar os programas sociais reaparece, sustentada pela camada mais conservadora do tabuleiro político brasileiro.

A escolha de debruçar-se sobre os embates societários mais característicos em termos de integração social nos dois universos – respectivamente, o tratamento do desemprego e a implementação de políticas compensatórias visando reduzir a pobreza – reforça a ideia de que a comparação *stricto sensu* seria difícil de se fazer, razão pela qual preferiu-se colocar os dois exemplos em perspectiva. O déficit em matéria de integração social passa pelo desemprego na Europa e pela pobreza no Brasil, o que é um meio de indicar a pregnância do trabalho – de sua falta – na Europa, da não cobertura da existência dos indivíduos no Brasil.

3.2. Políticas compensatórias no Brasil: Diminuição da pobreza e redução das desigualdades?

A interrogação parecia óbvia. Se a pobreza diminuiu, em um país tão desigual quanto o Brasil, as desigualdades deveriam também declinar. Mas não foi isso que aconteceu (Rocha, 2012). A questão formulada por Lautier, há 20 anos já,

O Estado-providência europeu (admitindo-se que ele está em crise) e a regulação estatal da pobreza latino-americana possuem a mesma capacidade de engendrar uma superação da situação atual, um outro tipo de relação entre o Estado e a sociedade? (Lautier, 1995: 393)

continua válida. E a propósito da pobreza, Lautier afirmava:

A existência de uma pobreza mais generalizada na América Latina do que na Europa ocidental não é apenas o efeito de uma ausência de Estado-providência; é em primeiro lugar a consequência (ao mesmo tempo que a causa) de uma outra forma, e de um outro modo de reprodução do Estado [...] a questão pertinente consiste em procurar quais são as condições de uma transformação da forma Estado, e de sua recomposição ao redor do Estado-providência, e não da regulação estatal da pobreza [...]. (Lautier, 1995: 391-392).

Por esse ângulo, o autor defendia implicitamente a preponderância do Estado-providência que devia servir de guia a qualquer outra forma estatal. Com efeito, para o autor, o Estado-providência à moda europeia representava um ideal-tipo, servindo de modelo às outras formas de Estado. Tratou-se, de certo modo, de fazer a apologia do modelo europeu (francês) de construção da democracia a partir dos ideais da Revolução de 1789 e glorificar a maneira como a cidadania foi forjada. De minha parte, serei bem mais prudente e preferirei começar por refletir em termos de país e não de subcontinente (América Latina) ou de continente (Europa), porque as trajetórias nacionais da França e do Brasil, por exemplo, têm pouco em comum com as de seus respectivos vizinhos. Alguns pesquisadores se aventuraram a elaborar tipologias dos modelos de proteção social (Esping-Andersen, Théret), mas elas têm os defeitos de suas qualidades: muito gerais, não levam em conta as especificidades locais múltiplas e fragmentadas que fazem a riqueza do tecido social e se assentam sobre o jogo dos atores e justificam a escolha feita de uma entrada teórica pela governança e pelo território. Podemos destacar duas categorias de ação, umas esporádicas, que possuem uma dimensão conjuntural, outras estruturais, instauradas na maior parte do tempo pelas instâncias centrais.

Certas ações esporádicas como, por exemplo, a implementação, pelos governos locais, na maior parte das vezes sob a égide do Estado federal, das *frentes de emergência*, nos anos 1970/1980, no Nordeste, pretendiam amenizar os efeitos deletérios das secas endêmicas que afetam a região. Quem caminhava pelo Nordeste, via com certa surpresa numerosos *açudes*, prova de que a região talvez não carecesse tanto de água, mas que ela era mal distribuída. Além do seu caráter clientelista, essas frentes de emergência permitiam à camada mais pobre da população receber alguma remuneração, um meio de se assegurar a paz social. Assim, estamos diante de políticas federais ou locais visando favorecer a ocupação pontual de camadas consideráveis da população mais carente, mais do que de uma verdadeira política de emprego. Essas atividades não conduziam a nenhum contrato de trabalho, uma vez passada a seca, daí sua qualificação de esporádica,

pontual. Quando muito os trabalhadores sem terra se empregavam, na sequência, como diaristas nas fazendas onde eles haviam “construído” os açudes.

Dentre as ações estruturais, o programa Bolsa Família, o mais emblemático dos programas, tem inspirado outros vários na América latina.

Coube ao governo do presidente Lula ter implementado programas de transferência de renda com o objetivo de combater a fome e a pobreza, política seguida por Dilma Rousseff (Georges; Ceballos, 2014). Já existiam outros programas antes, mas eles não tinham a mesma intensidade nem amplitude. Assim, as políticas sociais passam a ser um dispositivo importante, articulado a uma política econômica em favor do crescimento, da redistribuição de renda e da elevação dos níveis de emprego para reduzir a pobreza e amenizar as desigualdades gritantes. O Brasil se caracteriza pela implementação descentralizada desses programas, o que se traduziu na transferência monetária direta aos beneficiários, fazendo da família e das mulheres, principalmente, a unidade de atenção social, o conjunto se desenvolvendo em um sistema visando unificar os programas e combater toda tentativa de recuperação clientelista graças à transferência monetária direta do Estado para as pessoas. Por conseguinte, assiste-se a uma proposta de articulação de políticas compensatórias com políticas estruturantes e a implementação de condicionalidades para os beneficiários. Sua aplicação pertence a uma concepção *top down*.

O impacto dessas medidas foi amplamente analisado; atualmente, é um pouco o centro da polêmica que pode conduzir ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Rocha (2012) sublinha uma série de determinantes favoráveis ao declínio da desigualdade de renda depois de 1997, entre as quais: o declínio da taxa de fecundidade, a elevação do nível de escolaridade, a política de valorização do salário-mínimo – o qual mais que dobrou entre 1996 e 2012 –, a importância crescente dos benefícios sociais, o comportamento do mercado de trabalho e, depois de 2004, uma taxa de crescimento em alta. O coeficiente de Gini relativo à renda do trabalho passou de 0,58 em 1997 para 0,518 em 2009 e, segundo os dados divulgados pelo IBGE em outubro de 2015, para 0,49 em 2014 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015). Era de 0,495, em 2013. A distribuição de renda média mensal de todos os trabalhos foi mais desigual entre os homens (0,491) do que entre as mulheres (0,474). Isso se explica pelo fato de que entre os trabalhadores não qualificados, os homens têm mais dificuldades que as mulheres em encontrar um trabalho, ainda que mal pago.

Longe de ser uma solução milagrosa, os programas de transferência de renda apresentam uma série de limites. Embora tenham dobrado em uma década, sua participação na renda do conjunto das famílias é pequena: de 0,83%, em 1999, para 1,6%, em 2004, e 1,8%, em 2008. Política focalizada, cujo efeito dinamizador é frágil, ela se caracteriza por gastos de assistência incapazes de resolver e diminuir os efeitos da pobreza e da desigualdade decorrentes da renda, quando sabemos que em 2012 as receitas do trabalho representam mais de $\frac{3}{4}$ daquelas da família, as da seguridade social, 19%, as dos benefícios familiares, somente 1,4% e as provenientes de outras rendas, 2,46% (Rocha, 2012). Essa mesma autora indica

que a renda varia segundo as fontes. Entre 1995 e 2012, a importância, segundo as posições, é a seguinte:

- por tipo de trabalho, passa de 82%, em 1995, para 77%, em 2012;
- pela seguridade social, passa de 14,25% para 19,03%;
- por tipo de benefícios sociais, passa de 0,07% para -0,44%;
- a participação das demais receitas passa de 3,64% para 0,72%.

O impacto respectivo sobre o Gini:

- é de 59,9, para o primeiro item;
- de 16,5 para a seguridade social;
- de 19,4 para os benefícios sociais (incluindo o Bolsa Família);
- e de 4,4 para aquilo que diz respeito às outras receitas.

Assim, constatamos o efeito muito progressivo sobre o Gini dos benefícios sociais, embora os recursos afetados no programa sejam poucos.

A renda do trabalho foi, portanto, o elemento principal da diminuição das desigualdades por duas razões: ela corresponde a 76,2% da renda das famílias brasileiras, em 2009, e a 77,1%, em 2014, e também porque a distribuição da renda do trabalho é o principal determinante da desigualdade de renda total. O papel do salário-mínimo e seu aumento permanente, durante alguns anos, são determinantes. Estamos no direito de nos inquietar, atualmente (março de 2016), com o impacto da recessão econômica sobre a redução das desigualdades e da pobreza, bem como das medidas de política econômica adotadas no primeiro ano do governo Dilma Rousseff 2 (Singer, 2015).

Tais números relativizam o impacto da transferência de renda *via* políticas compensatórias e mostram que apenas uma política de criação de empregos de qualidade, baseada em uma mão de obra qualificada, tem chances de conter a espiral da pobreza. Resta saber se há vontade política. O discurso é bem rodado, mas a realidade é persistente e o número de pobres continua a ser grande demais. O quadro, cerca de um ano e meio depois da eleição presidencial de 2014, é menos promissor do que aquele de antes. Com um país em recessão, a revisão das despesas sociais para baixo está, atualmente, na ordem do dia.

Também aqui, iniciativas locais podem se mostrar promissoras, mas vista a profundidade do abismo, elas arriscam ser não mais do que gotas d'água em um oceano, ainda mais porque as fontes municipais também secaram.

Tratamentos diferenciados segundo faixas de população, mudanças dos cursores para acessar os seguros-desemprego, na Europa, políticas compensatórias para reduzir a pobreza e a desigualdade no Brasil, tal é o quadro que se oferece à análise nesta segunda metade dos anos 2010, num período em que as crises política e econômica estão em pleno andamento. A tese de uma segmentação do mercado de trabalho e da proteção social encontra eco nas medidas tomadas pelos diversos governos, a despeito do discurso vigente.

4. Segmentação do mercado de trabalho e segmentação da proteção social

A segmentação¹⁰ do mercado de trabalho e da proteção social está em vias de se tornar uma característica comum em numerosos países, tanto ao Norte quanto ao Sul, algo que se traduz neste caso por um acesso diferenciado dos trabalhadores aos seguros-desemprego em função de seu estatuto anterior, no Norte. No Sul, isto se manifesta pelo estabelecimento de políticas-alvo, que reforçam a setorialização, ao passo que algumas delas são apresentadas como universais. O assalariado trabalhando para apenas um empregador, em tempo integral e com um CDI – contrato com duração indeterminada – permanece a figura dominante do trabalhador na maior parte dos países membros da União Europeia (EU), na França em particular. No entanto, essa figura “padrão” tende a desaparecer a favor de outros estatutos profissionais e de outras formas de emprego, qualificadas como “atípicas” ou “formas particulares de emprego” (Michon; Germe, 1979), remetendo a uma zona de incerteza, chamada de zona cinzenta, que se traduz por um acesso discriminante aos direitos sociais, segundo os assalariados. A igualdade perante a lei não mais é respeitada. Dessa forma, a diversidade das formas atípicas de emprego gera desigualdades frente aos sistemas de proteção social.

A situação dos trabalhadores “atípicos” frente à crise tem tido evoluções à primeira vista contraditórias. De um lado, esses trabalhadores têm muito frequentemente sido mais duramente afetados do que os outros pelo desemprego, mas, de outro, vários países se empenharam em melhorar sua proteção, tanto no emprego (programas de empregos de curta duração) quanto no desemprego (auxílio-desemprego, políticas de ativação do mercado de trabalho). O emprego em tempo parcial continua progredindo e os empregos criados durante a segunda fase da crise eram frequentemente empregos temporários.

Outras dificuldades aparecem igualmente, a um nível não mais local nem meso, mas mais geral, acerca dos trabalhadores precários. Elas questionam a segmentação do mercado de trabalho e suas repercussões em matéria de proteção social. Quer se trate, ao nível europeu, de avaliar o impacto das medidas tomadas em favor dos desempregados e dos trabalhadores precários, para amenizar as consequências de um desemprego massivo ou, no Brasil, das políticas compensatórias e condicionais *via* programas de CCT (*Conditional Cash Transfer*) numa óptica inicialmente redistributiva, a pluralidade dos dispositivos implementados em cada país testemunha a ausência de uma política comum no assunto e também de apreensão diversa do fenômeno, segundo os territórios e o tempo. Localmente, temos visto, cada país escolheu um modo diferente de regular problemas e que evolui no tempo, o que revela concepções diferentes de luta contra o desemprego e a precariedade, na Europa, e contra a indigência e a pobreza, no Brasil. Na Europa, de um lado, e no Brasil, de outro, estamos na presença de dois espaços totalmente distintos em matéria de mercado de trabalho e proteção social. O quadro

¹⁰ A noção de fragmentação descreve aqui a divisão do mercado de trabalho e do sistema de proteção social em segmentos distintos, que se caracterizam por graus diferentes de proteção para o emprego, o salário e a renda. Esse termo não é sinônimo de dualização, evocada nos trabalhos neoclássicos sobre o mercado de trabalho.

é claramente mais estruturado na Europa com taxas recordes de assalariamento e um sistema de proteção social, notadamente na França, que faz inveja a muitas outras nações. Ele é mais aleatório no Brasil, onde estruturalmente mais da metade da população se encontra nas atividades informais e onde o Estado-providência não cobre de maneira tão favorável as populações quanto na Europa. Isso se deve às modalidades de constituição do Estado-providência: na França, a proteção social está ligada à aceção da cidadania, uma cidadania estendida a todos os membros da comunidade nacional; no Brasil, ela correspondeu à emergência de uma sociedade salarial desde a década de 1930 e desse modo está ligada ao trabalho formal, o que limita seu alcance. No entanto, nesses últimos anos temos podido constatar uma certa reaproximação entre os dois universos, o que levou Ulrich Beck (2000) a elaborar o conceito de “brasilianização” do Ocidente em relação às transformações do trabalho. De um lado, uma precarização crescente do emprego e do trabalho, acompanhada de um aumento do desemprego, de menos proteções e de um crescimento da informalização das relações de trabalho e de emprego. De outro, no Brasil, uma dinâmica de formalização das relações de emprego e de trabalho, especialmente, que durou até 2014 e que é fortemente contestada hoje por numerosas ações como, por exemplo, a lei sobre a subcontratação em vias de ser votada no Congresso brasileiro, que permitiria que mesmo as atividades-fim fossem subcontratadas.

Os sucessos dessas medidas são contraditórios: de um lado, na Europa o desemprego está elevado, com taxas muito diferentes segundo os países. Na França, o desemprego em massa não desaparece. De outro lado, no Brasil, os programas de CCT, visando reduzir a extrema pobreza não tem tido o efeito redistributivo desejado e o coeficiente de Gini geral tem evoluído muito pouco ao longo da última década (Rocha, 2012). Por sua vez, Pochmann (2014) põe em dúvida a ideia divulgada de emergência de uma “nova classe média”, fenômeno que remete mais ao discurso do que a uma consolidação de fato de uma camada da população numa estrutura social menos desigual. Se a extrema pobreza tem diminuído, ela não é acompanhada de uma redução significativa das desigualdades, dado as mesmas terem tido tendência a crescer no período. Esses elementos vão ao encontro de uma maior democracia social localmente.

Conclusão

Este texto coloca em perspectiva dois fenômenos vinculados, direta ou indiretamente, com o trabalho, o desemprego na Europa – e mais especificamente na França – e as políticas compensatórias no Brasil. Não se trata de uma comparação propriamente dita, devido ao fato de as duas medidas remeterem a dimensões societais *sui generis*. O desemprego representa um déficit ou uma inadequação em termos de oferta de postos de trabalho, as políticas compensatórias são um meio de lutar contra a pobreza. Ambos fenômenos questionam, cada um à sua maneira, o modo como cada país trata a questão da integração social. As diferenças provêm em grande parte da diversidade da trajetória histórica dos dois países. Procedem, também, da especificidade da constituição do pacto democrático em

ambos os universos e da acepção da cidadania escolhida. Uma cidadania que remete mais à filosofia política e insiste nos direitos cívicos dos membros da comunidade nacional, na França, e uma concepção baseada nos direitos civis, no caso brasileiro, mais centrada no trabalho, menos cuidadosa dos direitos ligados à pessoa, o que pode explicar as disparidades econômicas gritantes e o alto grau de desigualdades entre os indivíduos. A noção de “cidadania regulada” (Santos, 1979), ou seja, uma cidadania construída acima da posição de classe, do poder econômico e para a qual o Estado tem sempre a última palavra, parece totalmente adequada. Trata-se de um conceito

[...] cujas raízes encontram-se não em código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido como norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em leis. A extensão da cidadania se faz, pois, *via* regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei [...]. (Santos, 1979: 75).

Caberia, então, verificar para cada grupo social a sua posição na escala da governança, ou seja, ficar atento ao lugar que ele ocupa e a partir do qual ele vai defender ou não a sua posição na sociedade. A partir daí, pode-se ter a medida dos jogos de poder dos grupos e dos indivíduos que querem deixar de ser cidadãos “de meia tigela” para se tornarem cidadãos “plenos”, ou seja, membros de uma comunidade onde todos têm os mesmos direitos. Aliado à governança, o conceito de território, enquanto construção sócio-histórica, permite resgatar os embates, captar o jogo dos atores localmente e suas interações com as instituições e ao mesmo tempo considerar as relações interinstitucionais.

Apesar do discurso oficial, na Europa e no Brasil, sobre a necessidade de uma abordagem intersetorial com o intuito de desfragmentar os conhecimentos, mutualizar as ações e, também, de destrinçar politicamente os interesses, lutando-se contra a especialização da intervenção pública e a proliferação de ações semelhantes, porém em setores diversos, assiste-se a um esmiuçar dos dispositivos. Tal dispersão não pode ter um efeito benéfico sobre o mercado de trabalho nem tampouco sobre a proteção social, enquanto que o discurso oficial avança ações destinadas a reduzir a pobreza e as desigualdades, tanto no Brasil quanto na Europa, em diversos graus.

A abordagem pelo território ajuda a validar os argumentos de quem mobiliza a categoria da intersetorialidade, que reconhece a importância das determinações locais. Não resta dúvida que o questionamento sobre a pertinência reside principalmente na diferença de escala entre as medidas tomadas pelos governos para combater o desemprego ou para assegurar aos indivíduos uma cobertura social e uma renda, permitindo-lhes (re)inserirem-se no mercado de trabalho, e que ações locais, pontuais, só têm efeito a curto prazo e, portanto, não podem cumprir o objetivo

para o qual foram criadas. Os dados relativos à Europa e ao Brasil, em matéria de luta contra o desemprego e dirigidas aos trabalhadores precários, num caso, e a implementação de políticas compensatórias, no outro, reforçam a ideia de uma dupla segmentação, do mercado de trabalho e dos regimes de proteção social. A questão é de natureza política. Assim, não há acordo político geral na Europa sobre a maneira de lutar contra o desemprego e de auxiliar os precários, ou seja, os indivíduos que não estão ainda no mercado do trabalho, ou aqueles que dele já saíram ou que ainda estão nele, porém com contratos de trabalho que não lhes permitem viver decentemente, o que os obriga a recorrer total ou parcialmente à ajuda estatal. No Brasil, os programas de transferência de renda condicional e compensatória participam dessa segmentação. O termo “compensatório” aponta um déficit, déficit da sociedade como um todo para com os seus membros mais necessitados, o que conforta a noção de “cidadania regulada”.

Assim, estamos diante de um discurso institucional que exalta a necessidade de ultrapassar a setorização, porém, em matéria de emprego e de proteção social, se produz o inverso e a segmentação sai reforçada. Ela é mostrada como meio de reduzir o aumento das desigualdades. A nível local ou meso, ações públicas ou de associações, de ONGs podem contribuir na luta contra as desigualdades, porém não parecem poder reverter uma tendência forte de um desemprego de massa, que atinge mulheres e jovens, principalmente na Europa, e de uma pobreza endêmica, no Brasil, embora a situação de 25 milhões de pessoas tenha melhorado entre 2003 e 2013. Contudo, não se pode esquecer o peso dos mais ricos na estrutura da renda, peso que permanece inalterado no longo prazo¹¹ e que confirma a necessidade de uma análise das desigualdades sobre o longo prazo, evidenciando o fato de que o aumento da renda dos mais pobres não conseguiu reverter uma tendência estrutural da sociedade brasileira.

Ao final deste artigo, apoder-me-ei da afirmação de Guimarães (2007: 172):

[...] se convergências são possíveis, é preciso interpretá-las do ponto de vista das configurações sociais onde elas têm as suas raízes; nem relativismo cultural absoluto, nem transferência determinista de modelos [...].

As reflexões sobre a pobreza, as desigualdades, o papel do Estado são atuais e o entrelaçamento das escalas representa para os pesquisadores um desafio longe de ser superado.

Paris, 20 de abril de 2016.

Referências

AGENCE FRANCE ENTREPRENEUR – AFE. France, 2015. Disponível em: <www.apce.com/pid648/cooperatives-activites.html>. Acesso em: 19 set. 2015.

¹¹ “A renda no Brasil é extremamente concentrada. Quase metade da renda do país é recebida pelos 5% mais ricos, um quarto pelo 1% no topo. A concentração é tão tamanha que um décimo de toda a renda de 2012 foi apropriada pelos 0,1% mais ricos, um grupo que tem cerca de 140 mil pessoas. E esse quadro é praticamente o mesmo desde, pelo menos, 2006 [...]” (Medeiros; Souza; Castro, 2015).

- ALBA, Carlos Vega. La mondialisation par le bas et ses formes de régulation politique. *Revue Tiers Monde*. France, v. 4, n. 208, 2011, pp. 103-119.
- ALTERECOPUS. *Code du travail: modifier le droit peut-il créer de l'emploi?* France, 2015a. Disponível em: <www.alterecoplus.fr/podcast/code-du-travail-modifier-le-droit-peut-il-creer-de-lemploi-201509181801-00002116.html>. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Droit du travail: un chantier à haut risque*. France, 2015b. Disponível em: <www.alterecoplus.fr/droit-du-travail-un-chantier-a-haut-risque-201509101840-00001440.html>. Acesso em: 12 set. 2015.
- AZAÏS, Christian. Formes de travail, hybridation et dynamique territoriale. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Paris, v. 3, 2003, pp. 379-394.
- _____. Mercados de trabalho e hibridização: uniformidades e diferenças entre França e Brasil. In: CAPPELLIN, Paola; AZAÏS, Christian. (Orgs.). *Globalização e trabalho: perspectiva comparativa entre Norte e Sul. Caderno CRH*. Salvador, v. 20, n. 51, Setembro/Dezembro 2007, pp. 401-417.
- AZAÏS, Christian; CORSANI, Antonella. Travail, territoire, post-fordisme. *Espaces et Sociétés*. Paris, n. 92-93, 1998, pp. 43-66.
- AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.
- AZAÏS, Christian; PEPIN-LEHALLEUR, Marielle. Modes de gouvernance dans quatre métropoles latino-américaines. In: _____. (Orgs.). *Buenos Aires, Caracas, Mexico et São Paulo: entre logiques institutionnelles et acteurs*. Bruxelles, P.I.E. Peter Lang Ed., 2014.
- BECK, Ulrich. *The brave new world of work*. Oxford, Polity Press, 2000.
- BIDET, Jacques; TEXIER, Jacques (Orgs.). *La crise du travail*. Paris, PUF, Actuel Marx, 1995.
- BILODEAU, Angèle. Les conditions de réussite de l'intersectorialité aux niveaux régional et local. *Promotion & Education*. London, v. 12, n. 3, 2005, pp. 20-21. <http://dx.doi.org/10.1177/10253823050120030108x>.
- BOUFFARTIGUE, Paul; BUSSO, Mariana. Précarité, informalité: une perspective Nord-sud pour penser les dynamiques des mondes du travail. *Les Mondes du Travail*. France, v. 9-10, Junho 2009, pp. 27-39.
- BOUFFARTIGUE, Paul; ECKERT, H. (Orgs.). *Le Travail à l'épreuve du salariat: à propos de la fin du travail*. Paris, L'Harmattan, 1997.
- BOURDIN, Alain; LEFEUVRE, Marie-Pierre; MELÉ, Patrice. (Orgs.). *Les règles du jeu urbain: entre droit et confiance*. Paris, Descartes & Cie., 2006.
- BUREAU, Marie-Christine; CORSANI, Antonella. Les coopératives d'activité et d'emploi: pratiques d'innovation institutionnelle. *Revue Française de Socio-Économie*. France, v. 1, n. 15, 2015, pp. 213-231.
- CONSEIL NATIONAL DES POLITIQUES DE LUTTE CONTRE LA PAUVRETÉ ET L'EXCLUSION SOCIAL – CNLE. *Qu'est-ce que la MOC?* Paris, 2010. Disponível em: <www.cnle.gouv.fr/Qu-est-ce-que-la-MOC.html>. Acesso em: 4 abr. 2016.
- DEMOUSTIER, Danièle. L'économie sociale et solidaire et le développement local. In: CHOPART, Jean-Noël; NEYRET, Guy; RAULT, Daniel (Orgs.). *Les dynamiques de l'économie sociale et solidaire*. Paris, La Découverte, 2006, pp. 115-132.

- DE SPIEGELAERE, Myriam. Santé et habitat: réflexion à propos d'une tentative d'approche multiple et sectorielle. *Global Health Promotion*. London, v. 12, n. 3, 2005, pp. 23-27.
- DI MÉO, Guy. Le territoire: un concept essentiel de la géographie sociale. *Les Documents de la MRSH*. France, n. 7, 1998, pp. 49-61.
- DUHAU, Emilio; GIGLIA, Angela. *Las reglas del desorden: habitar la metrópoli*. Mexico, Siglo XXI-UAM, 2008.
- FRANCE. Ministère du Travail, de l'Emploi, de la Formation professionnelle et du Dialogue social. *Stratégie: Europe 2020: pour la croissance et l'emploi*. Paris, 2011. Disponível em: <travail-emploi.gouv.fr/europe-international,884/l-action-europeenne-et,1707/europe,2073/strategie-europe-2020-pour-la,14036.html>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- GEORGES, Isabel; CEBALLOS, Marco. Bolsa familia y la asistencia social en Brasil: de la lucha política a la mercantilización local. *Caderno CRH*. Salvador, v. 27, n. 72, 2014, pp. 513-529.
- GIRAUD, Olivier. L'analyse scalaire des régimes d'action publique en Europe: l'apport méthodologique des comparaisons internationales. *Revue Internationale de Politique Comparée*. France, v. 19, n. 2, 2012a, pp. 15-36.
- _____. Les défis de la comparaison à l'âge de la globalisation: pour une approche centrée sur les cas les plus différents inspirée de Clifford Geertz. *Critique Internationale*. Paris, v. 4, n. 57, 2012b, pp. 89-110.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. La 'brésilianisation' de l'Occident? *Revue Tiers Monde*. Paris, n. 189, 2007, pp. 155-174.
- HOOD, Christopher. A public management for all seasons? *Public Administration*. USA, v. 69, 1991, pp. 3-19.
- HOOD, Christopher; PETERS, Guy. The middle aging of new public management: into the age of paradox? *Journal of Public Administration Research and Theory*. Lawrence, v. 14, n. 3, 2004, pp. 267-282.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa nacional por amostragem de domicílio*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3030&busca=1&t=pnad-2014-populacao-desocupada-cresce-tendencia-reducao-desigualdade-se-mantem>>. Acesso em: 30 nov. 2015.
- LAUTIER, Bruno. Les malheureux sont les puissants de la terre. *Tiers-Monde*. France, v. 36, n. 142, 1995, pp. 383-409. <http://dx.doi.org/10.3406/tiers.1995.5768>.
- LAUTIER, Bruno; MIRAS, Claude; MORICE, Alain. *L'Etat et l'informel*. Paris, L'Harmattan, 1991.
- LE GALÈS, Patrick. Recomposition de l'Etat et territoire: l'Etat régulateur, une révolution bureaucratique en marche? In: *Congrès AFSP*. Lyon, 2005. Table ronde n° 6: Villes, Régions, Etat, Europe: l'action publique à l'épreuve du changement d'échelle.
- LESCHKE, Janine. La crise économique a-t-elle accentué la segmentation du marché du travail et de la protection sociale? Une analyse des pays de l'Union européenne (2008-2010). *Revue Française des Affaires Sociales*. France, n. 4, 2013, pp. 10-33. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-francaise-des-affaires-sociales-2013-4-page-10.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

- LOZIER, Marie-Françoise. L'évolution du cadre juridique relatif aux stages ouvre-t-elle la voie à plus d'égalité pour les jeunes dans l'accès à l'emploi? In: *Communication au Colloque final de ZOGRIS*. Fréjus, 2015.
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Ferreira de; CASTRO, Fábio Ávila de. A desigualdade é mais alta e estável do que se imaginava. *Dados: Revista de Ciências Sociais* [online], v. 58, n. 1, 2015, pp. 7-36. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582015>.
- MICHON, François; GERME, Jean-François. *Stratégies des entreprises et formes particulières d'emploi*. Paris, Université de Paris I, 1979. 385 p. Rapport pour le Commissariat général du Plan, 2 v.
- PELOSSE, Hélène et al. *Le financement de l'insertion par l'activité économique*. France, La Documentation Française, 2013. Disponível em: <www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/rapports-publics/134000228.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.
- POCHMANN, Márcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.
- ROCHA, Sonia. *Transferências de renda no Brasil: o fim da pobreza?* Rio de Janeiro, Campus, 2012.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.
- SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 102, Julho 2015, pp. 43-71.
- SUPIOT, Alain (Org.). *Le travail en perspectives*. Paris, L.G.D.J., 1998.
- _____. Les nouveaux visages de la subordination. *Droit Social*. France, n. 2, 2000, pp. 129-145.
- TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemmas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, Julho/Dezembro 2010, pp. 97-126. Disponível em: <revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas5-6Art4.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2016.
- TRUPIER, Pierre. La sociologie du travail à travers ses paradigmes. In: DE COSTER, Michel; PICHAULT, François (Orgs.). *Traité de sociologie du travail*. 2. ed. Paris, De Boek Supérieur, 1998, pp. 41-59.

Recebido em: 18/04/2016

Aprovado em: 25/04/2016

Como citar este artigo:

AZAÏS, Christian. Luta contra o desemprego e a pobreza, qual segmentação em curso? Exemplos europeus e brasileiro em perspectiva. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 27-49.



Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores

Isabel Pauline Hildegard Georges^{1,2,3}

Cibele Saliba Rizek^{2,3,4}

Resumo: O artigo discute dimensões teórico metodológicas provenientes de pesquisa etnográfica de média duração na periferia leste da cidade de São Paulo. As políticas sociais de saúde, habitação, transferência e geração de renda e seus modos de operação apontam para configurações importantes de práticas, atores e territórios que redesenham concepções e relações entre o estado e populações, entre práticas e sociabilidades apontando para enfoques e questões de pesquisa numa reflexão sobre seus resultados.

Palavras-chave: políticas sociais e política; estado; praticas; escalas; atores.

Practices and devices: scales, territories and actors

Summary: *The article discusses theoretical and methodological dimensions from ten years of ethnographic research in the eastern outskirts of the city of São Paulo. Social policies in health, housing, transfer and income generation and their modes of operation point to important settings of practices, actors and territories and*

¹ Développement et sociétés (DEVSOC) – Institut de Recherche pour le Développement (IRD) – Nogent-s-Marne – França – isabel.georges@ird.fr

² Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil

³ Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil

⁴ Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) – Universidade de São Paulo (USP) – São Carlos – Brasil – cibelesr@uol.com.br

redesign concepts and relations between the state and the poor populations, between practices and sociability, requiring new approaches and research questions and a reflective examination of their results.

Keywords: *social policies and politics; state; practices; scales; actors.*

Esse texto, elaborado a quatro mãos, resulta da tentativa de compreender uma pluralidade de dimensões articuladas como resultado de incursões etnográficas, para além dos procedimentos clássicos de generalização e apreensão de tendências sociais exclusivamente como resultado do tratamento estatístico de grandes bases de dados⁵. Se essa articulação foi estabelecida *a posteriori*, isto é, a partir de um conjunto de reflexões que vieram das interconexões entre momentos e temas de pesquisa, foi com base nesses esforços de observação, entrevistas, incursões que se pôde acumular e compreender um mosaico de situações e seus feixes de interconexão. Os fios entre elas apontam para uma teia que acaba por impor como temas e questões a intersetorialidade das práticas (o que permitiu compreender nexos importantes), redes de atores e modos de operação de programas e políticas, territórios e territorialidades que se cruzam com ou sem superposições. Essas dimensões se impuseram como questões e problemas de pesquisa para além do recorte e da construção dos objetos específicos, que nos conduziram a campo, em cada momento. Por consequência, um conjunto de dimensões teórico-metodológicas se desenhou *como resultado* dessa reflexão porque, ao recortar objetos de pesquisa, ao entrelaçá-los, atira-se no que se vê e acerta-se no que, pelo menos de forma imediata, não se vê. As conexões, a possibilidade de sua apreensão, as relações que pudemos apreender e tematizar resultaram do que pudemos identificar como incursões etnográficas em um território, em um espaço delimitado da periferia leste da cidade de São Paulo que se constitui como ancoragem, como ponto nodal de cruzamento de redes de práticas e atores, de apreensão de dimensões que se conformaram, em um primeiro momento, como estritamente locais e cuja apreensão e compreensão exigiram deslocamentos de escala, para além dos níveis estritos de investigação micro ou macro.

Assim, talvez como descoberta, alguns dos territórios se desenharam ou emergiram como questão a partir das práticas e dimensões observadas – elas também – a partir de incursões e visitas, trajetórias, relatos de vida entrecruzados. Desse ponto de vista, é possível apreender a construção etnográfica dos territórios tanto pela sua presença forte – contiguidade, ancoragem de práticas, proximidades

⁵ Uma versão dessas ideias compõe o texto apresentado por Isabel Georges, “Informalidades do Estado e dispositivos de ordenamento: Uma abordagem territorial, setorial e comparativa”, comunicação no 38º Encontro Anual da Anpocs em Caxambu, MG, em 2014, no GT 34 “Sobre Periferias”; outro conjunto de considerações metodológicas foi escrito pelas duas autoras para o seminário final do projeto ANR Les Suds II LATINASSIST “Gouverner les pauvres en Amérique Latine: gérer les femmes par l’assistance”, em fevereiro de 2014, Nogent-sur-Marne.

– como a partir da ausência dessas dimensões como índices, por exemplo, de certa externalidade que, por vezes, pode se tornar um dos elementos significativos de pesquisa. De qualquer modo, pode-se indicar parte dessas conexões pela presença ou pela ausência, mais uma vez como um procedimento de pesquisa a partir e em razão de relações de proximidade territorial entre práticas e atores, entre nexos, ou de sua inexistência⁶. Pela presença e pela falta, as dimensões territoriais acabam por constituir um elemento cheio de sentidos e significações, amplificados por um lado por práticas que se conectam territorialmente – práticas que constituem territórios do ponto de vista da experiência dos atores e sujeitos – ou ainda do ponto de vista de forças estruturantes de localização, quase sempre múltiplas, que se articulam ou que apenas se justapõem.

Assim, as relações entre a ideia, tanto de dispositivo quanto de agenciamento, e sua ancoragem territorial talvez possam ser pensadas em suas múltiplas intersecções. Dessa perspectiva é preciso mencionar que, ao longo de um conjunto nada homogêneo de incursões a campo, perseguindo pistas de pesquisa a propósito de objetos de investigação diversos entre si, pudemos apreender processos cujo nexos extrapola cada recorte empírico, cada pesquisa em particular⁷. Trata-se de pensar o que poderia ser identificado – no jogo interescalar, assim como no entrelaçamento temporal de processos de pesquisa diversos entre si – como “regimes de visibilidade”, que permitem (ou não) perceber e compreender dimensões da formulação, ação e formas de operação do Estado, esse “fazer estado nas margens” a que se refere V. Das; apreender e compreender sentidos que põem em xeque e em questão formas de operação que se contaminam e se cruzam entre políticas e programas diversos; apreender capilaridades e enovelamentos entre dimensões que conformam campos de pesquisa distintos entre si, como políticas sociais, práticas e concepções religiosas, programas de assistência, de cultura, de moradia e habitação, o chamado “mundo do crime”, entre outras dimensões.

Assim, o não nomeado – que não se desenha ou se desenhou como objeto das incursões a campo e, ao mesmo tempo, o que seria identificado apenas e necessariamente a partir das incursões a campo, a partir das conexões e da

⁶ Note-se especialmente, o exemplo de uma importante Ong local, responsável pela implementação de um conjunto de programas e políticas sociais, que desconhecia inteiramente um grande empreendimento vinculado ao Minha Casa Minha Vida que estaria para ser implementado ao lado de uma de suas subdesdes.

⁷ A pesquisa de campo que está na base da elaboração do diálogo de pesquisa entre as duas autoras foi realizada no âmbito de diversos convênios bilaterais franco-brasileiros e internacionais, por momentos em parceria com Yumi Garcia dos Santos (UFMG): “As novas configurações do trabalho e trajetórias de inserção de populações de baixa renda”, CNPq-IRD, 2007-2011, coordenado por M. de Paula Leite e I. Georges; “A nova gestão da questão social no Brasil: Entre participação e mercantilização”, CNPq-IRD, 2011-2015, coordenado por J. C. Lima e I. Georges; “Emergência e reinvenção: ‘Novas’ e ‘velhas’ políticas sociais no Brasil”, CNPq-IRD, 2013-2017, coordenado por C. S. Rizek e I. Georges, e o projeto de cooperação internacional “Oferta institucional e lógicas de atores: Mulheres assistidas em seis metrópoles da América Latina”, Latinassist ANR Les Suds II, 2011-2014, coordenado por B. Lautier e, posteriormente, por B. Destremau e I. Georges. Além desses projetos, a investigação já concluída com o título “O Social e o Cultural entrelaçados” (CNPq B Produtividade em Pesquisa 2011-2014), a pesquisa Edital MCidades n. 11/2012, “A MCMV-entidades no estado de São Paulo. Abordagem etnográfica de casos selecionados”, coordenada por Cibele S. Rizek, com a participação de Caio S. de Carvalho, Camila Moreno Camargo, Andrea Q. Castro, entre outros pesquisadores.

extensão dos achados de pesquisa –, se transforma em novas questões, permitindo prospecções e projeções sobre novos objetos. Esses elementos podem encontrar amparo nas discussões relativas à pesquisa etnográfica multissituada e estendida tal como formulada por Burawoy⁸ ou mesmo na Grounded Theory (Glaser; Strauss, 1967), tal como também apontou Burawoy (2000).

É ainda importante mencionar que o presente texto é fruto de pesquisa coletiva, de média/longa duração, que teve início com o conjunto de incursões a campo que deu origem ao livro *Saídas de Emergência: Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*⁹ e que desencadeou outros projetos, novas equipes, novos desdobramentos, sobre os quais esta reflexão se debruça.

Alguns exemplos/cenas/situações de pesquisa

Início do milênio – das novas formas de trabalho às injunções Estado/ cooperativas/ associações

Nossos primeiros textos resultaram de uma investigação a respeito das relações entre trabalho “precário” e cidade, e de um conjunto de incursões de pesquisa em um mesmo bairro (Georges; Rizek, 2008, 2012; Rizek, 2010). Entre outras dimensões, algumas questões e desdobramentos ficariam explícitos: a primeira é a distância e as dificuldades relativas à mobilidade urbana como condição daquilo que identificamos – a viabilidade e plausibilidade do trabalho sem registro, sem garantias, sem carteira, supostamente vinculado a uma cooperativa orquestrada a partir de uma associação de moradores que só poderia acontecer ali – em Cidade Tiradentes, onde qualquer outra alternativa suporia ou a mesma precariedade de vínculos e de rendimentos salariais ou a dura e interminável mobilidade para outros pontos da cidade onde seria possível, mas talvez mais difícil, obter alguma renda. O achado de pesquisa – que se conformava em meio a visitas a Cidade Tiradentes acompanhando Robert Cabanes – era uma “falsa” cooperativa de costura cujo regime de trabalho (em que eram evidentes o assédio moral, o uso abusivo do poder de coerção sobre os trabalhadores, demissões arbitrárias, entre outros traços de despotismo presente no cotidiano da cooperativa) conduziu à pergunta sobre as razões do uso da costura como suposta “alternativa de geração de emprego e renda”. Essas razões se assentavam na combinação local de saberes e práticas que permitiam, em uma condição semelhante à do trabalho em domicílio “clássico”, um adensamento da exploração e do uso do trabalho predominantemente feminino. A proximidade dessa prática feminina – e, quando necessário, também masculina – de costura, adquirida como qualificação tácita que já vinha tendo lugar nos apartamentos exíguos dos conjuntos habitacionais de Cidade Tiradentes, permitia o uso de capacidades desenvolvidas a partir dos processos de construção de gênero e exigia quase nada de investimentos prévios, além da qualificação das

⁸ Ver *Global Ethnography*.

⁹ Cabanes et al. (2011).

mulheres, trabalhando em casa, para a entrega de peças bordadas, costuradas, com apliques ou etiquetadas com marcas de prestígio – verdadeiras ou “falsificadas”, combinando “formalidades e informalidades”, legalidades e ilegalismos, em circuitos de práticas de produção e comercialização (Silva, 2008; Georges; Silva, 2007; Rizek; Georges; Silva, 2014; Rizek, 2013).

Assim, costura e reciclagem – em especial a que tem lugar nas pontas mais precárias do bairro, as favelas Jardim Maravilha e Buraco do Gato – pareciam ser as únicas possibilidades plausíveis até aquele momento para uma grande massa de moradores e moradoras de Cidade Tiradentes. A proximidade do local de moradia era o grande trunfo dessas duas possibilidades que, dessa perspectiva, tornavam-se funcionais tanto para seus respectivos circuitos como para a população que delas necessitava para a própria sobrevivência.

O que essas incursões de pesquisa detectaram foi basicamente uma dimensão invisível das relações e formas de trabalho embaralhando circuitos e territórios, mas também entre trabalho associado e trabalho assalariado, próximo do que alguns autores identificam como “precariado” (Braga, 2012). Antigos “bairros dormitórios”, produzidos por conglomerados de pequenos apartamentos financiados por programas de habitação social, assim como loteamentos populares frequentemente irregulares e autoempreendidos nas fronteiras leste da cidade de São Paulo, transmutaram-se em novos territórios produtivos (Rizek, 2012), ainda que não seja possível observar nenhuma unidade industrial em pleno funcionamento¹⁰. Assim, Cidade Tiradentes – um bairro produzido pelo Estado, a 35 quilômetros do centro da cidade – pode ser compreendida como um nó em um circuito de produção de confecções, dentro e fora dos apartamentos, em garagens improvisadas, em cooperativas. Sua produção chegaria a grandes lojas de consumo popular ou de luxo, na feirinha da madrugada ou nos empreendimentos do Ministério dos Esportes. Haveria ali um conjunto de novas e velhas possibilidades de trabalho que se desenvolveriam de modo mais ou menos invisível. Nas relações de trabalho supostamente cooperativadas, ganhou corpo, tal como constatamos em campo e em textos posteriores, a possibilidade de exploração e absorção das parcelas de trabalhadores mais vulneráveis – mulheres negras, idosas, mulheres chefes de família em situações de muita precariedade, presidiários, “autônomos”. Na cooperativa foi possível observar as etapas de confecção de camisetas, bolsas, bonés e bandeiras para atividades esportivas oficiais, inclusive as bandeiras brasileiras que os atletas exibiram nas Olimpíadas de Pequim¹¹.

¹⁰ O mesmo se poderia dizer de alguns nichos de produção, moradia e comercialização do centro da cidade, onde pulam oficinas de costura e seus trabalhadores, que frequentemente moram e trabalham em situações-limite, elas também dificilmente passíveis de serem descritas como trabalho em domicílio. Na verdade, pode-se afirmar que a categoria trabalho em domicílio não se aplica inteiramente a essas situações, em especial as oficinas cujos trabalhadores são bolivianos não documentados. Se o trabalho em domicílio supunha atividades realizadas nos locais de residência dos trabalhadores, trata-se aqui do contrário: esses trabalhadores habitam os locais em que trabalham (Rizek; Carvalho; Camargo, 2014).

¹¹ Georges e Rizek (2008, 2012) e Rizek (2012).

As ambiguidades e dobraduras, as articulações e o modo pelo qual essas populações enfrentam suas condições de trabalho e de vida, trouxeram ainda elementos surpreendentes: trata-se da constituição de um *mix*, também ele da ordem das indiferenciações, entre trabalho social, trabalho associado (ou pelo menos autodefinido como tal) e trabalho assalariado, nas suas formas menos reguladas e mais precárias¹².

Alguns desses primeiros resultados substantivos apontavam para uma presença imprevisível e insuspeita das relações entre situações precárias e informais de trabalho e Estado. A cooperativa, proveniente de uma associação de moradores e mutuários, teria se viabilizado e prosperado produzindo material para um cliente em particular: um ministério do governo brasileiro, ocupado por um dos partidos da base aliada do primeiro governo Lula. Assim, em condições muito precárias de trabalho supostamente associado era possível ler a inscrição símbolo dos governos do PT – *Brasil um país de todos* – estampada nas camisetas e em outros produtos fabricados em regime de relações de trabalho informal mas, sobretudo, precário e despótico.

Foi então possível detectar o lugar de um dentre muitos *diferentes modos de informalidade e precariedade* nas dobraduras da ação do Estado, um primeiro sentido das relações informais de trabalho como parte do leque de informalidades do Estado que acabaria por reforçar e se utilizar dos “dispositivos de ordenamento” vigentes no território das periferias das grandes cidades brasileiras, a partir dos seus mecanismos de funcionamento e suas intersecções com outras relações sócio-espaciais, outros modos de ordenar e territorializar sociabilidades. É possível, assim, remeter essas dimensões à contribuição de Antônio Machado da Silva (2014) sobre o que estaria por traz da resiliência da categoria do informal, apesar do seu aparente esgotamento e de sua transformação em continente de múltiplos conteúdos ou, como aponta Machado, em categoria “ônibus”. Trata-se de constatar que a presença do Estado não significa necessariamente o aumento de formalização (e, mesmo se houver, essa presença não institucionaliza necessariamente situações de trabalho “virtuosas”, cf. Georges, 2015, entre outros).

Esse ponto de partida analítico revelou que a forte presença direta do Estado no âmbito local, através de programas diretos do governo federal, com enorme visibilidade política, podia não significar garantia de *acesso aos direitos* (expressão usada por um gerente das políticas de assistência, participante das conferências municipais de assistência da qual participamos) no sentido de sua universalização. Ao contrário: a constatação era de uma institucionalização de jogos de poder, por meio de distribuição de favores e consolidação de um mercado eleitoral para

¹² Há aqui uma questão de nomeação que não se pode deixar de assinalar. As palavras precariedade e informalidade, entre outras, que apontavam para uma característica não regulada e vulnerável das situações de trabalho, portanto, para uma característica negativa da inserção produtiva de camadas populares, parecem não dar mais conta da gigantesca diversidade e multiplicidade de situações que se abrigavam sob essas denominações. Continuamos, entretanto, utilizando os mesmos termos, ainda que reconhecamos sua insuficiência.

partidos aliados¹³. Nesse sentido, esse primeiro experimento de inserção no campo de pesquisa devidamente transformado em problema teórico e empírico funcionou como um “choque” que orientaria nosso olhar. Alertou para a função do Estado como intermediador de ilegalidades/ilegalismos, criador de “informalidades” e precariedades sob o manto de programas de economia solidária e de iniciativas de geração de emprego e renda que perpassavam e constituíam situações despóticas de trabalho dentro de um circuito produtivo e político que se enreda na constituição nada virtuosa de um social recriado¹⁴.

Saúde e cultura: privatizações cruzadas

Nesse mesmo território, bem como nos bairros mais consolidados da periferia leste, também a partir de incursões etnográficas, outro achado surpreendente, explorado em textos também já publicados (Rizek, 2013; Georges, 2014, 2015), apontava para dimensões territoriais diversas entre si, que se articulavam onde tínhamos concentrado esforços de pesquisa. Acompanhando pesquisadores que estavam às voltas com os modos de operação dos programas de saúde (Georges; Santos, 2016), um outro conjunto de achados acabou por tomar corpo, colocando desafios muito interessantes: por um lado, a dimensão multiescalar – a necessidade de deslocamentos escalares impostos pelos desafios de pesquisa que a partir de então se colocavam. Por outro, o fato de que esses achados foram possíveis necessariamente a partir das dimensões e incursões de pesquisa centradas em um mesmo território. Trata-se do que pôde ser nomeado como **privatizações cruzadas**, as quais apontavam para uma proposição e uma política de implementação de serviços de saúde e de cultura que teve na experiência paulista e paulistana um de seus pontos nodais.

A partir da Organização Social a cargo dos serviços de saúde em todo território do extremo leste da cidade de São Paulo foi possível puxar os fios de uma trama que permitiu perceber de que modo a privatização do financiamento e gestão da cultura e da saúde se entrelaçaram, alcançando, por um lado, a permanência intocada de políticas culturais de cunho federal que datavam dos anos 1990 e foram se atualizando ao longo das duas décadas dos anos 2000; e, de outro, as políticas de terceirização em todos os âmbitos de atenção à saúde levada a cabo de modo pioneiro pelos governos de São Paulo (estado e municípios) (Georges, 2011; Georges; Santos, 2016; Rizek, 2013). Esse cruzamento das atividades e instâncias culturais e dos diferentes níveis de atenção em saúde nas mãos do mesmo grupo de gestores também permitiu interrogações e problematizações que, a partir de um território específico e de um olhar voltado para os programas sociais, tornaram

¹³ Note-se que a zona leste representa um forte contingente populacional, de uma população pobre, que vota tradicionalmente “à esquerda”. Foram frequentes as menções à obrigatoriedade de participação dos trabalhadores dessa “cooperativa” dos atos e manifestações do Pcdob, que estava à frente do Ministério dos Esportes à época. Essa também era a filiação partidária dos gerentes e promotores da iniciativa de “trabalho associado”. Ver Georges e Rizek (2008).

¹⁴ Ver a esse respeito Rizek (2016). No texto a autora se apropria da noção de invenção do social tal como formulada por Paulo Arantes na entrevista concedida à *Revista Caros Amigos*, fevereiro de 2015.

possível apreender fenômenos que dizem respeito à gestão da vida, à “trama dos viventes”¹⁵ e a um conjunto de dispositivos articulados naquele território específico. Esses múltiplos cruzamentos permitiram compreender dimensões que enovelavam fluxos decisórios, de financiamento e de formulação que apontavam para um quadro estruturante da gestão da vida por meio do governo dos pobres – de seus corpos e condutas – que se desdobra na instituição de uma moral dos pobres, em práticas e representações que pudessem conformar a figura exemplar do bom pobre, aquele que merece se tornar beneficiário dos programas sociais redistributivos (Lautier, 2009, 2014; Georges; Rizek; Ceballos, 2014; Destemau; Georges, 2016).

Achados de pesquisa durante as incursões etnográficas realizadas em Cidade Tiradentes e Guaianases entre 2011 e 2013 tiveram como subproduto a percepção a princípio inusitada de indícios que apontaram para um conjunto de *novas formas de captação de recursos*, por meio de eventos, práticas culturais e de gestão de serviços privatizados de saúde na Zona Leste da cidade de São Paulo. O cruzamento entre modos de captação, gestão terceirizada da cultura e de ações e equipamentos de saúde apontaram para a intersectorialidade dessas práticas, conformando o que poderia ser identificado como **um planejamento social privado** minucioso por parte de Organizações Sociais de Cultura e de Saúde, que pareciam redesenhar formas de atuação e margens do Estado nas suas relações com programas sociais e com a população paulistana dos bairros mais pobres, especialmente a leste da cidade. Alguns desses bairros conformaram assim um *território de experimentações dessas práticas cruzadas* para além das caracterizações clássicas das zonas periféricas das grandes metrópoles [...] Talvez esses achados de pesquisa apontem para conformações diversas, modelizações diversas de construção e gestão do social no âmbito das gestões lulistas e petistas e das gestões do conglomerado de partidos nucleados pelo PSDB. Talvez se possa afirmar que estamos diante de duas formas de invenção e gestão do social, embora com pontos de contato, enovelamentos por vezes pouco passíveis de distinção¹⁶ (Rizek, 2016).

A partir das incursões a campo, foi possível perceber a formação de um terreno fértil para a ação de grupos e de empreendimentos privados que, crescendo em

¹⁵ Menção ao título do livro *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Birman et al. (2015).

¹⁶ Ver a, esse respeito, a entrevista de Paulo Arantes já mencionada. Depois de afirmar que o PT e o petismo inventaram um social no Brasil, distinto dos processos social-democratas, ele afirma: “falta mencionar, mas apenas mencionar, a terceira perna desse governo do Brasil que, em conjunto ou sucessivamente, tucanismo e lulismo consolidaram. A redescoberta da política, como se viu, deixando para trás como relíquia arcaica a política da luta de classes, em qualquer de suas duas versões antagônicas, liberal e socialista, recebeu sangue novo também da reviravolta gestonária do mundo corporativo, que por seu turno também reinventou o social, mais exatamente a responsabilidade social, e tudo o mais que daí se segue, anunciando que a política dos políticos era mesmo o que as pessoas pensavam, um lixo. E tudo com muita participação e sociedade civil ativa e propositiva. Perversa ou não, deu-se uma confluência inédita com o aparato estatal e adjacências operando segundo a mesma lógica gerencial. Não é que a reinvenção petista da política tenha sido anulada ou sequestrada, simplesmente seus futuros parceiros se puseram em movimento ao também se darem conta que seu público-alvo se movera. Juntando as três pernas dessa fórmula tripartite de governo do país, teremos enfim identificado, na sua real natureza de tecnologia social de poder, o famigerado neoliberalismo. O PT foi um de seus inventores”. Rizek, 2016).

espiral, ofereciam, geriam e promoviam serviços, ações e práticas no campo das políticas sociais, de saúde e de assistência, dando origem à gestão empresarial do cotidiano e reconfigurando as relações entre Estado, serviços, populações e uma constelação de programas e políticas sociais e culturais que rearranjam em outra chave práticas de consumo, formas de sociabilidade e formas de expressão.

Em visitas a campo ocorridas entre 2010 e 2012 e a partir da sistematização de informações de pesquisa, a coincidência entre um conjunto de iniciativas de cunho cultural e a gestão de programas e equipamentos de saúde começou a se delinear como inquietação. Cruzavam-se escolas de música, faculdades, oficinas culturais, grandes eventos da agenda paulistana e hospitais, postos, agentes e programas de saúde e assistência à família, como práticas das organizações sociais e culturais capitaneadas pelo mesmo grupo, constatação que foi o ponto de partida de novas incursões a campo, bem como de novas questões de investigação¹⁷.

Algumas dimensões ganhavam força como elementos estruturantes do que se constatou em campo. A primeira foi a compreensão da gestão terceirizada dos serviços de saúde promovida pelas gestões Serra/Alckmin e Serra/Kassab, no município e no estado de São Paulo. Esses mecanismos de transferência de gestão da saúde do Estado para organizações sociais tiveram início a partir do final da gestão Erundina, em 1992 – e se estendem até hoje (Georges; Santos, 2016, capítulo 2 e 3; Rizek, 2013)¹⁸. A segunda dimensão decorria da **presença concomitante** de instituições encabeçadas por religiosas católicas tanto em hospitais e programas de saúde (como o Estratégia Saúde da Família) e seus equipamentos de ancoragem, que atendem a população que habita Cidade Tiradentes e outros

¹⁷ Esse conjunto de achados de pesquisa dizem respeito especificamente a bairros da Zona Leste da cidade de São Paulo, sobretudo no que diz respeito à privatização e gestão dos equipamentos de saúde. Os achados de pesquisa iniciais que forneceram as pistas para uma incursão mais aprofundada na questão são provenientes de anos de acompanhamento de atividades e práticas em Cidade Tiradentes – no extremo leste do município, que pode ser caracterizada como um dos últimos bairros da cidade a se formar. Cidade Tiradentes ficou conhecida como “o maior conjunto habitacional da América Latina”, tendo sido formada a partir de remoções provenientes de obras e de intervenções por toda a cidade de São Paulo. Apesar de inicialmente constituída por pequenos edifícios da COHAB, o bairro cresceu a partir de combinações entre loteamentos e edifícios estabelecidos ou construídos de forma regular e pedaços de território ocupados irregularmente. A presença de assentamentos regulares ao lado de outros pouco ou nada regulares e/ou regularizáveis – favelas, habitações que se transformaram em estabelecimentos comerciais, edifícios da COHAB, terrenos e encostas também ocupados irregularmente, acabou por configurar uma população de cerca de 215 mil habitantes. O bairro cresce mais do que a média dos bairros paulistanos e tem cerca de 72% de sua população ganhando em média 2 salários-mínimos mensais (cf. São Paulo, 2012). Ao lado de Cidade Tiradentes, Guaianases é um bairro também constituído por populações de baixa renda e conta – somando-se a população de Lajeado – com cerca de 25 mil habitantes. Esses bairros estão a cerca de 35 km do centro da cidade. Guaianases conta com o serviço de trens da CPTM e Cidade Tiradentes, apenas com serviço de algumas linhas de ônibus, reconhecidamente insuficientes para o transporte adequado da população. A partir de achados e informações dispersas, seguindo pistas e indícios, acabamos por perceber que grande parte dos equipamentos e serviços de saúde das periferias paulistanas estão sendo geridos por contratos com organizações sociais, como se constatará adiante. A especificidade dessas organizações identificadas no texto está assim no cruzamento entre as atividades de saúde e de cultura.

¹⁸ A gestão Haddad não pôde alterar significativamente os contratos de gestão privada dos serviços de saúde da cidade.

distritos da Zona Leste de São Paulo, como em ações, instituições e programas de cunho cultural que se estendem ao município como um todo.

Assim, para entender os processos que têm lugar no complexo de instituições de saúde geridas por essas organizações é preciso perceber como se enlaçam serviços e captação de recursos, por meio de um mecanismo de privatização da cultura e de terceirização dos equipamentos e serviços públicos de saúde, de modo entrecruzado¹⁹. Esse achado de pesquisa, ausente na literatura sobre cultura e saúde em São Paulo e no Brasil, parece constituir um caso em que se retroalimentam gestões e arbitragens privadas tanto das atividades culturais quanto de dimensões relativas à assistência à saúde, em suas injunções com a assistência social às famílias (Rizek, 2013; Georges e Santos, 2011, 2013, 2016; Santos, 2014). Trata-se de uma intrincada forma de engenharia organizacional que combina investimentos e aplicação de recursos, assim como setores, de forma bastante complexa, o que requer uma fina apreensão e manejo dos meandros dos processos de financiamento assim como uma perspectiva combinada que permita caminhar pelos processos de terceirização da saúde no estado- sede da privatização dos serviços públicos sob a égide dos governos do PSDB²⁰.

Habitação e assistência: Da produção da “demanda” ao “governo moral dos pobres”

Moradia e demanda

O Programa Minha Casa Minha Vida foi apresentado como uma das grandes realizações dos governos Lula e Dilma e marcou as cidades brasileiras de forma indelével. No âmbito desse programa foram contratadas, até o início de 2014, 3,4 milhões de unidades habitacionais, das quais 1,7 milhão foram entregues. A pesquisa realizada sobre o programa teve como objeto a modalidade “entidades”, que atende a chamada faixa 1, composta por famílias que recebem mensalmente até 1.600 reais. A produção dessa modalidade é contratada não por construtoras, mas por organizações populares, associações, cooperativas, que compõem o universo de “entidades” que se responsabilizam integralmente pela indicação das famílias e por todo o processo de produção — da pesquisa do terreno à entrega das chaves, passando por desenvolvimento e aprovação de projeto e execução das obras civis. Trata-se, de um lado, de uma produção ínfima em termos quantitativos, se comparada a toda produção do programa; de lado, a presença e permanência dessa modalidade tem uma dimensão política paradigmática, apoiando-se na tradição

¹⁹ Em visita ao Hospital de Itaquera em maio de 2011, um dos responsáveis pelo serviço de oncologia pediátrica afirmou que a estratégia era a captação de recursos pelos grandes eventos culturais para a manutenção do serviço de ponta no hospital de Itaquera. Essa pista deu origem ao mapeamento desse texto.

²⁰ Essa confluência entre governos municipal e estadual foi um elemento importante para a captação e investimento que parece se configurar como fato consumado no Estado de São Paulo, mas que se desenha como tendência em outros estados e municípios do país, a julgar por algumas linhas de financiamento do Ministério da Cultura, em especial as que vinculam Saúde e Cultura. Ver os editais Cultura e Saúde e Rede Saúde e Cultura (Brasil, 2004, 2008).

de políticas habitacionais autogestionárias, envolvendo os mais representativos movimentos de luta por moradia e reforma urbana do país²¹.

O PMCMV-Entidades apresentaria, então, os requisitos que caracterizaram a produção habitacional por autogestão à brasileira (ou o discurso sobre essa produção): os futuros beneficiários, potencialmente selecionados e conhecidos antes dos processos de obra, poderiam participar dos projetos e da execução, poderiam conhecer o terreno e seu entorno, opinariam sobre a concepção, acompanhariam o gasto de recursos, entre outras dimensões e supostas vantagens das formas de participação que possibilitariam a melhoria da qualidade das moradias. Esses processos, ricos e complexos, poderiam representar uma cunha no contexto geral do MCMV – majoritariamente destinado às construtoras e seus processos financeirizados de acumulação²².

O desenvolvimento da pesquisa, entretanto, conduziu a constatações e conclusões que apontavam em sentido contrário a esses pressupostos potencialmente virtuosos. A primeira observação relevante foi a de uma corrida de obstáculos na qual a dimensão urbana desses conjuntos acabaria por se tornar secundária. Os empreendimentos do estado de São Paulo localizaram-se em terrenos comprados no mercado, em bairros periféricos precariamente consolidados ou nas franjas da mancha urbana metropolitana. Reproduziram, assim, de modo não raro agravado, a má localização dos empreendimentos que resultaram de outras modalidades de política habitacional em âmbito federal (os conjuntos do BNH, estadual ou municipal). Com o valor do terreno embutido no valor da unidade, acabou por prevalecer a lógica do terreno mais barato, que viabilizaria os empreendimentos.

Assim, o PMCMV-Entidades acabou por conduzir até mesmo os movimentos por moradia que lutavam por unidades habitacionais no centro da cidade, como o Fórum de Cortiços e o Movimento de Moradia no Centro (que mudou o significado do “C” de sua sigla, passando a se chamar Movimento de Moradia da Cidade) a uma busca de empreendimentos nos bairros periféricos Lajeado, Guaianases e Cidade Tiradentes. As dimensões dos terrenos “viáveis”, pelo alto potencial construtivo ou pela quantidade de unidades a serem construídas, levaram a uma prática de “consórcios” de movimentos e associações. Além dessas associações entre movimentos de orientações diversas que, na prática, se consorciaram, as associações e entidades, necessariamente habilitadas junto ao Ministério das Cidades, muitas vezes com trajetórias e filiações políticas distintas, deveriam obrigatoriamente compor e constituir as “demandas”, indicando famílias de suas bases, para que se viabilizassem conjuntos que chegam à marca de mil moradias,

²¹ A pesquisa resultou de projeto submetido e aprovado em edital do Ministério das Cidades e do CNPq que envolveu, sob a coordenação de Cibele S. Rizek, pesquisadores ligados ao IAU (Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – campus São Carlos) e à assessoria técnica Peabiru e que recortou as contratações e a produção realizada pela modalidade “Entidades” no estado de São Paulo, muito embora a sistematização de informações secundárias necessária para o dimensionamento e a reflexão sobre o programa tenha se estendido para o âmbito nacional. Alguns textos já publicados serviram de base para as considerações presentes nesse texto. Ver especialmente Rizek, Carvalho e Camargo (2014).

²² Ver Shimbo (2012).

dividindo o empreendimento em diversos contratos, para que fosse respeitado o limite de 300 unidades da normativa que regulamenta o programa.

Note-se ainda que esse processo permitiu (para não dizer induziu) a reconversão de entidades de outros campos de atuação social (a AMOVA, por exemplo, anteriormente dedicada à alfabetização de adultos) para o campo da habitação social. Associações e movimentos seriam transformados em máquinas de produção e/ou contratação de casas. O PMCMV-Entidades constituiu assim um enorme campo de consenso fora do qual parecia não haver saída para a conquista da moradia. Esse campo acabou por envolver até os movimentos que foram responsáveis pelas mais importantes ocupações de terrenos em São Paulo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Pobreza, assistência e demanda

Entre 2010 e 2011 realizou-se uma pesquisa etnográfica sobre as formas de concretização das políticas de assistência social de “baixa complexidade” no município de São Paulo, por meio de observação participante e entrevistas biográficas²³, em uma Ong de cunho religioso neopentecostal (Georges; Santos, 2013). Situada em bairro mais consolidado da Zona Leste, a entidade/Ong/ associação/empresa moral era encarregada pela prefeitura do desenvolvimento do PAIF (Programa de Atenção Integral à Família), do Ministério do Desenvolvimento Social. Por meio de uma análise do “jogo de escalas” (Revel, 1996), surgiram, novamente, as articulações entre práticas e horizontes que se conformam como estatais, sociais e de mercado, ao longo da cadeia de produção do cuidado, com destaque para a “participação” como forma de legitimação da demanda social e para a instrumentalização do trabalho das mulheres, tanto no âmbito de suas famílias como do trabalho social precário.

No Brasil, o direito de acesso às políticas de assistência social – por meio do SUAS – Sistema Único de Assistência Social²⁴ – ainda em *vias* de universalização – tem como principal modelo o SUS – Sistema Único de Saúde, criado em 1990. Nessa perspectiva de universalização do acesso aos serviços socioassistenciais, o PAF – Programa Ação Família foi implementado no município de São Paulo²⁵ em 2005, por meio de terceirização empreendida por entidades da sociedade civil, com a supervisão dos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social.

²³ As entrevistas foram realizadas com os usuários, agentes de proteção social, técnicos e gerentes. A pesquisa contou com 60 entrevistas, no total.

²⁴ O SUAS, por sua vez, ganhou o estatuto de lei em julho de 2011. É regulamentado pela NOB – Norma Operacional Básica desde 2005, a qual materializa as diretrizes da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 e focaliza a família com base no território. Tal método de gestão tem se constituído em base operacional das políticas sociais durante a última década.

²⁵ O programa anterior, ProASF (governo Marta Suplicy), foi reformulado como Programa Ação Família – Viver em comunidade (2005), na gestão de José Serra, passando a ser chamado Programa Ação Família, em 2008. De acordo com os membros da equipe da unidade do PAF estudado, o programa tomou como referência principal o programa chileno PUENTES.

A forma de operacionalização local do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (inscrito no SUAS – Sistema Único de Assistência Social) por meio da intervenção de entidades da sociedade civil (no total, em São Paulo, cerca de mil Ongs e outras entidades cuidam do conjunto dos serviços assistenciais) constituiu-se no modo paulistano de lidar com a descentralização administrativa, a partir da lei de responsabilidade fiscal.

O exemplo estudado recebeu o nome fictício de *Fundação Paixão* - uma entidade sem fins lucrativos, uma ONG de cunho religioso, sediada na Zona Leste de São Paulo, que mantém em 2010 vários convênios com a prefeitura, entre os quais o PAF pesquisado. Sua origem como igreja pentecostal remonta a 1979. Foi fundada por um médico, atualmente pastor da igreja. A gestão da ONG teria sido transmitida para seu filho. Hoje a igreja possui 6.000 fiéis em vários bairros da cidade de São Paulo, sendo que as 44 igrejas do território nacional contam com cerca de 20.000 a 30.000 fiéis. Internacionalizou-se recentemente, com uma igreja no Japão (destinada inicialmente aos imigrantes brasileiros) e outra na Espanha. Desenvolve um trabalho caritativo desde 1982, primeiro por profissionais voluntários da área médica da comunidade religiosa, nas salas adjacentes à igreja. Em 1996, transformada em ONG, contando com a contribuição decisiva do filho do fundador, médico ginecologista, vereador [...] durante vários anos e eleito deputado Estadual (PSDB) em 2010. Desenvolve o primeiro projeto caritativo com a comunidade no final dos anos 1990, (o) primeiro em parceria com uma outra entidade religiosa americana. No início dos anos 2000, assume [...] convênio com a prefeitura, cuidando de uma creche que foi retomada de uma outra entidade, que desviou recursos. Se em 2008, a Fundação emprega 70 trabalhadores(a)s formais (CLT), em 2010, eles(elas) são 280, mais 180 voluntários, que “doam” entre um ou dois dias de trabalho por semana à entidade. A gerência da entidade é composta por 13 pessoas, todos(as) membros da igreja, enquanto 30% do conjunto dos(das) trabalhadores(as) pertencem à igreja. A ONG é dirigida por um conselho, composto pelo presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário e tesoureiro; assim como por um conselho fiscal e curador.[...] O presidente atual, um empresário do ramo de bombas de extração, pastor voluntário da igreja²⁶, é o antigo tesoureiro. Em 2010, a entidade mantém oito projetos conveniados com a prefeitura: quatro creches, dois programas Ação Família, um restaurante para moradores em situação de rua “Bom Prato” na Lapa e uma casa de abrigo para mulheres em situação de violência doméstica. Na sede encontram-se igualmente uma policlínica e uma farmácia (distribuição de remédios [provenientes] de doação) focada na saúde da mulher assim como projetos assistenciais como a distribuição de leite e de cestas básicas. Desenvolve também um projeto de artesanato com mulheres do bairro e emprega duas costureiras. Também há um programa de penas alternativas e um projeto de apadrinhamento de crianças para o Natal. Entre os aproximadamente

²⁶ Mais que metade dos pastores da igreja são voluntários, sem remuneração, muitas vezes médicos e profissionais liberais; para os outros, ser pastor se tornaria ofício. Esses receberiam uma ajuda de custo.

sete milhões de reais que circulam pela entidade por ano, 80% provêm dos convênios com a prefeitura, o restante sendo a “contrapartida” da instituição, oriunda de doações de membros da comunidade e de outras arrecadações (dízimo, resultado de bazares, etc.)²⁷, inclusive para providenciar os locais de desenvolvimento dos programas, não incluso nos valores dos convênios (Georges; Santos, 2013: 162-163).

Desde 2011, cada unidade que operacionalizava o SASF – Serviço de Assistência Social às Famílias e de Proteção Básica no Domicílio (que substituiu o PAF – Programa Ação Família, para se tornar um serviço permanente) seria composta por um(a) gerente, quatro técnicos com formação universitária e oito APS – Agentes de Proteção Social. Esses atendem cerca de 1.200 famílias por mês²⁸, cada agente sendo responsável por 150 famílias. Os(as) agentes são mulheres, na sua maioria. As principais atividades desenvolvidas são as reuniões socioeducativas e as oficinas de “formação profissionalizante” (manicure, cabeleireira, artesanato, etc.), assim como as visitas domiciliares, cujo objetivo era o de orientar as famílias. O PAF, assim como o atual SASF, teria como atribuição a realização de um serviço de assistência social em domicílio, serviço de assistência que complementa, em tese, a recepção de diversos PTR – Programas de Transferência de Renda e de benefícios pelas famílias, como o Bolsa Família, o BPC – Benefício de Prestação Continuada, Aposentadorias, etc., oriundos tanto da esfera federal como provenientes do estado e/ou do município. A finalidade do PAIF e dos seus serviços acabou por se tornar objeto de negociação entre o governo municipal e as Ongs e entre essas e os usuários e, ainda, acabou por se tornar objeto de formas de apropriação diversas – que vão do controle das condicionalidades de benefícios sociais até a mobilização da população pobre nas suas reivindicações do acesso “ao ter direito aos direitos”. Como outras políticas sociais, esses programas e serviços são de cunho “familista” (Mioto, 2010) e têm como eixo central a dimensão “socioeducativa”. A maioria das pessoas atendidas pelo programa são mulheres pobres, assim como as trabalhadoras dos processos de implementação e acompanhamento. É preciso atentar, em particular, aos resultados e às formas de operacionalização desses programas e serviços que, embora não previstos, ganhavam concretude produzindo modos de governo e relações de gênero.

“No caso emblemático da Fundação Paixão (FP), essas práticas e mecanismos revelariam as formas de operacionalização de uma **“gestão sexuada do social e da pobreza”** nas políticas assistenciais contemporâneas voltadas

²⁷ Doações de pessoas físicas, principalmente através do Fumcad (até 1% do imposto, pelo qual o contribuinte pode definir a entidade que vai receber a doação), possibilidade de arrecadar o IPVA (pela obtenção do selo de entidade não-lucrativa, atribuído pelo governo federal).

²⁸ No caso do PAF pesquisado, a entidade atende quatro áreas com características sociodemográficas diferentes, todas no entorno da entidade, situada no norte do distrito de Itaquera. Dispõem de melhor equipamento em termos de infraestrutura e de transporte o setor I, em volta do Conjunto Habitacional Águia de Haia, que atrai inclusive uma população vinda de outros bairros da Zona Leste; e o setor II, pertencente ao Conjunto Habitacional A. E. Carvalho. Esses se contrapõem aos territórios da Vila Nova União, e de Vila Taquari, ambos formados principalmente por ocupações irregulares. São notáveis as diferenças entre os tipos de usuários, o tipo de serviço oferecido e a forma de atendimento em cada bairro.

às famílias, através dos seus(suas) trabalhadores(as) e suas interações com as mulheres “assistidas”, assim como o cruzamento das relações de classe e de gênero ao longo da cadeia de terceirização do serviço de assistência em análise – dos(das) gerentes aos(às) usuários(as) – e seus condicionamentos recíprocos. A gestão do social em questão é fortemente caracterizada pela presença feminina, mobilizando sua disposição em realizar o trabalho associado aos “cuidados” (Georges e Santos, 2012; Kergoat et al., 1992) e de encarregar-se das interfaces entre as esferas pública e privada (Cabanes, 2009). Essas “disposições femininas” “vão de encontro com as políticas de valores ‘familistas’²⁹ (Esping-Andersen, 2008; Miotto, 2010) em curso na América Latina, refletindo tendência internacional contemporânea” (Georges; Santos, 2016: 156).

Com base em abordagem interacionista da análise das instituições³⁰ e na análise clássica de Howard S. Becker (2008) sobre a atividade dos “empreendedores morais” e sobre o “desvio” social, a trajetória institucional da Fundação Paixão foi interpretada como empresa moral.

Uma das especificidades dessa abordagem é a continuidade entre a instituição e seus ‘usuários’, entre estar ‘dentro’ e ‘fora’, isto é, a fluidez das ‘fronteiras’, permitindo a investigação da dinâmica institucional no contexto da terceirização em questão. Nessa perspectiva, trata-se de compreender as dinâmicas institucionais e formas de legitimação que levam à consolidação de uma organização a partir de uma convicção moral inicial, a assim chamada ‘cruzada moral’. Nesse empreendimento, a legitimação moral da ideia é crucial e depende da atividade dos ‘empreendedores morais’, que atuam como os ‘criadores de regras’ (Georges; Santos, 2016: 156-157).

Nesse sentido, há três argumentos principais que fundamentam a interpenetração entre as carreiras das “empreendedoras morais” (as gestoras das entidades) e a própria trajetória da instituição, garantindo seu sucesso:

- 1) A construção do gênero das carreiras sociais na Fundação Paixão permite às mulheres realizar uma carreira profissional ascendente, apesar do salário abaixo dos valores de mercado, mesmo em nível de gerência. A carreira profissional e sua intermitência por causa da maternidade, ou seu caráter tardio, depois do acesso aos estudos num estágio mais avançado da vida, não é reivindicada como tal e permanece aparecendo, em suas representações, como continuidade do trabalho voluntário. Esses elementos evitariam a

²⁹ Políticas “familistas” amplamente adotadas nos programas sociais contemporâneos no Brasil e em outros países da América Latina. Tais abordagens contam com a ativa participação das famílias para o provimento do bem-estar à população pobre, tendo como principal interlocutor a mulher na condição de mãe, esposa, avó, filha mais velha etc. Seus objetivos são em última instância o combate à pobreza intergeracional, as crianças sendo alvo do investimento social, por intermédio da participação e cumprimento responsável do conteúdo dos programas, na maioria dos casos, pela mãe Molyneux (2006: 433) e Jenson (2011: 23).

³⁰ Essa abordagem destaca a *oferta institucional* para compreender o funcionamento das organizações num sentido amplo Hughes (1984) e Briand e Chapoulie (1992).

concorrência com o trabalho e posição social de seus maridos, e estimulariam a priorização da reivindicação de utilidade social do trabalho, em detrimento do seu caráter profissional.

- 2) Nesse contexto de relações de gênero baseadas na divisão sexual tradicional do trabalho, essa abordagem estaria em concordância com a conjuntura política atual do município (e do estado) de São Paulo: a terceirização dos serviços sociais tornaria as expectativas salariais e profissionais das mulheres compatíveis com a oferta institucional de emprego precário, de nível salarial abaixo do mercado, condicionada por esse sistema.
- 3) O discurso sobre a “transformação social” da população assistida, que justificaria a própria atuação da Fundação, tornando dispensável e inviabilizando qualquer forma de reivindicação política, posição facilitada também pela origem social comum entre as “empreendedoras” e a população atendida, assim como por seu papel social de cônjuge dependente.

De modo complementar, a operacionalização do programa de assistência (PAS – SASF) constituiria a atividade dos “impositores de regras”, ou seja, dos agentes de rua. “[...] as mulheres ‘assistidas’, titulares do Programa, são o alvo da atividade de moralização e, de forma declarada pela organização, de transformação social, razão de ser da entidade. Todavia, a adesão (ou não) a tais valores morais é função da **‘carreira moral’** empenhada por cada atriz social” (Georges; Santos, 2013: 160) – ou seja, da carreira moral de trabalhadoras em diversos níveis hierárquicos, das agentes de execução até as usuárias/beneficiárias do programa.

Um conjunto de práticas institucionais, assim como seu discurso fundador, justificariam a razão de ser da instituição, bem como a seleção de uma parte dos usuários potenciais, passando pela profissionalização do trabalho dos “empreendedores morais” até a criação de uma “empresa moral”. Esse processo constituiria um exemplo concreto do “governo moral dos pobres” como analisado por Bruno Lautier (2009, 2014) num plano mais geral. Tal governo opera através das práticas classificatórias, entre “bons” pobres e “maus” pobres, tarefa que passa pelas práticas de trabalhadores da assistência, no âmbito das instituições que desenham suas próprias regras morais. Intensificada pela terceirização dos programas e serviços em São Paulo, a tecnicização e burocratização do serviço conduziria a um obscurecimento da própria ideia de “direito” do(a)s usuário(a)s, reconfigurado(a)s quer como público-alvo das entidades quer como mercado, permitindo às entidades gestoras assegurar sua posição de prestadoras de serviço que garantem seu lugar frente à cesta de ofertas do poder público.

Instâncias de ordenamento concorrentes e regimes de moralidade liminares: tudo junto e tudo misturado

A normalização e capilaridade das experiências próximas ao “mundo do crime” apareceram nas falas recolhidas e situações de pesquisa sistematizadas em vários momentos e a partir de objetos diversos, como a fala que se segue, de

uma futura beneficiária do PMCMV-Entidades: *“Meu marido foi morto – vou logo dizendo. Foi morto porque fazia coisa errada. Eu tinha dois filhos e uns 20 e poucos anos quando ele foi morto”*. Esmeralda, participante de um grupo do PMCMV-Entidades – abril de 2014, quando apontou que sua alternativa de moradia e sustento foi mudar para o quintal da casa dos sogros, no extremo sul da cidade de São Paulo. Também seria possível relatar a “consciência dos momentos de vacilo” ou mesmo cenas do trabalho cotidiano dos agentes culturais nas atividades que se pautam pela oposição práticas culturais x mundo do crime³¹.

Assim também, em dezembro de 2012 – caminhando em atividade de acompanhamento de visita domiciliar com uma agente comunitária de saúde – sexta-feira, pouco depois das 12 horas, essa agente perguntou à pesquisadora: *“a senhora não se importa de ser filmada, não é? A senhora acabou de ser filmada”*. E, mais uma vez, pouco tempo depois: *“Também não se importa de ser fotografada, não é? Também acabou de ser fotografada. É que hoje é sexta-feira à tarde. É dia do vale coxinha... quando a polícia chega pra cobrar a parte dela. Aí fica assim meio complicado...”*

Essa mesma agente, contato de várias equipes de pesquisa graças à disponibilidade para receber pesquisadores e por mostrar como conhecia bem o bairro e as famílias atendidas, alertou sobre uma grande quantidade de indícios e de sinais visuais, sonoros, gestuais que foram completamente despercebidos pela equipe de pesquisadores. Talvez por um contato cotidiano e muito provavelmente familiar com o tráfico, Imaculada pôde me mostrar o que **ela via** e o que **nós não víamos**, em um procedimento corriqueiro de acompanhamento e visita às famílias. Também nesse âmbito, uma dimensão visivelmente territorial se anunciava – sobretudo um modo de ler esses sinais, índices e pistas que nasce de práticas e de modos de agir, das tramas e das relações pouco visíveis para quem, ainda que aceito, não pertenceria àquele território, não é parte daquela construção de práticas, redes, afetos e fluxos. Seria ainda possível indicar outros exemplos que parecem apontar o que Feltran (2011) mostrou a partir das suas evidências empíricas.

Tal como já se observou (Georges; Santos, 2016, capítulo 10), a análise da trajetória dessa agente comunitária demonstra a convivência e a utilização pendular de um conjunto de quadros de referência de conduta, quadros paralelos, que possibilitaram, diante de um conjunto de dificuldades e urgências, que ela reassumisse o domínio sobre o seu destino e encontrasse saídas “de emergência”³².

Imaculada entrou no serviço público por intermédio de uma das organizações sociais terceirizadas do Programa Saúde da Família, no momento da generalização deste na cidade de São Paulo, no início dos anos 2000. [...]. No plano diacrônico, seu percurso atravessa este universo (o ‘mundo do crime’) como no plano sincrônico, onde ela negocia permanentemente essas práticas profissionais com a instância de ordenamento da vida cotidiana do bairro (Georges; Santos, 2016, capítulo 10).

³¹ Ver Rizek (2016).

³² Referência ao livro de mesmo nome, organizado pelas autoras e por Cabanes et al. (2011).

As vicissitudes e urgências, a viração e o restabelecimento das condições de sobrevivência, presentes nesse percurso de mais de 50 anos, permitem compreender como diferentes lógicas e códigos morais, aparentemente antagônicos, de fato coexistiriam. Nos meandros dessa coexistência, muitas vezes aparentemente labiríntica, é possível perceber como situações sombrias seriam superadas, como as emergências quase contínuas seriam contornadas, como se pode constatar na descrição a seguir:

Para salvar seu irmão “de uma morte inevitável na cadeia”, Imaculada compra (sua) proteção [...], aceitando se tornar amante de um conhecido traficante, encarcerado com ele. Na saída do irmão da prisão, ela tentaria se separar, mas o amante acaba fugindo e (a) ameaça [...] e à família de morte. Consequentemente, ela aceita casar-se com ele em 1979, aos seus 21 anos e a sua primeira filha nasce no ano seguinte. Beneficiado pelo indulto no momento do nascimento, ele retornaria à cadeia da qual sairia somente dez anos mais tarde (em 1989). Durante este período, como esposa, Imaculada recebe auxílio do Estado, destinado às famílias de detentos (auxílio reclusão). Na saída do marido da prisão, a família se transferiria para Santos, onde o pai de sua filha, chaveiro, especializa-se no roubo de cofres-fortes e retoma o tráfico de entorpecentes. Imaculada se distancia do marido, embora ressalve que ‘ele era bom (para ela)’. As idas e voltas à prisão prosseguem, entretanto ... (e) Imaculada recusa-se a participar como intermediária para introduzir entorpecentes na prisão [...] os contatos com o ex-marido são reduzidos a visitas esporádicas da filha, levada por uma tia (pois o ex-marido havia retirado Imaculada da lista dos visitantes). Ele morreria de AIDS na cadeia, deixando diversos bens materiais (imobiliários) para Imaculada e para a filha; bens que foram recusados por ambas. Durante o período de detenção de seu primeiro marido, Imaculada recomporia a vida com outro homem, pai de sua segunda filha,... (ele a abandona em 2007). Nascida em 1988 (aos 30 anos de Imaculada), a filha vive com ela até hoje, juntamente com duas netas gêmeas, nascidas em 2009, e o seu genro (é) cozinheiro em uma cafeteria. A filha completou o ensino médio, tendo sido operadora de telemarketing em 2011 e, em seguida, caixa no supermercado do bairro. O pai da segunda filha de Imaculada é trabalhador; à época empregado de estacionamento e atualmente entregador. Imaculada morava em um pequeno apartamento alugado nas proximidades do presídio, na periferia Norte da capital, onde transcorre a vida da nova família. Nesse período, Imaculada trabalha como secretária em diferentes empresas da indústria automobilística, em um supermercado (entre 1986 e 1989, com carteira assinada) e como responsável pelos caixas, entre 1994 e 1997. No momento da venda do supermercado para um grupo multinacional, ela pede demissão (o desligamento constitui um momento privilegiado para sacar o “fundo de garantia”) com vistas a abrir um negócio próprio juntamente com o marido, à época, desempregado. A empresa de produtos de limpeza [...] e o caminhão de entrega estão no nome de Imaculada. A empresa vende bem durante um ano e eles faturam bastante. Imaculada ocupa-se dos produtos e o seu marido dirige o caminhão até o momento em

que a abandona [...]. Em seguida, viria a decadência: Imaculada continua com um motorista contratado, mas acaba por vender o negócio, passando a trabalhar como empregada doméstica. Ela seria expulsa de seu apartamento em razão de aluguéis atrasados. É gratuitamente abrigada em Guaianazes, periferia Leste da cidade de São Paulo, por um advogado, empregador de sua primeira filha (emprego conseguido pelo pai da jovem). Em 1999, aos 41 anos, ela compra, com o fundo de garantia da primeira filha, uma casa nos confins da capital, no bairro Cidade Tiradentes (extremo Leste da cidade de São Paulo) (Georges e Santos, 2016, capítulo 10).

A trajetória de Imaculada ilustra, ao lado de outras falas em outras situações de pesquisa sobre programas de moradia ou agentes de cultura, essa capilaridade e normalização, esse vaivém de práticas que compõem os territórios que conformam a vida das populações-alvo e dos agentes que operacionalizam na ponta as políticas sociais. Talvez seja mesmo impossível compreender os desdobramentos e dimensões dessas políticas sem compreender essas dimensões de dobra, as oscilações e utilizações pendulares dos códigos e instâncias morais e de governo, no quadro de um conjunto nada evidente de relações de força, de modos e práticas de resistência e, ao mesmo tempo, de instrumentalização da cesta ou do quadro de referências, serviços, bens, virações, relações que vêm compondo as práticas cotidianas da reconfiguração da pobreza no Brasil.

Conclusão

A partir do cruzamento de várias temáticas de pesquisa – o trabalho, as privatizações, a captação da demanda e os regimes morais –, esse experimento coletivo de pesquisa acabou por fazer emergir um novo objeto: aquele “social” reconfigurado que se constitui como uma das características principais das formas de governo dos anos 2000. Um dos traços principais desse dispositivo de governo que garantiu uma certa governamentalidade durante mais ou menos uma década é seu caráter híbrido, pouco nítido, de junção inédita entre reconhecimento da demanda social, políticas sociais e mercado, provocando uma transformação pouco evidente da política (social) em negócio. Nesse sentido, o trabalho pôde ser apreendido como resultado do processo de criação de informalidades, impulsionado, entre outros atores, pelo Estado; as privatizações de certos setores deram lugar a um planejamento social privado; a “demanda” da população, ou a demanda social, ocupou o lugar da “participação” e acaba por legitimar as entidades que participam desse novo mercado do social; e, atravessado e recriado pelas trajetórias, este novo meio social dá lugar a um conjunto de moralidades cuja característica principal parece ser o seu entrelaçamento. O seu resultado concreto é o encolhimento do conflito, o desaparecimento das posições divergentes e das relações de poder entre indivíduos e coletivos, esvaziadas do seu sentido, em favor de um empreendedorismo e empresariamento que se instaurou como valor dominante e, principalmente, estruturante. Dessa forma, esperamos ter mostrado

como concretamente e a partir do trabalho de campo dominação e apropriação, dispositivos e agenciamentos, dimensões funcionais, como nós de circuitos e representações e discursos, se articularam em uma riqueza que talvez apenas a imersão nas dimensões percebidas e vividas, talvez apenas pelos contrapontos entre regimes de enunciação e visibilidade possam ser apreendidas.

Referências

- BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008. Original de 1963.
- BIRMAN, Patricia et al. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2015.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- BRASIL. Ministério da Cultura, Secretaria de Cidadania Cultural. Edital de divulgação Nº 2, de 08 de março de 2010. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 07 de julho de 2004.
- _____. Ministério da Cultura, Secretarias de Programas e Projetos Culturais. Edital de divulgação Nº 3, de 06 de agosto de 2008: prêmio cultura e saúde. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 07 de agosto de 2008.
- BRIAND, Jean-Pierre; CHAPOULIE, Jean-Michel. *Les collègues du people*. Paris, INRP-CNRS-ENS, 1992.
- BURAWOY, Michael. *Global ethnography, forces, connections and imaginations in a postmodern world*. Berkeley, University of California Press, 2000.
- CABANES, Robert et al. *Saídas de emergência: perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.
- CABANES, Robert. Quelle dialectique possible entre espace privé et public? In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel. (Orgs.). *São Paulo, la ville d'en bas*. Paris, l'Harmattan, 2009, pp. 421-455.
- DESTREMAU, Blandine; GEORGES, Isabel. Gouverner les pauvres en Amérique latine: gérer les femmes par l'assistance. In: DESTREMAU, Blandine; GEORGES, Isabel (Orgs.). *Le care, nouvelle morale du capitalisme. Assistance et police des familles en Amérique latine*. Aix-en-Provence, Karthala et SciencesPo, 2016, no prelo.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Trois leçons sur l'Etat-providence*. Paris, Seuil, 2008.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão. Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Ed. Unesp, 2011.
- GEORGES, Isabel. Entre participação e controle: os(as) agentes comunitários de saúde da região metropolitana de São Paulo. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, Jan./Jun. 2011, pp. 73-85.

- _____. Informalidades do Estado e dispositivos de ordenamento: uma abordagem territorial, setorial e comparativa. In: 38° *Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambú Minas Gerais: hotel Glória, 2014.
- _____. Les revers de la formalisation dans le travail du *care* au Brésil. *Studi di Sociologia*, Milano, v. 3, 2015, pp. 299-312.
- GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele Saliba. A periferia do direito: trabalho, precariedade e políticas públicas. In: 32° *Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, Minas Gerais: hotel Glória, 2008.
- _____. À la périphérie des droits: travail, précarité et politiques publiques. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula (Orgs.). *Les nouvelles configurations du travail et l'Économie sociale et solidaire au Brésil*. Paris, l'Harmattan, 2012, pp. 65-88.
- GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele Saliba; CEBALLOS, Marco. As políticas sociais brasileiras: o que há de novo? In: GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele Saliba; CEBALLOS, Marco (Orgs.). Coordination du dossier. As politiquas sociais brasileiras. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, Dec. 2014, pp. 457-461.
- GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia. A produção da “demanda”: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social. In: 35° *Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu Minas Gerais: hotel Glória, 2011.
- _____. Care e políticas públicas: o caso das “agentes comunitárias de saúde” e das “agentes de proteção social. In: HIRATA, Helena; GUIMARAES, Nadya Araújo (Orgs.). *Cuidado e cuidadoras: as varias faces do trabalho do care*. São Paulo, Ed. Atlas, 2012, pp. 166-182.
- _____. A produção da “demanda”: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social na periferia de São Paulo. In: CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Santis. *Sobre periferias: novos conflitos no espaço público*, Rio de Janeiro, Ed. Faperj/Lamparina, 2013, pp. 159-177.
- _____. *As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção local de serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2016, no prelo.
- GEORGES, Isabel; SILVA, Carlos Freire. A naturalização da precariedade: trabalho informal, autônomo e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil). In: LIMA, Jacob Carlos (Ed.). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo, Editora Annablume, 2007, pp. 285-311.
- GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. *The discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research*. Chicago, Aldine Publishing Company, 1967.
- HUGHES, Everett Cherrington. Going concerns: the study of American Institutions. In: HUGHES, Everett Cherrington. *The sociological Eye*. Chicago, Aldine Publishers, 1984.
- JENSON, Jane. Politiques publiques et investissement social: quelles conséquences pour la citoyenneté sociale des femmes?. In: MARQUES-PEREIRA, Bérengère; PFEFFERKORN, Roland. (Orgs.). *Genre, politiques sociales et citoyenneté. Cahiers du Genre*. Paris, l'Harmattan, 2011, pp. 21-43.

- KERGOAT, Daniele et al. (Orgs.). *Les infirmières et leur Coordination, 1988-1989*. Paris, Éditions Lamarre, 1992.
- LAUTIER, Bruno. Gouvernement moral des pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique latine. In: BORGEAUD-GARCIANDÍA, Natacha; LAUTIER, Bruno; PEÑAFIEL, Ricardo; TIZZIANI, Ania (Orgs.). *Penser le politique en Amérique Latine: La recreation des espaces et des formes du politique*. Paris, Karthala, 2009, pp. 19-36.
- _____. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, 2014, pp. 463-477.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio, O Eterno retorno ao informal: categorias resilientes, realidades desafiadoras, abordagens heterodoxas. In: *Congress of the Latin American Studies Association (LASA)*, Chicago, IL: Library of Congress. 2014.
- MIOTO, Regina. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: TRAD, Lab (Org.). *Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2010, pp. 51-66.
- MOLYNEUX, Maxine. Mothers at the service of the New Poverty agenda: progress/ oportunidades, Mexico's conditional transfer programme. *Social Policy and Administration*, Oxford, v. 40, n. 4, 2006, pp. 425-449.
- REVEL, Jacques. *Jeux d'échelles. La Microanalyse à l'expérience*. Paris: Gallimard, 1996.
- RIZEK, Cibele Saliba. Verde amarelo azul e branco: o fetiche de uma mercadoria ou seu segredo. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010, pp. 215-236, v. 1.
- _____. Trabalho, moradia e cidade Zonas de indiferenciação?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 78, 2012, pp. 41-50.
- _____. Políticas Sociais e Políticas de Cultura: territórios e privatizações cruzadas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 15, 2013, pp.199-209.
- _____. Faces do Lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Coord.). *Desigual e combinado, capitalismo e modernização periférica no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016, no prelo.
- RIZEK, Cibele Saliba; CARVALHO, C. S.; CAMARGO, Camila Moreno. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, 2014, pp. 531-546.
- RIZEK, Cibele; GEORGES, Isabel; SILVA Carlos Freire. Labour and migration patterns: the clothing industry and bolivian migrants. In: FAKIER, Khayaat; EHMKE, Ellen (Orgs.). *Socio-economic insecurity in emerging economies: building new spaces*. Local de publicação, Routledge Explorations in Development Studies, 2014, pp. 44-55.
- SANTOS, Yumi Garcia. Família, trabalho e religião das mulheres assistidas em São Paulo. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*. v. 44, n. 152, 2014, pp. 400-421.
- SÃO PAULO. Prefeitura. Resultados parciais do censo demográfico 2010 para o município de São Paulo. *Boletim CEInfo Informativo Censo Demográfico 2010*, n. 2, Julho 2012, pp. 1-9. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/>

upload/saude/arquivos/publicacoes/Boletim_CEInfo_Censo_02.pdf>. Acesso em: 01 maio 2012.

SHIMBO, Lucia Zanin. *Habitação social de mercado*. Belo Horizonte, Ed. c/Arte, 2012.

SILVA, Carlos Freire. Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 2008.

Recebido em: 18/03/2016

Aprovado em: 18/04/2016

Como citar este artigo

GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 51-73.



Gubernamentalidades futuristas: gobernar el hogar en la era del optimismo tecnológico

Pablo Jaramillo¹

Resumen: Este artículo analiza la obsesión con las tecnologías de la información y otras formas de mediación técnica en la asistencia social en Colombia en los últimos 10 años, tres programas sociales distintos (en La Guajira y Bogotá). Su conclusión principal es que la relación entre tecnología y asistencia tiene dos tipos de efectos complementarios: por un lado crea una política social incorporada en mediadores materiales que modifican la relación burocrática. Por el otro, apunta a gobernar la intimidad del ‘hogar’ marginal (en términos étnicos, raciales, socioeconómicos y de nivel educativo) sin la intrusión de funcionarios y así modelarlo como una unidad de intervención y, a sus integrantes, agentes funcionales de la ejecución de la política social.

Palabras claves: programas de transferencia condicionas en efectivo; tecnología; asistencia social; marginalidad; moneda; innovación social.

Futuristic governmentality: governing the home in the age of technological optimism

Abstract: *This article delves into the obsession for information technologies and other forms of technical mediation in social assistances in Colombia during the last decade, in three different social programs. The main conclusion is that the relationship between technology and assistance is twofold: on the one hand, it creates a social policy embodied in material stuff making easy to replace bureaucratic models of*

¹ Universidad de los Andes, Bogotá – Colombia – e-mail: p.jaramillo23@uniandes.edu.co

policy. On the other, it aims to govern the intimacy of marginal (in ethnic, racial socioeconomic and education terms) 'homes' through devices that have an in-built model of relationships apt for the kind of hegemonic development envisaged for the country.

Keywords: *conditional cash transfer programs; technology; social assistance; marginality; money; social innovation.*

Introducción

Rosa Bogotá, un mujer pobre, beneficiaria y líder del programa Familias en Acción, revisa su correo electrónico y alimenta una hoja de cálculo en Excel a través de la cual ha logrado manejar una amplia su propio trabajo con una empresa de correos. También, cada día de por medio, lee la prensa y revisa sus indicadores de seguridad social que la hacen beneficiaria de programas de asistencia y, a veces los de las mujeres vecinas. Cada día revisa su Facebook donde sus amigos y amigas *postean* sus *selfies* y, de vez en cuando circulan noticias sobre los programas sociales y *memes* que condenan la dependencia que crean. Dolores Pushaina, una mujer indígena wayúu, escucha la radio en su ranchería: un comercial le indica que “actualice sus datos”, sin lo cual no podrá reclamar su subsidio³. Termina de preparar el chivo que su hijo acaba de sacrificar, sirve el desayuno y se pone su manta para ir con urgencia al pueblo a hablar con un funcionario que le ayude con su actualización. Las dos mujeres no se conocen, pero sus vidas son atravesadas por la obsesión gubernamental de gobernar el hogar pobre a través de tecnologías de la información. El objeto de este artículo es caracterizar la suerte de optimismo tecnológico (Basiago, 1994) de la asistencia social a las “poblaciones vulnerables” en Colombia (una categoría usada por la política social, más no por los sujetos de las mismas, quienes se refieren a sí mismos como pobres, indígenas u otras categorías étnicas y raciales) contemporánea como una forma de gubernamentalidad futurista del hogar y, por ende, de la intimidad. También ofrece un análisis a la vez longitudinal y etnográfico producto de una década de etnografía sobre la asistencia social en Colombia. El objeto de este artículo es, de alguna manera, cómo su tema central llegó a ser aparente.

Las metáforas tecnológicas son centrales para la manera como el Estado colombiano se representa a sí mismo contemporáneamente: se supone que opera a través de “articulaciones”, “encadenamientos”, “engranajes”, “sinergias”. Estas nociones y las tecnologías que la respaldan son un desafío para los antropólogos y sociólogos del estado contemporáneo. El análisis de las prácticas de la asistencia social fue heredero de los estudios sobre la burocracia en ciencias sociales. Dicho modelo,

³ El pueblo indígena wayúu vive actualmente en la frontera colombo-venezolana en la península de La Guajira. Son más o menos 500000 y habitan en su territorio tradicional y las ciudades vecinas. Son un pueblo fuertemente jerarquizado y se organizan en familias extensas matrilineales y redes de aliados. Subsisten, principalmente, del pastoreo y del comercio.

de herencia Weberiana y mejorado por transaccionalistas como Don Handelman (1976), pone gran peso en las interacciones cara a cara entre funcionario y cliente. Esta suerte de relación entre ciudadano y estado se ha visto transformada radicalmente por la aspiración tecnocrática, basada en el gobierno del diseño de la política pública (Centeno, 1997). En este sentido, el modelo burocrático tiene un alcance limitado para comprender las formas emergentes de asistencia. Es cierto que el contacto directo y no mediado de las relaciones burocrática más analizadas etnográficamente (cf. Herzfeld, 1993) continúa teniendo su lugar en las relaciones entre el Estado y los beneficiarios de los programas sociales. No obstante, es clave tener en cuenta que, influidos por el lenguaje de la eficiencia y la transparencia, los estados contemporáneos (y muy particularmente el colombiano) se ven a sí mismos como gobernados por el diseño de sus políticas, los conocimientos expertos y las tecnologías. En resumen, el modelo para comprender políticas sociales contemporáneas debe incorporar de una manera más coherente el tipo de relaciones típicas de la tecnocracia, su relación con las prácticas burocráticas que han permanecido inalteradas y la lógica política que estructura, de manera más general, las relaciones entre poder soberano y ciudadanos.

De manera más general, la atención sobre los agentes no humanos en las relaciones sociales ha sido un tema extendido en las ciencias sociales (Latour, 2005; Law, 2007) y, particularmente en las colombianas, como lo evidencia el inmenso proyecto “Ensamblado en Colombia” (Restrepo Forero, 2013a, 2013b). Como lo señalé en su momento (Jaramillo, 2013) el marco de análisis de la teoría del actor red o de la semiótica material, aunque fundamental para hacer aparente el problema, no agota el desafío que representan las nuevas tecnologías en el contexto de la asistencia social y el gobierno de poblaciones. Lo anterior es resultado, en primer lugar, de que su carácter político es mucho más explícito que otro tipo de tecnologías (cf. Winner, 1980; Latour, 1988). En segundo lugar, la inclusión de las tecnologías en la asistencia ocurre en arreglo a visiones del Estado más intencionadas, en este caso, hacia la difusión territorial, la eficiencia técnica y el gobierno de la asistencia en el cual los asistidos son responsables por su propia superación. En este sentido, este artículo adopta, entre líneas, un marco analítico más afín a las redes del poder político propuestas por Michael Mann (1986), en las cuales el problema consiste en qué tan intensivo o difuso es el gobierno que emana de las tecnologías para definir que clase de Estado, política social y sujeto asistido emerge de las relaciones en las cuales personas y artefactos son mutuamente constitutivos.

Lo anterior es particularmente importante para Colombia. Los programas sociales se ven como focos de innovación tecnológica y la innovación tecnológica se ha convertido en una forma de asistencia en sí misma. Se puede empezar por los artefactos más convencionales: formularios, encuestas, carpetas, portafolios, juegos (e incluso el dinero mismo entregado en algunos programas); todos implican mediaciones materiales que hacen funcionar la asistencia a través del diseño. Asimismo, las tecnologías de la información en comunicaciones (TICs)

se han vuelto centrales para la administración de los programas sociales y en la experiencia que los beneficiarios tienen de la asistencia social. Colombia también ha adoptado el lenguaje de las TICs para el desarrollo (ICT4D, por sus siglas en inglés) y ha establecido específicamente un ministerio para la promoción de la política pública y la superación de la “brecha tecnológica” (el bajo acceso de personas marginales a las TICs). En resumen, las TICs son una forma de política social en sí misma y un elemento clave en el funcionamiento de la ya existente. Esto ha tomado el nombre de “innovación social” en las esferas gubernamentales. El optimismo en el diseño de la política social, incorporado particularmente en las tecnologías de la información, y las TICs como política social deben ser entendidas como un movimiento común.

Ahora bien, el objetivo último de esta innovación social está orientado a los “hogares”. El “hogar”, en este contexto, no es concebido como un objeto de intervención, sino como un agente que crea el desarrollo. Lo anterior implica estrategias de gobernar la intimidad que, bien ha sido analizado (Zelizer, 2011; Foucault, 1991), toma como punto de partida discursos sobre la sexualidad, el parentesco y la crianza. Oswin y Olund (2010) han propuesto, en este sentido, a la “intimidad” como dispositivo biopolítico. Pero casi toda la literatura en este sentido se ha concentrado en la sexualidad. Sin embargo, el gobierno de la intimidad en el caso de las políticas de la asistencia en Colombia también implica otros niveles de práctica que se vinculan con la noción de dar a los hogares las capacidades para ser agentes de desarrollo y estas, como mostraré son fundamentalmente soluciones tecnológicas o mediadas por artefactos. Esto no es ninguna coincidencia pues el desarrollo mismo se ha promocionado como un asunto de capacidades (Sen, 2001) y en el contexto tecnocrático esto divide a los hogares y sus miembros entre hábiles e inhábiles; esto es, entre personas capaces e incapaces de vincularse con el desarrollo. Si bien la tecnología se convierte en una manera de hacer realidad esta potencialidad de “elegir”, el fin último de la ideología liberal (Kleine, 2013). El gobierno tecnologizado del hogar, como cualquier otro y como se verá al final de este artículo, no es unilateral ni exento de apropiaciones no previstas.

El hogar se convierte en un objeto de intervención material. Pero también un objeto metafórico, en la medida en que la nación tiene la posibilidad de reinventarse como “hogar” (Brickell, 2012). En este sentido la asistencia contemporánea en Colombia, con su obsesión tecnológica, también crea una geografía “del hogar”, una geografía de la pobreza y la asistencia basadas en la habilidad e inhabilidad sobre la técnica del propio gobierno del hogar. Dichas geografías reflejan, de manera más general, las geopolíticas del conflicto armado y la marginalización neoliberal. Para las personas, sin embargo, esta dualidad entre capacidad e incapacidad es demasiado simplista y, en cambio, han adoptado esta gubernamentalidad futurista a través de formas tan diversas como el reciclaje tecnológico (Thomas, 1995), a través del cual logran el rediseño del artefacto para fines no anticipados. Pero también, el deseo por el artefacto y la tecnología ha conducido a personas al involucramiento en el robo de aparatos como celulares y computadores; esto

es, un nuevo escenario de criminalización los pobres. En este artículo analizo tres momentos del optimismo tecnológico sobre la asistencia, tres programas sociales clave de la reciente política social en Colombia. En cada uno de estas instancias analizó la articulación específica de tecnologías y artefactos que median la asistencia y crean hogares gobernables. Estos programas también corresponden a momentos que se superponen en la transformación de la asistencia. El primer momento corresponde a la aplicación de Familias en Acción del año 2001 al 2010. Posteriormente, me concentro en la aplicación de Más Familias en Acción (la mutación del primer programa en el contexto de un nuevo programa presidencia) del año 2010 al presente. El tercero, corresponde a la Red Unidos (antes llamada Juntos), un programa social inicialmente establecido en el 2006, pero me concentro en el uso reciente de formas de zonificación de la pobreza a través de la estrategia conocida como ZOLIP (Zonas Libres de Pobreza Extrema). Cada uno de estos momentos corresponden a distintos proyectos de investigación que se han interesado incrementalmente en la asistencia social como problema empírico y teórico.

Familias en Acción (2001-2010)

Familias en Acción es un programa de transferencias condicionadas en efectivo. Transfiere entre 9,6 y 24,1 USD por concepto de nutrición y entre 7,2 y 28,9 USD por educación. Entrega a madres un subsidio monetario para cada hijo por concepto de nutrición y educación condicionado a la entrega de “compromisos”: medios de certificar la asistencia a citas médicas regulares y al colegio (Fiszbein et al., 2009). En el año 2001, el programa fue planeado para que su aplicación ocurriera en municipios rurales (300 inicialmente), todos ellos con altos índices de pobreza y en los cuales se vivía con crudeza el conflicto armado⁴. Esta decisión corresponde a la naturaleza política con la que nació el programa: fue, explícitamente, el componente social del Plan Colombia, el plan antiterrorista de Estados Unidos que se viene implementando desde 1999 (United States Government Accountability Office, 2008). Mientras que la ayuda europea fue más orientada hacia la financiación de casos específicos de desarrollo dirigido

⁴ El conflicto armado en Colombia se remonta, por lo menos, hasta los años 1950, escenario de surgimiento de guerrillas izquierda (principalmente FARC-EP, ELN y, posteriormente el M19 y ejércitos ilegales de derecha vinculados con el narcotráfico y la ganadería extensiva. Las fuerzas militares y el estado han se han enfrentado frontalmente con las primeras mientras que frente a las segundos han (conocidos como paramilitares) En el centro del conflicto se ha encontrado una disputa por el territorio y, desde los años 1980 por el control de territorios productores de drogas ilícitas. Inicialmente los principales enfrentamientos se dieron entre fuerzas militares y guerrillas de izquierda. Durante los años 1980, los carteles de la droga y el estado financiaron los paramilitares con fines contrainsurgentes y desde eso se consolidó una estrecha, pero ambigua relación entre estos tres sectores. Durante el gobierno de Álvaro Uribe Vélez (2002-2006/2006-2010) se produjo una desmovilización de los grandes estructuras paramilitares con la promesa de un proceso de reparación a las víctimas. Mientras que la reparación ha avanzado, no todos los paramilitares dejaron sus armas y se han consolidado en zonas clave del tráfico de droga. Mientras tanto la respuesta a las guerrillas fue mucho más frontal en términos militares, hasta que el gobierno de Juan Manuel Santos (2010-2014/2014-presente) inició los diálogos con las FARC-EP en la Habana.

a la reducción del conflicto social (“laboratorios de paz), siguiendo una tradición que inició con la Doctrina de la Seguridad Nacional, la ayuda norteamericana implementó Familias en Acción en los “territorios enemigos” (Gloria Puerta, comunicación personal). La financiación del programa fue, pues, directamente resultado de la ayuda militar norteamericana y posteriormente provino de la banca multilateral. A la focalización geográfica en áreas de conflicto armado se le sumó la focalización a través de medios (*means testing*) con del Sistema de Selección de Beneficiarios de Programas Sociales (SISBEN), una base de datos de hogares vulnerables basada en una encuesta de hogares. En este momento el programa contaba con cerca de 340 mil beneficiarias. La puerta de entrada al programa para las personas desplazadas, aunque siendo muchas de ellas registradas en el SISBEN, fue una base de datos paralela conocida en un inicio como Sistema de Información de Población Desplazada (SIPOD) y actualmente integrada al Registro Único de Víctimas (RUV).

En el año 2004, el programa fue expandido a la población desplazada en el país⁵. La inclusión de la población desplazada es diagnóstica, pues justamente es aquella que salió de los municipios más afectados por el conflicto armado, es decir, aquellos donde se estaba aplicando FA en primer lugar. La inclusión de desplazado también implicó la expansión del programa a todo el país, aunque no por igual para todos los lugares.

Para el año 2006, los beneficiarios del programa habían aumentado hasta 700 mil; en parte, esto se debió a la inclusión de los desplazados, pero también a que el número de municipios había llegado a 848. En un momento clave que coincidió con el inicio del segundo periodo presidencial de Álvaro Uribe Vélez, el programa se implementó en las grandes ciudades aumentando su población hasta 2,8 millones beneficiarios. También fue el momento en el que el programa llegó a los pueblos indígenas y, específicamente a La Guajira, una península semidesértica al norte de Colombia donde me encontraba haciendo trabajo de campo para mi tesis doctoral⁶. El lugar había sido fuertemente golpeado por la violencia paramilitar desde, al menos, 1998, cuando fuerzas armadas vestidas de civil intentaron tomar las rutas de la península por las cuales los indígenas wayúu habían contrabandeado toda clase de productos (Jaramillo, 2014). Por lo mismo, los indígenas habían sido un problema crónico para el estado colonial, primero, y el republicano, después. Los paramilitares fueron ayudados por las fuerzas militares en una campaña de sangrienta de pacificación. Como en otros lugares de país, la violencia fue seguida de la calma tensa que vino con “las

⁵ en parte siguiendo las recomendaciones de la Corte Constitucional, que exhortaba al diseño de política pública para esta población a través de la Sentencia T-025.

⁶ El trabajo de campo tuvo una duración de 13 meses con organizaciones y familias wayúu víctimas del conflicto armado en La Guajira. Justamente el problema de entrada de este trabajo de campo era la transformación de las políticas multiculturales con la entrada de políticas orientadas a paliar la vulnerabilidad. Esta entrada de fuerzas de ocupación no tuvo solamente un poder transformativo en términos de política social, sino que creo un escenario completamente nuevo para que las personas se reimaginaran como indígenas-pobres. Un análisis completo de esto puede encontrarse en Jaramillo (2014).

ayudas” (como se le conoció cotidianamente a los subsidios estatales). La relación entre el programa FA y la ayuda humanitaria a las víctimas estaba reflejada en el hecho de que Acción Social, la agencia que administraba el programa de TCE, también ejecutaba la Ley de atención a las víctimas. En este momento el programa alcanzó los 2,5 millones de hogares (Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional, 2010)

La Guajira, donde vive Dolores la mujer wayúu mencionada en la introducción, fue uno de los primeros territorios indígenas donde Familias en Acción hizo presencia. Lo hizo, como me lo dijo su entonces coordinador, con el fin de “hacer presencia del estado”. En este caso, en vez de usar la base de datos del SISBEN, FA usó unos formularios especialmente diseñados para que la población indígena se censara a sí misma (Figura 1). A los líderes de cada comunidad, que habitan *rancherías*, aldeas dispersas unidas por vínculos de parentesco (matrilineal) y cuya vecindad implica alianzas (matrimoniales, bélicas, entre otras), se les entregaron formularios para ser llenados casa por casa. También se les dio la instrucción de transcribir la información en una hoja de cálculo de Excel y entregar un CD con la información a las oficinas del programa.

Con los formularios, la relación burocrática se volvió más mediada y gobernada por el artefacto. También se trasladó de las oficinas a la vida cotidiana de la *ranchería*. Me encontraba viviendo con una familia indígena en ese momento y las conversaciones en la cocina y en horas de la noche (los momentos de verdadera intimidad para las familias) se volcaron a “los beneficios” que iban a llegar. El lugar también empezó a ser visitado por familiares lejanos y miembros de *rancherías* distantes. Yo ayudé a una líder a censar su propia *ranchería* y pude notar que no todas las casas de su parentela estaban siendo encuestadas y no todas las casas encuestadas eran de su parentela. Lo mismo estaba ocurriendo en otros lugares.

FORMATO DE AUTORREGISTRO DE POBLACIÓN ÉTNICA DIRECCIÓN DE CENSOS Y DEMOGRAFÍA

1. Resguardo 2. Ranchería UWAHCHICHO Etnia WAYÚU
 4. Parcialidad 5. Municipio MAICAO 6. Código DANE Municipio 439
 7. Departamento LA GUAJIRA 8. Código DANE Departamento 44 9. Formato número 01

10. Nro	11. Nombres	12. Apellidos	13. Pertenencia al resguardo (SI/No)	14. Sexo			15. Fecha de nacimiento			16. Edad	17. Número de identificación	18. Parentesco con el jefe del Hogar	19. Lengua materna (¿La habla? ¿Cuál?)	20. El español (o, SI/No)			21. EPS a la cual está afiliada la persona	22. Nivel educativo Más alto alcanzado	23. ¿Tiene alguna discapacidad? ¿Cuál?
				1	2	M	1.	2.	3.					1.	2.	3.			
	JUANITA	PUSHANWA	NO	X			04	10	1987	35	15204570	Wayúu	X		X				
	JOSE	PUSHANWA	NO	X			01	12	1980	38	15204570	Wayúu	X		X				
	JOSE	PUSHANWA	NO	X			13	09	2000	23	30526022	Wayúu	X		X				
	JOSE	PUSHANWA	NO	X			17	02	2002	22	30526022	Wayúu	X		X				
	JOSE	PUSHANWA	NO	X			08	03	2004	20	30526022	Wayúu	X		X				
	JOSE	PUSHANWA	NO	X			08	01	2004	20	30526022	Wayúu	X		X				

Autoridad: JUANITA PUSHANWA
 C.C. No: 52 143 9106

Figura 1 - Formato de Autorregistro de Población Étnica del programa FA en La Guajira
 Fuente: Tomada por el autor

En ocasiones, personas que habitaban muy lejos de las rancherías terminaban incluidas en los censos de una “comunidad”, como se evidencia en los dos mapas siguientes. En el primero se muestra qué “casas” censaron los líderes (Figura 2). En el segundo (Figura 3) se muestra como quedó presentada una comunidad en el censo y como un artefacto crea nuevas formas de “comunidad” modular, fragmentaria y desterritorializada. A través de la encuesta, el hogar se vuelve un módulo básico a través del cual se pueden ensamblar “comunidades” funcionales para los programas de transferencias de renta. También son comunidades funcionales para las redes clientelistas locales y fuertemente divisivas para las formas de poder tradicional basadas en la familia extendida.

El punto central es que el formato, el artefacto de la inclusión, venía con la idea explícita de “la familia como unidad de intervención” y “núcleo básico de la sociedad y la construcción de la nacionalidad” (Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional, 2010: 89). En el contexto de parentelas matrilineales que se distribuyen en el territorio, un censo por casas efectivamente implicaba intervenir la intimidad cultural (Herzfeld 2005) de los hogares y fraccionar “la familia”. En otras palabras el artefacto modeló unidades sociales aptas para la política pública que trataba a los indígenas como “sujetos

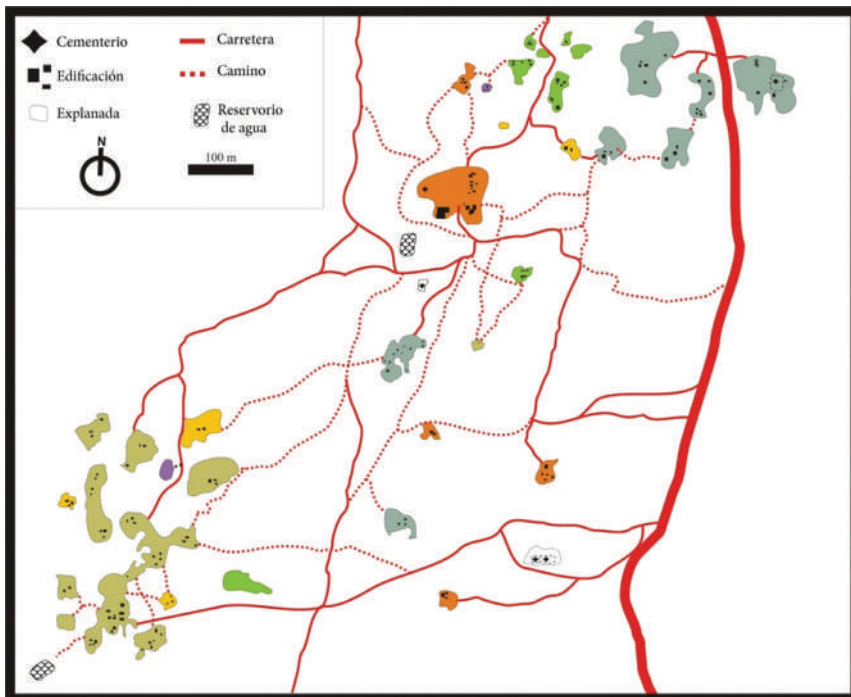


Figura 2 - Mapa de ‘hogares’ censados por diferentes líderes en las vecindades de la ranchería Campamento

Fuente: Tomado de Jaramillo (2014: 180)

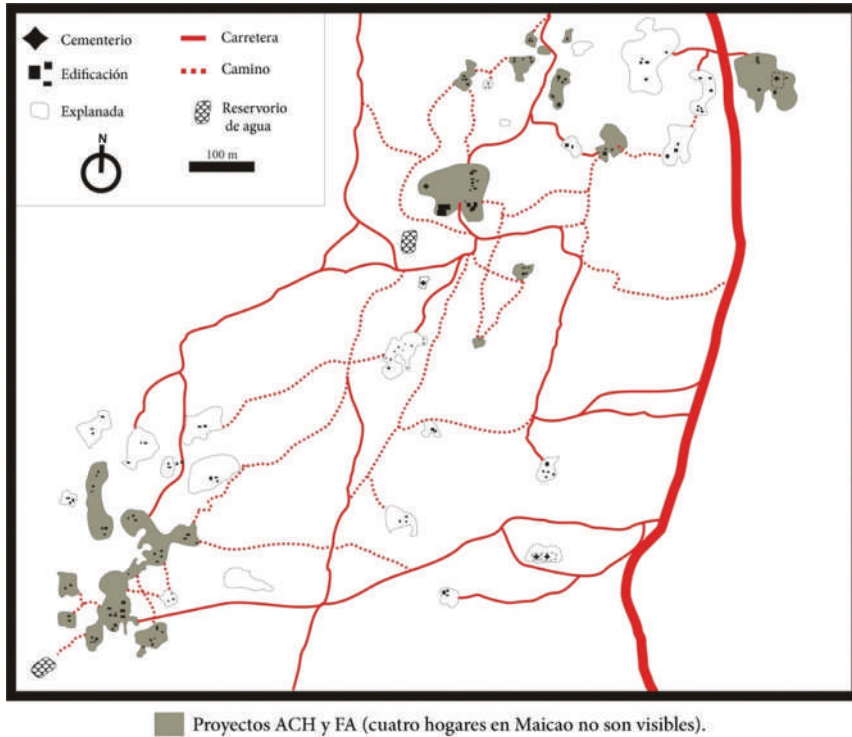


Figura 3 - Mapa de hogares de la Ranchería Campamento resultado del censo de FA
Fuente: Tomado de Jaramillo (2014: 181)

vulnerables”⁷. La encuesta se volvió un escenario de disputa íntima en un contexto donde conseguir seguidores (y registrar sus datos en el censo) resultaba en potenciales beneficios. Las mujeres de las rancherías tenían una sensación más ambigua frente a lo que estaba pasando: por un lado, la mayoría se alegraba del dinero extra que el subsidio implicaba pero, por el otro, se quejaban de las diligencias que el programa implicaba. Tampoco dejaban de recalcar que el programa estaba llevando la traición de sus familiares y a sospechas constantes de, por ejemplo, líderes que se “robaban a la gente” (refiriéndose a los datos de las personas que servían para canalizar más recursos).

Pero más allá de las implicaciones específicas lo que empezó a mostrar Familias en Acción fueron síntomas de una tendencia que después se haría patente: la creciente tecnocratización de la política social en su dimensión cotidiana. Centeno

⁷ Los pueblos indígenas y sus derechos son centrales para la imaginación nacional desde al menos 1991, cuando la última Constitución Nacional declaró que “el Estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación colombiana” (Colombia, 1992). A pesar de representar menos del 5% de la población colombiana, el conjunto de leyes específicas para las poblaciones indígenas (que aplican en algunos contextos para afrocolombianos) fue, de acuerdo con Van Cott (2000) un símbolo de la modernización y transformación del Estado colombiano que inició en los años 80.

(1997) define la tecnocracia como el gobierno del diseño, por oposición al gobierno a través de la relación directa entre funcionarios y beneficiarios que se encuentra en la raíz de lo burocrático. El gobierno del diseño está dado inicialmente por los conocimientos expertos que permiten la clasificación y administración de los beneficiarios. Pero en su escala más cotidiana, la tecnocratización es posible gracias a la proliferación de nuevos artefactos y la instrumentalización de los ya existentes para desplegar la clase de relaciones y sujetos requeridos por el programa mismo. Esto se haría mucho más evidente con la introducción de Más Familias en Acción.

Mujeres como Dolores Pushaina, cuyas rancherías fueron disgregadas por las políticas divisivas y ahora lo que era una tiene tres nombres distintos, rápidamente adoptaron el lenguaje de Familias en Acción y dedicaron buena parte de sus semanas a hacer seguimiento en la radio local a las últimas. Las reuniones, para las cuales debía desplazarse más de dos horas desde su casa se volvieron frecuentes y ella sincronizó sus semanas, en gran parte, alrededor de las citas que le implicaba el programa. El subsidio, no obstante, llega sólo esporádicamente y cuando lo hace le representa más de un día de diligencias para reclamarlo. En nuestras conversaciones (telefónicas y presenciales), que se extienden hasta el día de hoy, un tema obligado es sobre “llenar papeles”, aplicar a servicios del estado a través formularios que se multiplican, en espera de algo nuevo.

Más Familias en Acción (2010-Presente)

Maria Elsa es una mujer afrodescendiente nacida en el municipio de Barbacoas, Nariño. En Barbacoas, un municipio que ha sufrido cruentamente el conflicto armado por el enfrentamiento entre guerrillas y paramilitares (y el Ejército colombiano), ella fue parte de la primera generación de beneficiarias de Familias en Acción⁸. También allí recibió su primera tarjeta bancaria que finalmente quedó obsoleta una vez tuvo que verse obligada a desplazarse a causa de la persecución de hombres armados a su familia. Viajó primero a Cali, donde tiene parte de su familia, y luego a Bogotá. Allí la conocí por primera vez en el 2012, haciendo fila para la entrega de la ayuda humanitaria. Se estableció cerca de su familia en el barrio Danubio Azul. También estuve cuando intentó registrarse de nuevo en Familias en Acción, esta vez a través de un *call centre* que le indicaba el lugar de su cita con un SMS en el celular. Dos años más tarde, en Julio del 2014, Maria Elsa estaba pendiente aún de recibir el primer desembolso de Familias en Acción y estaba a punto de recibir el segundo desembolso de ayuda humanitaria. Mientras tanto, su barrio se había convertido en una Zona Libre de Pobreza Extrema (ZOLIP), territorios donde se ha intensificado la acción de instituciones del estado (ver la siguiente sección) y, como en otros lugares, se han establecido estrategias de “innovación

⁸ Los derechos multiculturales para las poblaciones afrodescendientes son mucho más específicos y limitados que para los pueblos indígenas. Se circunscriben a las poblaciones rurales de las costas del país, por oposición a las grandes cantidades de habitantes urbanos, donde es más común una identidad racializada y que da cuenta del amplio uso de la categoría “negro” o “moreno”.

social”. Maria Elsa ha sido, pues, progresivamente “incluida”, pero este proceso ha consistido en la simultánea marginación violenta y el aprendizaje de los medios adecuados para acceder a la asistencia. A la vez, recibir determinadas formas de asistencia no es independiente de cómo sus lugares de vida han sido, a la vez, marginados social, económica e, incluso, emocionalmente.

En agosto de 2010, el presidente Juan Manuel Santos tomó posesión de su cargo. Heredero de su antecesor (Álvaro Uribe Vélez 2002-2006/2006-2010, Partido Colombia y luego Partido de la U), pero ansioso por diferenciarse de él, llevó a cabo un rediseño del programa que ahora se llamaría Más Familias en Acción. Acción Social pasó así a llamarse el Departamento para la Prosperidad. Los montos de las transferencias (para el 2012) habían aumentado substantivamente (entre 27,9 y 55,8 para nutrición y 16,7 y 66,9 USD para educación. La cobertura también aumento en cien mil familias y alcanzó 2,6 millones (Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas, 2014). Sin embargo, el hito fundamental en este contexto fue la declaración del programa como Ley 1.532 (Colombia, 2012) y política permanente de estado. Esta fue mi primera experiencia con el programa en zonas urbanas del país⁹. Los cambios más importantes de MFA consistieron en el despliegue de una verdadera obsesión tecnológica a la que mujeres desplazadas provenientes de zonas rurales, como Maria Elsa, experimentaron con ansiedad.

Sería Rosa Bogotá, sin embargo, una activa líder que había sido Madre Líder (mujeres seleccionadas como enlace del programa con la población para temas de formación y registro) por varios años, quien primero me ayudaría a notar las contradicciones a las que estaba llevando este despliegue. Las Madres Líderes fueron una figura de intermediación entre programa y beneficiarios que operó como forma de promover la vinculación de nuevas beneficiarias en sus años de expansión más agresiva. Las Madres Líderes también era quienes convocaban y a veces moderaban los “encuentros de cuidado”, escenarios de formación en los nuevos (y viejos) valores que estaba promocionando el programa: lactancia sana, buena alimentación, crianza adecuada, entre otros. Durante estos años Rosa realizó numerosas “capacitaciones”: informática, contabilidad, administración de la economía doméstica. Todos los certificados sobre estos procesos de formación cuelgan de la pared del espacio de su casa donde recibía visitas y realiza reuniones con otros líderes del barrio. En un lugar más resguardado de su casa, Rosa tenía un computador de escritorio que había adquirido de segunda mano. El computador era un trofeo para ella: estaba orgullosa que sus hijos tuvieran un lugar para hacer tareas, pero sobre todo, había cambiado completamente su manera de trabajar. Antes Rosa repartía el correo. Ahora, tenía la capacidad de subcontratar repartidores del correo cuyas entregas controlaba a través de una hoja de cálculo en Excel que ella misma había diseñado: al hacerse competente tecnológicamente,

⁹ El proyecto (codirigido con Decsi Arévalo y Oscar Rodríguez) “Efectos de las políticas sociales de subsidios en la cotidianidad de las mujeres beneficiarias. Las experiencias del Régimen subsidiado en salud y Familias en Acción” (Financiado por La Universidad de los Andes) fue parte de LATINASSIST. Además del componente cuantitativo, seguimos 10 casos de madres beneficiarios durante 10 meses.

Rosa también había creado una forma de ganar buen dinero a costa de sus vecinos. Rosa también tiene una cuenta bancaria del programa, maneja hábilmente el teléfono celular. Era una madre ejemplar, según un funcionario del programa MFA que nos la presentó.

Por otro lado, sin embargo, los escenarios de relacionamiento directo entre beneficiarios y el programa se redujeron a un mínimo durante estos años de reforma administrativa. Esto implicó que el cargo de Madre Líder se acabó. Se habían convertido en el chivo expiatorio de las prácticas clientelistas en el programa, pues por su contacto con otras mujeres podían conseguir votos en época electoral (Camargo; Rodríguez-Raga, 2011). Rosa había sido efectivamente alguien que había sabido convertir su intermediación con las madres en potencial político. Su cercanía con los funcionarios de Familias en Acción también le daba una vía directa a la información y, de hecho, a servicios como los talleres de formación en sistemas a través de los cuales se había vuelto tan avezada en el manejo de hojas de cálculo.

A cambio de las madres líderes el programa promovió múltiples medios tecnológicos para que los futuros y presentes beneficiarios se relacionaran con el programa. El primer medio consistió en la puesta a disposición de los usuarios de las bases de datos que determinaba su elegibilidad para el programa. A través de la página de internet del SISBEN (Sistema de Identificación de Potenciales Beneficiarios de Programas Sociales, 2014) Las mujeres (y, dependiente del programa, hombres también) podrían revisar su propia elegibilidad para diferentes programas de asistencia (Figura 4). Ellos tenían la capacidad de revisar si serían potenciales beneficiarios en las inscripciones al programa. En términos de asistencia, esta movida hacia el acceso a las bases de datos tiene implicaciones que no pueden pasar desapercibidas: los pobres deben hacer su propia selección y son ellos

The image shows a screenshot of the SISBEN web application. At the top, there is a navigation bar with the SISBEN logo (a sun with rays) and the text 'SISBEN Sistema de Identificación de Potenciales Beneficiarios de Programas Sociales'. To the right of the logo is the logo of the Departamento Nacional de Planeación (DNP). Below the navigation bar, there is a search bar and a menu with options: 'El Sisben', 'Inicio', 'Consulta de Puntaje', 'Directorio', 'Información', 'Sisben Net', 'Contáctenos', and 'Solicitudes'. The main content area is titled 'Registro de Actualización de Datos de Identificación'. It contains a form with the following sections:

- 0 - Seleccione el Municipio:** This section has two dropdown menus. The first is labeled 'Departamento donde realizaron la encuesta' and is set to 'CALDAS'. The second is labeled 'Municipio donde realizaron la encuesta' and is set to 'Manizales'. There is a green 'Ir' button next to the second dropdown.
- 1 - ¿Quién realiza la solicitud?:** This section contains several input fields:
 - 'Primer Nombre' (text input)
 - 'Segundo Apellido' (text input)
 - 'Dirección' (text input)
 - 'Segundo Nombre' (text input)
 - 'Tipo de Documento' (dropdown menu with 'Seleccione...' as the current selection)
 - 'Teléfono' (text input)

Figura 4 - Aplicación en línea para que beneficiarios consulten los programas sociales a los que pueden aplicar

Fuente: Sistema de Identificación de Potenciales Beneficiarios de Programas Sociales (2014)

mismos quienes hacen todo el trabajo sucio en la administración del cuidado. Con esto además se materializa una ciudadanía modular y discrecional identificada en Brasil y Chile (Georges; Ceballos, 2014; Georges, 2014) La democratización del acceso a los indicadores sociales, más que disminuir la especulación sobre el funcionamiento del programa, la reemplazó por la sospecha entre vecinos. Las bases de datos eran citadas en reuniones donde las personas contrastaban entre sí sus propias representaciones sobre la pobreza con los indicadores. Paradójicamente, la alienación de las personas no condujo a la crítica de los indicadores sino a la demanda pública por su revisión. No es muy sorprendente que las protestas públicas fueran respondidas creando una página web donde las personas pueden solicitar la actualización de sus datos (aunque no de su puntaje) (Sistema de Identificación de Potenciales Beneficiarios de Programas Sociales, 2014).

Otra innovación fundamental fue el uso de *call centers* y SMS en el celular para programar citas de inscripción. Las mujeres con las que realizamos el trabajo de campo durante el 2012 se quejaban recurrentemente de la dificultad en el sistema. Muchas, sin embargo, terminaron usándolo porque ahorra tiempo. A Maria Elsa, como a otras mujeres desplazadas, les gustaba el sistema porque les evitaba enfrentarse a la ciudad desconocida y a la discriminación en los espacios burocráticos, pero todas pidieron ayuda en las inscripciones a sus hijos y conocidos (como nosotros). Maria Elsa se lo solicitó al pastor de la iglesia evangélica (Pentecostal) de la que es feligresa.

El último medio tecnológico usado en esta ola de innovación tecnológica para la asistencia tuvo como objeto la intensificación de la bancarización. A esta se le ha venido a llamar “inclusión financiera” y se creó un órgano público-privado que la promueve (Banca de las Oportunidades). Esta inclusión se ha reflejado en la variedad de medios de entrega de los “incentivos” (dinero): en Más Familias en Acción estos medios incluyen “Cuentas de Ahorro Electrónico de Trámite Simplificado” con la que se entrega una tarjeta débito; los llamados “monederos electrónicos” que usan tarjetas monederos y banca móvil (teléfonos celulares) (Departamento para la Prosperidad Social, 2014). Estas son las opciones más usadas pues los giros directos y la entrega en oficinas se reserva para muy pocos casos (indígenas y desplazados principalmente). Las mujeres beneficiarias reciben una tarjeta plástica o, en el caso de banca móvil, se asocia su cédula (que recibe el desembolso) con su número de teléfono celular para que ellas puedan obtener un código en pantalla a través de un SMS. Con el código, las mujeres pueden dirigirse a un cajero electrónico a retirar el dinero. Un efecto que noté durante el trabajo de campo fue que estas estrategias facilitan la creación de cuentas domésticas, la separación y marcación (cf. Zelizer, 2011) de dineros del hogar. El elemento celebrado de esto es que permite independencia financiera a las mujeres. Pero la creación de cuentas también implica la sospecha en el hogar y las acusaciones íntimas de robo entre sus miembros.

En conjunto, MFA ha operado a través de una intensificación de técnicas para gobernar la intimidad con artefactos que ya estaban en la vida de las personas de

alguna manera. Los artefactos de la asistencia de MFA son artefactos de la vida cotidiana que han sido reutilizados. Lo que aspiran es a lograr un borramiento de la distinción entre vida cotidiana y vida burocrática; entre labor doméstica y pública, pues el buen uso de los artefactos está atravesado por lenguajes morales de la honestidad (en el caso de las bases de datos) y la responsabilidad (en el caso de la entrega de registros). Más allá de este borramiento, la tendencia descrita también se enmarca en una tendencia de la optimización de costos, masificación de la escala y responsabilización del beneficiario en la política social. En efecto, como mostraré en la última sección los usos potenciales son mucho más difíciles de anticipar.

Red Unidos/ZOLIP

El Danubio Azul, lugar privilegiado de nuestro trabajo de campo y hogar de Maria Elsa, se convirtió en una Zona Libre de Pobreza Extrema (ZOLIP) en el año 2013. Estas Zonas son territorios donde se da atención prioritaria a la población y seguimiento hogares en el cumplimiento de “metas”. En concreto, esto implicaba que un programa de asistencia llamado Red Juntos que había surgido paralelamente a la expansión de FA a las grandes ciudades (el año 2006) y conocido como Red Unidos desde el 2010, sería intensificado. El programa es administrado por la Agencia Nacional para la Superación de la Pobreza Extrema (ANSPE), una entidad adscrita al Departamento para la Prosperidad Social (DPS) (que administra a MFA). Como el programa PAIF en Sao Paulo y Puente en Chile, la Red Unidos busca, específicamente, reducir la pobreza extrema a través de la inclusión de familias seleccionadas en la base de datos del SISBEN¹⁰. A través de un seguimiento personalizado de “cogestoras” (mujeres generalmente pobres y de los mismos barrios) a los hogares, las familias deben llegar a superar 45 “logros”, divididos en 9 dimensiones, los cuales son supervisados en una base de datos en un computador portátil del programa (Agencia Nacional para la Superación de la Pobreza Extrema, 2014). Las dimensiones son identificación, ingresos y trabajo, educación y capacitación, salud, nutrición, habitabilidad, dinámica familiar, bancarización y ahorro, y acceso a la justicia. Entre los logros están, por ejemplo,

3. La familia incluida en el SISBEN tiene registrada la información personal de cada uno de sus miembros, exactamente igual a como aparecen los documentos de identidad vigentes a sus rangos de edad. (D1)
11. Las personas que lo deseen, una vez concluido el ciclo básico, se vinculan a la educación media, técnica, tecnológica o acceden a programas de formación para el trabajo. (D3)
20. Las personas con discapacidad tienen acceso a los programas de rehabilitación (en particular aquellos basados en la comunidad) y a las ayudas técnicas necesarias para su autonomía. (D4)

¹⁰ El programa es similar a PDZP en México, Puente en Chile

34. La familia elabora y hace seguimiento a su Plan Familiar. (D7)
37. La familia con menores de 6 años conoce y aplica pautas de crianza humanizada. (D7)
40. La familia ahorra a través del sistema financiero o de mecanismos no formales. (D8)
41. La familia conoce las características de al menos uno de los siguientes servicios financieros: ahorro, crédito y seguros. (D8)
42. Las familias que lo requieren han obtenido un crédito a través de un mecanismo financiero o formal o a través de grupos de ahorro y crédito (Agencia Nacional para la Superación de la Pobreza Extrema, 2014).

Estos logros dan a ver que la Red Unidos implica también una mezcla de acceso a capacidades (muchas de ellas técnicas) y gobierno de la intimidad. Entre las primeras se privilegian aquellas que integran a la familia al mercado. Entre las segundas las que dan evidencia de “corresponsabilidad”. Las ZOLIP vienen acompañadas, por ejemplo, de ferias de servicios estatales y no estatales. En el Danubio Azul, en febrero del 2013, se realizó una de estas ferias. Seis de las trece entidades participantes apuntaban a la inclusión financiera (es decir, eran bancos o instituciones de crédito).

En su conjunto, ZOLIP es la frontera última de la asistencia, abarca los casos difíciles y, en cuanto tal, han sido demarcados territorialmente. Aunque la implementación de Unidos se da a escala nacional, la distribución geográfica de las ZOLIP es diagnóstica del mismo movimiento que FA tuvo en sus orígenes al concentrarse en territorios problemáticos, extremadamente vulnerables. Sin embargo, a diferencia del programa TCE, ZOLIP también se ha insertado en las áreas más marginales de las principales capitales del país: metafóricamente se concentran en la intimidad del hogar simbólico del proyecto nacional (Bogotá).

Guzmán (2013) ha observado detalladamente como operan las relaciones entre beneficiarias y cogestoras en el caso de la ZOLIP de un municipio vecino de Bogotá. El programa se ha promocionado a través del discurso de la corresponsabilidad y empoderamiento, pero esto realmente puede existir a través de la intrusión en la vida privada. Las visitas de las cogestoras ha sido descrita por Guzmán (2013) como una disputa por el control del tiempo y el espacio del hogar. La manifestación más básica de esta disputa entre beneficiarias es “hacer perder el tiempo”; es decir, el incumplimiento de citas, hacer esperar, dilatar las visitas, que son acciones emprendidas tanto por beneficiarias como por cogestoras. Prácticas más elaboradas consisten en dar regalos, que implican maneras de imbuir la relación burocrática de compromisos íntimos futuros.

Dicho lo anterior, es vital subrayar que es la base de datos que lleva la cogestora en su computador portátil la que realmente gobierna la relación. En esto el programa es el que se asegura el control no solo de los tiempos íntimos y cotidianos, sino del

futuro mismo. El acompañamiento a las familias se hace a través de la base de datos, un software llamado “Verificación de Logros”, que se alimenta *in situ* y que se sincroniza al sistema de información nacional en tiempo real. El software tiene tantas casillas como logros que se reconocen a través de colores (Figura 5). La cogestora, va registrando el progreso en sus visitas y ella misma va incluyendo la evidencia que llevará a que la familia sea excluida de la categoría de “pobre extrema”. Pero la base de datos gobierna más que el tiempo íntimo de la familia porque con base en estas se toman las decisiones en los comités técnicos. En uno de estos a los que tuve la oportunidad de asistir, cada logro era revisado de acuerdo al número de familias que no lo cumplen. Inmediatamente se delega un representante de un ente estatal para ultrafocalizar estos casos, cuyos detalles pueden ser consultados, en tiempo real, durante la reunión.

Por último, la estrategia ZOLIP está articulada a un componente de la ANSPE llamada Centros de Innovación Social. En el marco de esta estrategia se hacen proyectos puntuales de acceso a recursos tecnológicos y de emprendimiento. En las vecindades de Bogotá, por ejemplo, este ha sido la entrada a *One Laptop per Child* (OLPC), una ONG norteamericana apoyada por Intel que promueve justamente lo que su nombre dice y se apoya en grandes mentes del emprendimiento global. En otros municipios se han creado proyectos de emprendimiento, de “negocios sociales” y la experimentación con tecnología para el mejoramiento de vivienda y la sanidad”, según el Centro de Innovación Social de la ANSPE (Agencia Nacional para la Superación de la Pobreza Extrema, 2014).

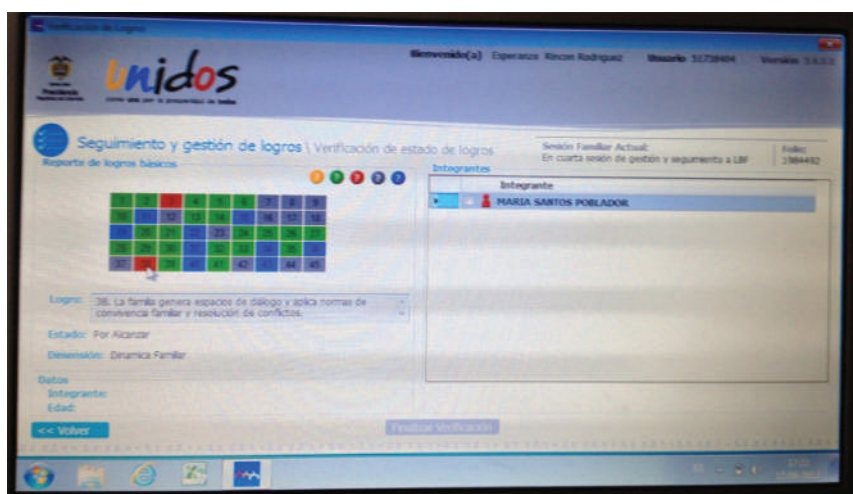


Figura 5 - Interfaz del programa en el computador de una cogestora.

Fuente: Tomada por Yenny Guzmán (2013)

En resumen, las tres estrategias implican dimensiones distintas, pero complementarias, de una forma de gubernamentalidad futurista centrada en la intimidad del hogar y la vida cotidiana. Esta forma de gubernamentalidad espera que la tecnología, por sí misma cierre la brecha entre centro y periferia, cree la relación social y “engrane” a los ciudadanos en las publicitadas estrategias de “encadenamiento”, “articulación” y “sinergias”: metáforas que asumen a los estados y a los ciudadanos como componentes tecnológicos.

Del hechizo tecnológico al “hechizo” tecnológico

Las relaciones con la tecnología que he presentado en este artículo apuntan primariamente a gobernar la intimidad. Aunque es necesario investigar más sobre el uso cotidiano de la tecnología por parte de los y las beneficiarias, es obvio que lo que hacen estas últimas con los artefactos de la asistencia supera la imaginación del programa. Lo que me lleva finalmente a dos formas de relación de las personas con la tecnología y que, de hecho, entran en tensión en la configuración del hogar como unidad de intervención.

En mayo de 2014, una de las mujeres que hizo parte del proyecto durante el 2012 me contactó a través de Facebook. Estaba arrestada en su casa. Ella nunca había ocultado algunos vínculos con el mundo delincuencia del barrio. Según ella misma, un computador portátil que tenía durante nuestro trabajo de campo, así como su celular, eran robados. Ella había entrado a ser directamente parte de una banda y había sido arrestada. Por su condición de madre de familia había recibido el beneficio de casa por cárcel. El deseo por los artefactos tecnológicos es la contraparte del optimismo tecnológico con el que opera la política social. Hay un patente círculo vicioso aquí: la mujer pobre llega a ser criminal por *aspirar demasiado* lo que aprendió a desear.

Alfred Gell (1992) dijo que la tecnología involucra a las personas en redes de intencionalidad en las cuales se distribuye la agencia. A esto le llamo el encantamiento de la tecnología y es, justamente lo que parece ir implícito en la inclusión de tecnologías y artefactos en la asistencia. No obstante esta suerte de encantamiento de la tecnología también opera, literalmente, como un hechizo que margina, vuelve ansiosas a las personas sobre sus propias aspiraciones y finalmente las encierra en guetos de ignorancia, inhabilidad, criminalidad y la acumulación de basura tecnológica en las casas. Por supuesto, también aparatos como los teléfonos celulares han llegado a ser instrumentos clave en la configuración de redes de cuidado y empleo entre las mujeres, pero esto también se encuentra de la imagen específica que el programa tiene del hogar como autocontenido y autosuficiente.

Otra forma de “hechizo” más interesante es el que se puede encontrar en muchos apartes de este artículo. En su reflexión sobre la innovación tecnológica en países del sur global, Hernán Thomas (1995) ha manifestado que los modelos existentes son, en realidad, aquellos del norte. En países como Argentina, Brasil y Colombia, la innovación toma la forma de la contra-ingeniería, de desarmar y

rearmar que él llama reciclaje tecnológico. En Colombia esto toma el nombre de “hechizos”, cosas hechas con medios limitados y materiales disponibles, fragmentos de segunda mano, entre otras cosas. Los hechizos aparecen en el computador de Rosa, en la manera como mucha gente hace operar su teléfono celular a través de cargadores genéricos de baterías y piezas falsificadas que provienen del mundo de la globalización no-hegemónica. Entender estos componentes de la innovación de los hogares puede llevar a lugares revolucionarios que aún están por explotar completamente. También están en el centro de formas de sociabilidad emergente entre las personas sujeto de las políticas de la asistencia.

Conclusiones

Este artículo ha sido una reflexión sobre el gobierno tecnocrático y el territorio en Colombia. Pero también en regímenes de gobierno neoliberal. También es una reflexión sobre mi trayectoria como investigador de la asistencia social y la manera como he notado la centralidad de la tecnología en la asistencia. A menudo se piensa que la tecnocratización implica universalización, pero la política social conserva una geografía propia del estado liberal. Esta diferencia corresponde a la distinción paradigmática entre centro y periferia. La diferencia no es necesariamente geográfica, sino en sus propios términos, una diferencia establecida a través de la capacidad técnica de manipular el mundo.

En este artículo he ofrecido una caracterización de una forma de gubernamentalidad que aspira a que la tecnología y los artefactos logren la incorporación de “los hogares” al proyecto económico, político y moral de un país evidentemente inclinado al proyecto neoliberal. El problema del estado neoliberal no es gobernar solamente gobernar a través del imperativo de la libertad, sino dar a las personas los medios y cosas a través de las cuales su libertad puede ser concretada (Bennett, 2009). Pero el problema va más allá de los medios y los fines: en el diseño de las cosas también va implícito parte del gobierno de las relaciones más íntimas. Esto se refleja en la asistencia. El estado está obsesionado con la tecnología como forma de justicia. Sin embargo lo que yo documento es la simultánea capacidad gobernar a través de la tecnología ha ido en paralelo (y no necesariamente que se causen mutuamente) a una re-espacialización de la desigualdad.

Referencias

AGENCIA NACIONAL PARA LA SUPERACIÓN DE LA POBREZA EXTREMA – ANSPE.

Bogotá. Disponible: <<http://www.anspe.gov.co/es/programa/estrategia-unidos/dimensiones-y-logros>>. Acceso: 10 sept. 2014.

_____. Centro de Innovación Social. Bogotá. Disponible: <http://issuu.com/ciscolombia/docs/cis_2013>. Acceso: 10 sept. 2014.

- AGENCIA PRESIDENCIAL PARA LA ACCIÓN SOCIAL Y LA COOPERACIÓN INTERNACIONAL, Departamento Nacional de Planeación – DPN. *El camino recorrido diez años de Familias en Acción*. Bogotá, 2010.
- BASIAGO, Andrew. The limits of technological optimism. *Environmentalist*. Hampshire, v. 14, n. 1, 1994, pp. 17-22. <http://dx.doi.org/10.1007/bf01902656>.
- BENNETT, Tony. *Liberal government and its outsides*: introductory notes. In: *4^o Government and Freedom Seminar*. Milton Keynes: The Open University, pp. 1-7, 2009.
- BRICKELL, Katherine. Geopolitics of home. *Geography Compass*, Hoboken, v. 6, n. 10, 2012, pp. 575-588. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1749-8198.2012.00511.x>.
- CAMARGO, Gabriel Nicolás, RODRÍGUEZ-RAGA, Juan Carlos. Familias en acción y preferencias políticas, Colombia 2010. *Apuntes de Cultura Política: desde el Observatorio de la Democracia*, Bogotá, n. 1, 2011, pp. 1-8.
- CENTENO, Miguel Ángel. Redefiniendo la tecnocracia. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 37, n. 146, 1997, pp. 215-240.
- COLOMBIA. República de Colombia. *Constitución política de Colombia 1991*. Bogotá, Departamento Administrativo del Servicio Civil, 1992.
- _____. Ley n° 1532. *Por medio de la cual se adoptan unas medidas de política y se regula el funcionamiento del programa Familias en Acción*. Bogotá, Congreso de Colombia, 2012.
- _____. Gobierno. Presidencia de la República. *Las ZOLIP en Bogotá*. Bogotá. Disponible: <<http://wsp.presidencia.gov.co/bogota/prensa/2013/Zolip/Paginas/Las-ZOLIP-en-Bogota.aspx>>. Acceso: 7 sept. 2014.
- COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS – CEPAL. Programa de Transferencias Condicionadas. *Más familias en acción (2001-)*. Santiago, 2014. Disponible: <<http://dds.cepal.org/bdptc/programa/componentes.php?id=12>>. Acceso: 10 sept. 2014.
- DEPARTAMENTO PARA LA PROSPERIDAD SOCIAL – DPS. *Más familias en acción: más compromiso por la equidad*. Bogotá, 2014. Documento Operativo Técnico DOT, n. 13. Entrega de Incentivos.
- FISZBEIN, Ariel et al. *Conditional cash transfers: reducing present and future poverty*. Washington, World Bank, 2009.
- FOUCAULT, Michel. Governmentality. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Collin; MILLER, Peter (Eds.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. London, Harvester Wheatsheaf, 1991.
- GELL, Alfred. The technology of enchantment and the enchantment of technology. In: COOTE, Jeremy; SHELTON, Anthony (Eds.). *Anthropology, art and aesthetics*. Oxford, Oxford University Press, 1992, pp. 40-63.
- GEORGES, Isabel; CEBALLOS, Marco. Bolsa familia y la asistencia social en Brasil: de la lucha política a la mercantilización local. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, 2014, pp. 513-529. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000300005>.

- GEORGES, Isabel. *Reconfiguration des politiques sociales au Brésil*. Paris, La Découverte, 2014. <http://dx.doi.org/10.3917/tgs.032.0045>.
- GUZMÁN, Yenny. Burocracia a domicilio: una mirada etnográfica a la política social contra la pobreza extrema en Chía. Bogotá, Uniandes, 2013. Tesis (Antropólogo).
- HANDELMAN, Don. Bureaucratic transactions: the development of official-client relationships in Israel. In: Kapferer, Bruce (Ed.). *Transaction and meaning: directions in the anthropology of exchange and symbolic behavior*. Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues, 1976, pp. 223-275.
- HERZFELD, Michael. *The social production of indifference: exploring the symbolic roots of western bureaucracy*. Chicago, University of Chicago Press, 1993. Disponible: <<http://www.loc.gov/catdir/description/uchi052/93001674.html>>. Acceso: 20 enero 2016.
- _____. *Cultural intimacy: social poetics in the Nation-State*. 2. ed. New York, Routledge, 2005. Disponible: <<http://www.loc.gov/catdir/toc/ecip0417/2004008898.html>>. Acceso: 20 enero 2016.
- JARAMILLO, Pablo. *Etnicidad y victimización: genealogías de la violencia y la indigenidad en el norte de Colombia*. Bogotá, Uniandes, 2014.
- _____. *La duplicidad de las cédulas: valor, crisis moral e indigenidad en la Guajira*. In: FORERO, Olga Restrepo (Ed.). *Ensamblando heteroglosias*. Bogotá, Colciencias, Universidad Nacional, 2013, pp. 394-405.
- KLEINE, Dorothea. *Technologies of choice?: ICTs, development, and the capabilities approach*. Cambridge, Mass, MIT Press, 2013. The Information Society Series.
- LATOUR, Bruno. *The pasteurization of France*. Cambridge, Harvard University Press, 1988.
- _____. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- LAW, John. *Actor network theory and material semiotics*. 2007, pp. 1-21. Disponible: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law-ANTandMaterialSemiotics.pdf>>. Acceso: 20 enero 2016.
- MANN, Michael. *The sources of social power*. New York, Cambridge University Press, 1986. Disponible: <<http://www.loc.gov/catdir/description/cam023/85014962.html>>. Acceso: 20 enero 2016.
- OSWIN, Natalie; OLUND, Eric. Governing intimacy. *Environment and Planning D: Society and Space, London*, v. 28, n. 1, 2010, pp. 60-67. <http://dx.doi.org/10.1068/d2801ed>.
- RESTREPO FORERO, Olga (Ed.). *Ensamblando estados*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, Colciencias, 2013a.
- _____. *Ensamblando heteroglosias*. Bogotá, Colciencias, Universidad Nacional de Colombia, 2013b.
- SEN, Amartya Kumar. *Development as freedom*. Oxford, Oxford University Press, 2001.
- SISTEMA DE IDENTIFICACIÓN DE POTENCIALES BENEFICIARIOS DE PROGRAMAS SOCIALES – SISBÉN. Bogotá, 2014. Disponible: <<https://www.sisben.gov.co/ConsultadePuntaje.aspx>>. Acceso: 20 enero 2016.

_____. *Registro de actualización de datos de identificación*. Bogotá. Disponible: <<https://www.sisben.gov.co/Solicitudes/RegistrarSolicitudActualizacion.aspx>>. Acceso: 20 enero 2016.

THOMAS, Hernán. *Surdesarrollo: producción de tecnología en países subdesarrollados*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1995.

UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE – GAO. *PLAN COLOMBIA: drug reduction goals were not fully met, but security has improved; U.S. agencies need more detailed plans for reducing assistance*. Washington, GAO, 2008. Report to the Honorable Joseph R. Biden, Jr., Chairman, Committee on Foreign Relations, U.S. Senate Report.

VAN COTT, Donna Lee. *The friendly liquidation of the past: the politics of diversity in Latin America*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2000. Pitt Latin American Series.

WINNER, Langdon. Do artifacts have politics? *Daedalus*, Lisboa, v. 109, n. 1, 1980, pp. 121-136.

ZELIZER, Viviana. *El significado social del dinero*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2011.

Recebido em: 20/01/2016

Aprovado em: 05/04/2016

Como citar este artigo:

JARAMILLO, Pablo. Gubernamentalidades futuristas: gobernar el hogar en la era del optimismo tecnológico. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 75-95.



Género, familia y trabajo: concepciones de beneficiarias e intermediarias de un seguro de capacitación y empleo en un Municipio del Área Metropolitana de Buenos Aires

Ania Tizziani¹

Resumen: En este artículo nos interesa indagar en torno de la incorporación de una perspectiva de género en las políticas de empleo en la Argentina, a través del análisis del funcionamiento de un programa de capacitación y empleo dirigido a trabajadoras domésticas. Veremos que una de las características de este programa es que busca generar una reflexión en torno del el carácter sexuado de la ocupación, la desvalorización del trabajo doméstico y se propone desnaturalizar los roles femeninos tradicionales. Sobre la base de un estudio cualitativo, estudiaremos las diferentes construcciones de género que se manifiestan en las interacciones entre intermediarias y beneficiarias.

Palabras-clave: políticas públicas; género; formación profesional; Argentina.

Gender, family and work: perspectives about a work program in Buenos Aires

Abstract: *The aim of this article is to inquire about the incorporation of a gender perspective in employment policies in Argentina, through the analysis of a training and work program for female domestic workers in a municipality of the metropolitan area of Buenos Aires. This program aims to provoke a reflection regarding gender-related*

¹ Conicet, Universidad Nacional de General Sarmiento – Argentina – e-mail: atizzian@ungs.edu.ar

employment characteristics, the devaluation of domestic work, and to denaturalize the traditional female roles. The characteristics and the functioning of this program will be analyzed here based on a qualitative study.

Keywords: *public policies; gender; training and work program; Argentina.*

Introducción

Este artículo indaga en torno de la incorporación de una perspectiva de género en las políticas de empleo en la Argentina, a través del análisis del funcionamiento de un programa de capacitación y empleo dirigido a trabajadoras domésticas, en un Municipio de Área Metropolitana de Buenos Aires. Este programa de capacitación y empleo forma parte de una reorientación de las políticas públicas que se constata en el país desde mediados de la década pasada. Sobre la base de un diagnóstico que daba cuenta de un mejoramiento de los indicadores del mercado de trabajo desde el año 2004, el gobierno nacional se propone transformar las políticas asistenciales – que habían sido prioritarias en el país en el período inmediatamente posterior a la crisis de 2001 – en políticas activas de empleo (Neffa, 2011).

En este conjunto de políticas de empleo, aquellas que cuentan con un componente relacionado con la capacitación y la formación profesional ocupan un lugar preponderante. En ese marco se implementan una serie de programas puntuales que buscan tener en cuenta las desigualdades de género en la inserción en el mercado de trabajo, a través de la focalización en las actividades en las que las mujeres pobres son mayoritarias. Sin embargo, más allá de esa focalización específica, poco se ha avanzado en la inclusión de una perspectiva de género en el diseño y la puesta en práctica de este tipo de dispositivos. El *Programa de Profesionalización del Trabajo en Casas Particulares*, implementado por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTEySS) desde el año 2008, que nos interesa analizar aquí, constituye una excepción. Veremos que una de las características de este programa es que busca generar una reflexión en torno del carácter sexuado de la ocupación, la desvalorización del trabajo doméstico y se propone desnaturalizar los roles femeninos tradicionales.

Sobre la base de un estudio cualitativo, nos interesa explorar la perspectiva de género que propone este programa de capacitación y las formas de apropiación de las beneficiarias. Para ello, describiremos, en la primera sección, la manera en que la literatura sociológica ha analizado el peso de las desigualdades de género en el mercado de trabajo y las diferentes políticas públicas que han tenido en cuenta estas tendencias. En la segunda sección nos adentraremos en el estudio de este dispositivo de formación profesional para trabajadoras domésticas. En primer lugar, presentaremos brevemente algunas características de esta iniciativa pública y la perspectiva de género adoptada por las funcionarias responsables del diseño del programa en el marco del MTEySS. Luego analizaremos el funcionamiento y la puesta en práctica de los cursos de capacitación vinculados al servicio

doméstico, en un centro de formación profesional creado por un municipio del Área Metropolitana de Buenos Aires. Prestaremos especial atención a las trayectorias laborales de las beneficiarias y a la manera en que imaginan y proyectan sus “salidas laborales”. Por último, estudiaremos la manera en que las inequidades de género son problematizadas por formadoras y beneficiarias durante los cursos de capacitación.

Las reflexiones que siguen están basadas en un trabajo de campo realizado entre 2011 y 2012, principalmente en uno de los centros de capacitación para trabajadoras domésticas, creado por un municipio del Área Metropolitana de Buenos Aires, con el apoyo y la financiación de este programa del MTEySS³. Luego de una serie de entrevistas realizadas con las funcionarias responsables del programa a nivel nacional, nos interesó acceder a su puesta en práctica a nivel local y al desarrollo de las formaciones profesionales. En dicho centro de formación, realizamos entonces entrevistas con las responsables de los diferentes cursos vinculados al servicio doméstico (cocina y cuidados de niños) y con quince beneficiarias que participaban en ellos. También realizamos observaciones participantes sistemáticas de los cursos durante los tres meses de su duración, que fueron registradas en un diario de campo. Los datos obtenidos durante este trabajo de campo abarcan diversos ejes que intentamos articular en las reflexiones que siguen, en particular: el funcionamiento, la dinámica y los contenidos de los cursos; las interacciones entre docentes y participantes; las trayectorias familiares, laborales y educativas de las beneficiarias.

Género, mercado de trabajo y políticas públicas

Diferentes estudios destacan la persistencia de una marcada segregación de género y sector socio-económico en el mercado de trabajo argentino de la última década (Cortés, 2012). Por un lado, pese al mejoramiento de los indicadores laborales que se registró en el país desde el año 2004, las desigualdades de género siguen siendo importantes (Cortés, 2012; Novick; Rojo; Castillo, 2008; Bertranou; Casanova, 2013). Como en otros países de la región, las mujeres están más afectadas por la desocupación, la subocupación, la precariedad e informalidad laboral (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2014). De la misma manera, diferentes estudios constatan la delimitación de territorios de hombres y territorios de mujeres en la estructura ocupacional, la persistencia de elevadas brechas salariales, incluso en trabajadores de iguales niveles de calificación y cargo jerárquico, así como la menor presencia femenina en cargos de supervisión, gerenciales y de dirección (Novick; Rojo; Castillo, 2008).

³ Este trabajo de campo forma parte de una investigación más amplia realizada en la ciudad de Buenos Aires, cuyo título es “Procesos de construcción y legitimación de las jerarquías sociales en la Argentina contemporánea: empleadas y empleadores del servicio doméstico” (CONICET/Universidad Nacional de General Sarmiento). Esta investigación se articula asimismo con diferentes proyectos de cooperación internacional, entre ellos el proyecto: “Offre institutionnelle et logiques d’acteurs: femmes assistées dans six métropoles d’Amérique latine”, LATINASSIST - ANR Les Suds II, 2011-2014.

Uno de los elementos centrales en la configuración de estos patrones de desigualdad de género en el mercado de trabajo, destacado por una amplia literatura, es la profunda imbricación entre el trabajo reproductivo y productivo en los itinerarios femeninos y la articulación de las decisiones laborales y las dinámicas familiares (Wainerman, 2002; Barrancos; Goren, 2002, entre otros). El peso de las responsabilidades socialmente asignadas a las mujeres en las tareas reproductivas condiciona tanto las posibilidades de participación en actividades remuneradas fuera del hogar, como el tipo inserción a la que pueden acceder. Al mismo tiempo, la permanencia de estereotipos de género que definen roles, competencias y saberes diferenciados para varones y mujeres (con valorizaciones desiguales), contribuye también a restringir el universo de inserciones laborales accesibles a las mujeres (Novick; Rojo; Castillo, 2008).

Así, en la Argentina, las mujeres urbanas se concentran principalmente en el comercio y los servicios, y allí, en actividades consideradas como “típicamente femeninas”, es decir, aquellas que son definidas como extensión de las tareas reproductivas socialmente atribuidas a las mujeres. Esta extensión de los roles tradicionales de las mujeres en el marco del mundo del trabajo asalariado, contribuye a naturalizar la precariedad de las condiciones laborales que marca esas ocupaciones (Georges, 2011: 111). Para las mujeres de sectores medios, la enseñanza y los servicios sociales y de salud son los sectores más representativos. En el caso de aquellas pertenecientes a los sectores populares, con menores niveles de educación formal, los servicios domésticos y de cuidados constituyen las inserciones más frecuentes (Davolos, 2013; Contartese; Maceira, 2005).

Estas inserciones diferenciadas de las mujeres según el sector socio-económico sugieren la necesidad de articular el análisis de estos patrones de segregación de género con otras dinámicas de configuración de las desigualdades, en particular aquellas vinculadas a la pertenencia de clase. En efecto, son las mujeres de bajos ingresos las que enfrentan los horizontes de inserción laboral más acotados y con condiciones más desventajosas. Esto se relaciona principalmente con los escasos recursos que pueden movilizar para hacer frente a las responsabilidades reproductivas socialmente atribuidas. El impacto de estas responsabilidades en las trayectorias laborales femeninas depende sin duda de arreglos y negociaciones al interior de los hogares, pero también del acceso (diferencial) a servicios fuera del hogar, sean comunitarios o de mercado: trabajo doméstico remunerado, guarderías e instituciones de cuidado de enfermos y ancianos, el acceso a tecnología doméstica, etc (Jelin, 2010). El hecho de que la oferta de servicios de este tipo está centrada en los mecanismos de mercado, contribuye a reproducir estos patrones de segregación por género y sector socio-económico en el mercado de trabajo.

Las problemáticas específicas que enfrentan las mujeres de sectores populares en sus inserciones laborales han sido analizadas por diferentes estudios, en particular aquellos que ponen el foco en las interrelaciones entre género, trabajo y pobreza (Barrancos & Goren, 2002; Valenzuela, 2003; Gallart et al., 1992). Destacan, en primer lugar, la participación menos acentuada de las mujeres de

estos sectores en actividades remuneradas fuera de sus hogares, en relación con sus pares pertenecientes a los sectores medios y altos. Las trayectorias laborales de las mujeres de sectores populares están marcadas por una presencia intermitente en el mercado de trabajo. En efecto, la alternancia entre períodos de ocupación y desempleo, así como pasajes frecuentes hacia la inactividad configuran itinerarios laborales discontinuos e inestables. Estas trayectorias están, por un lado, estrechamente vinculadas a las etapas del ciclo de vida familiar. Las mujeres de bajos ingresos se retiran del mercado de trabajo al momento del matrimonio y sobre todo de la llegada de los hijos, con más frecuencia que aquellas de ingresos más elevados (Cerrutti, 2002). Experimentan por otro lado, fuertes tensiones para compatibilizar actividades remuneradas con las responsabilidades domésticas y de cuidados en sus propios hogares. Privilegian entonces actividades laborales a tiempo parcial, flexibles o “por horas”, que corresponden muchas veces a inserciones precarias e informales. Despliegan asimismo una serie de estrategias familiares para responder a las necesidades de cuidado, que involucran otros miembros del hogar (principalmente mujeres) y redes de proximidad.

Los posicionamientos de las mujeres de sectores populares en el mercado de trabajo no pueden desvincularse de las características de las ocupaciones que constituyen el universo de inserciones accesibles. Se trata en general de las actividades de menor jerarquía en la estructura ocupacional, que ofrecen bajos salarios, condiciones laborales desventajosas y escasas oportunidades de desarrollo de carrera. Esas características pesan sobre la valorización y el significado que las mujeres atribuyen a esas inserciones laborales, que muchas veces no se conciben como un auténtico trabajo sino como una “ayuda” en los presupuestos familiares (Cerrutti, 2002). Las problemáticas vinculadas a las calificaciones tienen un peso central en la delimitación de este conjunto de ocupaciones disponibles: los bajos niveles de educación formal y las trayectorias dominadas por ocupaciones consideradas como no calificadas (ni calificantes) contribuyen al encierro de las mujeres de sectores populares en las actividades de menor calidad (Barrancos; Goren, 2002).

Las políticas públicas no son ajenas a estas problemáticas. Por un lado, la ausencia de servicios de cuidado de niños y de adultos mayores accesibles a los sectores de bajos recursos, en el marco de la primacía de una concepción que privatiza estas responsabilidades y transfiere su resolución al interior de los hogares, es uno de los factores centrales que condiciona la participación laboral de las mujeres. Por otro lado, las políticas sociales y de asistencia, que tienen una presencia acentuada en la organización de la vida cotidiana de los hogares de bajos ingresos, tienden a reforzar la división sexual del trabajo y los roles de género tradicionales. Las tendencias “maternalistas” y “familiaristas” que caracterizan la mayoría de las políticas asistenciales han sido destacada por numerosos estudios (Pautassi; Zibecchi, 2013; Corina, 2011, entre otros). Esas tendencias subrayan la importancia del rol de las familias y, en particular, de las madres beneficiarias en tanto portadoras y mediadoras de las políticas sociales, que contribuyen al relegamiento de las mujeres en la esfera privada y doméstica (Cortés, 2012).

Sin embargo, en los últimos años se han desarrollado una serie de políticas activas de empleo, tendientes a mejorar la inserción de los sectores más desfavorecidos en el mercado de trabajo, en particular de las mujeres de bajos ingresos. Entre esas políticas sociales, aquellas con un componente vinculado a la capacitación y la formación profesional ocupan un lugar privilegiado. Se trata de un conjunto de dispositivos muy heterogéneos, que tienen como objetivo asistir a los trabajadores desocupados en su inserción en el mercado de trabajo y facilitar la actualización de sus competencias laborales (Neffa, 2011). Incluyen en general el acceso a una prestación monetaria y a cursos de capacitación y formación profesional, así como el apoyo en la búsqueda de un empleo. Estos dispositivos involucran, además de diferentes organismos públicos (Ministerio de Trabajo Empleo y Seguridad Social y Ministerio de Desarrollo Social), una multiplicidad de actores, tales como Municipios del Área Metropolitana de Buenos Aires, sindicatos, organizaciones sociales y de orientación religiosa, que llevan a cabo las actividades de formación en los diferentes territorios.

Desde una perspectiva de género, en su análisis sobre los efectos de este conjunto de dispositivos de formación profesional en la inserción laboral de jóvenes beneficiarios, Millenaar (2014) diferencia dos tipos de programas de capacitación y empleo en función de la manera en que orientan sus ofertas de formación. Un primer grupo está compuesto por aquellos dispositivos que ponen en práctica lo que la autora denomina un “abordaje igualitario”, que no diferencia su oferta por sexo y ofrece cursos no asociados a tareas concebidas como masculinas o femeninas, haciendo foco en el mejoramiento de la “empleabilidad” de los participantes. Estos cursos están generalmente dirigidos hacia el sector de los servicios y las tecnologías de información y son los que, en el análisis de esta autora, parecen ser más eficaces a la hora de mejorar las oportunidades de empleo de los jóvenes beneficiarios. Un segundo grupo se caracteriza por un “abordaje diferenciado” y ofrece cursos asociados a tareas “típicamente” femeninas o masculinas: costura, cocina, peluquería, cuidados de niños y ancianos dirigidos de manera preferencial a las mujeres; electricidad, plomería, carpintería, orientados a los varones. Si bien no existen restricciones a la inscripción de varones o mujeres en ellos, estos cursos trabajan de un modo específico con varones y mujeres, poniendo el foco en una reflexión en torno de los derechos asociados al trabajo (Millenaar, 2014: 330).

Más allá de las diferentes orientaciones de la oferta formativa de estos dispositivos de formación profesional, muy pocos incorporan de manera explícita una perspectiva de género, si no es a través de la focalización sobre mujeres desocupadas. En ese contexto, el *Programa de Profesionalización del Trabajo en Casas Particulares* que nos interesa analizar aquí constituye una excepción. Si, por un lado, su oferta formativa corresponde claramente a un enfoque “diferenciado” en la clasificación que propone Millenaar, ofreciendo cursos en tareas “típicamente” femeninas (cocina, servicios de limpieza y cuidados de niños y ancianos) orientados preferentemente a mujeres (pobres), por otro lado, busca generar una reflexión en torno de las desigualdades de género en el mercado de trabajo. Así, en estas formaciones,

algunos encuentros se dedican a la discusión de las “cuestiones de género” junto con las mujeres beneficiarias. Estos encuentros se proponen desnaturalizar los roles femeninos tradicionales a través de una reflexión en torno del carácter sexuado de la ocupación y la desvalorización del trabajo doméstico. Nos interesa indagar sobre la manera en que esta problematización de las cuestiones de género es apropiada (o no) por las beneficiarias en el marco de sus interacciones con las formadoras y su peso en los horizontes laborales accesibles, imaginables o proyectados durante la experiencia de formación.

Capacitar para el servicio doméstico

El *Programa de Profesionalización del Trabajo en Casas Particulares y otros Servicios Personales y Sociales*, fue creado en el año 2008 por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. El objetivo de esta iniciativa pública es “jerarquizar” y “profesionalizar” esta ocupación, una de las principales fuentes de empleo femenino urbano para mujeres de bajos ingresos⁴ y, al mismo tiempo, una de las más desfavorecidas del mercado de trabajo argentino⁵. Este programa acompaña una serie de iniciativas que, desde hace más de una década, dan cuenta de una mayor visibilidad pública de las problemáticas ligadas a un sector históricamente relegado y se propone mejorar las condiciones de trabajo en la ocupación⁶.

El programa está específicamente dirigido a mujeres desocupadas, que hayan tenido alguna experiencia en el servicio doméstico a lo largo de sus trayectorias laborales. Cuando se inscriben en el programa, las participantes acceden a los beneficios de la seguridad social y a una prestación monetaria. Como contrapartida, se comprometen a realizar una búsqueda de empleo (a través de las oficinas de empleo municipales) y actividades de formación y capacitación. Algunas de estas formaciones están vinculadas con las actividades del servicio doméstico y los cuidados, y otras con sectores considerados afines, como la gastronomía y la hotelería. De la misma manera, el programa brinda financiamiento y apoyo técnico

⁴ La experiencia de los Planes de Jefas/es de Hogar Desocupadas/os (PJHD), daba cuenta del peso de esta ocupación entre las mujeres pertenecientes a los sectores más desfavorecidos. La mayoría de los trabajadores desempleados incorporados al PJHD eran mujeres (un 70%), que se había desempeñado en empleos no registrados y cuyas posibilidades de insertarse en el mercado de trabajo formal eran mucho más bajas que las de los hombres: del conjunto de los beneficiarios que accedía a un empleo formal, 66% eran hombres y 34% mujeres. En 2006, al menos 50% de las beneficiarias de los PJHD había declarado el servicio doméstico como su inserción laboral principal o secundaria (Golbert, 2006).

⁵ Según un informe del MTEySS, el servicio doméstico concentraba, en 2010, 15% de las asalariadas a nivel nacional, lo que representa casi un millón de trabajadoras. El nivel de los salarios es uno de los más bajos del mercado de trabajo, situando a esta categoría entre los grupos con los menores ingresos individuales (75% de estas trabajadoras se ubican en el primer quintil de ingresos). Por otra parte, en ese mismo año, 85% de las empleadas domésticas no estaba declarada en las instituciones de la seguridad social (Contartese, 2010)

⁶ Entre las medidas más importantes, se destacan la sanción de una nueva legislación laboral del trabajo doméstico remunerado y un programa de formalización del trabajo en el sector, basado en la simplificación del registro de las trabajadoras e incentivos impositivos para los empleadores. Sobre los efectos de estas medidas en el sector, ver Pereyra (2012).

para la organización de cursos de formación profesional ligados al sector, a través de acuerdos firmados con diferentes instituciones (sindicatos de trabajadoras domésticas, municipios y asociaciones).

Según los datos brindados por el MTEySS, entre el año 2008 y 2011, cerca de 10.000 beneficiarias participaron de este programa. En ese mismo período, se financiaron 400 proyectos de formación, principalmente en el Área Metropolitana de Buenos Aires, a través de acuerdos firmados con diferentes municipios, sindicatos de trabajadoras domésticas, asociaciones de orientación religiosa, etc. El 70% de las beneficiarias participó en formaciones ligadas al empleo doméstico y el cuidado de personas (limpieza general del hogar, cocina, cuidados de niños y adultos mayores). El resto de las participantes, se inscribió en formaciones vinculadas con diversos servicios: turísticos, estéticos, textiles, de gastronomía o jardinería.

Según las funcionarias que llevan adelante el programa a nivel nacional⁷, no se trata de una iniciativa prioritaria para el MTEySS. Ello responde a diferentes factores. Por un lado, la invisibilidad y la desvalorización social que caracterizan el empleo doméstico (y más generalmente el trabajo doméstico), afectan también las iniciativas públicas dirigidas a esta ocupación. Por otro lado, el programa recibió diversas críticas al interior del MTEySS, en el sentido de que contribuiría a reproducir las desigualdades más que a reducirlas. Una formación profesional en actividades del servicio doméstico, dirigida a mujeres pobres, podría reforzar la segregación por género y nivel socio-económico del mercado de trabajo, que las encierra en ocupaciones precarias y mal remuneradas en las que ya son mayoritarias.

Sin desconocer estos argumentos, la perspectiva de las funcionarias que intervienen en la implementación del programa es más pragmática. En 2011, en Argentina, cerca de un millón de mujeres se insertan en el servicio doméstico; para esas trabajadoras, la formación profesional es concebida como una herramienta que contribuiría a mejorar su posición en el mercado de trabajo. En sus discursos, la obtención de un diploma, expedido por una institución oficial, les permitiría acceder a puestos de trabajo con condiciones laborales y salariales más favorables dentro del sector y fortalecería su capacidad de negociación frente a sus empleadores. Uno de los objetivos de la capacitación es que las trabajadoras adquieran herramientas para exigir a sus empleadores la formalización de la relación laboral. El paso por este dispositivo de formación les permitiría también iniciar estrategias de movilidad profesional hacia sectores afines, más valorizados y con remuneraciones más altas.

Pero sobre todo, desde su perspectiva, la existencia de una formación profesional ligada al empleo doméstico contribuiría a revalorizar el conjunto de la actividad.

⁷ Esta sección está basada en las entrevistas llevadas a cabo con las funcionarias que intervienen en la implementación del programa en el MTEySS y en un manual elaborado con el objetivo de “estandarizar” y guiar las formaciones ligadas al empleo doméstico. Se trata del manual *Trayecto formativo: servicios en casas particulares*. Material de Apoyo para la formación del personal de casas particulares (Argentina, 2010), elaborado con el apoyo de un proyecto sobre estrategias de género en los servicios públicos de empleo, financiado por el Banco Interamericano de Reconstrucción y Fomento (BIRF). Pudimos constatar, al menos en los cursos de formación dictados en el centro de capacitación donde realizamos el trabajo de campo, que las formadoras utilizan ese manual, entre otros materiales, en la preparación y el dictado de los cursos.

La idea de “profesionalización” implica que el ejercicio de la ocupación exige la adquisición de una serie de saberes y técnicas específicos: desde el manejo de herramientas y equipos de cierta complejidad, hasta el desarrollo de diferentes competencias de comunicación y relacionales. La profesionalización cuestionaría entonces la concepción que define esas competencias como saberes femeninos “innatos”, asociados a los roles familiares tradicionales, en particular a la maternidad (Argentina, 2010: 58).

Para insistir en este objetivo de desnaturalizar la asociación de esta ocupación con los roles tradicionales femeninos, el programa prevé, al principio de todas las formaciones, encuentros dedicados a la discusión del carácter sexuado del trabajo doméstico. En efecto, tanto en el plan de la formación propuesto por los manuales, como en los cursos que pudimos observar, se dedican dos encuentros a la discusión de las “cuestiones de género”. En esos encuentros, las formadoras y las participantes analizan los conceptos de “sexo” y “género”, los diferentes roles y actividades atribuidos a hombres y mujeres, la división sexual del trabajo y sus consecuencias.

Las actividades propuestas en estos encuentros buscan movilizar la experiencia cotidiana de las participantes: discusión en torno de los empleos actuales o anteriores de los miembros de sus familias (hombres y mujeres), o debates en torno de algunas ideas comunes sobre características definidas como femeninas o masculinas (“los hombres no lloran/las mujeres son sensibles”). Esas discusiones buscan develar la construcción cultural de esos estereotipos de género y su peso en la inserción de las mujeres en el mercado de trabajo. Tratan de poner en evidencia el vínculo estrecho entre el rol tradicional de las mujeres en sus hogares y su posicionamiento en el mercado de trabajo. El manual sugiere, por ejemplo, a las formadoras, concluir esos encuentros

[...] explicando que históricamente las mujeres se han desempeñado en los trabajos que más se parecen a las actividades que realizan para sus familias. Por ejemplo, alimentar, cuidar, educar, proteger. Es así que habitualmente han ocupado los trabajos de enfermeras, docentes, cocineras, cuidadoras. Existen así actividades que se consideran típicamente femeninas. En su mayoría se han caracterizado por tener una menor jerarquía, menor remuneración y, en muchos casos, condiciones laborales precarias. Un ejemplo de esto es el trabajo en el servicio doméstico. (Argentina, 2010: 43).

Más allá de propiciar la inserción en empleos de mejor calidad (y sobre todo registrados) dentro del servicio doméstico, la formación busca también impulsar estrategias de movilidad hacia otras actividades que se desarrollan fuera de los hogares particulares. Existe toda una “familia de oficios” en los cuales las competencias y saberes asociados a estas actividades son aplicables, desde “auxiliar de limpieza en establecimientos” a “prestadora de servicios recreativos”, que permiten extender el horizonte de inserciones laborales posibles para las beneficiarias.

La perspectiva de las participantes: imaginar una “salida”

El centro municipal de formación para trabajadoras domésticas en el que realizamos nuestro trabajo de campo está situado en un municipio de la zona oeste del Gran Buenos Aires y fue inaugurado en el año 2009. Según las funcionarias municipales que lo llevan adelante, durante los dos primeros años de funcionamiento se dictaron 19 cursos, que contaron en promedio con unas veinte participantes. En 2012, en el momento en que realizamos nuestro trabajo de campo, ofrecía dos cursos: en cocina y en cuidados de niños. El primero contaba con 30 mujeres inscriptas y 20 participantes regulares. El curso de cuidados de niños contaba con 13 inscriptas, pero sólo 6 u 8 mujeres asistían de manera regular. Este curso, como el de cocina, duraba tres meses y se dictaba dos veces por semana en horarios de la tarde/noche.

Todas las participantes eran mujeres, de edades muy variadas y habían sido dirigidas a esos cursos a través de las oficinas de empleo municipales, en función generalmente de sus experiencias laborales anteriores. La mayoría de ellas participaba a través de un programa de capacitación y empleo, pero algunas de ellas llegaban a través de un “plan joven”⁸. Salvo algunas contadas excepciones, las participantes no habían completado la escuela secundaria y en algunos casos (las más jóvenes sobre todo) combinaban la participación en este programa de formación profesional con otros dispositivos de terminalidad educativa. Los horarios nocturnos en los que se dictaban los dos cursos eran muy valorados por las participantes. Esto se debe a que, aunque el programa está dirigido a mujeres desocupadas, casi todas las beneficiarias estaban vinculadas con el mercado de trabajo. La inserción laboral más frecuente era en empleos no registrados en el servicio doméstico, en general en modalidades a tiempo parcial o “por horas”.

De esta manera, en el marco de las situaciones sociales y económicas muy precarias en las que se encuentran las mujeres que participan de los cursos, el acceso a este programa de formación profesional (y a la asignación monetaria que incluye) se integra en un conjunto heterogéneo de estrategias familiares de generación de recursos⁹. Este conjunto de estrategias incluye el trabajo en remunerado no registrado, el desarrollo de pequeños emprendimientos familiares y la participación en simultáneo a varios programas de empleo o asistencia social. Sin embargo, el hecho de que las participantes valoren la asignación monetaria a la que acceden a través de la participación en los cursos, no impide que las referencias a las dificultades de inserción en el mercado de trabajo sean centrales

⁸ Se trata del programa “jóvenes con más y mejor trabajo” del MTEySS, dirigido a jóvenes desempleados (varones y mujeres) de entre 18 y 24 años que no hayan terminado sus estudios secundarios.

⁹ El monto de las asignaciones monetarias depende de diferentes factores pero se sitúa, globalmente, entre los 275 y los 450 pesos en el momento en que realizamos nuestro trabajo de campo (entre 35 y 55 U\$S al cambio oficial de mediados de 2015). El programa ofrece además incentivos de 150 pesos por cada curso de formación finalizado y aprobado. Esas sumas, si bien reducidas, representaban entre 30 y 50% del salario promedio de las empleadas domésticas no registradas (mayoritarias en esta categoría de trabajadoras), que alcanzaba los 850\$ en 2011 (Pereyra, 2012).

en sus discursos. En efecto, la búsqueda de una “salida laboral”, para utilizar la expresión de muchas de las beneficiarias, aparece en primer plano a la hora de dar cuenta de sus motivaciones para participar del programa y describir sus trayectorias y experiencias.

Los itinerarios laborales de las mujeres que participan en los cursos están dominadas por ocupaciones precarias, muchas veces informales, consideradas como poco calificadas, con salarios bajos y sobre todo muy inestables. Las actividades del servicio doméstico están presentes en casi todas esas trayectorias, pero no son las únicas. Muchas de las participantes han sido también ayudantes de cocina, auxiliares en residencias para ancianos o en geriátricos, vendedoras en pequeños comercios informales o han trabajado en micro-emprendimientos familiares. El caso de Adriana es un ejemplo de esas trayectorias precarias e inestables y también de la manera en que las mujeres entrevistadas las experimentan y describen:

Adriana tiene 42 años y dos hijos de 7 y 9 años. Me cuenta, en uno de nuestros primeros encuentros, que trabajó en el servicio doméstico durante varios años y también en “el sector gastronómico”. Primero trabajó muchos años en una parrilla: “ponía el asado, el chorizo, hacía las ensaladas, nada muy elaborado”. Después trabajó en una casa de comidas, donde se ocupaba sobre todo de hacer las pastas. Dice que está cansada de ese tipo de trabajos “nunca tenés nada seguro, me tomaban, me dejaban, me tomaban, me dejaban, siempre así”. (Diario de campo, 22/5/2012).

Esa inestabilidad marca también el relato de Laura, quien tiene 52 años y fue vendedora en comercios durante gran parte de su trayectoria. En los últimos años, antes de incorporarse al programa, trabajó para una empresa que brindaba servicios de vigilancia en negocios de venta de ropa. Esto implicó adaptarse a la alta rotación de sus lugares de trabajo, a las jornadas laborales muy extensas a las que en general sumaba largas horas de viaje, además de la experiencia cotidiana de la diferenciación entre los empleados de planta y aquellos tercerizados, en términos de las condiciones de trabajo y las posibilidades de desarrollo de carrera. Es por esa razón que, cuando se quedó sin trabajo en la empresa de vigilancia, decidió tratar de insertarse en otro sector de actividad.

La búsqueda de una “salida” a estas trayectorias atravesadas por la inestabilidad es central en la manera en que las mujeres beneficiarias dan cuenta de su motivación para participar del programa y de los cursos. Dado que nuestro trabajo de campo fue realizado durante el transcurso de las formaciones profesionales, no podemos analizar las inserciones laborales posteriores de las beneficiarias, ni explorar el impacto efectivo que tuvo el acceso a estos dispositivos en sus trayectorias laborales. Sin embargo, otras investigaciones sobre los efectos de dispositivos similares en los itinerarios laborales de jóvenes de bajos ingresos, mostraron que la capacitación, por sí sola, no alcanza para acercar a los beneficiarios a empleos de calidad, sobre todo en el caso de las mujeres. Si bien contribuyen a la activación de los participantes, los empleos posteriores de las mujeres se concentran en ocupaciones no calificadas y están más afectados que los de los participantes

varones por la falta de beneficios sociales, la subocupación y los bajos ingresos (Millenaar, 2014; Jacinto; Millenaar, 2013; Barrancos; Goren, 2002). Incluso a veces estos dispositivos pueden reforzar la segregación en el mercado de trabajo, reproduciendo los estereotipos de género y de posición social. Pese a ello, las trayectorias femeninas son heterogéneas y algunas de ellas pueden mostrar importantes modificaciones después del paso por estos dispositivos, en términos de las oportunidades de empleo, pero también en otros ámbitos de la vida como la organización familiar o los proyectos de formación (Millenaar, 2014).

Estos hallazgos van en el mismo sentido de nuestras observaciones durante los cursos de formación profesional del programa dirigido a trabajadoras domésticas. En la mayoría de los casos, las “salidas” imaginadas por las participantes no están vinculadas con el trabajo doméstico remunerado. En efecto, las experiencias laborales que las participantes han tenido en la ocupación, el conocimiento concreto que tienen del mercado de trabajo de ese sector, las llevan a cuestionar el objetivo de desarrollo de una carrera profesional en esas actividades. La inestabilidad de los empleos, los bajos salarios, la falta de beneficios laborales y las dificultades que plantea la relación con los empleadores son los principales elementos que las beneficiarias movilizan para poner en cuestión la posibilidad de profesionalización que propone el programa.

Aún así, la participación en el programa puede ser valorada por muchas participantes porque constituye el primer eslabón en estrategias, a largo plazo, de acceso a una inserción más estable y satisfactoria. En el caso de las más jóvenes, este proyecto a largo plazo puede incluir la terminalidad de la escuela secundaria que abre nuevos horizontes de empleo. Es el caso de Ana por ejemplo, de 19 años, quien además de participar en el programa de profesionalización para trabajadoras domésticas estaba terminando la escuela secundaria, para poder estudiar más adelante un profesorado de matemática e insertarse como maestra.

En el caso de otras participantes, la realización de los cursos de formación profesional les permite mejorar sus posibilidades de acceder a los puestos menos jerárquicos dentro del sistema escolar del municipio, en particular puestos de cocineras, ayudantes de cocina y porterías, que son aquellos que sólo requieren el diploma de la escuela primaria. Así, estos empleos constituían una aspiración para muchas de las participantes, porque son empleos considerados como muy estables, a los que pueden acceder pese a los bajos capitales educativos con los que cuentan muchas de ellas. Estos puestos de asistentes escolares se atribuyen a través de un concurso público, la realización de cursos de formación profesional vinculados con las actividades de cocina o cuidado de niños permite sumar puntaje para aumentar las chances de acceder a un empleo en esos concursos. La realización de estos cursos es, sin embargo, el primer eslabón en un camino que puede durar varios años. En la experiencia de Adriana:

Adriana cuenta que se inscribió en el curso de cocina porque quiere ver si le sale algún puesto de portera o de cocinera en comedores escolares. Según ella, en el Ministerio de Educación dan otra formación de cocina, que es obligatoria si le

va bien en el concurso, donde no enseñan a cocinar sino a calcular porciones en relación a la cantidad de chicos y esas cosas. Pero cuantos más cursos hace, más puntos suma para tener chances de que le salga un puesto. Me cuenta que el año pasado se inscribió en el concurso pero no le dieron ningún puesto. Según ella, recién toman en consideración a los candidatos que tienen 26 puntos o más y ella tenía sólo 20, así que no le fue bien. Pero por cada curso de capacitación suma 5 puntos y este año hizo dos, así que confía en tener mejores posibilidades en el concurso del año que viene. Aclara “igual, al principio también es inestable, porque te salen suplencias y reemplazos, pero a la larga podés llegar a tener un puesto. (Diario de campo, 22/5/2012).

En el caso de Adriana, como en el de muchas otras mujeres que participaban de los cursos, el paso por este dispositivo les permite proyectar “a la larga” la inserción en un empleo estable, con acceso a derechos y beneficios sociales. Se trata de una transformación radical en trayectorias laborales que han transitado por puestos de trabajo marcados por la inestabilidad, la informalidad o precarización y los bajos niveles de remuneraciones. Siguiendo el análisis que desarrolla Bruno Lautier (2003), los itinerarios de las mujeres beneficiarias dan cuenta del desarrollo de “circuitos de movilidad” cada vez más herméticos, donde los trabajadores precarios transitan por puestos - asalariados y no asalariados- de las mismas características y las posibilidades de desplazamientos hacia empleos protegidos y estables es cada vez menos frecuente (Lautier, 2003: 54). El paso por este dispositivo de formación profesional permite a las participantes proyectar el desplazamiento hacia ese otro circuito de movilidad, protegido y estable, del que están generalmente excluidas, valorizando las experiencias que han tenido a lo largo de sus trayectorias laborales. En efecto, en el caso de Adriana, las tareas que implican los puestos como asistente escolar no son ajenas a su trayectoria en el servicio doméstico y en el sector de la gastronomía. La transformación más importante se sitúa en las condiciones en las que aspira llevar a cabo esas tareas: en el marco de un empleo asalariado, con un contrato a tiempo indeterminado y acceso a derechos y beneficios sociales. Ese proyecto implica sin embargo una inversión importante y a largo plazo (“juntar” puntos a través de la realización de cursos de capacitación, esperar los concursos, hacer suplencias y reemplazos durante los primeros años, etc.), que no todas las participantes están en condiciones de hacer.

Esta apuesta por el desplazamiento hacia empleos estables y protegidos es el foco de las aspiraciones de muchas de las participantes, con estrategias diferentes:

María tiene 24 años y una nena de 3 años. Dice que fue una gran suerte empezar este curso de cocina, porque ella está haciendo la instrucción para ser soldado en la fuerza aérea y entró porque se había inscripto en este curso. Me cuenta que la instrucción dura tres meses, este año se presentaron 150 personas y sólo entraron 10, porque hay pocos puestos. Cuando la entrevistaron, le preguntaron qué cosas le gustaba hacer y, entre otras cosas, ella contó que estaba haciendo este curso. Entonces le dijeron que estaban buscando un ayudante de cocina, que les venía bien y por eso entró. Desde hace un par de semanas está haciendo

la instrucción y trabajando en la cocina del cuartel, que según ella es grande y muy bien equipada. Dice que la instrucción es difícil, que hay que aguantar muchas cosas, pero que una vez adentro, las cosas cambian. A ella le gusta porque todo está pautado: primero se es soldado, después cabo, después almirante, etc. (Diario de campo, 25/5/2012).

María está situada en mejor posición que muchas de las participantes de los cursos porque cuenta con el diploma de la escuela secundaria, lo que amplía su horizonte de inserciones laborales posibles. Fue sin embargo la realización del curso de cocina, lo que le permitió acceder al puesto en la fuerza aérea al que aspiraba. Como en el caso de Adriana, se trata también de una inversión a largo plazo. Implica superar un arduo proceso de selección, seis meses de instrucción y la realización de un año de servicio militar, para acceder al primer escalafón en la fuerza aérea que es para ella, antes que nada, un empleo estable, con posibilidades de desarrollo de una carrera “pautada”, para utilizar su expresión.

No podemos saber cuáles de esas “salidas” proyectadas por las participantes de los cursos serán exitosas, estos proyectos comparten sin embargo algunas características centrales. El programa acompaña, y en algunos casos habilita, el inicio de estrategias de movilidad a largo plazo hacia empleos estables, que brindan acceso a derechos y beneficios sociales, de los que las participantes estuvieron excluidas a lo largo de sus trayectorias. Estas estrategias de movilidad se asientan sobre las experiencias que las participantes han tenido a lo largo de sus itinerarios laborales, las tareas que incluyen estos empleos proyectados en general son muy cercanas a las que las participantes han realizado en el marco de sus empleos anteriores. Así, esas experiencias anteriores pueden ser pensadas como la base de esas estrategias de movilidad, pero también establecen los límites y la orientación de esa movilidad.

Se trata en efecto frecuentemente de empleos “típicamente” femeninos. Ya sea como maestras, asistentes escolares o ayudantes de cocina, las “salidas” laborales imaginadas por las participantes están fuertemente asociadas a los roles y competencias socialmente definidas como femeninas. Así, este programa de formación profesional para trabajadoras domésticas, al ofrecer formaciones para mujeres pobres asociadas a las responsabilidades socialmente atribuidas a las mujeres, que éstas ya habían realizado a lo largo de sus itinerarios laborales, parece reforzar la segregación del mercado de trabajo. Esta segregación conduce a las mujeres hacia las actividades de servicios y de cuidados, y a aquellas de bajos ingresos y bajos niveles de educación formal hacia las ocupaciones menos jerarquizadas dentro de ese universo. Las “salidas” proyectadas por las beneficiarias, que sólo pueden tomar forma a largo plazo, después de varios años de inversión, sugieren que los empleos protegidos y estables en el universo de actividades que propone el programa (vinculado a la limpieza, la cocina y el trabajo de cuidados) son particularmente escasos, lo que sin duda limita sus posibilidades de llevarlas a cabo.

Debatiendo sobre las desigualdades de género

Las cuestiones de género aparecen frecuentemente en los intercambios entre las mujeres que participan de las formaciones profesionales. Cuando Adriana llega al curso acompañada por su hijo menor porque no tiene con quien dejarlo, cuando Laura cuenta que ya no pudo conseguir un empleo como vigiladora en negocios de ropa porque “sólo toman chicas cuando son jóvenes y lindas”, cuando Silvina comenta que le hubiera gustado inscribirse en varios cursos, pero que no pudo porque su mamá está enferma y ella tiene mucho trabajo en su casa, están hablando de la manera en que experimentan las desigualdades de género. En la mayoría de los casos, las mujeres beneficiarias tienen una aguda conciencia del peso de esas desigualdades sobre diversos ámbitos de su vida cotidiana y sus oportunidades en el mercado de trabajo. Los encuentros que, en el marco de las formaciones de este programa de capacitación, se dedican a la discusión de las “cuestiones de género” constituyen una oportunidad privilegiada para la puesta en común de estas experiencias y de los diferentes modos de concebirlas.

Sin embargo, la perspectiva de género que allí manifiestan las beneficiarias puede no coincidir con la que propone el programa. En efecto, las actividades propuestas por la formadora en estos encuentros buscan desnaturalizar los estereotipos de género, cuestionar la existencia de saberes, competencias y atributos “innatos” femeninos o masculinos, para sugerir que la separación de los roles que las participantes cumplen en sus familias y en el mercado de trabajo contribuiría a mejorar sus situaciones laborales. Esta perspectiva puede muchas veces entrar en contradicción con la valoración y el fuerte apego que muestran muchas de las mujeres beneficiarias respecto de los roles familiares que cumplen en sus hogares, sobre todo el rol de madre. Como destacan diversos estudios desarrollados en varios países de América Latina, para las mujeres de sectores populares, en el marco de intensas dinámicas familiares que son centrales en la organización de su vida cotidiana y de horizontes muy acotados de inserción laboral, la maternidad puede aparecer en primer plano en sus proyectos de realización personal (Fonseca, 2004: 117)¹⁰. Vale la pena mencionar que, como muestra una amplia literatura, muchas políticas sociales implementadas en la Argentina y en otros países de la región desde los años 1990, como los programas de transferencias condicionadas de ingresos, tendieron a reforzar este rol maternal de las mujeres y a valorizarlo.

Ahora bien, la valoración de esos roles familiares, y en particular la importancia que atribuyen al rol de las mujeres en tanto cuidadoras, no impide que las beneficiarias cuestionen otros estereotipos de género, como mostró el desarrollo de varias de las actividades propuestas durante estos encuentros. En un ejercicio que se proponía discutir sobre una serie de atributos considerados como femeninos o masculinos, la formadora solicitó a las participantes que manifestaran su acuerdo o desacuerdo en relación con diferentes ideas comunes sobre varones y mujeres. La mayoría de las participantes estuvo de acuerdo con las afirmaciones que

¹⁰ Analizamos estos temas en detalle en Tizziani, 2014.

destacaban las capacidades de las mujeres en tanto cuidadoras, tales como “las mujeres son más sensibles y los hombres más rudos” y “las mujeres son mejores para la crianza de los hijos, debido a su instinto maternal”. Aún así, cuestionaron acaloradamente otras afirmaciones que daban cuenta del peso de los estereotipos y las desigualdades de género en otros ámbitos tales como “los varones no lavan platos”, “una mujer no puede manejar un camión ni un colectivo” o “el trabajo doméstico no necesita un reconocimiento económico”. Por su propia iniciativa, las participantes del curso prolongaron el ejercicio agregando a la lista propuesta por la formadora otras frases comunes que reproducen estereotipos respecto de las mujeres como “el lugar de las mujeres está en la cocina”, “andá a lavar los platos” y “las mujeres no piensan”.

Así, el desarrollo del ejercicio propuesto por la formadora sugiere que los posicionamientos en relación con los estereotipos de género que se revelan en el marco de estas discusiones no pueden ser analizados de manera lineal. Jacinto y Millenaar (2013) identifican, entre las beneficiarias de los programas dirigidos a jóvenes de bajos ingresos, posicionamientos subjetivos muy heterogéneos respecto de los estereotipos de género según sus diversos grados de acatamiento, que pueden ir de la resistencia a la resignación (Jacinto y Millenaar, 2013: 16). En ese mismo sentido, los posicionamientos que observamos entre las participantes del programa de capacitación para empleadas domésticas que nos interesa aquí, no son monolíticos, no implican la aceptación sin cuestionamiento de todos los roles tradicionales atribuidos a las mujeres, como tampoco su rechazo en bloque.

En efecto, pese a que las beneficiarias valoran fuertemente el rol de madres y de cuidadoras que cumplen en sus propios hogares, pueden tener una visión fuertemente crítica de la dinámicas familiares en las que éste se desarrolla. La desigualdad de la distribución de las tareas domésticas y de cuidados entre varones y mujeres al interior del hogar es sin duda uno de los elementos que aparece con más frecuencia en sus relatos:

Discutimos sobre las diferentes frases que propuso Graciela [formadora]. “Los varones no lavan los platos” es una de las que más reacciones genera. Laura comenta que en realidad los varones se excusan diciendo que no saben hacer nada en la casa o en la cocina, pero lo cierto es que no quieren hacer nada. Graciela agrega que eso sucede porque el trabajo doméstico es considerado como un trabajo de mujeres. Silvia dice “es peor cuando te dice ‘mirá cómo te ayudo’ porque pusieron la mesa y encima lo tenés que aplaudir”. Cecilia agrega que ‘a veces ni eso hacen, les pedís que hagan algo y te dicen que estuvieron todo el día trabajando, ¿y yo? Yo también estuve trabajando todo el día. (Diario de campo, 31/5/2012).

Como sugiere la transcripción anterior, en estas discusiones en torno a las asimetrías en la distribución de las responsabilidades domésticas y de cuidados en el hogar, las participantes de los cursos movilizan sus propias experiencias, que tienen fuertes puntos en común. Remiten a la sobrecarga de trabajo que implica ser las principales responsables de la organización de sus hogares, las tensiones esto

que acarrea en las relaciones de pareja, la invisibilidad del trabajo reproductivo que realizan cotidianamente y la desvalorización del trabajo remunerado que llevan a cabo fuera de sus hogares. Estas discusiones revelan también las negociaciones al interior de los hogares en torno de esta distribución de tareas, así como las legitimaciones y los argumentos que los distintos miembros movilizan en ellas. Esta distribución asimétrica de las tareas domésticas y de cuidados también aparece, en los relatos de las participantes, condicionando sus inserciones laborales y sus proyectos personales. Muchas de las participantes reivindican haber “criado solas” a sus hijos, asumiendo no sólo el trabajo de cuidados, sino siendo también las principales proveedoras en sus hogares. En esos relatos, esas responsabilidades explican las inserciones laborales inestables y precarias como el servicio doméstico, la imposibilidad de “salir a buscar algo mejor que el trabajo “por horas””, como afirma Silvia por ejemplo. Así, los encuentros dedicados a las “cuestiones de género” abren un espacio valioso, en el que las participantes intercambian y comparten estas experiencias vinculadas a las relaciones de género y complejidad de las dinámicas familiares:

[...] Marlén monopoliza la palabra durante un buen rato. Dice que ella no aguantaría de ningún hombre las cosas que su mamá aguantó de su papá. Cuenta que su papá es alcohólico, “cuando toma se puede poner violento”, aclara que “también se iba con otras mujeres”. Según ella su abuela “tuvo que aguantar las mismas cosas” que su mamá y le decía que había que aguantarlas por los hijos. Ahora sus padres están en pleno proceso de divorcio y a Marlén le parece que su mamá tomó la decisión correcta. Pero el proceso es conflictivo porque su padre no quiere divorciarse: “la persigue y hasta la amenazó con un cuchillo. Después de eso tuvo una orden de restricción, así que ya no puede acercarse”. Ella se quedó a vivir con su mamá en la casa familiar y la ayuda con la prestación monetaria que cobra por la participación en el programa. Su hermano se fue a vivir con su papá a su nueva casa. Dice que ahora trabaja con él, en un almacén que su papá tiene desde hace años en el barrio. A ella también le propuso “ponerla a trabajar en el negocio”, pero ella no quiso: “ni loca trabajo en el almacén con mi papá. Yo quiero hacer otra cosa, quiero terminar el secundario y estudiar una carrera. (Diario de campo, 31/5/2012).

Como en el caso de Marlén, en el discurso de muchas participantes, reivindicar los roles femeninos domésticos no impide reconocer las dificultades que plantean los condicionamientos de género en diversos ámbitos de vida cotidiana. La imagen de las dinámicas familiares que aparece en los relatos de muchas participantes no son idílicas, sino que están atravesadas de conflictos, tensiones y dependencias. La complejidad de las relaciones conyugales, las negociaciones que emergen de la convivencia con sus padres o familias políticas, las situaciones de violencia atraviesan frecuentemente sus relatos. Y el relato de esas experiencias trasluce no sólo la fuerte implicación de las participantes en esas dinámicas familiares, sino también el cuestionamiento de algunos mandatos de género como aquel que limita el espacio femenino al espacio doméstico, que postula la sumisión de las

mujeres en las relaciones de pareja o la necesidad de sacrificio en pos del bienestar de sus hijos, como en el caso de Marlén.

Sin duda estos posicionamientos respecto de los mandatos y los estereotipos de género se diferencian según los grupos etarios, los niveles de educación alcanzados u otros factores que no hemos podido tener en cuenta en este análisis. Nos interesa destacar dos características que nos parecen sin embargo comunes y relevantes. La primera es su complejidad y su ambivalencia, no se trata de posicionamientos lineales o monolíticos sino que son heterogéneos: las mujeres que participan de los cursos pueden acatar o incluso reapropiarse de algunos estereotipos de género, pero cuestionar y resignificar otros.

En segundo lugar, estos posicionamientos de género de las participantes están fuertemente anclados en sus vivencias, se construyen y cobran sentido en ese vínculo estrecho con las diferentes dimensiones de su experiencia cotidiana: en tanto mujeres, madres muchas de ellas, frecuentemente principales sostenes de sus hogares; en tanto miembros de las clases populares, marcadas por situaciones sociales y económicas precarias, insertas en densas redes familiares que son centrales en la organización de su vida cotidiana; en tanto trabajadoras, con horizontes muy acotados de inserción laboral, que han transitado gran parte de sus trayectorias por empleos inestables y precarios. La inclusión de los encuentros sobre las “cuestiones de género” en las formaciones profesionales para trabajadoras domésticas permite la puesta en común de estas diferentes dimensiones de la experiencia de las participantes y su interpretación colectiva, habilitando el desarrollo de una reflexión crítica en torno de las relaciones de género.

Reflexiones finales

El mercado de trabajo argentino de las últimas décadas, pese a la mejora de los indicadores laborales, muestra la persistencia de un patrón de segregación por género y sector socio-económico. Frente a estas tendencias, desde hace algunos años, algunas políticas públicas buscaron mejorar las oportunidades de inserción de las categorías más desfavorecidas, entre ellas las mujeres de bajos ingresos. Dentro del conjunto de estas políticas, aquellas que incluyen un componente de formación profesional ocuparon un papel preponderante. Sin embargo, la inclusión explícita de una perspectiva de género en el marco de estos dispositivos es una tarea pendiente. En ese contexto, el *Programa de Profesionalización del Trabajo en Casas Particulares* que nos interesó analizar aquí constituye un excepción. Si, por un lado, pone en práctica un “enfoque diferenciado”, ofreciendo formaciones profesionales para mujeres en actividades consideradas como “típicamente femeninas”, incorpora, por otro lado, una reflexión en torno a las desigualdades de género en el mercado de trabajo.

El análisis de su puesta en práctica en un municipio del área Metropolitana de Buenos Aires y de las formas de apropiación por parte de las beneficiarias, muestra la naturaleza ambigua de este programa de capacitación y empleo. Las mujeres que participan de los cursos han transitado por empleos precarios, informales e

inestables, de bajos salarios y considerados como poco calificados, en particular dentro de ocupaciones altamente feminizadas como los servicios domésticos y de cuidados. Estos itinerarios dan cuenta de este patrón de segregación por género y sector socio-económico del mercado de trabajo. Las “salidas” laborales imaginadas por las participantes durante las formaciones se dirigen principalmente hacia los empleos formales y más estables dentro de este mismo universo de ocupaciones, en particular aquellos que se desarrollan por fuera de los hogares particulares. En este sentido, esas “salidas laborales” imaginadas sugieren que este tipo de dispositivo puede acompañar y habilitar (a veces potenciándolas) estrategias de desplazamientos hacia un circuito de movilidad que incluye empleos de mejor calidad, que se mantienen dentro de un universo restringido y limitado de inserciones posibles. Así, desde nuestra perspectiva, este tipo de dispositivo no basta para contrarrestar los fuertes condicionamientos de clase y género que marcan las oportunidades de empleo de las mujeres beneficiarias.

Sin embargo, la implementación de un programa de formación profesional dirigido a trabajadoras domésticas que se propone de manera explícita problematizar el carácter sexuado de la ocupación (y del trabajo doméstico en general) es particularmente significativo. La importancia que la formación atribuye a la revalorización de los saberes y las competencias implicadas en la actividad, a la desnaturalización de los roles femeninos tradicionales y a la extensión del horizonte de inserción de las beneficiarias pueden contribuir a visibilizar las fuertes desventajas que enfrentan las mujeres de bajos ingresos, tanto en relación con sus oportunidades de empleo como en otros ámbitos de sus vidas cotidianas.

En este sentido, los cursos de capacitación abren un espacio valioso de intercambio, que permite la puesta en común de las experiencias sociales y laborales de las participantes y el desarrollo de una reflexión crítica en torno a las desigualdades de género, aunque ésta no coincida con la que propone el programa. Estos posicionamientos de las participantes en relación a las cuestiones de género están profundamente anclados en sus experiencias cotidianas y son complejos y ambivalentes. Como vimos, las mujeres que participan de los cursos pueden acatar o incluso reapropiarse de algunos estereotipos de género, pero cuestionar y resignificar otros. Desde nuestra perspectiva, muestran la riqueza y la potencialidad de la implementación de una perspectiva de género en este tipo de dispositivos, donde la puesta en común de las experiencias de las participantes, y su interpretación colectiva, puede contribuir al desarrollo de un posicionamiento crítico no sólo de las inserciones laborales accesibles, sino sobre todo de las relaciones de género en las que están inscritas.

Referencias

- ARGENTINA. Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. *Trayecto formativo: servicios en casas particulares*. Material de apoyo para la formación del personal de casas particulares. Buenos Aires, 2010.

- BARRANCOS, Dora; GOREN, Nora. Género y empleo en el Gran Buenos Aires. Exploraciones acerca de las calificaciones en mujeres de los sectores de pobreza. In: FORNI, Floreal (Comp.). *De la exclusión a la organización. Hacia de la integración de los pobres en los nuevos barrios del conurbano bonaerense*, Buenos Aires, Ciccus, 2002.
- BERTRANOU, Fabio; CASANOVA, Luis, *Informalidad laboral en Argentina: segmentos críticos y políticas para la formalización*. Buenos Aires, OIT, 2013.
- CERRUTTI, Marcela. Trabajo, organización familiar y relaciones de género en Buenos Aires. In: WAINERMAN, Catalina (Comp.). *Familia, trabajo y género: un mundo de nuevas relaciones*. Buenos Aires: UNICEF/Fondo de Cultura Económica, 2002.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. *Panorama social de América Latina*. Santiago de Chile, Naciones Unidas, 2014.
- CONTARTESE, Daniel, *Caracterización del servicio doméstico en la Argentina*, Buenos Aires: Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2010.
- CONTARTESE, Daniel; MACEIRA, Verónica. *Diagnóstico sobre la situación laboral de las mujeres*, Buenos Aires, Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales, MTEySS, 2005.
- CORINA, Rodríguez Enríquez. *Programas de transferencias condicionadas de ingreso e igualdad de género: ¿Por dónde anda América Latina?* Santiago de Chile, CEPAL, 2011. Serie Mujer y Desarrollo n. 109.
- CORTÉS, Rosalía. Políticas laborales y transferencias de ingresos: ¿estrategias complementarias?», *Voces del Fénix*, Buenos Aires, n. 5, 2012, pp. 44-51.
- DAVOLOS, Patricia. La Asignación Universal por Hijo desde la perspectiva de los hogares perceptores en Argentina. *Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, n. 45, 2013, pp. 5-32.
- FONSECA, Claudia. Familia y profesión: la doble carrera de la mujer prostituta. In: GRIMSON, Alejandro; SEMAN, Pablo; LINS RIBEIRO, Gustavo (Eds.). *La antropología brasileña contemporánea: contribuciones para un diálogo latinoamericano*, Buenos Aires, Prometeo, 2004.
- GALLART, María Antonia et al. Las trabajadoras de villas: familia, educación y trabajo. Buenos Aires, CENEP, 1992. Serie Cuaderno del CENEP, n. 46.
- GEORGES, Isabel. Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domesticas de São Paulo. In: CABANES, Robert et al. (Orgs.). *Saídas de emergência: perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011, pp. 95-113.
- GOLBERT, Laura, *Aprendizajes del Programa de Jefes y Jefas de Hogar Desocupados*, Santiago de Chile: CEPAL, 2006.
- JACINTO CLAUDIA; MILLENAAR, Verónica. Desigualdad social y género en las trayectorias laborales de jóvenes de sectores populares: el lugar de los dispositivos de inserción. In: *11º Congreso Nacional del Mundo del Trabajo*, Buenos Aires, ASET, pp. 1-27, 2013.
- JELIN, Elizabeth. *Pan y afectos: la transformación de las familias*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2010.

- LAUTIER, Bruno. Une protection sociale mutualiste et universelle: la condition de l'efficacité de la lutte contre la pauvreté. In: BRUNO, Lautier; JAIME, Marques Pereira; PIERRE, Salama. *Régime de croissance, vulnérabilité financière et protection sociale en Amérique latine*. París, CRI, 2003. Textes de Recherche.
- MILLENAAR, Verónica. Trayectorias de inserción laboral de mujeres jóvenes pobres: el lugar de los programas de Formación Profesional y sus abordajes de género. *Trabajo y Sociedad*, Santiago del Estero, n. 22, 2014, pp. 325-339.
- NEFFA, Julio (Dir.). *Empleo, desempleo y políticas de empleo*. Buenos Aires, CEIL-PIETTE/Conicet, 2011.
- NOVICK, Marta; ROJO, Sofía; CASTILLO, Victoria (Comp.). *El trabajo femenino en la post convertibilidad. Argentina 2003-2007*. Santiago de Chile, CEPAL, 2008. Documentos de Proyecto.
- PAUTASSI, Laura; ZIBECCHI, Carla (Coords.). *Las fronteras del cuidado: agenda, derechos e infraestructura*. Buenos Aires, Biblos, 2013.
- PEREYRA, Francisca. La regulación laboral de las trabajadoras domésticas en Argentina. Situación actual y perspectivas. In: ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth (Eds.). *Las lógicas del cuidado infantil: entre las familias, el Estado y el mercado*. Buenos Aires, IDES, 2012.
- TIZZIANI, Ania. Género y trabajo: perspectivas sobre un programa de empleo. *Cuadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 152, v. 14, 2014, pp. 270-288.
- VALENZUELA, María Elena (Ed.). *Mujeres, pobreza y mercado de trabajo: Argentina y Paraguay*. Santiago de Chile, OIT, 2003.
- WAINERMAN, Catalina (Comp.). *Familia, trabajo y género: un mundo de nuevas relaciones*. Buenos Aires, UNICEF/Fondo de Cultura Económica, 2002.

Recibido em: 21/03/2016

Aprovado em: 18/04/2016

Como citar este artigo:

TIZZIANI, Ania. Género, familia y trabajo: concepciones de beneficiarias e intermediarias de un seguro de capacitación y empleo en un municipio del Área Metropolitana de Buenos Aires. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 97-117.



Artigo

As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da Sociologia e a extensão universitária

Guilherme Rodrigues Passamani¹

Resumo: Este artigo busca refletir como o campo das Ciências Sociais e, especialmente, a Sociologia instrumentalizou-se para os debates acerca de gênero, sexualidade e diversidade sexual na escola. Em um primeiro momento, apresentamos o ainda recente contexto da última implementação da Sociologia no Ensino Médio brasileiro e algumas propostas para aproximar ensino, pesquisa e extensão, além de propor uma dinamicidade que conecte o professor de Sociologia da escola básica não apenas às teorias aprendidas no curso superior, mas à realidade na qual está inserido. Em um segundo momento, problematizamos uma experiência de extensão universitária na qual ocorrera a formação de professores em gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Sociologia; gênero; sexualidade; diversidade sexual; escola.

Gender, sexuality and sexual diversity themes in high school: interface between institutionalization of sociology and university extension

Abstract: *The present paper aims at reflecting how the Social Sciences field and, especially, Sociology instrumentalize for debating gender, sexuality and sexual diversity in high school. At first, we present the still recent context of the last implementation of*

¹ Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP), Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Naviraí – Brasil – grpassamani@gmail.com

Sociology in Brazilian High School and some proposals for approximating teaching, research and extension, in addition to proposing a dynamicity that connects the Sociology teacher of basic school levels, not only to theories learned in higher education levels, but to the reality in which the teacher is inserted. At second, we problematize an experience of university extension aimed at teaching education in gender and sexuality.

Keywords: *Sociology; gender; sexuality; sexual diversity; school.*

Introdução

Os modelos biomédicos de explicação das questões que envolvem o sexo foram aqueles que gozaram o *status* de verdade científica e, muitas vezes, dogmática, durante longo período na história da humanidade. Do ponto de vista histórico, ainda é muito recente o processo de perda de espaço – se é que isso efetivamente ocorre – dessas áreas nesse campo.

Talvez apenas com início das problematizações que envolvem gênero, um desdobramento acadêmico da atuação dos movimentos feministas de meados do século XX, é que outras áreas começaram a empoderar-se no sentido de oferecer explicações e olhares alternativos ao que estava posto em matéria de sexo e sexualidade. Rompe-se, assim, não apenas com os paradigmas biomédicos, mas também com a religião que, nessa seara, comunga dos valores médicos.

Nesse sentido, aproveitando o enfraquecimento e limitações das explicações oferecidas ora pelas ciências médicas, ora pelas diferentes religiões, as humanidades, dando especial atenção aos processos culturais, entraram neste debate para também oferecer os seus olhares a essas questões.

Cabe-nos, neste universo, pensar um pouco sobre o campo que se abre nas Ciências Sociais e, especialmente, na Sociologia para os debates acerca de gênero, sexualidade e diversidade sexual na escola. No entanto, antes de conjecturar como esses temas podem ser abordados pela disciplina no ensino médio, talvez seja premente pensar como a própria disciplina consegue se institucionalizar no Brasil – tardiamente, diga-se de passagem – e apresentar-se como um espaço para debates de temas estruturantes da sociedade, alguns deles ainda sensíveis a muitos juízos morais.

Em vista disso, na primeira parte deste artigo, pretendemos apresentar o debate recente sobre a derradeira entrada da Sociologia no ensino médio brasileiro e algumas propostas desenvolvidas por universidades do país para aproximar os campos do ensino, da pesquisa e da extensão, além de propor uma dinamicidade que conecte o professor de Sociologia da escola básica não apenas às teorias aprendidas no curso superior, mas concomitantemente à realidade na qual estão inseridos ele e seus alunos.

Em um segundo momento, corroborando este debate, apresentamos uma experiência de extensão universitária desenvolvida no Câmpus de Naviraí da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O *Projeto de Extensão Formação de Professores em Gênero e Sexualidade* foi pensado no formato de palestras e oficinas que funcionassem como formação continuada aos professores de Sociologia no ensino médio e áreas afins. Além disso, o projeto propunha ferramentas teóricas, temáticas, didáticas e metodológicas a serem utilizadas pelos professores nas aulas de Sociologia contemplando, direta ou indiretamente, as problemáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual.

Nesse sentido, esperava-se que o trabalho realizado na formação continuada não ficasse nos limites da universidade. Esperava-se que ele ganhasse o espaço da escola na possibilidade de oferecer respostas concretas aos problemas de violência sexual e de gênero tão presentes na sociedade em geral e na escola de forma muito particular. Assim, os professores de Sociologia, pelo menos nesta área abrangida pelo projeto, estariam capacitando-se para observar e tentar cumprir o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394/96) para a referida disciplina, isto é: “[...] instrumentalizar os alunos nos conteúdos básicos para o efetivo exercício da cidadania” (Brasil, 1996).

A Sociologia no ensino médio: perspectivas e possibilidades

O processo de institucionalização do ensino de Sociologia no Brasil já tem mais de um século. Todo esse percurso foi marcado por constantes reveses. Desde o final do século XIX e durante todo o século XX, a disciplina entrou e saiu muitas vezes de currículos das hoje chamadas escolas de ensino médio (Silva, 2010).

Havia uma série de interesses políticos e ideológicos e os destinos da disciplina margeavam essas questões. A última e brusca retirada foi motivada pela reforma educacional promovida pela ditadura civil-militar que governou o Brasil por 21 anos desde 1964 até 1985. Não apenas a Sociologia, mas outras disciplinas igualmente incômodas (Filosofia, por exemplo) foram banidas dos currículos e substituídas por disciplinas *biônicas* como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira nas quais se fazia uma propaganda ideológica do regime civil-militar² (Moraes, 2003).

Com o processo de democratização do país, iniciado em 1983 e consolidado em 1985 com a eleição de Tancredo Neves, outra vez iniciou-se o debate pela volta da Sociologia ao antigo segundo grau. Esse debate foi aprofundado com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a lei n. 9394/96. Em seu artigo 36, a presente lei abre espaço para a efetiva movimentação dos profissionais da Sociologia a buscar a sua reinserção no ensino médio:

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que ao final do ensino médio, o educando demonstre:

² Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, 5.692/71, regulamentou este processo. Ela foi editada no governo Médici e o ministro da Educação era Jarbas Passarinho.

III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (Brasil, 1996).

Estas questões, embora de forma não muito claras, começaram a ser sistematizadas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) e aprofundaram-se com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) de 1999. Nesses documentos, a Sociologia se insere no bojo do que se convencionou chamar Ciências Humanas e suas Tecnologias. A tentativa, em linhas gerais, foi de que as diversas disciplinas das Ciências Humanas rompessem as suas fronteiras e tentassem conversar entre si. No entanto, não ficava claro se a Sociologia se configuraria em uma disciplina específica no currículo ou se os seus conteúdos estariam disseminados nas disciplinas já institucionalizadas.

Os PCNs, então, atentavam para quatro princípios que seriam basilares para uma educação no século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Com uma ênfase no aprender a conhecer, as Ciências Humanas e suas Tecnologias, especialmente os conhecimentos de Sociologia, deveriam, entre outros objetivos:

Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros [...]; compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos humanos da ação humana; a si mesmo como agente social; e aos processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos. (Brasil, 1999: 11-13).

Em vista dessa complexa teia de objetivos a serem alcançados pelos conhecimentos de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio, a disciplina de Sociologia não tinha condições de ficar dispersa, por meio de conteúdos genéricos, em outras disciplinas. Profissionais da área começaram então um trabalho de conscientização da necessidade de que a disciplina figurasse como componente curricular específico e permanente no ensino médio, a fim de que garantisse de forma eficiente a aquisição dos conhecimentos necessários para o efetivo exercício da cidadania.

Tal preocupação agravou-se a partir do veto presidencial de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, ao projeto do deputado Padre Roque (PT-PR), que tornava obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas públicas e privadas do Brasil. O veto levou muitos aspectos em consideração, entre eles: o impacto econômico dessa medida, bem como a carência de profissionais formados e a ausência de uma base curricular comum mínima.

Foi apenas no governo Lula que a Sociologia passou a figurar como componente obrigatório no ensino médio. Desde 2006, com a aprovação no Conselho Nacional de Educação, a disciplina voltou à grade curricular do ensino médio. Em razão de uma série de contendas dos estados, o período para adequação estendeu-se até 2011, quando todas as escolas do país deveriam estar ofertando a Sociologia nas três séries do ensino médio (Silva, 2010)³.

³ Resolução CNE nº 1, de 15 de maio de 2009.

Na tentativa de rever os PCNs, foi constituída pelo Ministério da Educação uma comissão que elaborou as OCNs – Orientações Curriculares Nacionais. Aqui, interessam-nos, efetivamente, os responsáveis pela elaboração das OCNs de Sociologia. Neste texto, então, problematizava-se o lugar da Sociologia no ensino médio e as expectativas com relação à disciplina: os conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.

O documento apresentava a necessidade de a Sociologia ser trabalhada a partir de quatro frentes: conceitos, temas, teorias e pesquisa. A pesquisa deveria ser uma preocupação transversal, seja qual fosse a frente de trabalho escolhida. Ainda se faz necessário destacar a proposta das OCNs de, ao trabalhar com qualquer desses aspectos, não confundir a ciência Sociologia, aprendida nas universidades, com a disciplina Sociologia, ensinada no ensino médio (Brasil, 2006).

Essa preocupação justificava-se no sentido de que os conteúdos trabalhados na escola não se transformassem em teorias vazias, maçantes e incompreensíveis para as realidades específicas. Portanto, as OCNs tentaram dar um caráter mais dinâmico e concreto para os conteúdos da ciência transpostos para a disciplina. Essa dinâmica, inclusive, apresentava-se pela tentativa de desenvolver alternativas didáticas para a aula expositiva: análise de charges, visitas a museus e bibliotecas, análise de músicas, filmes, jornais, literatura, artes plásticas etc. Todas essas possibilidades poderiam ser utilizadas no sentido de aproximar a teoria de aspectos do cotidiano do aluno, tornando a disciplina mais atraente.

Atenta a essa preocupação, Ileizi Silva (2007) entende que quando se faz a constituição de uma ciência em disciplina escolar é necessário que haja uma contextualização das teorias, discursos e conhecimentos próprios da ciência e posteriormente uma recontextualização no sentido de transformar tudo isso em conteúdo pedagógico a ser trabalhado nas escolas.

Assim, Silva (2010) aponta que o compromisso com um ensino de Sociologia sintonizado com a realidade não deve ser apenas atribuído ao professor de Sociologia no ensino médio. Segundo ela, essa é uma responsabilidade que, primeiro, precisa ser assumida já na formação desses profissionais nos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais. Eis aí, então, o lugar onde, efetivamente, reside o problema, isto é: há uma negligência com as licenciaturas em Ciências Sociais. Há uma descontinuidade entre a formação teórico-científica na área e a formação pedagógica. Em grande medida, há profissionais teoricamente densos, mas sem os mecanismos adequados para trabalhar esses conhecimentos na escola.

Corroborando essa ideia, parece bastante oportuna a proposta de Amaury Moraes (2003) para superar esses problemas. Segundo o autor, é fundamental que as associações, sociedades e comunidades de cientistas sociais reconheçam a necessidade de uma área de pesquisa que atenda o ensino de Sociologia. Por outro lado, Moraes ainda vê como essencial a integração entre licenciatura e bacharelado na formação do professor de Sociologia, a fim de que se supere o sistema que compartimentaliza o conhecimento e negligencia a licenciatura, prejudicando o ensino da disciplina na escola (Moraes, 2007).

Somente assim a Sociologia alcançaria os seus princípios epistemológicos no ensino médio: o estranhamento e a desnaturalização. Este parece ser o ponto nodal da disciplina e sua razão de estar na educação básica: conseguir fazer com que a reflexão dos alunos chegue ao nível de estranhar a realidade que lhes é tão familiar, problematizando aspectos internalizados e, ao mesmo tempo, por meio destes questionamentos, desnaturalizar outras tantas questões naturalizadas seja pela ciência, pelos costumes, pela tradição, pelas religiões, pela política etc. Para Moraes e Guimarães (2010: 48),

É sua tarefa [da Sociologia no Ensino Médio] desnaturalizar os fenômenos sociais, mediante o compromisso de examinar a realidade para além de sua aparência imediata, *informada* pelas regras inconscientes da cultura e do senso comum. Despertar no aluno a sensibilidade para perceber o mundo à sua volta como resultado da atividade humana e, por isso mesmo, passível de ser modificado, deve ser a tarefa de todo professor.

Como referimos, algumas perspectivas começam a ser apresentadas por cursos de formação de professores em Ciências Sociais em diferentes universidades brasileiras. Este é o caso da licenciatura em Ciências Sociais da Unesp-Marília. Maria Valéria Barbosa e Sueli Mendonça (Barbosa; Mendonça, 2007) destacam como fundamental a atuação de um Núcleo de Ensino criado no curso, no qual as questões da prática de ensino em Sociologia são trabalhadas não apenas na reta final do curso, mas durante boa parte da graduação.

Dessa forma, segundo as autoras, cria-se nos acadêmicos o envolvimento efetivo com a licenciatura, com a escola onde ocorrerá a atuação durante os estágios e cria-se também uma necessidade de elaboração de materiais didáticos que problematizem temas que se tornam sintomáticos para a disciplina e que devem ser consonantes com as expectativas dos alunos diante desse novo componente curricular na escola. A partir da integração entre ensino e pesquisa, Barbosa e Mendonça mostram como se constrói o Laboratório Pedagógico de Ciências Sociais que leva em consideração a articulação entre licenciatura e bacharelado a partir da mobilização dos conhecimentos adquiridos em ambas habilitações para a elaboração de material didático para o ensino de Sociologia no ensino médio.

Também se apresenta interessante a proposta desenvolvida na Universidade Estadual de Londrina e destacada por Renata Schevisbiski (2008) por meio do Projeto Oficina de Ideias. Esse projeto foi desenvolvido no ano de 2008 no Departamento de Ciências Sociais da UEL e visava incentivar a pesquisa e a elaboração de materiais didáticos na área de Sociologia no ensino médio. Constatou-se com ele a enorme carência de materiais didáticos e uma possibilidade concreta do envolvimento dos estudantes e profissionais da rede básica para a elaboração desses materiais que dialogassem com a realidade na qual estavam inseridos, a partir de contatos prévios com a comunidade no intuito de melhor conhecer suas demandas, seu cotidiano, a fim de promover o diálogo por meio dos materiais didáticos a serem produzidos. A proposta em tela era de uma parceria entre universidade e escola.

A construção de pontes entre a universidade e a escola, por meio da intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, tem sido desenvolvida pela licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Conforme Nise Jinkings (2007), só com a articulação entre esses três pilares podem ser resgatadas as potencialidades das Ciências Sociais para tentar responder as questões pungentes que estão postas como desafios para a disciplina nesta inserção nos currículos do ensino médio. Além disso, há uma interação entre graduação e projetos específicos da pós-graduação em Educação que dialogam com a metodologia de ensino em Ciências Sociais. Em grande medida, as primeiras análises desenvolvidas dão conta de diagnosticar a situação de precariedade com que a disciplina aparece nos currículos, nas escolas e como acaba sendo trabalhada pelos professores.

Haveria uma série de outros exemplos a serem apresentados. No entanto, de posse do conhecimento de toda esta trajetória que envolve a institucionalização da Sociologia no ensino médio e do quão recente é seu definitivo ingresso na educação básica, parece interessante pensar temas fundamentais e transversais a serem trabalhados, sempre tendo como expectativa as mediações necessárias para aproximar escola e universidade.

Analisando essa perspectiva, pensamos, como contribuição a esse debate, a necessidade da formação continuada dos professores de Sociologia, ou daqueles profissionais que lecionam a Sociologia no ensino médio, nas temáticas de gênero e sexualidade. Em vista disso, é que desenvolvemos entre os anos de 2010 e 2012 o *Projeto de Extensão Formação de Professores em Gênero e Sexualidade* no Câmpus de Naviraí da UFMS.

Gênero, sexualidade e formação de professores: uma possibilidade de extensão

O *Projeto de Extensão Formação de Professores em Gênero e Sexualidade* foi oferecido pela primeira vez no ano de 2010. Naquele momento foram disponibilizadas 50 vagas para professores da rede básica de ensino, especialmente os professores de Sociologia do ensino médio do município de Naviraí e região. Os professores tinham diferentes tempos de atuação no magistério e havia a predominância de mulheres (70% mulheres e 30% homens)⁴. A ideia era de que o projeto fosse compreendido como uma resposta da universidade à sociedade no que tange à construção de alternativas para o enfrentamento da violência sexual e de gênero que estão disseminadas na sociedade e encontram, também, espaço nas escolas. Além de ser uma oportunidade de aprofundar-se em temáticas que poderiam ser problematizadas nas aulas de Sociologia.

O projeto foi desenvolvido em duas etapas: a primeira delas foi com um público interno à universidade. Tal público contou com um expressivo número de acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, alguns acadêmicos do curso de Pedagogia e docentes dos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia.

⁴ Nos anos seguintes, o número de participantes do projeto se manteve, praticamente, estável. As desistências foram poucas.

Nesta fase houve a capacitação de docentes e acadêmicos nas temáticas de gênero e sexualidade, por meio da leitura e debate de textos específicos. Os encontros eram semanais nos quais foram apresentados seminários e debates sobre os temas norteadores do projeto. Em um segundo momento, foram organizados encontros quinzenais, aos sábados pela manhã, com duração de três horas cada um, entre os meses de agosto e outubro, para os professores da rede básica de ensino.

A dinâmica era uma confluência entre palestras e oficinas temáticas. As palestras buscavam discutir temas gênero, sexualidade, masculinidade e bullying em intersecção com a educação, especialmente no sentido de tentar construir pontes para que esses assuntos fossem mais bem trabalhados na disciplina. Assim, outra opção foi a realização de oficinas temáticas, principalmente mostrando como filmes poderiam ser utilizados como recursos metodológicos para construir conhecimento acerca da temática e promover discussões com os alunos em sala de aula.

Este primeiro contato formal dos professores com as temáticas não se fez sem alguns estranhamentos, sobretudo quando houve a apresentação das diferentes visões que explicam as noções de gênero, sexualidade e diversidade sexual. Trata-se, especificamente, do embate entre os modelos científicos e religiosos. Este foi um ponto nevrálgico que precisamos administrar na primeira edição do projeto. Os resultados, no entanto, foram satisfatórios, pois houve na segunda edição do projeto, no ano posterior, a participação expressiva de professores.

Para o ano de 2011, a *Formação de Professores em Gênero e Sexualidade* foi pensada no formato de um grande grupo de estudos, já que no primeiro ano havia ocorrido a aproximação com a temática. Dessa forma, o segundo ano permitiu um aprofundamento teórico daquilo que fora problematizado de forma mais panorâmica em 2010. O projeto em 2011 foi dividido em sete unidades temáticas: gênero, sexualidade, masculinidades, machismo, homossexualidades, homofobia e educando para a cidadania. Os encontros, com praticamente o mesmo público do ano anterior, ocorreram entre os meses de agosto e novembro. Os participantes do projeto eram divididos em grupos menores, depois de uma breve exposição do tema do encontro, e debatiam um fragmento do texto-base do dia, previamente disponibilizado. Na sequência desse debate, os grupos menores reuniam-se com os demais cursistas e era proposto um debate mais amplo.

Pensando na contextualização das temáticas em termos teóricos, iniciamos a discussão pela categoria gênero. Essa categoria foi proposta no âmbito do tematizado por Joan Scott (1995), isto é, como um conceito que nos permite pensar os aspectos socioculturais que ressignificam os sexos biológicos, ou seja: problematizando as noções binárias e cristalizadas de masculino e feminino. A crítica aos usos do conceito de gênero se deu a partir de Judith Butler (2003), para quem os estudos de gênero acabam caindo na armadilha para a qual eles foram estabelecidos como uma espécie de antídoto, a saber: acabam não conseguindo romper com os binarismos biológicos.

A tensão entre esses binarismos é marcada por relações de poder que acabam engessando modelos idealizados de sexualidade. Assim, ao pensar esses modelos

disciplinares da sexualidade, a referência à obra de Michel Foucault (1985, 1988, 1993) foi importante, pois ele mostra como se deu não apenas a construção da sexualidade ao longo dos tempos, mas também a construção das noções de certo e errado acerca da sexualidade, por meio de dispositivos reguladores.

Dialogando com Foucault, Michel Bozon (2004) enfatiza e tenta assegurar o caráter construtivo da sexualidade humana. Ele nega, então, o caráter historicamente dado como natural para a sexualidade e destaca a primordialidade dos contextos culturais na legitimação da ordem dos sexos ao longo das gerações. Bozon vai construindo sua argumentação na tentativa de espriar os horizontes da sexualidade, já que ela sempre esteve vinculada com procriação e ato sexual. O autor afirma que a sexualidade extrapola esses limites, abrangendo todo um universo cultural, simbólico e social que passa sim pelo sexual, mas não acaba nele.

A proposta teórica de discussão das masculinidades durante o projeto passou pelo debate entre Michael Kimmel (1998), Robert Connel (1995) e Pedro Paulo Oliveira (2004). Esses trabalhos foram interessantes porque eles apresentam, de forma muito clara, a intersecção entre gênero e sexualidade marcada nas masculinidades. Aparece nesses textos a construção, em diferentes períodos históricos, de masculinidades hegemônicas e subalternas. É comum aos autores, a ideia de que a cultura cria a necessidade de estabelecer e compartimentar os mundos de homens e mulheres desde tenra idade. A demarcação dos mundos é construída a partir de proibições e interditos que funcionam como uma garantia de que os limites estabelecidos não serão borrados.

A vigilância para que seja alcançado e assegurado esse ideal de masculinidade comumente desdobra-se em comportamentos machistas. Segundo Marina Castañeda (2006: 16):

O machismo pode ser definido como um conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas idéias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes; por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes. Assim, o machismo engloba uma série de definições sobre o que significa ser homem e ser mulher, bem como toda uma forma de vida baseada nele.

Para Castañeda, há todo um sistema que se encarrega de dar corpo e sustentação ao machismo. Esse sistema torna a diferença entre os sexos uma questão maior, tão maior que chega a ser excludente. Além disso, no machismo há a construção da hierarquização entre os sexos a partir de uma lógica cultural que privilegia o masculino em detrimento do feminino e de tudo aquilo que dele se aproximar.

A partir das questões teóricas trabalhadas, constantemente os debates encaminhavam-se para a questão das homossexualidades. Esta, concretamente, era a problemática que parecia ter encaminhado os professores para o projeto de extensão: saber o que fazer em vista da homossexualidade dos alunos em sala de aula.

Na tentativa de responder algumas dessas questões, propusemos reflexões que abarcaram vários autores, tais como Sedgwick (2007), Oliveira (2008), Sousa Filho (2007), entre outros, que problematizam seja a visibilidade ou o *closet* aplicados à homossexualidade, bem como o relacionamento das homossexualidades com as outras formas de expressão da sexualidade. Porém, o debate mais instigante, até em razão dos acontecimentos mais atuais, foi sobre a temática de homofobia.

A nossa compreensão é a de que o professor de Sociologia no ensino médio precisa ser capaz de fazer o debate, a problematização e propor a reflexão desses temas sensíveis e que geram polêmicas sociais. No entanto, precisa estar munido teoricamente de elementos que embasem o seu trabalho, a fim de que a discussão não seja uma mera sobreposição de opiniões vazias. Portanto, a partir do tema formação de professores em gênero e sexualidade, nos dedicamos especialmente a entender as questões que envolvem a homofobia, analisando as pesquisas de Daniel Borrillo (2010).

A partir da ideia defendida pelo autor, de construção histórica da violência e discriminação contra homossexuais, pudemos, no sentido de pensar uma educação para a cidadania, adentrar a questão do preconceito às sexualidades dissidentes nas escolas. Essas questões tornaram-se tão complexas que extrapolaram os limites dos dois encontros separados para o debate sobre o tema. Sendo assim, a terceira edição do projeto, desenvolvida durante o ano de 2012, foi dedicada inteiramente às reflexões sobre o combate à homofobia na escola.

Dessa forma, o *Projeto de Extensão Formação de Professores em Gênero e Sexualidade* discutiu, outra vez com um público que acompanhou o projeto nos dois anos anteriores, o processo e as alternativas de combate à homofobia na escola. A dinâmica do projeto foi um pouco diferente dos anos anteriores. Foram oito encontros entre os meses de agosto e novembro, envolvendo as seguintes atividades: apresentação da proposta do projeto; exibição e debate de curtas-metragens que envolviam a temática de homofobia; uma discussão teórica sobre homofobia na escola; discussão da homofobia nas mídias em geral; um debate sobre corpo e corporalidade; relatos de caso de homofobia no cotidiano escolar; alternativas de combate à homofobia; e, por fim, uma avaliação do que fora discutido nos encontros anteriores.

O interessante deste projeto, na sua terceira edição, parece ter sido o caráter integrador entre os acadêmicos da Licenciatura em Ciências Sociais e Pedagogia da UFMS com os professores das escolas públicas da cidade, o que permitiu o aprofundamento de um debate sobre o combate à homofobia na escola.

De posse de uma perspectiva que leva em consideração as interseccionalidades, procuramos pensar o combate à homofobia articulado aos debates sobre gênero e sexualidade. Portanto, o objetivo principal desta terceira edição fora o de estabelecer um diálogo laico e científico sobre diversidade sexual, contrapondo-se a algumas visões ainda marcadas por dogmas morais, religiosos e culturais.

Além desses debates e reflexões que ocorriam na universidade, ao final dos anos de 2011 e 2012, durante o fechamento do projeto, fizemos o lançamento das

coletâneas (*Contra*)*pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual* (Passamani, 2011, 2012). No ano de 2011, a coletânea reuniu a contribuição de diversos pesquisadores brasileiros que estavam preocupados com essas questões no cotidiano escolar. Em 2012, a coletânea especificou a contribuição de outros pesquisadores que problematizavam a homofobia na escola e alternativas ao seu combate. Essas coletâneas foram distribuídas gratuitamente aos participantes, no intuito de que servissem de ferramentas a embasar o trabalho didático e pedagógico dos professores de Sociologia e outras disciplinas na educação básica.

Em consonância com as ideias de Amaury Moraes (2003, 2007), entendemos que o professor de Sociologia pode lançar mão de diversas ferramentas metodológicas e didáticas para o exercício do seu magistério. Essa dinâmica de ação tem grandes chances de tornar a disciplina mais atraente aos estudantes, possibilitando-os compreender um pouco melhor a complexidade da Sociologia, tornada mais acessível a partir do contato próximo com a realidade. A intenção do projeto, então, foi justamente trabalhar nessa fronteira: formação teórica continuada sobre uma área ainda pouco debatida no ensino médio (gênero, sexualidade e diversidade sexual) e alternativas à aula expositiva, tais como filmes, músicas, análise de mídias em geral etc.

Entendemos que a formação de professores nessas áreas, cujos temas ainda são sensíveis a muitos posicionamentos que levam em consideração juízos morais, é profundamente necessária, justamente porque se trata de uma outra vertente explicativa, isto é, o olhar da ciência sobre essas questões. No caso do projeto, o olhar das Ciências Sociais sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual.

Além disso – dessa proposta alternativa e reflexiva sobre os temas desde um outro modelo de explicação –, foram apresentadas aos professores, especialmente aos professores de Sociologia, possibilidades de melhor traduzir esses temas nas salas de aula da escola básica, atentando para os processos de contextualização e recontextualização tão necessários, segundo Ileizi Silva (2007).

Por fim, compreendemos ainda que o processo de institucionalização da Sociologia vive um momento muito importante e que ainda não está finalizado, portanto conteúdos que abarquem gênero, sexualidade e diversidade sexual poderiam fazer parte do currículo da disciplina, bem como poderiam estar presentes em outras disciplinas como temas transversais. Tais situações, possivelmente, contribuiriam para desconstruir algumas percepções naturalizadas e essencializadas sobre essas temáticas. No final das contas, esse debate todo estaria encadeado com os propósitos iniciais para a inserção da Sociologia no ensino médio, isto é: capacitar o aluno nos conhecimentos necessários para o efetivo exercício da cidadania.

Considerações finais

Foi um longo percurso aquele que levou à institucionalização efetiva do ensino de Sociologia no nível médio. Trata-se de um caminho ainda em vias de consolidação. Justamente por ser um tempo de *fazendo, construindo*, é que é deveras importante pensar em quais conteúdos apresentar nas propostas curriculares da disciplina.

Há uma gama de profissionais ligados à metodologia do ensino em Ciências Sociais preocupados em propor alternativas para a construção do currículo da disciplina. Neste momento, então, é oportuno que se pensem temáticas que estão na ordem do dia, mas não apenas isso, temáticas que possam nos levar a leituras da sociedade.

Entendemos que por meio dos debates sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual é possível ler diferentes representações da sociedade. Em vista disso, torna-se importante a formação de professores nessa área. Foi com esse intuito que se realizou o *Projeto de Extensão Formação de Professores em Gênero e Sexualidade*: não apenas porque há carência de debates nesta área, mas porque se trata de uma temática que pode nos ajudar a pensar a sociedade e, além disso, um estudo sério desses temas pode ajudar a que se minimize ou erradique certos tipos específicos de violência.

Dessa forma, esperamos que essa tenha sido a última e decisiva entrada da Sociologia nos currículos e que ao gozar do lugar de uma disciplina efetiva no ensino médio possa ter as condições mínimas necessárias para propor reflexões e problematizar questões sobre temas, como os discutidos no projeto de extensão, que, se silenciados, certamente impedirão muitos grupos do efetivo exercício da cidadania.

Referências

- BARBOSA, Maria Valéria; MENDONÇA, Sueli. Formação de professores de Sociologia: um estudo à luz da teoria histórico-crítica. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina, v. 12, n. 1, Janeiro-Junho 2007, pp. 173-195.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.
- BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- _____. Conselho Nacional de Educação – CNE. Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 5 ago. 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília, 1999.
- _____. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, v. 3, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*. São Paulo, A Girafa, 2006.

- CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, pp. 185-206.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III*. O cuidado de si. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- _____. *História da Sexualidade II*. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- _____. *História da sexualidade I*. A vontade do saber. Rio de Janeiro, Graal, 1993.
- JINKINGS, Nise. Ensino de sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina, v. 12, n. 1, Janeiro-Junho 2007, pp. 113-130.
- KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: LEAL, Ondina Fachel. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, PPGAS, 1998, pp. 103-117.
- MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 15, n. 1, 2003, pp. 5-20.
- _____. O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?. *Revista Cronos*. Natal, v. 8, 2007, pp. 395-402.
- MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, E. F. Metodologia de ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: MORAES, Amaury Cesar. (Org.). *Coleção explorando o ensino de Sociologia*. 1. ed. Brasília: MEC/SEB, 2010, v. 15, pp. 45-62.
- OLIVEIRA, Luizir. Um olhar filosófico sobre as homossexualidades. In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira (Org.). *Homossexualidades e gerações*. Rio de Janeiro, Booklink, 2008, pp. 75-94.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.
- PASSAMANI, Guilherme (Org.). *(Contra)pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual*. Campo Grande, Editora UFMS, 2011.
- _____. *(Contra)pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual: o combate à homofobia*. Campo Grande, Editora UFMS, 2012.
- SCHAVISBISKI, Renata. *Metodologias de ensino de Sociologia: o projeto "Oficina de Idéias"*. Londrina, UEL, 2008, pp. 1-11.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, pp. 71-99.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 28, 2007, pp. 19-54.
- SILVA, Ileizi Fiorelli. A Sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Revista Cronos*. Natal, v. 8, 2007, pp. 403-427.

SILVA, Ileizi Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury Cesar. (Org.). *Coleção explorando o ensino de Sociologia*. 1. ed. Brasília: MEC, 2010, v. 1, pp. 23-31.

SOUSA FILHO, Alípio. A resposta gay. In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira; LIMA, Solimar Oliveira (Orgs.). *Homossexualidades sem fronteiras: olhares*. Rio de Janeiro, Booklink, 2007, pp. 11-35.

Recebido em: 09/07/2015

Aprovado em: 19/10/2015

Como citar este artigo:

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da sociologia e a extensão universitária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 119-132.

Artigo

Fumicultores e entidades de representação política: problemas públicos e engajamento em Santa Cruz do Sul/RS¹

Fabricio Teló²

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a participação de agricultores na relação que estabelecem com suas entidades de representação política. Para isso, elegeu-se como caso para estudo, um grupo de fumicultores do município de Santa Cruz do Sul/RS. O artigo trabalha com alguns problemas públicos construídos por esses sujeitos e por suas organizações e analisa como esses processos conformam os níveis de engajamento político e a definição de qual ou quais entidade(s) será ou serão escolhida(s) pelos agricultores como a(s) mais legítima(s) para atuar(em) na sua representação política.

Palavras-chave: fumicultores; representação política; engajamento; organizações; problemas públicos.

Tobacco producers and political representation entities: public problems and engagement in Santa Cruz do Sul/RS

Abstract: *The aim of this paper is to analyze farmer's participation in the relation that they establish with their political representation entities. To do it, we have elected as a case to study a group of tobacco producers of Santa Cruz do Sul/RS. The article*

¹ O artigo ora apresentado é parte da dissertação de mestrado defendida em 30/05/2014, sob a orientação da professora Leonilde Servolo de Medeiros, a quem o autor agradece imensamente pela atenção e empenho com que se dedicou no trabalho de supervisão da pesquisa. O autor agradece, ainda, a Juliano Florczak Almeida pela leitura e contribuição. Fonte de Financiamento: Trabalho desenvolvido com recursos do CNPq e da Faperj.

² Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro – Brasil – fabriciotelo@hotmail.com

deals with some public problems emerged by these people and by theirs organizations and analyses how these processes conform the levels of political engagement and the definition of which entity (or entities) will be chosen by the farmers as the more(s) legitimate to actuate in their political representation.

Keywords: *tobacco producers; political representation; engagement; organizations; public problems.*

Introdução

Os produtores de tabaco do município de Santa Cruz do Sul/RS contam com um rol relativamente diverso de organizações nas quais podem se engajar politicamente ou tão somente se vincular em uma relação menos próxima. A mais antiga delas é o Sindicato Rural (SR), fundado em 1945 com o nome de Associação Rural de Santa Cruz do Sul. Atualmente é a entidade que, segundo a legislação sindical, representa o patronato. A Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) foi fundada em 1955 e tem como um dos principais objetivos a gestão de um seguro mútuo para a lavoura dos produtores contra os prejuízos causados pelas chuvas de granizo que ocorrem frequentemente. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foi fundado em 1962 e tem como um dos principais trunfos a conquista do direito à aposentadoria rural. Por fim, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) foi construído em Santa Cruz no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Suas principais pautas foram o crédito agrícola e a habitação rural.

Embora a relação entre os fumicultores e essas organizações seja atravessada por um conjunto diverso de elementos, como a prestação de serviços assistenciais, as relações pessoais com as lideranças e o atendimento no “balcão” das organizações, este artigo tem como foco a análise do reconhecimento dado pelos agricultores ao trabalho de cada entidade na publicização dos problemas e de como isso interfere na vinculação desses sujeitos às entidades. Embora o conceito de problemas públicos tenha sido formulado anteriormente por outros autores (Gusfield, 1981), utilizarei nesta análise a definição elaborada por Daniel Cefaï, que, nos seus diversos escritos, procurou aprofundar o conceito para os diversos contextos de ação coletiva. Baseado em uma abordagem pragmatista³, o autor chama atenção para a dimensão pública da ação coletiva. Sua questão de fundo é a centralidade atribuída à noção de público. Para isso, o autor chama atenção para a “publicidade” da ação coletiva, no sentido de evidenciar a dimensão dramatúrgica e retórica da atuação dos atores políticos e a relação disso com a definição das identidades coletivas. Ele propõe englobar a interação estratégica (aquela da micromobilização) em uma concepção de “arena pública” a fim de superar o entendimento de ação

³ De acordo com o Cefaï (2009: 14), o procedimento pragmatista é aquele que acompanha as experiências e perspectivas dos atores sociais: “A questão de base não recai mais sobre os ‘determinantes estruturais’ e os ‘cálculos racionais’ da ação: substitui a platitudo da ação instrumental por arquiteturas complexas da situação, da pessoa e do coletivo”.

coletiva como atividades decorrentes de uma junção de interesses individuais com um objetivo em comum, típica da Teoria da Mobilização de Recursos⁴ (McCarthy; Zald, 1977).

O autor considera as redes e organizações como contextos de experiência e de ação se realizando, de modo que ganha importância a análise das experiências que os atores vivenciam no cotidiano e como eles as veem. O lugar onde se faz a política, nesse sentido, são os locais onde as pessoas se encontram pelos motivos mais triviais na sua vivência cotidiana: “As vias de acesso à arena pública passam por regimes de engajamento não públicos” (Cefaï, 2011: 74). Assim, se considerarmos o político como algo ligado apenas às organizações e instituições políticas, dotadas de formalidade, tudo o que está fora disso é considerado não político. Para a abordagem aqui adotada, no entanto, essa fronteira que delimita o político do não político é constantemente deslocada, uma vez que as redes de sociabilidade, que fazem parte do cotidiano informal das pessoas (o “não político”), têm uma importância decisiva para o mundo da política no sentido das organizações e instituições. No caso dos agricultores de Santa Cruz, esses espaços são as visitas entre os vizinhos, a convivência nas bodegas, as celebrações religiosas dominicais, a convivência no âmbito do centro comunitário⁵, dentre outros. A preocupação do autor, em última instância, é identificar o que provoca interesse em uma ação coletiva: “O que mantém juntas as pessoas, a que elas se prendem e o que as faz se prenderem” (Cefaï, 2009: 25).

De maneira semelhante, Thompson (1998) também já havia chamado atenção para essa dimensão postulando que é a partir das experiências, ou seja, das práticas cotidianas, que os indivíduos formulam sua visão de mundo e, a partir disso, podem vir a se constituir como classe. Comerford (2003) também realizou análises etnográficas desses tipos de espaços não institucionalizados em que ocorre a ação política. Esse autor estudou os espaços de sociabilidade para além da dimensão institucional e constatou que eles exercem influência decisiva sobre os espaços institucionais, tendo em vista a carga de valores morais e de reputação que é avaliada pelos agricultores em relação às lideranças sindicais.

De modo semelhante a Snow (2001) e Snow et al. (1986), Cefaï considera que o desafio dos movimentos sociais é converter mal-estares pessoais em causas coletivas, no contexto de uma arena pública, para onde apontam os atores coletivos e onde emergem novos universos de sentido. Dessa forma, ganha importância em sua teoria a dimensão afetiva da ação coletiva: “É ela que garante nosso contato com os outros e com as coisas e o que mantém unidas as situações nos situando nelas. A ação coletiva não está toda no agir, mas também no sofrer e no compartilhar” (Cefaï, 2009: 31). É também na percepção de que o próximo está sentindo as mesmas emoções, que, aos poucos, vai se criando a identidade coletiva que leva ao agir também coletivo.

⁴ A Teoria da Mobilização de Recursos considera a agregação de recursos, como dinheiro e trabalho, um elemento central para compreender as atividades dos MS.

⁵ No município de Santa Cruz do Sul, as localidades geralmente possuem um salão comunitário, onde as pessoas se reúnem aos domingos e dias festivos para praticar jogos e outras atividades de lazer.

Cefai (2001) chama a atenção ainda para a necessidade de ir além das narrativas dos líderes, ideólogos ou jornalistas em relação aos movimentos sociais e levar em conta também o que dizem os participantes que constituem a base de tais organizações, suas redes conceituais e suas tramas narrativas. Essa assertiva está congruente com a proposta deste trabalho, uma vez que o objetivo é justamente analisar as narrativas das “pessoas comuns”⁶ das organizações, as formas como elas enquadram suas entidades representativas e identificar quais conceitos e interpretações estão orientando suas ações, que interesses estão conduzindo à adesão aos movimentos e quais interações estratégicas estão constituindo as arenas públicas em que ocorre a ação coletiva.

Outra contribuição de Cefai (2001) é a constatação de que os graus de adesão e conversão aos movimentos sociais, bem como os níveis de engajamento e participação são extremamente variáveis, da mesma forma como há variações também no uso que os atores fazem das diversas identidades que podem ser acionadas. Dependendo das circunstâncias, há contradições, sincretismos, paradoxos e ambivalências. Nesse sentido, a emergência de problemas públicos gera um processo de disputas no âmbito das arenas públicas, as quais, de acordo com a definição do autor, possuem três elementos caracterizadores. O primeiro é a importância das organizações, entendidas como mobilizações coletivas e dinâmicas de institucionalização inseridas em um contexto de atuação dramaturgicamente⁷. Cefai, Veiga e Mota (2011) apontam, portanto, para a necessidade de descrever as performances públicas, sejam as participações dos indivíduos em reuniões ou manifestações, sejam as tomadas de posições dos porta-vozes das organizações, ou até mesmo estratégias de silêncio ou boicote a determinadas atividades. Mas, para além disso, enfatizam que “[...] é preciso descrever, se possível etnograficamente, as atividades fora de cena (que vão dos simples laços de sociabilidade entre vizinhos ou amigos às preparações em segredo das estratégias políticas adotadas)” (Cefai; Veiga; Mota, 2011: 41). Nesse sentido, as teorias até então elaboradas sobre a ação coletiva (tais como a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria das Organizações, das Redes, dentre outras) não são suficientes. É necessário levar em conta também outras fontes de análise até então negligenciadas por essa literatura, como a antropologia das relações de parentesco, o estudo das comunidades locais, a análise dos simbolismos religiosos, a etnografia da comunicação comum e a microsociologia dos espaços públicos (Cefai; Veiga; Mota, 2011: 42).

⁶ Por meio dessa expressão, Martins (2012: 11-12, grifo nosso) chama a atenção para a importância de se colocar a cotidianidade da vida das pessoas comuns como foco da investigação sociológica, pois, segundo ele, “[...] é nos limites, nos extremos, na periferia da realidade social que a indagação sociológica se torna fecunda [...]. É nesses momentos e situações de protagonismo oculto e mutilado dos simples, das *pessoas comuns* [...] que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora.”

⁷ Chamando atenção para a dimensão da dramaturgia no comportamento cotidiano, evidenciada por Goffman, Cefai (2001) considera o mundo social como uma cena pública em que os atores realizam atuações performáticas.

A segunda característica das arenas públicas são as associações⁸ como formadoras de problemas públicos através dos temas que estabelecem como pauta. A forma com que elas chegam a esse resultado foi denominada pelos autores como “teatros do sentimento e da opinião”, uma vez que a associação unifica os sentimentos e opiniões de seus membros e os externaliza ao público (ou à arena pública) de um modo dramático, interferindo, assim, na opinião pública e nas agendas midiáticas. A emergência de um problema público, portanto, “[...] envolve afetividades, sensibilidades e moralidades; envolve experimentações de sentimentos de amor, de ódio, de medo, de injustiça [...]” (Cefaï; Veiga; Mota, 2011: 42). A terceira característica está relacionada à importância das associações como atores constituintes das “redes de políticas públicas”, em que o Estado incentiva a institucionalização das organizações políticas a fim de servirem como mediadoras de políticas públicas.

Sob a inspiração de Comerford (2003), Cefaï (2001, 2009) e Quirós (2010), a metodologia utilizada para a elaboração desta pesquisa foi uma etnografia de três meses em uma comunidade de Santa Cruz, onde se buscou analisar, na vivência conjunta do cotidiano, como se dava o fazer político desses sujeitos, quais eram os valores que orientavam sua organização, sobre quais pautas eles conversavam nos momentos de interação e que assuntos eram destacados por eles nas conversas estabelecidas comigo, para além dos temas sobre os quais eu fazia perguntas. Antes desse período de imersão no cotidiano dos agricultores, passei dois meses residindo no centro da cidade, entrevistando lideranças e pesquisando sobre a dinâmica da produção de tabaco e me familiarizando com as pessoas para melhor adentrar ao campo especificamente. As ferramentas metodológicas utilizadas foram a elaboração de um diário de campo a partir das observações do dia a dia e a realização de entrevistas informais com colonos e lideranças.

Selecionamos alguns *problemas* que apareceram com mais intensidade durante o trabalho de campo e que ocupam espaços de centralidade na arena pública da fumicultura para serem discutidos neste artigo: o preço do fumo, o granizo, a necessidade de previdência social, os financiamentos e a ameaça da proibição da continuidade do cultivo.

O problema do preço do fumo

Embora sejam muito frequentes as falas que enaltecem a fumicultura como a cultura financeiramente mais rentável proporcionalmente à área de terra utilizada, nem sempre os agricultores inseridos nessa atividade se satisfazem com a renda que auferem com a venda do produto. Desde o início do século os

⁸ O termo aqui se refere não apenas a organizações formalmente constituídas, mas às diversas possibilidades de agrupamentos e acordos entre indivíduos em vista de algum objetivo.

colonos⁹ vêm se associando (e, em algumas situações, se mobilizando, como é o caso das “greves”¹⁰) em torno do problema do preço do fumo. Atualmente, a média do preço estabelecido no acordo entre as suas entidades de representação e as empresas é único para todos os produtores. Então, quando um fumicultor não é bem-sucedido, geralmente todos os outros também não são. Isso facilita que os colonos atribuam ao preço um sentido de coletividade ou de público.

Esse tema é objeto de conversas no cotidiano dos fumicultores e nos momentos de sociabilidade: antes e depois das celebrações religiosas, jogos, festas, visitas entre vizinhos, encontros na rua, conversas de “bodega” etc. Com isso, eles percebem que se em um ano um produtor tem uma baixa rentabilidade, isso não é um azar apenas dele, mas é um problema que atinge todos e que possui causas a serem combatidas, ou seja, para além da lei da oferta e da procura, há também a dimensão da vontade política de pagar bem ou não.

Um dos fatores que podem gerar diferenciação entre os fumicultores é a classificação das folhas do tabaco. Enquanto um pode ter uma quantidade maior de folhas consideradas de boa qualidade (BO1), outros poderão ter uma quantidade menor. Tudo isso depende também da sorte de vender o fumo em um dia em que a empresa determina a seus classificadores que eles podem “comprar bem”, ou seja, ser menos rígidos e qualificar como BO1 boa parte da mercadoria. Pode haver outros dias – não raros – em que a determinação é de que os classificadores “comprem mal” e considerem apenas uma parte muito pequena do fumo como BO1 e o resto como de qualidade inferior, mesmo tendo boa qualidade. A classificação, portanto, depende menos das propriedades objetivas das folhas do que de um jogo entre fumicultores e fumageiras, que repõe a tensão em cada momento de comercialização do fumo. Trata-se de um jogo em que normalmente as regras são ditadas pelas empresas. Daí a importância das greves, que invertem essa ordem usual.

Por ser um tema que afeta fortemente a vida e as expectativas dos agricultores, a questão do preço do fumo é considerada relevante pelas quatro entidades citadas neste trabalho: a Afubra, o SR, o STR e o MPA. A Afubra foi a que primeiro pautou esse problema. Esse foi um dos elementos que fizeram com que os produtores reconhecessem essa associação como uma entidade que os representava na tentativa de solucionar o problema do baixo rendimento trazido pela atividade nos momentos de crise. Nem sempre, porém, a forma como ela se posicionava em relação às empresas agradava a todos. Nesse sentido, várias foram as situações em que recebeu críticas, sobretudo por parte do STR e do MPA.

⁹ Colono é a categoria utilizada pelos próprios agricultores para se autodefinirem. Seyferth (1993) chamou atenção para a dimensão étnica da identidade camponesa do Sul do Brasil expressa pela categoria colono. Ao mesmo tempo em que ela possui uma conotação de campesinidade, representa também uma “origem” europeia, seja ela alemã, italiana, polonesa, dentre outras. Para além da dimensão étnica, a autora identificou um conjunto de características necessárias para o sujeito ser considerado colono: possuir uma fração de terras, produzir alimentos para o próprio consumo e ter um pertencimento tradicional à comunidade rural.

¹⁰ Em 1986 e em 1989, os fumicultores entraram em “greve”, ou seja, pararam de entregar o produto às firmas e fizeram piquetes para impedir que os fumicultores que não tinham aderido à greve entregassem. A utilização do termo greve não é por acaso: sinaliza a incorporação do repertório do operariado urbano como uma forma legítima de ação política.

Nos anos 1970, o STR começou a questionar publicamente a forma como a Afubra estava conduzindo, através dos acordos com as empresas, a negociação do preço do fumo e passou a ser também ele um ator importante com o qual os fumicultores poderiam se identificar no intuito de resolver o baixo rendimento monetário da fumicultura. Em 1973, o STR contratou um professor de Economia, Armando Hennig, para realizar um estudo técnico a fim de apontar os custos de produção e, com base neles, qual deveria ser o reajuste do preço do fumo. A conclusão a que chegou foi a de que o reajuste no preço da safra de 1974/5 deveria ser de 84,7%. O acordo firmado entre Afubra e empresas, no entanto, previa um aumento de apenas 40%. Com esses dados em mãos, o STR reivindicou que se fizesse uma reunião na sede da Fetag, em Porto Alegre, da qual participariam representantes do Sindicato das Indústrias do Fumo, da Afubra, da Farsul, do Ministério da Indústria e Comércio, da Secretaria de Agricultura e dos STRs de Santa Cruz do Sul e Candelária (Liedke, 1977). Um trecho da resposta da Afubra, no jornal *Gazeta do Sul* (edição de 26/11/1974), sintetiza o posicionamento da entidade em relação a essa disputa:

Concluindo, temos a satisfação de registrar, sem qualquer agitação ou incitação da Ordem Social Brasileira¹¹, que a comercialização do produto fumo junto aos compradores é tranquila, a preços cada ano melhores, o que provam os substanciais aumentos de área de nossos fumais e um aumento de novos plantadores a cada ano (grifo nosso).

Ainda que o STR não tivesse poder político para forçar um recuo das empresas na negociação do preço do fumo e tampouco contasse com uma conjuntura favorável para promover uma mobilização dos agricultores, esse questionamento foi importante, pois a partir dessa iniciativa as negociações do preço do fumo passaram a ser realizadas com a presença de entidades sindicais, de modo que hoje as reuniões são feitas entre representantes das empresas e dos agricultores, representados pela Afubra, pela Fetag-RS e pela Farsul e respectivas federações de Santa Catarina e Paraná.

Na safra de 1975/6, houve outro momento de divergência entre Afubra e sindicatos da Fetag-RS, dessa vez em torno do número de classes do fumo que determinam o preço a ser pago ao produtor. Conforme Montali (1979), o Ministério da Agricultura baixou, em 1975, a portaria de nº 674, que aumentava de 28 para 49 o número de classificações. Os STRs iniciaram um processo de resistência e reivindicavam a redução de 49 para 21, por acreditarem que uma quantidade muito alta de classes facilitaria às empresas o pagamento de valores baixos aos produtores. A Afubra, por sua vez, defendia a manutenção do número, uma vez que, segundo a autora, a proposta havia partido justamente do Sindifumo (Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco – atual Sinditabaco) em conjunto com a Afubra. Dois anos depois, em 1977, um dirigente do STR fez a seguinte reflexão:

¹¹ O destaque à não subversão da “Ordem” evidencia a influência da repressão política que o regime militar impunha no período em questão.

Talvez o inimigo maior que o preço, o granizo, o vento ou as pragas, seja a classificação. Acontecia sempre que, em anos anteriores, os classificadores diminuíssem o fumo na escala de qualidade, isto é, pegavam o fumo de uma classe mais cara e diziam que era de outra, inferior [...] A situação melhorou apenas no decorrer da última colheita, quando fiscais da própria Secretaria da Agricultura punham-se¹² nas portas das firmas e acompanhavam o processo de classificação, fazendo justiça para quem estava do lado mais fraco da corda, o colono (dirigente do STR ao Jornal Gazeta do Sul de 12/11/1977).

Ainda hoje os processos de classificação são motivos para discussão entre os fumicultores. Em função dessa característica de pouco enfrentamento da Afubra em relação às empresas, o MPA também se constituiu como um ator crítico à posição dessa entidade. Especialmente no que se refere às reuniões de estabelecimento do preço do tabaco, a crítica é que haveria um processo de cooptação da Afubra por parte das empresas, gerando prejuízos para os fumicultores, que receberiam um valor mais baixo pelo fumo produzido em função da falta de pressão política por um preço mais alto. Uma chacota relatada por alguns agricultores sobre esse aspecto é a seguinte: “A Afubra é como uma galinha. Quando chega perto do galo (as empresas do setor fumageiro), senta e abana o rabo”¹³.

Ainda que a Afubra dispute capital político em outro plano, que não o da contribuição sindical¹⁴, o que está em jogo para ela é a legitimidade perante os produtores, as empresas e a sociedade em geral de se colocar como a entidade de maior ou menor representatividade dos fumicultores. Embora, nos últimos anos, minimizada, a relação entre MPA e Afubra tem sido de intensa disputa. Enquanto esta representa os fumicultores em uma relação de apoio e parceria com as fumageiras, aquele considera que a exploração por elas é o que impede as melhorias para o setor e, portanto, considera-as como antagonistas que devem ser combatidas.

Com a realização de diversos protestos e mobilizações em massa de fumicultores do município e da região, o MPA se firmou como um movimento de forte contestação às empresas e, nesse sentido, passou a ser uma alternativa de organização no sentido de solucionar, mesmo que parcialmente, o problema do preço, tendo em vista suas ações mais enérgicas e impactantes, como ocupação dos pátios de empresas, do Sinditabaco, marchas pelo centro da cidade, com queima de folhas de fumo etc.

¹² Por reivindicação dos agricultores organizados em torno do STR.

¹³ Embora esta frase não faça sentido em todas as regiões do Brasil pelo fato de as pessoas não considerarem que uma galinha tenha rabo, ela faz sentido para os colonos de Santa Cruz e, por isso, decidi mantê-la, por ilustrar a compreensão de um segmento de colonos a respeito da submissão da Afubra em relação às fumageiras, tal qual a submissão de uma galinha a um galo. Todavia, a despeito destas críticas feitas tanto pelos colonos quanto por trabalhos acadêmicos – com destaque para Vogt (1997) e Iorio (1993), dentre outros –, seria um erro afirmar que os fumicultores não se sentem representados pela Afubra, pelo menos em alguns aspectos.

¹⁴ Ela não precisa disputar a adesão dos agricultores em termos de contribuição financeira já que ela é a única que oferece um serviço indispensável para os fumicultores, o seguro mútuo da lavoura, a partir do qual capta recursos.

O simples fato de a entidade considerar o preço do fumo uma pauta importante não é suficiente para fazer com que os produtores se identifiquem com ela. O que percebemos na pesquisa é que não é o fato de pautar o preço que aproxima os fumicultores das entidades, mas a forma como cada uma o faz e, dessa forma, dependendo da perspectiva política de cada agricultor e da conjuntura do momento, haverá a identificação com uma ou outra. Produtores mais apegados ao cumprimento das normas sociais e avessos à transgressão da ordem estabelecida pelas empresas tendem a se identificar mais com a Afubra e os dois sindicatos que compõem o conjunto das entidades oficiais de negociação; produtores menos apegados ao cumprimento das normas e menos avessos à transgressão dessa ordem tendem a se identificar mais com o MPA, tendo em vista a maneira com que cada entidade se posiciona frente a esse problema.

A dimensão moral, portanto, assume centralidade na determinação da vinculação dos agricultores a cada entidade. Transgredir as normas implica em colocar em xeque a própria reputação, pois haverá um julgamento dos pares a respeito do comportamento adotado. Nesse sentido, para um colono assumir uma relação de identificação e engajamento com o MPA, por exemplo, implica em arcar com as consequências de uma quebra de valores e normas que organizam a vida na colônia, sobretudo em se tratando do caráter tido como radical das estratégias de mobilização adotadas pelo Movimento. Corre-se o risco de ser malfalado entre os vizinhos, de ser enquadrado como um baderneiro ou um louco, de ter comprometidas as relações com vizinhos, parentes e amigos etc.

Para Snow et al. (1986), o engajamento das pessoas é condicionado a uma série de crenças: 1) que o problema em questão é sério; 2) que o culpado pelo problema é a pessoa (ou entidade, sistema, grupo, enfim) apontada pelo Movimento, bem como que a causa do problema é aquela apontada pelo MS; 3) que há um antagonista a ser combatido e é também aquele informado pelo MS; 4) que há possibilidade de mudança e que a ação coletiva é eficaz nesse sentido; 5) que é necessário permanecer “em pé”, ou seja, com firmeza e empenho. Esse conjunto de convicções faz com que se torne secundário o risco de se ter a reputação maculada por participar de ações que representam quebras de valores e, nesse sentido, o vislumbrar de uma conquista futura passa a compensar as dificuldades e riscos inerentes ao engajamento.

Em suma, o preço do fumo, combinado com os critérios de classificação, tem sido pauta prioritária da maior parte das mobilizações dos fumicultores. Se pudéssemos fazer uma analogia com os processos reivindicatórios dos trabalhadores assalariados, poderíamos dizer que a demanda por um preço melhor pelo fumo é paralela à demanda pelo aumento salarial, que é o elemento mais estimulante das mobilizações, por se tratar de um fator decisivo para a reprodução material das pessoas. Ele tem sido, portanto, objeto de disputas políticas no âmbito de diversas arenas públicas construídas pelos fumicultores e seus mediadores ao longo do tempo, desde o início do século até os dias atuais.

O granizo

No Sul do país, não é rara a ocorrência de granizo, causando sérios prejuízos aos produtores – em certos casos, perda total da produção, de modo que a frequente ocorrência desse fenômeno tornou-se, em um determinado período, um problema público central na vida dos fumicultores. Sempre que ocorre uma chuva de granizo, todos procuram saber quem foi atingido na comunidade, no município e na região. Sempre que algum colono é atingido, há uma forte comoção por parte dos vizinhos, pessoas próximas e também por parte de pessoas mais distantes. Após a chuva, os vizinhos todos vão conferir as lavouras uns dos outros para ver como ficou a situação. Para os que foram atingidos, a ideia é também servir como apoio e consolo. Esses espaços de interações entre vizinhos no momento “pós-chuva”, quando as perdas estão sendo contabilizadas, são decisivos para o compartilhar de uma mesma experiência e para a energização do processo de tornar público o problema.

Cefaï et al. (2011) chamam atenção para a importância da dimensão afetiva na construção de problemas públicos. O relato de Dona Marta¹⁵ (agricultora que já teve sua lavoura atingida) evidencia esse processo: *“Dá uma tristeza tão grande quando acontece isso com a gente... Dá vontade de jogar tudo pro alto, porque é um ano inteiro de trabalho jogado fora. É muito triste mesmo”*. Se não houvesse essa insatisfação que envolve o plano dos sentimentos, o problema do granizo teria mais dificuldades para se tornar público.

Havia, então, a necessidade de os fumicultores encontrarem não necessariamente uma solução – já que o granizo é um fenômeno natural impossível de ser controlado –, mas uma amenização dos efeitos desse problema que, tornado público, constituiu, junto com o preço do fumo, um dos principais estímulos à criação, nos anos 1950, da Afubra. Essa entidade, portanto, produziu um sistema de seguro baseado no princípio do mutualismo, em que todos contribuem com um pequeno valor, que é destinado a um caixa comum. Quando ocorre granizo na propriedade de algum associado, causando perda na produção, parte desse valor arrecadado é destinada a este proprietário em forma de reparação aos prejuízos. Em função disso, a grande maioria dos produtores paga a taxa do seguro da Afubra, ou seja, se torna um associado da entidade. Na maior parte dos casos, nem é necessário ir até a sede da entidade para fazer o pagamento. No pacote do contrato firmado com a empresa fumageira, já está incluída a taxa do seguro. Existe, portanto, um acordo entre a Afubra e as fumageiras em que estas recebem a taxa paga pelos produtores e repassa à entidade. O valor da taxa é incluído no pacote de insumos (fertilizantes, herbicidas e fungicidas) e equipamentos utilizados durante a safra, cujo valor é descontado no momento da venda do tabaco.

Sabourin (2011) destaca que as associações tornam possível a atualização de estruturas de reciprocidade ou a transferência de recursos provenientes de sistemas

¹⁵ Os nomes das pessoas com quem foi estabelecida interação durante o trabalho de campo foram substituídos por pseudônimos a fim de evitar possíveis constrangimentos.

de troca para um contexto de redistribuição. De certa forma, é isso que a Afubra está fazendo, na medida em que recupera parte dos princípios de solidariedade típicos do associativismo cristão.

Em síntese, a tentativa de minimização do problema do granizo foi encaminhada no âmbito das Semanas Ruralistas¹⁶, com a criação de uma entidade, hoje Afubra, que criou um sistema de seguro mútuo em que cada produtor pode se associar ou não. Esse foi, portanto, um dos fatores decisivos que garantiram sua consolidação enquanto entidade importante para os fumicultores, reconhecida inclusive pelas demais entidades representativas, e é principalmente isso que motiva a vinculação dos produtores a ela: uma garantia de que não terão todo o investimento de uma safra perdidos no caso de serem atingidos por um evento que gere perda total na lavoura.

A aposentadoria

A ausência do direito à previdência social para os trabalhadores rurais começou a ganhar publicidade como um problema nos anos 1940, quando houve as primeiras tentativas de articulação das lutas por direitos, espalhadas nos diversos espaços do país. Foi apenas em 1971, porém, que houve um primeiro avanço, quando o governo Médici criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural – Lei Complementar nº 11, de 25/05/1971), que previa a aposentadoria de meio salário para os homens após os 65 anos de idade ou por invalidez e previa ainda auxílio-doença, assistência médica e odontológica, pensão por morte e auxílio-funeral. Maduro (1990) destaca que a Fetag-RS foi uma das organizações que reivindicaram a criação de um programa como esse. Sobre isso, Paulo Henrique, 83 anos, ex-presidente do STR de Santa Cruz do Sul, relata:

Para conseguir o meio salário mínimo na época não foi necessário fazer esses protestos. O que sim foi necessário foi a realização de reuniões com as autoridades, principalmente federais – e eu participei de algumas delas – porque era na época da ditadura militar e nessa época nem admitiam grandes mobilizações. Não tinha. A questão era negociando diretamente com os chefões. (Paulo Henrique, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 22/04/2013).

O Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, já previa um fundo de Assistência e Previdência Rural (Funrural), mas a sua operacionalização efetiva só ocorreu a partir da criação desse programa. O fato de os STRs atuarem na mediação desse programa de assistência social os fortaleceu significativamente, pois os agricultores faziam uma associação direta entre o sindicato e o recebimento

¹⁶ As Semanas Ruralistas eram eventos municipais organizados pela Igreja Católica em convênio com o Ministério da Agricultura, que duravam de três a quatro dias, para os quais eram convidados os agricultores e suas esposas para ouvirem palestras proferidas por agentes do referido Ministério e do clero sobre temas como conservação do solo, o incentivo ao associativismo rural, a cultura da soja, do milho, do trigo e o incentivo à policultura (Rodeghero, 1997).

do benefício, de modo a gerar um sentimento de gratidão e reconhecimento. Embora o direito à aposentadoria não fosse o único, pois o STR mediava também diversos serviços de assistência (médica, odontológica, veterinária e jurídica), este foi o que pareceu ter tido mais peso político.

Esse processo, marcado pela característica da negociação, foi encampado especialmente pela Contag e suas federações, em boa medida legitimadas pelo fato de que os trabalhadores urbanos já tinham conquistado esse direito naquele período. Depois de conquistado o direito, “[...] *ah, aí o sindicato cresceu. Nós estávamos no início com 464 sócios. Já no ano de 1972, nós chegamos quase a dez mil associados e só homens*” (Paulo Henrique, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 15/04/2013).

Embora estejamos falando de um direito – o que não pressupõe a retribuição de um favor –, os colonos tomam o acesso à aposentadoria como um dom, tal como proposto por Mauss (1925/2003), de modo que o fato de se associar e pagar as anuidades representa uma espécie de retribuição ao fato de o sindicato ter mediado o acesso à aposentadoria. O referido autor explica sua teoria em termos de sistemas de prestações totais¹⁷, regidos por uma normatização que envolve três obrigatoriedades: dar, receber e retribuir, sem que isso seja concebido (ao menos publicamente) pelos indivíduos como uma obrigatoriedade. Esses três tipos de ações devem ter um caráter, pelo menos aparente, de voluntariado e generosidade. É bem-visto e prestigiado quem toma iniciativas de dar presentes sem nunca ter recebido antes da pessoa para quem está doando e é malvista a pessoa que se nega a receber um presente de alguém. Quanto mais alguém dá, mais prestígio recebe e, conseqüentemente, mais poder conquista. Isso é central para compreendermos os processos de vinculação dos agricultores às entidades em questão. Quanto mais serviços elas prestam, mais prestígio conquistam e mais poder político elas acumulam. O “dom” do acesso à aposentadoria, portanto, rendeu ao STR mais prestígio, legitimidade, um crescimento muito grande no número de associados e, conseqüentemente, mais poder político.

Durante os anos 1980 e início dos 1990, a pauta principal passou a ser a extensão do direito de aposentadoria também às mulheres agricultoras, que passaram a reivindicar seu espaço de participação nas decisões dos sindicatos, federações e confederação com a finalidade de protagonizar a luta pelo seu reconhecimento profissional e digna de receber os mesmos direitos que os homens. O direito à aposentadoria das agricultoras foi reconhecido em 1988 com a Constituição, porém o INSS não efetuava os pagamentos. A pressão para que o direito fosse realmente efetivado teve que se estender até 1992. Em Porto Alegre, por exemplo, no dia 11 de fevereiro daquele ano, a Fetag-RS liderou uma grande mobilização em torno da pauta da previdência.

¹⁷ Para entender melhor o conceito de sistema de prestações totais, é bom lembrar outro, que é considerado o principal legado teórico do autor, o conceito de fato social total, aquele em que se exprimem “[...] de uma só vez as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam” (Mauss, 1925/2003: 187).

Essa não foi o único problema público que o STR ajudou a construir. Ele também teve atuação em torno de outras pautas, tais como as questões das políticas de preço mínimo, crédito agrícola, fundiário, habitacional e, sobretudo, das políticas de assistência social. Isso foi muito importante na conquista de vários direitos e é utilizado hoje como uma forma de atualização da prática da troca de dons e contradons, conforme a lógica da reciprocidade. A questão, porém, é que essas outras frentes de ação não estão presentes na memória dos colonos com quem conversei a respeito do STR. A principal lembrança que os fumicultores têm dessa entidade no que se refere à luta por soluções de problemas é o empenho que este e os demais sindicatos ligados à mesma federação tiveram nas lutas pela conquista do direito à aposentadoria. Um agricultor, que já foi participante ativo do MPA, reflete: “Nos anos 1970 a grande finalidade do STR era lutar pela aposentadoria e estão colocando isso até hoje como ‘valor do STR’”. De acordo com a sua interpretação, o STR ainda busca a construção de seu reconhecimento em cima dessa questão da aposentadoria e não inova na luta em torno de outras pautas com o mesmo empenho.

É assim que hoje, conforme informações de uma liderança do STR, cerca de 80% dos seus associados são aposentados, ou seja, pessoas que foram beneficiadas pelas lutas travadas por esse sindicato, ou ainda pessoas que provavelmente participaram de mobilizações e/ou de discussões em torno dessa questão. Os agricultores mais jovens de hoje, que não estiveram inseridos na construção do problema público da aposentadoria, tendem a não perceber o sindicato como um instrumento de organização através do qual podem buscar a solução de problemas públicos, tal como o fizeram os agricultores dos anos 1970 e 1980.

Estão demonstrando isso quando decidem não se filiar ao sindicato, já que, conforme percebi durante a pesquisa, a primeira coisa que surgia na memória dos agricultores quando eu falava em sindicato era a ideia do “lugar onde se encaminha a aposentadoria” e o lugar onde se tem acesso a consultas médicas, odontológicas e veterinárias a um preço mais acessível, “então, para que eu vou pagar o sindicato, se eu consigo fazer as consultas pelo SUS? E para se aposentar, uma vez precisava ser sócio para conseguir aposentadoria. Hoje em dia nem precisa mais, então para que gastar esse dinheiro¹⁸?”. Em geral, os que adotavam tal discurso tinham entre 35 e 55 anos. Em contrapartida, os associados, em sua maioria idosos, justificavam a manutenção do vínculo principalmente em função dos descontos nas referidas consultas. O discurso mais recorrente se construía nos seguintes termos:

É bom ser sócio do sindicato porque quando a gente precisa de um médico, a gente vai nos médicos e dentistas que atendem dentro do sindicato, que custa uns 30 reais a consulta ou a gente pode ir em um particular conveniado com o sindicato e paga só 50% da consulta. Também quando tem um animal doente na propriedade é só chamar o veterinário do sindicato, que ele vem por um preço mais barato (Falas frequentes dos colonos).

¹⁸ Referindo-se ao dinheiro gasto na taxa que os associados precisam pagar anualmente para manterem ativa a matrícula de sócio.

Esse tipo de serviço assistencial tem assumido importância significativa na vida dos colonos, especialmente se levarmos em consideração a precariedade dos serviços de saúde oferecidos pelo Estado ao longo do tempo. Alguns agricultores até apontaram que o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) tem melhorado nos últimos anos, o que teria diminuído a necessidade de “pagar o sindicato”. De fato, o município de Santa Cruz, em função da alta carga de impostos que arrecada com as exportações de tabaco, consegue investir um volume significativo de recursos para a saúde¹⁹, o que proporciona algumas melhorias nos atendimentos via SUS. Tradicionalmente, porém, o atendimento via STR era considerado superior. O STR consolida-se, portanto, como a entidade que pode reivindicar para si os créditos de uma conquista de fundamental importância para os agricultores: a aposentadoria rural. Embora não seja a única, é a que mais tem se mostrado relevante para os agricultores.

Os financiamentos

O acesso a linhas de crédito para financiar a produção do tabaco tem sido também uma questão de grande importância e tem gerado disputa nas arenas públicas em torno da definição dos rumos da política agrícola para a fumicultura. Os colonos salientam a necessidade que eles têm de financiamentos que viabilizem a sua inserção no sistema integrado de produção, que lhes permita comprar equipamentos com tecnologia mais avançada, investir na manutenção/ampliação da infraestrutura da propriedade, enfim, que lhes permita ter um capital de giro para administrar a produção.

A principal linha de crédito acessada por eles tem sido o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado no ano de 1995, que constitui hoje a principal política pública brasileira voltada à agricultura familiar. Durante a pesquisa, os colonos contaram que, até o início dos anos 2000, quem mediava o Pronaf eram as agroindústrias processadoras do tabaco, que utilizavam o nome dos produtores, e elas mesmas encaminhavam a solicitação do financiamento ao agente financeiro. Segundo os produtores, as empresas recebiam os recursos a um juro de 4% ao ano e repassavam para os colonos a um juro de 8%, apropriando-se desse percentual extra²⁰. Silva (2007: 140) relata como se dava esse processo:

Entre vários papéis que o agricultor assinava na presença do orientador agrícola, representante da empresa com que o agricultor transacionava seu fumo, estava a procuração para que a empresa ingressasse com o pedido de empréstimo para o agricultor.

¹⁹ De um total de R\$ 345.360.841,26 orçados para o ano de 2014, R\$ 113.737.856,58 (32,93%) serão destinados à Secretaria Municipal de Saúde. É o setor que mais recebe investimentos no município. Em segundo lugar vem a Secretaria de Educação e Cultura, que recebe 20,79%. A Agricultura, por sua vez, está na outra ponta da lista com apenas 1,33% do orçamento (R\$ 4.579.131,99). Fonte: Projeto de Lei nº 245/E/2013 – Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul.

²⁰ Não foi possível confirmar esses valores percentuais através de documentos oficiais. O que estou apresentando é baseado nas falas dos produtores. Entretanto, números à parte, o importante é o processo que estava em jogo naquele contexto.

Dessa maneira, a dependência que eles tinham em relação às agroindústrias era muito maior. Eles recebiam esse recurso no início da safra como que “para passar o ano” e depois esse valor era descontado no momento da venda do fumo. Se um produtor tivesse algum problema com a empresa com a qual estava estabelecendo a integração produtiva e ela decidisse não encaminhar o financiamento, o produtor teria que mudar de empresa ou então ficar sem financiamento.

Nesse sentido, a principal pauta utilizada pelas lideranças do MPA, quando iniciaram a construção do movimento em Santa Cruz, foi a possibilidade de encaminhamento direto do Pronaf sem a mediação das empresas, o que iria possibilitar o pagamento de um juro mais baixo e diminuir as restrições nos critérios de elegibilidade dos beneficiários do programa. Essa foi uma das principais pautas que mobilizavam os fumicultores a participarem das manifestações promovidas pelo MPA. Vitor Marcelo, que ajudou a construir o Movimento, relata: “Essas coisas levavam os agricultores para a rua para fazer protestos etc.” Com essa conquista, foram poucos os agricultores de Santa Cruz que não encaminharam um pedido de financiamento do Pronaf através do MPA. Os colonos contam que, no início, as lideranças dessa organização visitaram a quase totalidade dos agricultores do município. Reuniam grupos de vizinhos na casa de um produtor e faziam uma reunião para explicar como funcionava o Pronaf e já aproveitavam para dar início ao processo de encaminhamento do pedido e falar sobre a importância de participar das ações de luta. Dessa forma, a demanda pelo acesso direto ao Pronaf foi adquirindo, aos poucos, o caráter de público, à medida que passou a ser objeto de conhecimento comum e de discussões coletivas nos diversos espaços de sociabilidade.

Foi assim que o MPA conseguiu se consolidar na região, tanto em termos de legitimidade e reconhecimento dos agricultores, por ter conquistado o acesso mais direto a uma política que tem melhorado significativamente sua qualidade de vida, quanto em termos de recursos financeiros, já que uma pequena porcentagem do valor financiado fica com a associação criada para viabilizar a operacionalização desse serviço. Isso evidencia um processo que Kunrath e Schmitt (2012) chamam de institucionalização dos movimentos sociais e que tem se intensificado, sobretudo, no pós-redemocratização, período em que está havendo uma aproximação entre Estado e organizações da sociedade civil²¹.

²¹ Giugni e Passy (1998) contribuem para entender este processo através da ideia de cooperação entre Estado e organizações sociais. Eles elencam três maneiras distintas de relação de ajuda recíproca (ou trocas políticas): 1) *consulta*: quando os atores estatais buscam as organizações para consultá-las a respeito de um determinado assunto que seja de domínio exclusivo da organização, geralmente em função do fato de a organização possuir informações exclusivas a respeito do público que ela representa; 2) *integração*: quando os atores da sociedade civil passam a integrar o conjunto dos atores que elaboram as políticas públicas; 3) *delegação*: quando o Estado delega funções às organizações sociais com vistas à implementação de determinada política, como é o caso do Pronaf, do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e das políticas assistenciais no âmbito do Prorural desde os anos 1970. Estas três maneiras distintas de cooperação estão elencadas de acordo com a intensidade da relação, ou seja, a delegação de tarefas é o nível mais intenso de cooperação e, nesse sentido, quanto maior o nível de cooperação, maior será o grau de alterações nas configurações organizativas das entidades participantes e, por consequência, nos distintos mecanismos de aproximação entre entidades e base social.

O STR, portanto, nesse contexto, perdeu espaço tendo em vista o fato de que não deu ao crédito agrícola a mesma atenção dada pelo MPA. O Vale do Rio Pardo é uma das regiões do país que mais encaminham Pronaf. Em Santa Cruz do Sul, por exemplo, conforme dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural (Banco Central do Brasil, 2012), no ano de 2012, foram assinados 3.285 contratos do Pronaf, totalizando um valor de R\$ 21.056.959,47 de financiamento nas categorias Custeio e Investimento. Em Venâncio Aires, no mesmo ano, 1.930 agricultores acessaram o programa, o que somou um valor de R\$ 20.985.208,28 financiados. No Estado do Rio Grande do Sul, neste mesmo período, foram assinados 304.226 contratos e disponibilizados R\$ 3.786.568.707,60 em recursos. De acordo com Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), dos R\$ 97,6 bilhões disponibilizados entre 1999 e 2012, 24% foram aplicados no Rio Grande do Sul, o que mostra a importância que o programa assume para as entidades enquanto mediadoras.

Nesse sentido, o principal elo que liga os agricultores de Santa Cruz ao MPA é o reconhecimento pela conquista do acesso a uma política que promoveu mudanças nas suas vidas e a manutenção desse vínculo é, em boa medida, sustentado pela mediação que o MPA realiza até hoje para sua obtenção. O Pronaf não é a única política mediada pelo movimento. Outras como o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR também cumpre um papel semelhante ao do Pronaf em termos de aproximação dos agricultores, porém a abrangência desse programa em termos numéricos, é inferior ao Pronaf, que tem sido o carro-chefe na atuação do MPA.

O reconhecimento pela conquista de tal programa passou a ser objeto de disputa entre as entidades de representação política dos agricultores. Vendo o tamanho do crescimento do MPA com a mediação do Pronaf, as entidades concorrentes começaram a traçar estratégias para minimizar a perda de espaço que esse processo lhes estava gerando. A relação estabelecida entre o MPA e o STR, portanto, que já era complexa em função da disputa por capital político gerada pelo fato de se proporem como representantes de um mesmo público, adquiriu o caráter de uma disputa ainda mais intensa²².

Em Santa Cruz do Sul especificamente, a relação é marcada por constantes tentativas de deslegitimação de uma entidade pela outra, especialmente depois do crescimento do MPA no município, que “roubou” boa parte da base social do STR, ao promover um processo de desvinculação de um número significativo de agricultores que deixaram de ser sócios do STR para compor a base social do MPA.

Esse processo fez com que o STR passasse por um processo de reavaliação de sua política de criar dificuldades para seus associados encaminharem os pedidos de financiamento por meio do sindicato, como vinha sendo até então. Antes de o MPA iniciar o processo, já era oficialmente possível encaminhar pelo STR, porém era considerado praticamente impossível dadas as dificuldades impostas

²² O público representado por essas entidades é praticamente o mesmo, mas com algumas diferenças: enquanto a Contag representa oficialmente o conjunto dos trabalhadores rurais, incluindo posseiros, arrendatários, parceiros e os assalariados, o MPA foi criado com o intuito de representar apenas os pequenos agricultores, especificamente aqueles que possuem uma porção (pequena) de terra, como proprietários ou como arrendatários.

pelo presidente da entidade que, utilizando o discurso da prudência para evitar que os colonos se endividassem, preferia não desincentivar o acesso ao programa.

Apesar das críticas, a mediação do Pronaf se tornou tão importante em termos de estratégia política das entidades que agora as quatro estão se colocando como mediadoras. A Afubra, que até meados de 2013, restringia-se ao Pronaf Florestal²³, passou a mediar também o Pronaf Custeio, uma das modalidades mais procuradas, o que também intensificou a relação de concorrência ente Afubra e MPA. O SR desde 2005 também começou a mediar o programa, o que estabeleceu uma relação de concorrência também entre o MPA e o SR. É importante ressaltar que atualmente não está mais sendo possível solicitar recursos via Pronaf para financiamento da atividade fumícola, em função da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que será tema do próximo item deste artigo. Os produtores de Santa Cruz, portanto, acessam o programa, mas solicitando recursos para outras finalidades, sobretudo para produção de milho, reforma de galpões, compra de juntas de bois e demais atividades que são realizadas paralelamente à fumicultura.

Os colonos, por sua vez, não são obrigados a manter vinculações permanentes com cada entidade em função da mediação do Pronaf. Como a cada ano é feito um contrato novo, quando o financiamento encaminhado por uma entidade é pago, o contrato está finalizado e o agricultor tem a liberdade de escolher, de acordo com os mais variados critérios, qual entidade será sua mediadora para o encaminhamento da solicitação do Pronaf do ano seguinte.

Em suma, a mediação do Pronaf tem sido, nos últimos anos, um elemento central para entender a participação dos agricultores nas suas entidades de representação. Ela adquiriu tamanha importância que, se uma entidade se nega a realizar tal serviço, ela é considerada atrasada e perde uma oportunidade de aproximar mais agricultores para a sua base social. Embora nem todos os agricultores encaminhem a solicitação de acesso ao Pronaf através do MPA, o Movimento é reconhecido pelos colonos de Santa Cruz como a organização que mediou a construção da necessidade dessa política como um problema público e lutou pela conquista da possibilidade de acesso dos fumicultores a essa política.

“Querem acabar com o fumo”

A principal questão levantada pelos fumicultores, durante o trabalho de campo, estava relacionada às diversas iniciativas dos setores contrários à prática de fumar, no intuito de criar instrumentos que promovam a redução gradativa da produção de tabaco no Brasil. Eu diria que este é o principal problema trazido como questão pública pelos fumicultores nos últimos anos. Ainda que, de uma forma ou de outra, tenha sempre estado presente, a questão começou a ser mais

²³ Segundo um membro da diretoria da entidade, a Afubra foi a primeira organização no Brasil a mediar o Pronaf Florestal. Esse protagonismo é fruto da preocupação da entidade com a questão do consumo de lenha para a secagem do fumo, que gera muito desmatamento. Esta modalidade do Pronaf, portanto, financia o reflorestamento com mudas de árvores que podem ser derrubadas, especialmente o eucalipto.

evidenciada no início dos anos 2000 com o debate acerca da assinatura da CQCT pelo governo brasileiro²⁴.

Dentre as medidas de implementação da convenção pelo governo brasileiro, as principais são o aumento pelo Ministério da Fazenda de impostos cobrados das empresas do setor do tabaco; a tentativa de proibição pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa de adicionar aditivos químicos nos cigarros, de modo a diminuir a dependência dos consumidores; a obrigatoriedade da divulgação nas carteiras de cigarro de fotos de pessoas atingidas pelos malefícios causados pelo consumo de cigarro; a criação de um programa de incentivo à diversificação produtiva por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a restrição de crédito para agricultores familiares cuja renda provinda da fumicultura seja maior do que 80% da renda total.

Esse processo gerou uma situação de quase pânico nas regiões cujas economias giram em torno da produção e industrialização do tabaco. Os fumicultores passaram a se sentir ameaçados e perseguidos enquanto categoria profissional. Era recorrente ouvir da grande maioria dos colonos frases como: “O que vamos fazer sem o fumo aqui? Temos uma vida inteira de investimentos nessa atividade. Planto fumo desde os oito anos de idade. Aprendi com meu pai, que aprendeu com meu avô e assim vai...” Durante o trabalho de campo, era comum ouvir dos produtores: “Por que só o fumo? Por que não proibem o álcool também? Faz tão mal quanto o fumo! Saiu uma pesquisa esses dias que diz que o açúcar e o sal matam mais que o cigarro, então por que só nós?”. Note-se que a construção do problema passa pela comparação do fumo com outros produtos e também pelas interações que os agricultores estabelecem com agentes externos, que trazem informações de fora, ou ainda através do acesso a meios de comunicação em geral.

Os colonos procuram rebater também os argumentos que caracterizam a fumicultura como uma atividade que traz malefícios à saúde tanto dos produtores quanto dos consumidores, especialmente em função da utilização de agrotóxicos:

Se tu fores ver no arroz, os caras usam mais veneno do que nós! No pimentão, nos tomates, na couve-flor... Vai ver esses hortifrutigranjeiros quanto veneno eles não usam nas coisas que eles plantam! E isso que é alimento, que depois vai para a mesa das pessoas! Antigamente, sim, o pessoal usava venenos fortes no fumo, mas hoje em dia é pouca coisa que vai (Seu Ramon e Dona Rafaela, Linha Bonita - Santa Cruz do Sul, conversa com o autor, setembro de 2013).

²⁴ Desde os anos 1960, no âmbito das Nações Unidas, o combate ao tabagismo tem sido uma questão importante, mas foi apenas nos anos 1990 que ações mais objetivas começaram a ser pensadas a nível internacional. Assim, em 1999, na 56ª Assembleia Mundial da Saúde, deliberou-se pela realização de um tratado internacional em que os países que aderiram ao acordo se comprometeriam a estimular ações de controle e redução da produção e consumo do tabaco. Depois de quatro anos de negociação, a CQCT foi aprovada por unanimidade por outra assembleia, em 2003, com a presença de 192 países que, no mesmo ano, iniciaram os processos de ratificação. O Brasil assumiu uma posição importante na condução da construção da convenção e, em 2005, o Senado brasileiro a ratificou.

Há uma identificação da região do Vale do Rio Pardo com a produção de tabaco. Sirvo-me da fala de um técnico agrícola da Emater do município em uma palestra para os beneficiários do PNHR no STR de Santa Cruz: “No Rio Grande do Sul, cada região tem o seu forte. Os gringos lá da Serra são mais fortes na fruticultura, o pessoal do Norte é mais forte na soja e no milho, na região Oeste tem mais arroz, na Campanha é o gado e aqui o nosso forte é o fumo”. Ele evidenciava a importância de os produtores terem as suas propriedades com uma produção diversificada, especialmente em função do contexto da CQCT, mas afirmou a importância de se garantir o direito à continuidade da produção do fumo, “o forte” da região. Propor a interrupção da fumicultura em Santa Cruz, portanto, é propor que essas pessoas parem de fazer o que elas melhor sabem, daí a intensidade da reação às iniciativas da CQCT e a necessidade de tais medidas serem adotadas gradualmente.

Diante disso, as quatro entidades de representação assumiram a defesa da fumicultura como uma pauta importante, cada qual, porém, com empenhos e enfoques diferenciados. A Afubra é a que mais tem se empenhado nesta causa, especialmente depois da intensificação dessas discussões. Para isso, estabelece uma relação muito forte de parceria com o Sinditabaco, que também é uma das principais forças na defesa da fumicultura.

Se, por um lado, poucas iniciativas de contestação às empresas têm sido tomadas pela entidade, por outro, ela se empenha significativamente na defesa da continuidade da prática da fumicultura, especialmente frente às ameaças de proibição do cultivo dessa planta desde o início das discussões relacionadas à CQCT (Mengel, 2010). Na entrevista realizada com o presidente da entidade, por exemplo, mesmo sem tocar no assunto, o debate acerca das restrições que a CQCT visa estabelecer foi trazido à tona. O objetivo do dirigente era reforçar o argumento de que a fumicultura não pode ser extinta devido à sua importância socioeconômica para centenas de municípios que dependem dessa atividade produtiva e para milhares de trabalhadores que, direta ou indiretamente, dependem dela para se sustentar.

Nesse sentido, em função basicamente da defesa da fumicultura e do seguro mútuo contra o granizo, a Afubra tem se consolidado como uma organização muito respeitada e estável, com possibilidade de realização de várias iniciativas e projetos sociais. Como exemplo, destaca-se o projeto Verde é Vida²⁵. A Afubra ocupa ainda, através de seu secretário geral, a Presidência da Câmara Setorial do Tabaco junto ao Ministério da Agricultura, um cargo de fundamental importância para a cadeia produtiva, já que é no âmbito dessas câmaras que são construídos os Atos Normativos que organizam boa parte do funcionamento de cada setor.

²⁵ Conforme a gerência de assuntos ambientais da entidade, através desse projeto, técnicos da Afubra desenvolvem atividades de educação ambiental nas escolas de educação básica dos municípios em que há produção de tabaco. A principal questão trabalhada por estes técnicos é o reflorestamento. Esta escolha temática está diretamente relacionada ao alto grau de desmatamento gerado pela fumicultura em função do consumo de lenha para alimentar os fornos das estufas utilizadas na secagem das folhas. Para além da educação ambiental em si, este projeto visa, em última instância, promover uma conscientização a respeito da reposição de árvores (especialmente o eucalipto) para garantirem a própria viabilidade econômica da fumicultura.

O STR e o SR também têm assumido com força a defesa da atividade, porém a Afubra acaba se destacando. Afinal, esta tem como base apenas os fumicultores, diferentemente daqueles, que, embora tenham sua base composta majoritariamente por produtores de fumo, representam também as demais categorias de agricultores do município, ou seja, se os fumicultores deixassem de existir a Afubra não teria mais sentido, ao passo que os sindicatos teriam as demais categorias para representar. Sobre isso o presidente do SR afirma:

Temos feito parcerias com outras entidades em favor da fumicultura, do tabaco. [...] as entidades sempre estão ao lado do produtor para que não termine a produção do fumo na nossa região, porque nós entendemos que no momento não há nenhum produto que substitua a fumicultura. Então nós também estamos trabalhando na diversificação da lavoura. Nós entendemos que a monopolização da lavoura não é boa em estágio nenhum [...] Tem que ter mais que uma atividade. Quando uma não favorece talvez a outra possa favorecer (entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 22/04/2013).

O caso do MPA demonstra a força que a cultura do fumo tem na região. No Plano Camponês, projeto político defendido pelo MPA, não haveria lugar para um tipo de produção nos moldes da fumicultura, em função da subordinação a que os produtores são submetidos na relação com as agroindústrias processadoras do tabaco, através do sistema de produção integrada, ou sistema de integração produtiva. Tendo em vista, porém, o fato de que, na região de Santa Cruz, ser contrário à fumicultura é quase uma blasfêmia, o MPA teve que adaptar seu discurso para poder dialogar com os agricultores, pois, se utilizasse um discurso semelhante ao utilizado pelos defensores da CQCT, de modo algum conseguiria se inserir na região. Certa vez, um agricultor comentou: “E os caras do MPA ficam falando mal da Afubra, já ouvi também comentários que já falaram mal do fumo. Eu não sei, não...”. Isso demonstra que, por mais que o MPA tivesse por objetivo promover transformações nos *frames* dos agricultores no sentido de passar a cogitar a mudança de atividade produtiva, a dificuldade para tal meta é muito grande na medida em que a fumicultura é um valor muito arraigado na cultura desses colonos e é sua principal fonte de renda, de modo que a própria defesa da fumicultura torna-se um dos principais elementos que garantem legitimidade à organização.

Esse processo ilustra a reflexão feita por Cefai (2007) a respeito da necessidade das organizações de ação coletiva se dobrarem às ordens de interação (aceitar as regras do jogo) que regem os comportamentos dos atores, sob a pena de serem percebidos como ofensivos e não serem reconhecidos caso não o façam. O MPA, portanto, não declara ser contrário à fumicultura, mas também não encampa com tanto empenho a sua defesa, tal como o fazem as demais entidades. Ao contrário, participa, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Criado em 2006, o programa estimula a diversificação como uma medida de incentivo à redução

da produção do fumo, uma das medidas adotadas pelo governo brasileiro para viabilizar a CQCT. Isso demonstra como os agricultores impõem suas questões às organizações, por mais que eles nem sempre estejam totalmente engajados a elas.

Várias foram as iniciativas tomadas pelas entidades no intuito de defender a possibilidade de continuação da fumicultura. Em 2004, antes da aprovação da assinatura pelo Senado, a Afubra e a Fetag-RS promoveram uma grande manifestação, com a presença de fumicultores dos três estados do Sul, num total de cerca de 10 mil pessoas no parque da Oktoberfest, por ocasião de uma audiência pública sobre a CQCT com a presença de alguns senadores.

Mais recentemente foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul um projeto de lei apresentado pelo deputado Heitor Schuch (ex-presidente do STR de Santa Cruz e da Fetag-RS), cujo objetivo era instituir o Dia Estadual do Produtor de Tabaco. O primeiro ano em que a data foi comemorada foi 2013. A Afubra, em conjunto com a Fetag-RS e com a Farsul e com o apoio do Sinditabaco, promoveu uma festa com o lema “Orgulho de fazer parte desta cultura”, que contou com a participação de mil e trezentos produtores. O objetivo é tornar público para a sociedade a importância econômica da atividade e valorizar os produtores para que eles percebam a força que o setor possui e vejam que a sua cultura está sendo defendida.

Há, portanto, uma identificação muito forte dos agricultores com as entidades que defendem a atividade. Nas conversas com os colonos era perceptível como eles se identificavam como produtores de fumo. O termo aqui – se fumicultores ou produtores de fumo – não vem ao caso, porque o termo que eles usam para se referirem a si mesmos é colono. Importa é que, para eles, a ameaça à fumicultura é uma ameaça a eles mesmos, à sua identidade, uma ameaça à possibilidade de reprodução de suas propriedades e o risco de ter toda uma vida de investimentos perdida.

As agroindústrias do fumo, por sua vez, também incorporaram a pauta da diversificação em suas agendas e fortaleceram, junto aos fumicultores, as já existentes campanhas de estímulo ao desenvolvimento de outras atividades agrícolas e utilizam dessas campanhas como uma forma de desenvolver as “ações de responsabilidade social” e minimizar as críticas que recebem, especialmente dos atores contrários ao tabagismo. Ou seja, depois de uma quase avalanche de críticas à monocultura do tabaco, as empresas se apropriaram da pauta da diversificação. Elas a utilizam inclusive para fortalecer a própria fumicultura na medida em que a apresentam como uma das atividades (no caso, a mais rentável – e isso é central) no bojo do processo de diversificação produtiva que as famílias são incentivadas a iniciar.

A análise da diversificação produtiva não é central para nosso estudo. Contudo, foi trazida para a discussão tendo em vista a importância que ela tem assumido para a arena pública em que é disputada a possibilidade ou não da continuidade da fumicultura e para o direcionamento das ações de boa parte dos atores envolvidos no contexto que está sendo analisado nesta pesquisa.

Esse problema público em torno da Convenção-Quadro foi central na pesquisa. A defesa do direito de continuar plantando fumo é fundamental para os colonos porque se refere, no limite, à defesa da sua existência enquanto categoria de trabalhadores. Mas não apenas isso. O que está em jogo aí vai além de uma questão material. Atinge a identidade desses colonos, que se reconhecem enquanto produtores de fumo e que percebem essa atividade como boa parte de sua razão de ser.

Considerações finais

As discussões apresentadas neste trabalho apontam para a importância das questões do cotidiano na conformação das organizações. Tais questões podem ou não se transformar em problemas públicos, dependendo da mediação de atores que se constituem como lideranças dos processos associativos. Elas se tornam “públicas” quando passam a ser objeto de discussão dos diversos espaços de interação, que também se dão no cotidiano. Em Santa Cruz, esses espaços eram a saída das celebrações religiosas, a bodega, os jogos de loto, futebol, bocha, os encontros no ônibus que vai até a cidade, as visitas entre vizinhos, as festas comunitárias, os enterros, dentre outros. Disso decorre a importância de se identificar quais são as questões que efetivamente afetam a vida dos colonos para se compreender as diferentes formas de engajamento e desengajamento nos diversos espaços de participação política.

No que se refere aos vínculos entre os fumicultores e as organizações políticas, as constatações da pesquisa nos levaram a inferir que, na medida em que os fumicultores, a partir de processos de interação cotidianos, passam a perceber uma questão como coletiva e observam uma entidade atuando em favor daquela questão, a aproximação e a identificação com ela tornam-se uma tendência forte. Nesse processo, a organização também passa por uma transformação provocada pelo próprio engajamento dos agricultores que, ao interpelar a agenda da organização com suas demandas, passa a ser parte da sua construção, em conjunto com as lideranças. Ao mesmo tempo, as organizações também podem, dependendo da situação, provocar mudanças (ou reenquadramentos) nos fumicultores que se engajam em seus projetos políticos. Ideias incogitáveis podem passar a ser cogitáveis depois do engajamento. Foi o caso, por exemplo, da realização de piquetes e acampamentos na frente das fumageiras, por ocasião das greves do final dos anos 1980, e das mobilizações promovidas pelo MPA. Há outras situações, no entanto, em que não há mudanças nos *frames* dos colonos. As mobilizações contra a CQCT, por exemplo, têm sido as mais ilustrativas de processos em que o objetivo não é reivindicar transformações na sociedade, mas a conservação de determinadas possibilidades.

Para nenhuma das entidades, a luta por um bom preço a ser pago pelo fumo foi fator decisivo na sua consolidação enquanto entidade de representação, já que era pressuposto básico. Como vimos, o fator decisivo para a Afubra foi o seguro

mútuo, para o STR foi a aposentadoria e para o MPA foi o encaminhamento do Pronaf. No caso do SR, o que garantiu a sua consolidação enquanto entidade não foi a luta pela solução de nenhum dos problemas elencados anteriormente, mas as baixas taxas cobradas de seus associados para ter acesso aos serviços de assistência médica, odontológica e veterinária.

Os agricultores não veem como uma contradição a vinculação a entidades que criticam uma à outra em função de projetos políticos divergentes. Eles as percebem como importantes no que elas podem contribuir para a melhoria de sua realidade. Eles reconhecem os pontos fortes de cada uma e as valorizam a partir disso. “O STR é mais diplomático e o MPA é mais de fazer pressão”, ou seja, cada entidade é boa em determinada ação e todas são importantes para eles, porque eles realmente precisam dos serviços e oportunidades oferecidos por cada um deles. A disputa que ocorre entre as lideranças, portanto, não tem a mesma importância para as “pessoas comuns”, que, ao final, são representadas de diferentes formas pelas diversas entidades e, a partir do reconhecimento do trabalho que elas fazem, orientam suas decisões de engajamento ou desengajamento nas suas mobilizações e/ou no seu quadro de associados.

Essas constatações nos fazem questionar a própria noção de representação política, tendo em vista que, no cotidiano da colônia, a primeira ideia que aparece para os agricultores, quando se fala de sindicatos e organizações políticas, é da prestação de serviços e não a da representação política propriamente dita. Embora se possa considerar a prestação de serviço como uma forma indireta de representação política, não se pode tratá-las como se fossem a mesma coisa. Isso não significa que em certas ocasiões eles não se sintam representados por elas. O caso da CQCT ilustra bem o contrário. O que quero enfatizar é que a dimensão da prestação de serviço assume para os agricultores uma importância muito maior do que geralmente se pensa, embora muitas vezes nós, pesquisadores, inspirados em perspectivas normativistas, esperemos o contrário.

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. *Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htmls/creditorural/2012/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2012>>. Acesso em: 28 jan. 2015.
- CEFAÏ, Daniel. Les cadres de l'action collective. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. *Les forms de l'action collective: mobilizations dans des arènes publiques*. Paris, École de Hautes Études em Scineces Sociales, 2001.
- _____. *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris, La Decouverte, 2007.
- _____. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, Abril/Junho 2009, pp. 11-48.

- _____. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse, em Paris. In: CEFAÏ, Daniel. et al. (Orgs). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, Editora da UFF, 2011.
- CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe; MOTA, Fabio. Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. In: CEFAÏ, Daniel. et al. (Orgs). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, Editora da UFF, 2011.
- COMERFORD, John C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.
- GAZETA DO SUL. *Jornal de Santa Cruz do Sul*, Santa Cruz do Sul, RS, 12 nov. 1977.
- GIUGNI, Marco; PASSY, Florence. Contentious politics in complex societies: new social movements between conflict and cooperation. In: GIUGNI, Marco; MCADAM, Doug; TILLY, Charles (Orgs.). *From contention to democracy*. Lanham, Rowman & Littlefield, 1998.
- GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Waldemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba, v. 52, n. 2, Abril/Junho 2014, pp. 323-346.
- GUSFIELD, Joseph. *The culture of public problems*. Chicago, University of Chicago Press, 1981.
- IORIO, Maria Cecília. Fumicultores em greve: um estudo de representação Político-Sindical. Dissertação de mestrado, Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- KUNRATH, Marcelo; SCHMITT, Claudia. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. In: *36º Encontro Anual da ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS, 2012.
- LIEDKE, Élida. Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no RS. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade de Brasília, 1977.
- MADURO, Acácia. A prática sindical da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul). Dissertação de mestrado, Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.
- MARTINS, José. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo, Contexto, 2012.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: 1ª ed. 1925, Cosac Naify, 2003.
- MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*. Chicago, n. 82, 1977, pp. 1212-1241.
- MENGEL, Alex. Tratados internacionais e disputas locais: a convenção-quadro para o controle do tabaco e as disputas entre os atores da cadeia produtiva no Brasil. Dissertação de mestrado, Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

- MONTALI, Lilia. Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 1979.
- QUIRÓS, Julieta. Por que vêm? Figuração, pessoa e experiência na política da Grande Buenos Aires. Tese de doutorado, Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- RODEGHERO, Carla. Campo × cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 5, n. 7, Julho 1997, pp. 148-176.
- SABOURIN, Eric. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre, UFRGS, 2011.
- SANTA CRUZ DO SUL. Câmara Municipal. Projeto de Lei nº 245/E/2013. Santa Cruz do Sul, 11 nov. 2013.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, v. 91, pp. 31-63, 1993.
- SILVA, Ari. O Significado do Trabalho na Terra do Fumo: perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado de produção industrial em Santa Cruz do Sul/RS. Dissertação de mestrado, Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007.
- SNOW, David et al. Frame alignment processes, micromobilization and movement participation. *American Sociological Review*. New York, v. 51, n. 4, 464-481, 1986.
- SNOW, David. Analyse de cadres et mouvements sociaux. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. *Les forms de l'action collective: mobilizations dans des arènes publiques*. Paris, École de Hautes Études em Sciences Sociales, 2001.
- THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- VOGT, Olgário. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul (1849-1993)*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 1997.

Recebido em: 10/08/2015

Aprovado em: 17/12/2015

Como citar este artigo:

TELÓ, Fabricio. Fumicultores e entidades de representação política: problemas públicos e engajamento em Santa Cruz do Sul/RS. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 133-157.



Artigo

Ações penais e criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, SP, 1990-2014¹

Adalmir Leonidio²

Resumo: Este artigo busca analisar a forma como a Justiça de São Paulo tem promovido intenso processo de criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra e, com isso, criado poderosos obstáculos à realização da reforma agrária no estado. Está baseado em uma série de ações penais movidas contra militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado. Tem por premissa central a ideia de que ao se erigir os sem terra à categoria de inimigo interno da sociedade, procede-se à minimização da política e dos direitos humanos e com isso reforça-se o avanço do Estado penal e, conseqüentemente, enfraquece-se a ideia do Estado social e de direitos.

Palavras-chave: ações penais; sem terras; criminalização; justiça.

Criminal actions and criminalization of social movements of struggle for land in the Pontal do Paranapanema

Abstract: *This article seeks to analyze the way in which the Justice of Sao Paulo has promoted intense process of criminalisation of social movements of struggle for land and, with this, created powerful obstacles to the implementation of agrarian reform in the state. It is based on a series of penal action against militants of the Movement*

¹ Fonte de Financiamento: Pesquisa financiada pela FAPESP.

² Departamento de Economia e Sociologia – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) – Universidade de São Paulo (USP) – Piracicaba – Brasil – leonidio@usp.br

of Landless Rural Workers (MST) in the region of the Pontal do Paranapanema, in the far west of the state. Is premised on the idea that when erect the landless category of internal enemy of society, it is the minimization of political and human rights and with this reinforces the forward of the penal State and, consequently, weakens the idea of social status and rights.

Keywords: *criminal actions; without land; criminality; justice.*

Introdução

Apesar do avanço das lutas sociais nos centros urbanos nos últimos tempos, é sabido que os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, particularmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o de maior projeção nacional e internacional, vêm observando certo refluxo. Isso se deve, sem dúvida, a inúmeros fatores. Contudo, observou-se em pesquisa anterior (Leonidio, 2010) que uma das principais queixas dos sem terra em relação às dificuldades encontradas pelo movimento era justamente a atuação do Judiciário. Nesse sentido, cabe perguntar: qual tem sido o entendimento da Justiça paulista relativamente aos movimentos sociais de luta pela terra? Que tipo de protagonismo têm assumido os diferentes operadores do sistema de Justiça, particularmente os magistrados, frente a tais movimentos?

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em curso e tem por propósito analisar como a Justiça do Estado de São Paulo tem promovido a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado. Dessa forma, busca entender como a Justiça paulista, ao invés de se constituir em um aliado da reforma agrária e da justiça social, tem se constituído no seu oposto, contribuindo para o aumento da exclusão e da marginalização social no campo.

Foram ao todo 13 ações penais analisadas, em âmbito cível e criminal, perfazendo cerca de 3 mil páginas, 15 habeas corpus e agravos de instrumento e 11 ações de reintegração/manutenção de posse, entre 1990 e 2014. A análise está dividida em duas partes, uma quantitativa – balanço das ações penais e contagem de palavras – e outra qualitativa, relativamente aos aspectos discursivos e ideológicos dos processos.

Balanço das ações penais

Das 13 ações penais analisadas, 9 foram condenatórias em primeira instância, com penas variando de 1 ano a 9 anos e seis meses de reclusão, sendo a grande maioria fixada acima do mínimo legal. Todas as sentenças foram, em geral, revertidas em segunda instância. Em dois casos houve pedido de prisão provisória, sendo mantida em segunda instância, mas retificada no Superior Tribunal de Justiça. Nas quatro ações não condenatórias, o Ministério Público pediu o arquivamento,

Quadro 1 - Tipos de ações movidas contra o MST no Pontal do Paranapanema (SP).

Tipo de ação penal	Quantidade
Reintegração/manutenção de posse	12
Esubulho possessório	8
Crimes contra a organização do trabalho	2
Periclitación da vida e da saúde	1
Crime de roubo/furto qualificado	7
Crime contra a liberdade pessoal/cárcere privado	1
Turbação da ordem	2
Dano contra o patrimônio	7
Formação de quadrilha e bando	4
Prisão provisória	1

Fonte: Dados oriundos da pesquisa feita pelo autor nos processos analisados

seja em função da falta de provas contra a liderança, seja pela decadência do prazo para a ação.

Dos 15 habeas corpus e agravos de instrumento, nem todos referem-se aos processos acima citados, mas foram usados para avaliar a tendência dos tribunais superiores mediante esses casos. E o que se percebe com clareza é que a tendência é de os habeas corpus serem negados em segunda instância mas atendidos no Superior Tribunal de Justiça. Nota-se assim uma nítida diferença entre os juízes de comarca, em geral bastante conservadores, e os juízes dos tribunais superiores, em geral mais propensos à aplicação da Constituição e dos direitos humanos.

Tais ações penais estão divididas em vários tipos, de acordo com seu enquadramento jurídico, conforme podemos observar no Quadro 1.

Percebe-se, assim, nesse balanço quantitativo, uma série de expedientes, utilizados pela Justiça do Estado de São Paulo, com claras intenções criminalizadoras das ações do MST. Primeiramente, em relação aos mandados de reintegração/manutenção de posse, a sua quase totalidade se apresenta sob a forma de liminar. Todas foram atendidas pela Justiça, em geral no mesmo dia do pedido³. Além disso, grande parte das ações decorreram de ocupações (ou não) de fazendas que se localizam em áreas já julgadas devolutas ou que não cumprem a chamada função social da terra, conforme lista elaborada pela Comissão Pastoral da Terra (2015).

O crime de “esbulho possessório”, que aparece em quase todos os processos analisados, tem sido sempre usado de forma bastante arbitrária pela magistratura. Isso porque tal delito exige, para sua configuração, a efetiva intenção de “tomar a propriedade para si”, e não como nos casos em questão, nos quais os sem terra têm por propósito pressionar o Estado para que cumpra aquilo que lhe exige a Constituição brasileira, a realização da reforma agrária.

Os casos de crime de furto são também escandalosos. O mais correto nesses casos seria dizer “saques”, como nos ensina Nilo Batista (2002), pois que se trata de

³ Contrariamente aos pedidos de habeas corpus, que costumam a ser julgados.

atender a necessidades as mais urgentes e elementares de todo ser vivo: madeira de cercas para a construção de barracos, gado e porcos para saciar a fome etc.

Há também um grande número de ações por formação de quadrilha e bando. Esse enquadramento não tem apenas o objetivo de agravar a pena, mas de dar um certo sentido ao movimento dos sem terra. Em outras palavras, ele mostra por si só o entendimento dos juízes brasileiros em relação aos sem terra e suas organizações de luta pela terra: tratam-se de organizações criminosas, voltadas para a prática de ilícitos penais e como tais devem ser penalizadas. E mais: fazer parte do movimento dos sem terra constitui crime por si mesmo. Eis o alerta dado.

Em relação aos pedidos de habeas corpus, primeiramente, há que se dizer que na maioria desses casos a prisão preventiva não se justificava, pois tratavam-se de trabalhadores rurais, com família constituída e residência fixa, não representando nenhum risco à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. Além disso, não havia qualquer “proporcionalidade” entre a prisão preventiva decretada e o resultado possível do processo, muitos deles com penas inferiores a 2 anos e regime semiaberto. Quando se tratava da famigerada “garantia da ordem pública”, o caso se tornava ainda mais escandaloso, pois significava uma verdadeira antecipação da punição, incompatível com a presunção de inocência presente em nossa Constituição. Tudo isso reafirma uma tendência no Brasil, que é o uso da prisão preventiva para fins políticos de criminalização.

Há ainda uma série de irregularidades ou nulidades jurídicas em alguns desses processos, como é o caso daquele de cárcere privado acima citado. Nesse caso, conforme vários depoimentos em fase de inquérito, os sem terra apenas tentaram impedir que um funcionário da fazenda Santa Ida, em Teodoro Sampaio, voltasse para a sede da fazenda. Isso durou cerca de meia hora, o que não configura propriamente cárcere privado.

Contagem de palavras e expressões

O que a análise dos processos em geral tem demonstrado, e que a contagem de palavras e expressões-chave vem confirmar, é que do ponto de vista da atuação dos delegados, investigadores, policiais e até promotores, atuando na fase de inquérito, a apuração de fatos não é algo decisivo para as sentenças. O que existem são convicções políticas e ideológicas, às vezes firmemente arraigadas, que norteiam as apurações, assim como as decisões dos juízes. Isto é, o juiz primeiro toma a decisão, na maior parte das vezes amparado pelas alegações finais da promotoria, mas sobretudo por suas próprias convicções e preconceitos, e só depois preocupa-se em fundamentá-la. No caso das ações contra o MST, é possível até mesmo dizer que as decisões são anteriores aos processos.

Apesar disso, continuam esses magistrados a seguir o velho princípio, profundamente ideológico, da “verdade real”, na qual o juiz, não se contentando com as provas trazidas pelas partes, busca produzir ele próprio quantas provas sejam necessárias para o fim de esclarecer a “verdade dos fatos”. Com isso, ele se

torna um “juiz inquisidor”, incompatível com um processo penal democrático (Pereira, 2010). Ao invés do devido processo legal, configura-se assim uma perseguição política.

Todas as palavras importantes que destacamos aqui têm relação com as ações do MST em julgamento. Após analisar atentamente os processos, mormente os relatórios finais dos delegados, alegações finais da promotoria e sentenças proferidas pelos juízes, tentamos classificar as palavras de acordo com sua área semântica ou de sentido, em um determinado contexto (Garcia, 2010). Foram ao todo cinco áreas de sentido, mas que ao se juntarem formam um sentido geral único que é a criminalização dos atos do MST. Da análise inicial resultaram cinco tabelas, que ao fim foram sintetizadas em uma única tabela, conforme observamos no Quadro 2.

Como buscarei mostrar mais à frente, uma das estratégias centrais usadas pelos operadores do sistema de justiça para criminalizar os sem terra no Estado de São Paulo e fazer refluir o movimento de ocupação de terras, é a fabricação da liderança. Isso é necessário por três razões principais. Primeiro porque o MST não é pessoa jurídica e, em sendo assim, não pode ser processado. Depois porque é simplesmente impossível responsabilizar penalmente uma massa enorme de pessoas, de identificação às vezes impraticável. Por último, porque, acredita-se, colocando os líderes na cadeia, o movimento irá naturalmente desfazer-se.

Esse intuito de fabricação da liderança fica claramente exposto quando percebemos o predomínio avassalador de palavras e expressões que denotam liderança, ao longo dos processos analisados, para se referir aos réus. Percebe-se certo silogismo nesse tipo de estratégia retórica, que acaba por criar um fato, a condenação. Como mostra o Quadro 2, foram ao todo 172 palavras da mesma área semântica, sendo algumas de forte teor pejorativo, como “manipulação”, e outras, de sentido militar ou bélico, como “comando”.

Como mostraremos mais à frente, em nenhum destes processos ficou provada a liderança nas supostas ações criminosas. Os réus eram responsabilizados, de forma generalizante e preconceituosa, simplesmente por serem líderes do MST em ações de ocupações de terra. É preciso lembrar que o direito penal brasileiro veda a “responsabilidade objetiva” de um crime. Artigo 29 do Código Penal: “Quem, de qualquer forma, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade [...]” (Brasil, 2015: 57). Assim, ao invés da presunção de inocência, a presunção de culpa. Ou, nas palavras de Raul Alfonsin, “[...] se

Quadro 2 - Palavras e expressões que aparecem nos processos e que se referem aos atos dos sem terra e suas lideranças, conforme área semântica.

Área semântica	Ocorrência
Expressões que denotam liderança	172
Expressões que denotam má personalidade do réu	26
Expressões que denotam organização criminosa	65
Expressões que denotam desqualificação dos réus	189
Expressões que denotam estado de insegurança	143

Fonte: Dados oriundos da pesquisa feita pelo autor nos processos analisados

não se sabia bem quem tinha praticado os alegados ilícitos, as lideranças que pagassem por isso [...]” (Alfonsin, 2014).

Esse processo de fabricação das lideranças e, conseqüentemente, do status de culpado conferido aos réus, recebe um poderoso aliado do próprio Direito Processual Penal, cuja teoria do “domínio dos fatos”, de origem alemã, é constantemente mobilizada para fundamentar este status⁴. Relacionada ao tema do “concurso de pessoas”, disciplinado no Código Penal, em seus artigos 29 a 31, tal teoria busca distinguir as figuras do autor e do executor, sendo autor aquele que tem o poder de decisão sobre a realização do fato e não só aquele que executa a “ação típica”. Portanto, é considerado autor aquele que tem o controle final do fato e suas circunstâncias, geralmente o “chefe de uma quadrilha” ou o mandante de um crime, de acordo com a Lei do Crime Organizado, atualmente em vigor no Brasil (Jesus, 2001).

Mas não basta mostrar que os réus são líderes e que “pensaram”, “decidiram” e “comandaram” toda a “ação criminosa”, é preciso mostrar também que eles são pessoas “naturalmente” voltadas à prática de crimes ou que têm “propensão natural” para tanto. Na área semântica “Má personalidade do réu”, a palavra “personalidade criminosa” aparece 8 vezes e sua congênere, também pejorativa, “malfeitores”, 10 vezes. Ambas aparecem sempre associadas ao esforço dos diferentes operadores de “provarem” a liderança dos réus e de (des)qualificarem suas ações.

Essa mentalidade tem raízes no fim do século XIX, em um contexto marcado pelo fim da escravidão e pelo embaraço de nossas elites rurais e políticas, que não sabiam exatamente o que fazer com a massa de ex-escravos que vinham engrossar as fileiras de homens pobres e livres, desclassificados, marginalizados, inabsorvíveis pelo precário mercado de trabalho em ascensão, no campo ou nas cidades. Acontece que essas pessoas passaram então a compor aquilo que a literatura sociológica chama de “classes perigosas”, uma ameaça à ordem constituída e à (des)organização do trabalho. Teorias como a de Cesare Lombroso, endeusadas por nossa intelectualidade tacanha da época, caíram como uma luva para justificar tal ordem de coisas. Baseados em seus aspectos físicos e em sua aparência exterior⁵ – de pretos e de pobres –, tais pessoas, sempre ameaçadoras, deveriam ser encarceradas, porque representavam sempre um risco ao patrimônio e à integridade de alguns poucos privilegiados dessa ordem social desigual.

Esse tipo de abordagem é reforçado pelo uso recorrente, nos autos, de antecedentes criminais dos réus. Ele tem ainda o propósito de agravar a conduta criminosa, que resulta, em caso de condenação, em aumento da pena base. O aumento da pena base significa que o réu não poderá gozar de certos benefícios da lei, como a prisão aberta ou domiciliar, ou até mesmo a prestação de serviços comunitários.

⁴ Em palestra recente no Brasil, o autor da teoria, Claus Roxin (Consultor Jurídico, 2014), disse que ela tem sido usada de maneira imprópria no país.

⁵ Note-se que as abordagens policiais no Brasil são marcadas por preconceitos dessa natureza.

Na maioria dos processos analisados, os réus foram condenados, como visto, a mais de 4 anos de prisão e em regime fechado ou, no limite, semiaberto.

Ora, se tais pessoas têm “propensão natural” para o crime, então elas se organizam para isso, segundo a retórica desses operadores. A expressão “concorrer para” (o crime) aparece 12 vezes, “conjuguar esforços para”, 13 vezes e “ajustar-se para”, 8 vezes. Isto é, os sem terra não se organizam “para” ocupar terras e pressionar as autoridades públicas pela realização da reforma agrária, mas “para” praticarem crimes e tirarem proveito pessoal, como inúmeras vezes ficou expresso nas alegações da promotoria. A expressão “concorrer para” tem ainda uma intenção muito clara, do ponto de vista jurídico, que é reforçar a teoria do “domínio dos fatos” ou do “concurso de pessoas”.

A essa altura está claro que, para esse tipo de discurso, o MST não é um movimento social, mas uma “organização criminosa” altamente perigosa. As palavras “quadrilha/bando” aparecem 20 vezes e “organização criminosa”, 17 vezes. Por sua vez, a associação entre o MST, o Primeiro Comando da Capital (PCC)⁶ e as FARC colombianas aparece 10 vezes. E mais uma vez aparece outra expressão de sentido militar ou bélico, a fim de referir-se a essa “organização”, que é QG (Quartel General). Por fim, mas não menos importante, vem a palavra “terroristas”, que aparece apenas 4 vezes.

Nesse caso, é preciso lembrar as conclusões finais da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana, a CPMI da Terra. Criada em setembro de 2003, ela concluiu suas atividades em novembro de 2005 com o relatório do deputado Abelardo Lupion (PFL – PR), apresentado em substituição ao relatório original de autoria do deputado João Alfredo (PSOL – CE). Desde o início das atividades da CPMI da Terra, um dos temas que mais causou embates internos foi o da violência no campo. A partir da contestação aos dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), por ocasião do depoimento de Dom Tomás Balduino, os parlamentares ligados à Bancada Ruralista acusavam a organização de divulgar dados tendenciosos e por isso incitarem a violência. Mas foi no relatório final que o objetivo de criminalizar os movimentos sociais ficou mais explícito, pois ele ignora a ocorrência de 1,5 mil mortes no campo nos últimos 20 anos, silencia sobre a existência de trabalho escravo no país, não trata da ação de milícias armadas de pistoleiros contratados por fazendeiros, desconhece o problema da grilagem de terras e desvia o foco da concentração fundiária.

E além de pedir indiciamento de um dirigente e de um ex-dirigente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e de outro da Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), entidades ligadas ao MST, por desvio de recursos públicos, o texto aprovado traz, em anexo, dois projetos de lei extremamente significativos da forma como o Estado tem lidado com os conflitos no campo. Um deles visa dar conotação jurídica de ato terrorista às ocupações de terra praticadas por diversos movimentos camponeses. O outro propõe que o esbulho possessório (definido no texto como saque, invasão,

⁶ Organização ligada ao tráfico de drogas na capital paulista.

depredação ou incêndio de propriedade alheia) com fins políticos seja enquadrado como crime hediondo (Leonidio, 2010).

Podemos encontrar o mesmo intuito criminalizante no recente Projeto de Lei 499, que ainda tramita no Senado, a conhecida “Lei Antiterrorismo”, que torna possível enquadrar juridicamente qualquer movimento de protesto como ato de terrorismo. No mesmo sentido vai a “Garantia da Lei e da Ordem”, portaria do Ministério da Defesa que tem por finalidade “[...] estabelecer orientações para o planejamento e o emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem [...]” (Brasil, 2014: 13), no âmbito daquilo que se convencionou chamar de “segurança pública”⁷.

Todas essas iniciativas do Estado remontam ou alinham-se à Lei de Segurança Nacional, “entulho jurídico da ditadura”, como muitos a tem chamado, e sua ideologia do “inimigo interno”⁸. Nos processos analisados nesta pesquisa ela nunca foi mobilizada diretamente. Mas em um processo que se arrastou por anos na Justiça Federal de Carazinho, Rio Grande do Sul, e que teve por resultado final a absolvição dos militantes acusados, ela foi usada para embasar várias acusações contra militantes do MST, entre elas: ligações com o PCC; organização de “guerrilha rural”, “com o objetivo de criar uma zona de domínio, de controle através do domínio territorial, onde o MST substituiria o Estado”; tentativa de mudar o “regime vigente ou o Estado de Direito, por meios violentos ou com o emprego de grave ameaça”; “praticar atentados pessoais ou atos de terrorismo [...]”; “incitar a subversão da ordem política ou social” (Alfonsin, 2014).

Mas o núcleo ideológico da Lei de Segurança Nacional, a ideia do “inimigo interno”, remonta a um período bem anterior de nossa história, imediatamente anterior e imediatamente posterior ao fim da escravidão, em que as elites rurais tremiam de medo de uma sublevação de escravos ou ex-escravos que vagavam pelos campos e pelas cidades, sem ocupação certa, a exemplo do que havia acontecido com a independência do Haiti (Bari, 2014). Sua versão atual seriam os pobres e pretos, moradores de periferia, inabsorvíveis pelo atual mercado de trabalho e excluídos das benesses do capitalismo e do consumismo.

Ora, se o MST é uma “organização criminoso”, um inimigo a ser combatido pelas forças da ordem, como dizem tais operadores, suas ações são constantemente (des)qualificadas em sua própria natureza. Aqui o rol de palavras usadas é muito grande. Promovem “invasões”, “destruição”, “ameaças”, “roubo/furto”, entre outras condutas. As palavras “beligerância” e “violência”, a primeira com forte sentido militar, reforçam o sentido “perigoso”, “ameaçador” e “belicoso” das ações do

⁷ Na ótica do Estado brasileiro, os movimentos sociais e os problemas sociais são casos de polícia, ou, numa linguagem mais modernosa, casos de segurança pública. Trata-se de um ponto de vista ideológico que é compartilhado pela opinião pública em geral, pois sempre que sinais de “distúrbio” aparecem na imprensa, a própria população é a primeira a pedir a volta do exército às ruas.

⁸ Sobre a ideologia do “inimigo interno”, ver: Arantes (2007) e Zaffaroni (2007).

MST⁹. Por seu lado, as palavras “anarquia”, “torpeza” e “vandalismo” têm forte conotação pejorativa.

A palavra “invasão”, usada à exaustão ao longo dos processos analisados, apesar de já ter sido bastante comentada pelos juristas brasileiros, merece aqui alguma atenção. Isso por que a “ocupação” de áreas rurais que não cumprem sua “função social”, ou que são sabidamente terras devolutas, não é crime. O “bem jurídico propriedade” só existe enquanto bem constitucionalmente garantido (Batista, 2000). Além disso, só há “invasão de propriedade” quando há “o ânimo específico do agente de se apropriar do bem como se fosse seu” (Cintra Junior, 2002). Como dito aqui inúmeras vezes, o fim dos sem terra ao ocuparem uma fazenda não é o “esbulho possessório”, mas a reforma agrária. Vista dessa forma, a ocupação é um direito de cidadania constitucionalmente garantido.

Segundo a retórica de tais operadores, o que resultaria das ações do MST no campo, para além do fato de serem criminosas? Primeiramente, segundo os processos analisados, os líderes não apenas agem conscientemente e num sentido determinado e preciso, que é a prática de crimes, eles são também desumanos, cruéis, indiferentes ao sofrimento alheio, pois “manipulam” pessoas inocentes, que agem por desespero ou boa-fé, os integrantes do MST, entre eles mulheres e crianças. Vejam nesse caso a palavra fortemente pejorativa, mais uma vez, cuja intenção é (des)qualificar as ações do MST, “massa de manobra”, que aparece 22 vezes.

Depois, resulta o estado geral de “insegurança”. A opção por incluir na análise palavras como “propriedade” e “direito” (de propriedade), ao lado de palavras como “ordem social”, “guerra civil”, “paz no campo”, “desproteção”, “insegurança” e “medo” é porque todas elas referem-se ao sentimento dos proprietários de terra em relação às ações do MST, sentimentos esses muitas vezes usados para justificar a própria infração da lei por parte desses proprietários, como no caso em que o fazendeiro Roberto Junqueira atirou em José Rainha e depois foi inocentado pela mesma Justiça que pôs José Rainha na cadeia. Isso mostra o sentido profundamente ideológico dessas ações penais. O mesmo sentimento parece ser compartilhado pela opinião pública, expressa nos jornais de grande circulação e de claro perfil conservador do país.

Ao longo de todos os processos, a palavra Estado Democrático de Direito aparece uma única vez, exatamente para referir-se, em sentido negativo, a essas ações do MST, que com frequência violam a lei e a ordem estabelecidas, levando medo, terror e insegurança aos proprietários de terra. Ou seja, ela aparece apenas para falar dos direitos desses proprietários e de sua proteção pelo Estado, sentido profundamente liberal, mas não democrático e republicano.

⁹ Nesse sentido, é preciso lembrar que nas épocas mais “quentes” dos conflitos de terra no Pontal do Paranapanema, época em que o Pontal era chamado pela imprensa de “barril de pólvora”, no início dos anos 1990, a Polícia Federal iniciou investigação sobre a atuação do MST, sob o pretexto de que o movimento estaria organizando uma guerrilha no campo, com o fim de alterar ou subverter a ordem constituída. Segundo depoimentos de sem terras, era comum ver-se helicópteros do Exército Brasileiro sobrevoando a região (Leonidio, 2010).

Aspectos ideológicos principais

Todos os processos analisados na pesquisa têm um estilo muito parecido. Assim, a análise aqui empreendida estará baseada em apenas um dos processos, escolhido por ser o mais longo, com sentença condenatória e apelação aos tribunais superiores. Trata-se de ação de crime de periclitación da vida, dano e furto, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra os réus José Rainha Junior, Clédson Mendes da Silva, Valmir Rodrigues Chaves e Sérgio Pantaleão, todos militantes do MST no Pontal do Paranapanema. Conforme consta nos autos do inquérito policial de número 321, nos dias 1, 2 e 3 de junho de 2000, cerca de 500 integrantes do MST teriam ocupado a fazenda Santa Ida, localizada no município de Teodoro Sampaio, e estariam sendo denunciados por supostamente terem praticado uma série de danos e furtos, bem como terem feito refém um dos funcionários da fazenda, de propriedade de Fernando Martins Antunes. Apesar da fragilidade das provas, atestada pelo próprio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em acórdão datado de 19/12/2007, os réus foram condenados a 4 anos e 8 meses de reclusão. A contradição entre uma e outra decisão é flagrante. Assim, na decisão condenatória do juiz de primeiro grau, lê-se:

Não é admissível o argumento de que os indivíduos anônimos componentes da massa agiram por si mesmo diante do grau de organização demonstrado. Finalmente, não se trataram de várias ações individuais e sim de uma única ação coletiva executada por várias pessoas sob o comando dos acusados. (São Paulo, 2000: 615).

Já na decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lê-se:

Como é cediço, a invasão levada a efeito pelo movimento denominado MST, tem em mira a ocupação de fazendas tidas como improdutivas e não, evidentemente, a prática de furtos ou espoliações contra a propriedade alheia, embora isso comumente ocorra nessas circunstâncias. Assim, para que os líderes respondam por atos ilícitos da massa, mister a produção de prova indubiosa de que ordenaram ou concorreram para as subtrações, o que evidentemente não resultou cabalmente demonstrado. Por essas razões, dá-se provimento ao recurso para absolver os apelantes da acusação que lhes é feita na denúncia, com base e fundamento no artigo 386, inciso VI, do CPP. (São Paulo, 2000: 757).

Ora, o saber jurídico é um saber essencialmente retórico. Isso quer dizer que sua lógica não é a mesma dos sistemas formalizados, racionalistas e empiristas; não contém regras de construção de expressões, axiomas ou métodos de dedução. Por outro lado, sabe-se que em todos os sistemas jurídicos modernos impõe-se ao juiz a obrigação de julgar, sob a pena de ser ele acusado de denegação de justiça. Ele deve, pois, ser capaz de julgar se a lei se aplica ou não em cada caso em julgamento; e além disso, deve motivar sua sentença, ou seja, indicar como sua decisão se relaciona com a legislação por ele aplicada. Se surge alguma contradição em relação à lei a ser aplicada, o juiz terá de fazer uma escolha, bem

como fundamentar sua escolha. Mas, se não encontrar na lei nenhum fundamento para sua decisão, deverá ainda assim ser capaz de achar uma solução. Via de regra, essa solução tem sido tomada por meio da jurisprudência. Mas poderá ser o caso de lançar mão de alguma técnica interpretativa que lhe possibilite usar alguma lei em vigor (Perelman, 1999).

Nos casos aqui analisados, o que se percebe com relativa clareza é que a decisão não aparece como um dilema perante a lei ou suas lacunas. A própria lei parece, antes, ser deduzida da experiência pessoal dos magistrados, numa técnica retórica muito parecida com aquilo que se chama “realismo jurídico” (Bobbio, 1995). Em resumo, o juiz primeiro decide no seu íntimo, de acordo com suas convicções pessoais, sua formação, sua cultura ou visão de mundo, e só depois vai buscar os fundamentos de sua decisão. Às vezes, nem isso, como no caso acima.

A decisão, em alguns casos, pode até ser bastante arbitrária. Em entrevistas realizadas na região do Pontal do Paranapanema, entre 2007 e 2008, muitos sem terra queixaram-se de que havia juízes agindo de ofício. Os casos mais comuns de queixa referiam-se às prisões provisórias. Nos processos por nós analisados, não encontramos nenhum exemplo. Mas encontramos uma outra situação, muito recorrente em mandados de reintegração de posse, cuja arbitrariedade da decisão era notória.

No processo acima referido, o proprietário, Fernando Martins Antunes, entrou com medida liminar de reintegração de posse. No mesmo dia, o juiz responsável pelo caso, Átis de Araújo Oliveira, alegando urgência, determinou que a reintegração fosse feita sem audiência prévia de conciliação, conforme preceitua o artigo 928 do Código de Processo Civil brasileiro. Contudo, e de forma ainda mais sintomática, sem que a parte assim o solicitasse, determinou que os sem terra mantivessem uma distância mínima de 10 km das divisas da propriedade (São Paulo, 2000: 142), violando o artigo 128 do Código de Processo Civil, que determina: “O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte [...]” (Brasil, 2015). Além disso, violou o artigo 5, inciso LIV, da Constituição Federal, onde se diz que “[...] ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”, posto que restringiu a liberdade de ir e vir dos sem terra. Por fim, mostrou profunda insensibilidade em relação aos princípios éticos da Constituição, que impõe ao Estado o dever de promover o bem de todos, construindo uma sociedade mais justa e solidária.

Em seguida, o advogado do MST entrou com um pedido de reconsideração da decisão e o juiz indeferiu, apresentando três justificativas principais. Primeiramente, alegou que o pedido foi enviado via fax, mera manobra técnica que em nada desqualifica a substância do pedido. Em seguida, alega que não poderia ficar impassível “[...] diante da notória intranquilidade causada pelos integrantes do chamado MST” à propriedade invadida. Por fim, alegou que não houve violação de direitos fundamentais, uma vez que agiu no sentido de garantir o direito da outra parte, isto é, o direito de propriedade (São Paulo, 2000: 145-146). Nota-se

assim a preeminência do direito de propriedade em relação aos demais direitos individuais.

Isto é, as decisões têm um papel fundamental no âmbito do processo, que vai muito além do fato da pena imposta aos réus. Elas conferem um sentido aos fatos em julgamento e às ações dos réus. Daí a importância do processo de conotação no uso das palavras. A conotação é o elemento instável, subjetivo da significação de uma palavra, dependente, por isso, do discurso ou contexto. Isto é, em processo conotativo, as palavras usadas sugerem ou evocam, por associação, outra ideia de ordem abstrata, de natureza afetiva ou emocional. A

[...] conotação implica, portanto, em relação à coisa designada, um estado de espírito, um julgamento, um certo grau de afetividade, que variam conforme a experiência, o temperamento, a sensibilidade, a cultura e os hábitos do falante. (Garcia, 2010).

Assim, ao invés de uma verdadeira análise do caso concreto, abundam expressões genéricas e abstratas. Ora, o predomínio do sentido conotativo nos textos processuais tem a ver, também, com um outro problema: quanto mais geral é o sentido de uma palavra, tanto mais vago e impreciso ele é. Em outras palavras, generalizações e abstrações tornam confusas as ideias, mas permitem por outro lado (ab)uso mais amplo. Isto é o que se observa nas manobras técnicas usadas amplamente por todos os operadores do direito ao longo dos processos aqui analisados.

O problema é recorrente ao longo de todo o processo, mas nos deteremos aqui apenas na tentativa de produção de provas contra as lideranças por parte da acusação, que parece ser o ponto alto de todo o processo. Isso por que o Código de Processo Penal brasileiro, em seu artigo 41, estabelece que a denúncia deve descrever de forma clara e precisa o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, isto é, deve individualizar a conduta supostamente realizada por cada acusado, indicando como a pessoa praticou o crime, os meios que empregou, o malefício que produziu, os motivos que a levaram a isso, a maneira como praticou, o lugar onde praticou e o tempo da ação (Pelegri, 2001).

Inicialmente, diz a denúncia: “Os ora denunciados são líderes do MST, sendo que raramente executam materialmente os crimes [...]” (São Paulo, 2000: 2, v. 1). Primeiramente, todos sabem que o MST não tem uma organização verticalizada, de modo que não tem uma única liderança ou uma liderança central. Além disso, ainda que ele tenha algumas lideranças em uma dada região, isso não quer dizer que essas lideranças estarão à frente e serão responsáveis por todas as ações desenvolvidas na região. Em sendo assim, dizer que uma pessoa é líder do MST não imputa a essa pessoa nenhuma responsabilidade sobre uma ação específica praticada. Nessas circunstâncias, para ser precisa, a denúncia deveria indicar quem foi a liderança daquela ocupação. Além disso, dizer que as lideranças “raramente executam materialmente os crimes” é uma suposição vaga, que não precisa as condições de tempo e lugar do crime praticado. Outra suposição vaga e abstrata

é dizer que “[...] não é possível pensar em ação do MST que seja feita à revelia da liderança” (São Paulo, 2000: 2, v. 1).

Em seguida, ainda de forma geral e abstrata, diz que “tais líderes pensam, discutem e resolvem o que fazer. São líderes de um movimento e dominam centenas de pessoas, as quais os obedecem em tudo”. Para que o promotor soubesse disso e o dissesse com propriedade, teria de ter presenciado reuniões do MST e acompanhado o movimento em várias ações. Mas como não o fez, tudo o que diz não passa de suposições. Assim, ao invés de descrever o que tais lideranças e seus comandados supostamente fizeram na ação específica de ocupação da fazenda Santa Ida, perde-se em descrições generalizantes que nada provam sobre o suposto crime praticado. As palavras finais dos promotores Marcos Akira Mizuzaki e Marcelo Creste são, neste caso, exemplares:

As invasões de terra promovidas pelo MST, em regra, são acompanhadas de destruição de cercas, subtração de lascas, abate de bovinos e incêndio, de modo que a liderança, ao comandar, organizando e dirigindo centenas de pessoas para a prática de invasão de fazenda, no mínimo assumem o risco de produzirem resultados mais gravosos, como incêndios e furtos. (São Paulo, 2000: 5, v. 1).

Aqui os promotores não estão descrevendo um crime praticado, mas definindo um *modus operandi* do MST. Isso não é uma denúncia, mas uma profissão de fé ideológica. Sua única e explícita intenção é criminalizar as ações do MST. Na fala das próprias testemunhas de acusação, o problema repete-se, com várias contradições de tempo e lugar onde se deram os fatos, ou até mesmo em relação ao próprio autor dos fatos. Veja-se, a esse respeito, o que diz o delegado que presidiu o inquérito em seu depoimento: “Pessoas da imprensa informaram ao depoente que o réu Cledson Mendes estava no palco dos eventos” (São Paulo, 2000: 239, v. 2). Isto é, ele próprio, assim como as demais testemunhas, nada viram, nem presenciaram, mas “ouviram dizer...”. E como mostrarei mais à frente, para esse “ouvir dizer” a imprensa tem um papel central.

O entendimento do juiz em sua sentença é idêntico ao da acusação, além de considerar um sofisma a ideia de “denúncia inepta” levantada pela defesa: “Os acusados são os responsáveis pelos atos dos invasores já que são os líderes da massa e a manipulam para suas práticas criminosas [...]” (São Paulo, 2000: 610, v. 3). Deve-se salientar que a “responsabilidade objetiva” de um crime não é admitida no ordenamento jurídico penal brasileiro. E foi exatamente esse o entendimento da 13ª Câmara do 7º Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em sessão realizada no dia 19/12/2007, cerca de dois anos após a sentença proferida pelo juiz Átis de Araújo:

A responsabilidade penal, notadamente em relação à autoria, não pode assentar-se em meras suposições, mas em concludentes elementos de convicção, a afastarem qualquer dúvida ou incerteza sobre a autoria delituosa, situação inexistente nos autos, em razão da precariedade das provas, quanto à autoria. (São Paulo, 2000: 757, v. 3, Apelação 964.164.3).

Mas esse sentido vago e impreciso, por vezes redundante e silogístico, conferido aos textos processuais está relacionado também ao prestígio e à autoridade que se quer vincular ao falante do discurso. Para isso, há um instrumento que tem sido nos últimos tempos alvo de grande polêmica no Brasil, mas de cujo uso ninguém abre mão. Trata-se do “juridiquês”, termo que designa, no Brasil o uso abusivo de palavras e expressões técnicas do meio jurídico, assunto já bastante bem conhecido no Brasil: falta de clareza, precisão, concisão e até pedantismo são confundidos erudição e autoridade (Guimarães, 2012: 176).

Como mostrei em outro artigo (Leonidio, 2014), o curso de direito tem sido um dos menos refratários às mudanças. Tudo graças à nossa tradição bacharelesca. Ora, segundo o clássico Sérgio Buarque de Holanda, o exercício da inteligência, ostentado por nossos maiores talentos literários, em uma sociedade de coloração aristocrática e personalista, não significou necessariamente amor ao pensamento especulativo, instrumento de conhecimento e ação, mas decoro, distinção social, que se traduz em “amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara” (Holanda, 1995: 75). É que, como assinala o autor, a personalidade individual, um dos traços mais marcantes de nossa cultura, herdada dos tempos coloniais, dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador. A roupagem vistosa, as palavras bonitas, a frase lapidar, os argumentos sedutores ou pensamentos inflexíveis quase sempre se impõem com força à imaginação de nossos intelectuais. A confiança no poder milagroso das ideias quase sempre se traduz num “secreto horror” à nossa realidade¹⁰.

Essa mesma mentalidade podemos notar no uso de verbos imperativos: “juntem-se aos autos”, “voltem-se os autos”, “CUMPRA-SE” (sempre em maiúsculas), “defiro o pedido”, “expeça-se o mandado”, “decreto”, “condeno”... Por um lado, isso parece uma trivialidade, o discurso jurídico é um discurso da ordem, do poder constituído. Mas há aí também uma sutileza da noção de autoridade, tal como é percebida no Brasil e que só pode ser perfeitamente compreendida quando colocada no contexto da fala. Em março de 1991, parte dos sem terra que havia saído da fazenda Nova Pontal e acampado às margens da rodovia, compondo um total aproximado de 230 famílias, ocuparam a fazenda São Bento, no município de Mirante do Paranapanema. Essa foi a ocupação que contou com o maior número de despejos, 23 ao todo. Durante a primeira desocupação, 19 dias depois da entrada na fazenda, os sem terra tentaram um acordo com o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Justiça e Cidadania, a fim de evitar o uso da força policial. Mas o juiz Lauro Mens de Mello, da Comarca de Mirante do Paranapanema, foi intransigente. “Eu não peço, eu mando”, afirmou ele, ao ser indagado sobre a solicitação do aparato policial para cumprir ordem de despejo (*Folha da Tarde*, 26/3/1991).

Essa postura arrogante por parte de quem exerce cargos de poder no Brasil tem a ver com certa confusão, comum entre brasileiros, entre as ideias de autoridade

¹⁰ Não seria essa a razão do sucesso entre nossos magistrados de princípios fáceis como o da “verdade real”?

e mando. A autoridade tem a ver com a competência funcional do agente do Estado, mas dentro dos limites da lei que regula sua atuação. Isto é, autoridade não é uma carta branca para o agente do Estado submeter tudo e todos ao seu capricho pessoal. Mando não é autoridade, é arbítrio. O problema vem de longe e tem a ver com a forma como se relacionam no país as esferas pública e privada.

Nos modernos estados europeus em formação, a esfera pública burguesa é a intermediação necessária entre a família e o Estado. No Brasil, nos domínios rurais, foi o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico que prevaleceu como base e centro de toda a organização. Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar manteve-se imune a qualquer restrição ou abalo. O quadro familiar tornou-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra perseguia os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. Nesse tipo de organização, a entidade privada confundia-se com a pública e a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens (Holanda, 1995). O princípio individualista da organização social não predominou, portanto, nas formas de convívio, instituições e valores brasileiros.

Do ponto de vista político, essa enorme gravitação da família extensa também teve importantes consequências. Devido à dificuldade de o poder central chegar até os pontos mais distantes da colônia, as autoridades metropolitanas dependiam grandemente da colaboração do poder e do prestígio que os senhores de engenho desfrutavam localmente. Não havia uma organização pública regular e uma divisão funcional dos cargos. Muitos dos chefes de província, bem como dos ocupantes de diversos cargos da administração municipal aí chegavam graças ao clientelismo dos senhores todo poderosos. A Justiça era igualmente uma atribuição local e particularista, sujeita a toda sorte de casuísmos e à pressão dos senhores rurais poderosos. Não havia distinção entre direitos particulares da pessoa e direitos públicos. Predominava uma completa invasão do público pelo privado. Esse esquema de organização do poder e do Estado se prolongará pelo século XIX ou até mesmo, com certas nuances próprias ao novo contexto político, pelo início do século XX.

Portanto, estava ausente uma cultura que tivesse o indivíduo como centro e polo irradiador das relações sociais. O indivíduo encontrava-se preso à comunidade doméstica, ao círculo familiar. O predomínio da ideia de família, de tipo patriarcal, reforçada pela presença avassaladora da escravidão, criou obstáculos à formação de uma sociedade que pudesse encarnar a ficção moderna de homens nascendo livres e iguais. Como visto, a teoria igualitária liberal recorre às leis da troca mercantil e à “identidade natural” de interesses a fim de assegurar a ordem e a satisfação geral. Na sociedade brasileira, centrada na unidade agroexportadora trabalhada por escravos, predominaram as vontades particulares que encontravam seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Daí a dificuldade de desenvolvimento, entre detentores de posições públicas, de uma mentalidade que compreendesse a distinção fundamental entre público e privado.

Além disso, a sobrevivência dos mandonismos locais com o coronelismo, e com ele o prolongamento no tempo e no espaço da corrupção, da venalidade, do nepotismo, das relações baseadas nas trocas de favores, mostra a força de uma maneira peculiar de ver a coisa pública que deita raízes nos dias de hoje, uma maneira que não distingue completamente público e privado, vendo as pessoas sempre de forma hierarquizada e sobrepondo à lei e ao interesse público as vantagens pessoais que se possa tirar em casos concretos. Assim se entende que no Brasil a autoridade esteja acima dos cidadãos, como algo distinto e à parte deles, e não como algo que exista para servi-los.

Ora, se o falante é esse cujo prestígio e autoridade estão fora de qualquer dúvida nos meios jurídicos brasileiros, quem é o outro? Em um texto já clássico, escrito no auge da ditadura brasileira, Antonio Candido mostrou que nos Estados modernos a atividade policial deve ser executada de forma implacável, “mas sem ferir demais a sensibilidade dos bem-postos na vida”. Para isso, a polícia vai se misturando com a sociedade, “estabelecendo uma rede sutil de espionagem, de colaboração e delação irresponsável”. Agindo assim, ela vai progressivamente construindo a “verdade do outro para poder manipular o eu do seu paciente” (Candido, 1980: 105-106). Em suma, por meio do interrogatório, do vasculhamento do passado, da exposição das suas fraquezas, da violência física e moral, a polícia vai esculpindo o outro que se deseja.

Em um Estado de exceção nenhuma dessas sutilezas policialescas se faz necessária. A polícia, assim como o juiz, não tem necessidade de justificar os seus atos, tornando-os conforme a lei. Ela ou ele podem ser ostensivos e brutais sem terem de se justificar, pois que em um Estado de exceção é o próprio a suprimir os limites de sua atuação, a legalidade e os direitos dos cidadãos, ao menos em relação aos “mal-postos” ou aos “torturáveis” da ordem social estabelecida, como diria um outro autor (Arantes, 2007).

Esse parece ser exatamente o caso dos processos analisados. E um dos meios mais frequentes de fazê-lo é o uso recorrente de expressões que desqualificam o outro. O problema já havia aparecido na contagem de palavras feita anteriormente, conforme visto. E são vários os exemplos ao longo do processo. Em alguns casos lança-se mão até mesmo de termos pejorativos, incompatíveis com o rococó linguístico dos meios jurídicos. Já no início do processo, diz o promotor Marcelo Creste em sua denúncia: “É dos autos que os caminhões utilizados para o transporte das lascas ‘surrupiadadas’ pertencem à COCAMP [...]” (São Paulo, 2000: 5, v. 1). O mesmo termo será usado várias vezes pela principal testemunha de acusação, Fernando Martins Antunes, o proprietário da fazenda: “Na sexta-feira, 2 de junho, por volta das 9 horas, os sem terra começaram a destruir as minhas cercas, sendo que surrupiavam as madeiras [...]” (São Paulo, 2000: 31, v. 1).

A mesma estratégia de desqualificação do outro fica clara na forma de tratamento dada aos sem terra, quando comparado ao tratamento dado aos fazendeiros. Esses são tratados e descritos ao longo de todo o processo como “proprietários”, “pessoas de bem”, “honestos”, “trabalhadores”, mesmo quando se

sabe que são eles usurpadores das terras do Estado. Os sem terra, por seu lado, são os “invasores”, pessoas que “aterrorizam” o meio rural, desrespeitam as leis e levam a intranquilidade ao campo.

Vejam que esse não é o ponto de vista apenas dos operadores do sistema de justiça, mas também da opinião pública em geral. Ao longo de todos os processos analisados é recorrente o uso de notícias de jornal como meio de prova contra os sem terra. Acontece que aí não se trata só de um meio de prova, mas também de uma narrativa a ser adotada, uma forma de opinião, um certo senso comum penal que, via de regra, age por meio da desqualificação dos sem terra e suas lideranças. São sempre notícias muito tendenciosas, muitas até mentirosas, como uma do *Estado de S. Paulo*, de 29/8/2000, intitulada “Sem terra deixam proximidades de fazenda no Pontal”, de autoria de Luiz Carlos Lopes, onde se diz que se abateram 12 cabeças de gado e que o prejuízo total foi de 80 mil reais, enquanto o próprio proprietário da fazenda, bem como o laudo técnico dizem que foram 3 cabeças de gado abatidas e que o prejuízo foi de apenas 30 mil reais. Em um outro artigo, o mesmo repórter diz:

Do outro lado da estrada, fica a fazenda Santa Ida, que também foi invadida e posteriormente desocupada. A Justiça já determinou que os acampados sejam removidos para pelo menos 10 km de distância da área, mas a medida ainda não foi cumprida. ‘Estamos pensando em entrar naquela fazenda e quero ver o governo mobilizar o Exército para nos tirar de lá’, disse José Rainha Jr. (Lopes, 2000: 7).

Ou seja, a notícia mostra o MST, tal como o fazem os operadores do sistema de Justiça, como pessoas que não respeitam as leis e as autoridades constituídas. Não é de se estranhar a indiferença nutrida entre brasileiros em relação às arbitrariedades cometidas contra os pobres e marginalizados em geral. Trata-se de um “outro nacional”, para quem não valem as regras dos direitos humanos e civis, mas tão somente a rigidez do Código Penal.

Considerações finais

Fica evidente ao longo da pesquisa que no entendimento da Justiça paulista, ainda que esta opinião não seja consensual, pois, como vimos, há certa diferença entre as instâncias, os sem terra são criminosos e que o lugar deles é na cadeia. Fica clara também a forma como a Justiça tem agido para colocar essas pessoas na cadeia: por meio da perseguição às suas lideranças, ainda que para isso se atrepele a própria lei. Segundo relatos de um advogado, em um ano foram 69 pedidos de prisão provisória! Não há movimento social que resista a isso. Assim, conclui-se que a magistratura tem protagonizado um poderoso obstáculo às lutas sociais no campo, em particular à luta pela reforma agrária. Ainda não tenho dados consistentes sobre isso, mas minha pesquisa já permite perceber inclusive uma certa correlação entre o recuo das ocupações de terra, a partir dos anos 2000, e o aumento do número de ações penais contra as lideranças rurais.

Como dito, essa posição dos magistrados e da ideologia que a acompanha não é igual nos diferentes níveis da Justiça do Estado de São Paulo. Os juízes de primeira instância tendem a ser mais conservadores que os juízes de instâncias superiores, embora se reconheça que essa diferença percebida precise ser corroborada com mais pesquisas quantitativas.

Referências

- ALFONSIN, Jacques Távora. *Sem terra derrotam Lei de Segurança Nacional, entulho jurídico da ditadura*. MST, 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/16458>>. Acesso em: 18 mar. 2015.
- ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- BARI, Younes. O medo do escravo; sobre mentalidades no Brasil no contexto do fim da escravidão. Trabalho de Conclusão de Curso, ESALQ/USP, 2014.
- BATISTA, Nilo. A Justiça que recusa o “prato feito” da imprensa. In: STROZAKE, Juvelino José (Org.). *Questões agrárias: julgados, comentados e pareceres*. São Paulo, Método, 2002.
- BATISTA, Nilo. Ocupações do MST e propriedade, *Boletim do IBCCRIM*. São Paulo, n. 95, Outubro 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral do direito*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- BRASIL. 2015. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Art.+128+do+C%C3%B3digo+de+Processo+Civil>>. Acesso em: 27 abr. 2015.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Garantia da Lei e da Ordem. Portaria Normativa nº 186/MD, de 31 de janeiro de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 fev. 2014.
- BRASIL. *Minicódigo Saraiva: Penal, Constituição Federal e Legislação Complementar*. 21. ed. São Paulo, Saraiva, 2015.
- CÂNDIDO, Antonio. A verdade da repressão. In: _____. *Teresina etc*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- CINTRA JUNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. Função social da propriedade: esbulho possessório: domicílio. In: STROZAKE, Juvelino José (Org.). *Questões agrárias: julgados, comentados e pareceres*. São Paulo, Método, 2002.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. 2015. Disponível em: <http://www.cptsp.com.br/terras_devolutas_do_pontal.html>. Acesso em: 13 abr. 2015.
- CONSULTOR JURÍDICO – CONJUR. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-01/clus-roxin-critica-aplicacao-actual-teoria-dominio-fato>>. Acesso em: 04 mar. 2015.
- FOLHA DA TARDE. *Juiz manda sem terra sair de área invadida*. São Paulo, 26 mar. 1991.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro, FGV, 2010.
- GUIMARÃES, Luciana Helena Palermo de Almeida. A simplificação da linguagem jurídica como instrumento fundamental de acesso à justiça. *Revista de Ciências Humanas*,

Ciências Sociais Aplicadas, Linguagem, Letras e Artes. Ponta Grossa, n. 20, Julho/Dezembro 2012, pp. 173-184. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Damásio. *Teoria do domínio do fato no concurso de pessoas*. São Paulo, Saraiva, 2001.

LEONIDIO, Adalmir. A criminalização do MST e a formação dos operadores do sistema de justiça no Brasil. *Antíteses*. Londrina, v. 7, n. 14, 2014.

LEONIDIO, Adalmir. Raízes da violência rural no Brasil contemporâneo. Tese de livre docência, ESALQ/USP, 2010.

LOPES, Luiz Carlos. Líder do MST adverte para levantamento no campo no Pontal. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Agosto 2000.

PELEGRINI, Ada. *As nulidades no processo penal*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2001.

PEREIRA, Marcio Ferreira Rodrigues. A tirania da verdade no processo penal brasileiro. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 115, Dezembro 2010.

PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

SÃO PAULO. Poder Judiciário. *Comarca de Teodoro Sampaio*. Processo 321/2000. São Paulo, 2000. 3 v.

ZAFFARONI, E. Raul. *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro, Revan, 2007.

Recebido em: 20/08/2015

Aprovado em: 15/12/2015

Como citar este artigo:

LEONIDIO, Adalmir. Ações penais e criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, SP, 1990-2014. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos. v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 159-177.



Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil

Gustavo Gomes da Costa Santos¹

Resumo: O presente texto busca analisar as relações e tensões entre o movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil pós-redemocratização. O texto está organizado em três partes. Na primeira parte, explorar-se-á as relações e tensões entre ativistas homossexuais e os partidos políticos de esquerda desde a emergência do movimento político de homossexuais no contexto da redemocratização política até a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Na segunda parte, apresentar-se-á uma radiografia dos partidos políticos brasileiros contemporâneos a luz de seus posicionamentos em relação à questão da livre orientação sexual/identidade de gênero. Na terceira parte do texto, analisar-se-á os posicionamentos dos partidos políticos no Congresso Nacional desde a década de 1980 no que diz respeito às propostas de lei garantindo direitos à população LGBT. Os dados analisados visam subsidiar a reflexão acerca de como a temática dos direitos LGBT tem sido (ou não) contemplada pelas organizações partidárias e por seus membros no Congresso Nacional e quais são os limites e possibilidades da defesa dos direitos sexuais de LGBT no contexto da política institucional brasileira.

Palavras-chave: Movimento LGBT; partidos políticos; LGBT; setoriais LGBT; orientação sexual; projeto de lei pró-LGBT.

LGBT Movement and political parties in Brazil

Abstract: *The present article aims to analyse the relationships and tensions between LGBT movement and political parties in post-redemocratisation Brazil. The text is organised in three parts. In the first part, I explore the relationships and tensions between lesbian and gay activists and leftist political parties, since the emergence*

¹ Departamento de Sociologia - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife – Brasil - gustavo.gomescosta@ufpe.br

of lesbian and gay political movement until the election of former president Luis Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011). In the second part, I present a radiography of Brazilian Contemporary political parties according to their positions related to the issue of free sexual orientation/gender identity. In the third part, I analyse the position of political parties in National Congress since the 1980s regarding bills that would guarantee rights to the LGBT population. The analysed data will shed light on the debate of whether (or not) partisan organisation and their members in Nation Congress address LGBT rights. The data will also support the understating of the limits and possibilities for advocating LGBT sexual rights in the context of Brazilian institutional politics.

Keywords: *LGBT movement; political parties; LGBT; LGBT affiliated to political parties groups; sexual orientation; pro-LGBT bills.*

Introdução

A luta por direitos iguais promovida por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (também identificados pela sigla LGBT) tem ganhado grande visibilidade no debate público e nos meios de comunicação de massa no Brasil. Neste princípio de século, as Paradas do Orgulho LGBT têm se espalhado por diversas partes do país, sendo a Parada organizada anualmente na cidade de São Paulo a maior do gênero no mundo. As Paradas do Orgulho LGBT, juntamente com outras formas de mobilização do movimento LGBT, a exemplo de passeatas e dos “beijaços”², têm auxiliado na divulgação de situações de discriminação e violência direcionada a esse segmento da população, desvelando a intolerância ainda reinante na cultura brasileira em relação a identidades sexuais discordantes do modelo heterossexual hegemônico.

A cada dia, essas demandas vêm também ganhando espaço no âmbito da política institucional, com alguns ganhos relevantes em termos de reconhecimento legal e de garantia de direitos. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida em maio de 2011 representa importante marco na luta pela extensão de direitos conjugais aos casais homoafetivos³. Da mesma forma, o plano “Brasil sem Homofobia”, elaborado no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), foi a primeira política pública direcionada especificamente à

² Inspirados nos “Kiss-in” organizados pelo movimento LGBT norte-americano, os beijaços são uma forma de protesto utilizada por diversos ativistas LGBT pelo mundo. Nesse tipo de ação, ativistas LGBT beijam-se em espaços públicos ou privados onde ocorreram episódios de discriminação contra homossexuais, de forma a reivindicar o direito à livre expressão da sexualidade.

³ Criado pela ex-desembargadora e atual presidente do IBDFAM, Maria Berenice Dias, o termo homoafetivo visava enfatizar a questão do afeto como parte constitutiva dos laços conjugais existente entre as pessoas do mesmo sexo. O termo é amplamente utilizado por vários setores do movimento LGBT e também por diversos operadores do Direito.

promoção e defesa dos direitos de LGBT na América Latina. Essas vitórias legais representam importantes avanços na luta pela cidadania plena de LGBT.

Contudo, esses ganhos são limitados, dado que o Brasil ainda não possui nenhuma lei em âmbito federal que garanta explicitamente direitos à população LGBT. Em grande medida isso ocorre devido à intensa oposição de setores conservadores (em sua maioria com vinculações a entidades religiosas) dentro do Congresso Nacional, que têm evitado a aprovação de leis favoráveis as chamadas “minorias sexuais”. A ação desses setores tem recentemente evoluído da mera obstrução de iniciativas de leis favoráveis a LGBT para a proposição de legislação que claramente restringe direitos a essa população. Além de promover projetos de lei contrários aos direitos sexuais no âmbito do poder Legislativo, esses setores conservadores têm atuado firmemente no sentido de bloquear ações de governo que promovam a cidadania LGBT. Exemplo disso ocorreu em maio de 2011 quando do lançamento do material desenvolvido por ONGs em parceria com o Ministério da Educação (MEC) para capacitação de professores da rede pública de ensino médio para tratar da temática da diversidade sexual⁴. Tachado por opositores de “kit gay”, a distribuição do material foi suspensa pela presidente Dilma Rousseff (PT), sob alegação de que não seria adequado para tratar do assunto. Contudo, vários meios de comunicação destacaram a pressão de parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) para que a presidente vetasse o material, em troca do apoio dos parlamentares da Frente à aprovação dos projetos de lei de interesse do poder Executivo. Em 2010, o chamado “lobby religioso” aproveitou a “oportunidade” do segundo turno das eleições presidenciais⁵ para pressionar os dois candidatos ainda na disputa (Dilma Rousseff e José Serra) a comprometerem-se publicamente com a sua agenda que incluiria a recusa à descriminalização do aborto, à aprovação do projeto de lei tornando a homofobia crime, tal como o racismo, e ao reconhecimento do “casamento gay”. Em um cenário de acirrada disputa eleitoral, os dois candidatos cederam às pressões do “voto evangélico” e se comprometeram publicamente que, se eleitos, seriam contrários à legalização da interrupção voluntária da gravidez e à criminalização da violência contra os homossexuais (Nery; Falcão, 2010). Esses dois fatos demonstram os diversos desafios enfrentados por ativistas da promoção dos direitos sexuais no âmbito da política institucional.

O trabalho conjunto de ativistas e grupos do movimento LGBT com instâncias estatais se intensificou nos últimos anos, principalmente após a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. Contudo, o engajamento do movimento LGBT junto ao Estado brasileiro data da década de 1980, quando ativistas do então

⁴ O “Escola sem Homofobia” é composto por apostilas e material audiovisual que visa capacitar professores do ensino médio da rede pública a lidar com a questão da diversidade sexual. A confecção do material foi realizada em parceria entre o MEC e atores da sociedade civil e é uma das ações previstas no plano “Brasil sem Homofobia”.

⁵ Tida como favorita à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a candidata Dilma Rousseff (PT) não obteve a maioria dos votos para ser eleita no primeiro turno das eleições, a despeito dos resultados de diversas pesquisas eleitorais afirmarem o contrário.

movimento homossexual brasileiro (MHB) se engajaram na defesa da proposta de inclusão do termo “orientação sexual” no rol de critérios de não discriminação na Constituinte em 1987 (Câmara, 2002; Santos, 2011). A proposta foi rejeitada pelos constituintes e voltou a ser debatida quando da Revisão Constitucional realizada entre 1993 e 1994, sendo mais uma vez derrubada pelo plenário do Congresso Nacional. Desde então, diversos projetos de lei pró-LGBT foram apresentados por parlamentares brasileiros, a exemplo da Parceria Civil Registrada (PCR)⁶ e da criminalização da homofobia⁷. Este último projeto chegou a ser aprovado em votação simbólica no plenário da Câmara dos Deputados em 2006, sendo remetido ao Senado Federal, onde sofreu intensa oposição de senadores vinculados à FPE e acabou arquivado em 2011.

O prematuro envolvimento do movimento LGBT brasileiro com instâncias estatais decorre, em grande medida, do trabalho conjunto entre ativistas homossexuais e agremiações partidárias, principalmente no campo da esquerda. Desde o fim da década de 1970, diversos ativistas homossexuais militavam em grupos partidários e muitos deles contribuíram, por exemplo, para a fundação do PT em 1980. Todavia, a relação entre o movimento homossexual com essas organizações partidárias tem sido caracterizada por diversas tensões e conflitos. Ao longo da história do movimento LGBT, diversos “impasses” e “rachas” ocorridos no seio da militância homossexual tinham como uma das razões a questão da autonomia do movimento frente aos partidos políticos. O receio de parte da militância homossexual da instrumentalização (identificada no jargão da militância como “cooptação”) do movimento para a consecução de interesses político-partidários permeou vários dos conflitos internos ao ativismo LGBT brasileiro.

O presente texto busca analisar as relações e tensões entre o movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil. Os dados apresentados neste artigo advêm majoritariamente das minhas pesquisas de mestrado e doutorado realizadas entre os anos de 2004 e 2011. O texto se organiza em três partes. Na primeira parte, explorar-se-á as relações e tensões entre ativistas homossexuais e os partidos políticos de esquerda (principalmente com o PT) desde o surgimento do movimento organizado de homossexuais no contexto da redemocratização política até a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Na segunda parte, apresentar-se-á uma radiografia dos partidos políticos brasileiros contemporâneos à luz de seus posicionamentos em relação à questão da livre orientação sexual/identidade de gênero. Na terceira parte do texto, analisar-se-ão os posicionamentos dos partidos políticos no Congresso Nacional desde a década de 1980 no que diz respeito às propostas de lei garantindo direitos à população LGBT. A segunda e terceira partes apresentam dados preliminares de uma pesquisa em processo de formatação sobre as políticas LGBT e o Estado no Brasil do século XXI intitulada “Diversidade sexual e política institucional no Brasil contemporâneo”.

⁶ PL 1.151/1995, de autoria da deputada Marta Suplicy (PT-SP).

⁷ PL 5.003/2001, de autoria da deputada Iara Bernardi (PT-SP).

que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A hipótese que norteia esse trabalho é a de que não se pode traçar uma equivalência direta entre as clivagens partidárias e a defesa nos direitos LGBT no Brasil. Há uma tendência a que membros de partidos de esquerda⁸ sejam mais “simpatizantes” à causa LGBT, não só pela vinculação histórica do movimento LGBT aos movimentos de esquerda, mas também em virtude do apoio de diverso(a) s parlamentares de esquerda às pautas dos grupos sociais ditos “minoritários” (a exemplo das mulheres, negros, indígenas etc.). No entanto, observa-se que vários membros de partidos considerados de “centro” e de “direita” tanto votaram a favor de propostas de legislação favoráveis a LGBT quanto apresentaram propostas de leis favoráveis a esse segmento da população. Além disso, observa-se tendência recente de alguns desses partidos, a exemplo do PSDB, PMDB e PTB, a fundarem setoriais LGBT em suas estruturas partidárias.

Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil: um breve histórico

A homossexualidade permeou o imaginário social brasileiro desde os tempos da colonização portuguesa. Acusados de cometer o pecado infame da sodomia⁹, muitos indivíduos foram perseguidos pela Igreja Católica e punidos com a pena de morte por supostamente praticarem atos homossexuais (Trevisan, 2004; Mott, 1989). Com a independência política em 1822 e a aprovação do Código Criminal do Império em 1830, a homossexualidade foi descriminalizada no Brasil, o que não significou a aceitação dessa prática sexual pela sociedade e pelo Estado. Ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, indivíduos com práticas homoeróticas foram alvos do assédio da população, dos órgãos médicos e das instituições policiais (Green; Polito, 2006). Foi a partir das décadas de 1940 e 1950 que a homossexualidade no Brasil começou a ganhar visibilidade pública para além das páginas policiais dos jornais. As intensas modificações sociais que o Brasil experimentava, dentre elas a intensa urbanização e industrialização, possibilitou a emergência de diversos locais de sociabilidade homossexual, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Criaram-se assim diversas redes de sociabilidade e no ano de 1968 foi fundado o *Snob*, primeiro periódico voltado ao público homossexual (Green, 2000).

Apesar da existência de uma subcultura homossexual relativamente bem desenvolvida nos dois principais centros urbanos do país já na década de 1960, é com a fundação do grupo Somos, em 1978, na cidade de São Paulo, que tem início a luta propriamente política dos homossexuais no Brasil (Macrae, 1990; Green,

⁸ Para uma discussão mais teórica sobre as definições de esquerda e de direita e seus impactos no eleitorado, vide Bobbio (1995) e Singer (1999).

⁹ O pecado da sodomia era considerado crime de lesa majestade (isto é, contra a pessoa do Rei) e passível de punição com a morte de acordo com o Livro V, Título XIII das Ordenações Filipinas, vigentes em Portugal e nos seus domínios desde o século XVI.

2000; Trevisan, 2004). Em meio ao processo de abertura do regime militar, os homossexuais buscaram pela primeira vez no país politizar a homossexualidade, a fim de romper com os limites do gueto homossexual. Nesta época, o Brasil passava por diversas mudanças políticas. Emergiram vários movimentos sociais que se mobilizavam contra o autoritarismo e pela melhoria de vida da maioria da população que ficou excluída dos ganhos econômicos do “milagre brasileiro”. Aliado à grande mobilização política, o país passava por um momento de transformações culturais, no qual os ideais da contracultura contestavam os valores culturais hegemônicos, dentre eles os rígidos códigos sexuais e a heterossexualidade normativa (Green, 2000).

Nesse contexto de ampla contestação política e cultural ao *status quo* surge o jornal *Lampião da Esquina* (1978), um dos expoentes da chamada imprensa “nanica”. Ao criticar o autoritarismo presente tanto nas instituições políticas como na própria sociedade, o *Lampião* levantou a questão da homossexualidade em seus aspectos político, existencial e cultural. O jornal converteu-se no grande divulgador das ideias e discussões do grupo Somos e também de outros grupos do incipiente movimento homossexual, embora essa relação muitas vezes tenha sido conflituosa (Macrae, 1990).

Nesta “primeira onda” do movimento homossexual (Facchini, 2005) havia uma ampla rejeição a qualquer forma de autoritarismo. Com um discurso de autonomia em relação aos partidos políticos e ao Estado, o grupo Somos, além de lutar contra o machismo, propunha um modelo igualitário de identidade sexual que rejeitava os modelos hierárquicos de relações sexuais/afetivas presentes na cultura brasileira (Fry, 1982) e reivindicava uma identidade homossexual na qual se identificariam todos aqueles que eram vítimas da discriminação e do preconceito (Macrae, 1990).

Apesar da ênfase à igualdade dada pelos seus membros, a grande heterogeneidade do grupo demonstrava importantes divergências internas, que o levariam a uma cisão interna. Dentre elas, tínhamos as reivindicações das militantes lésbicas por maior representatividade dentro do grupo e por um aprofundamento das discussões sobre suas especificidades, haja vista sua condição de duplamente discriminadas (por serem mulheres e homossexuais). Além disso, as lésbicas acusavam os membros homossexuais masculinos do grupo de apresentarem, em muitas situações, uma postura machista e misógina (Macrae, 1990).

Outra divergência importante referia-se às visões distintas sobre as atividades e os rumos do Somos, que estavam fortemente relacionadas à vinculação ou não do ativismo homossexual às organizações partidárias de esquerda. Desde as primeiras articulações para organizar o movimento homossexual no Brasil, diversos membros da organização trotskista Convergência Socialista (CS) desempenharam papel importante na politização da homossexualidade. A organização foi a primeira a criar uma Facção Gay vinculada à sua estrutura e trazer o tema da discriminação dos homossexuais para o debate político no âmbito da esquerda (Dehesa, 2007). É bom lembrar que na década de 1970 a homossexualidade ainda era vista por

grande parte da esquerda internacional como símbolo da “decadência burguesa” das classes médias e altas (Green, 2003). Além disso, muitos ativistas acusavam os chamados movimentos identitários (a exemplo dos homossexuais, de negros e de mulheres) de fragmentar as classes trabalhadoras com suas demandas específicas e “secundárias”, dispersando os setores de esquerda da luta “maior” para o fim do capitalismo. Os militantes homossexuais vinculados à esquerda partidária tinham um duplo desafio: de um lado convencer seus “camaradas” de esquerda da importância de incluir a luta contra a opressão sexual como parte fundamental da luta por uma transformação global da sociedade; de outro, demonstrar a seus companheiros de ativismo homossexual que a vinculação da causa homossexual à luta da esquerda não colocaria em xeque a autonomia do movimento frente às organizações partidárias.

No caso específico do Somos, MacRae (1990) analisa o “racha” ocorrido no grupo depois dos debates em torno da participação ou não de seus membros nas manifestações do 1º de Maio organizadas pelo movimento sindical. Na ocasião ficaram explícitas duas posições contrárias em torno dos rumos a serem tomados pelo Somos. Uma delas era representada por aqueles ativistas conhecidos como “anarquistas” que enfatizavam a autonomia do grupo e a necessidade de reforçar as atividades voltadas ao aspecto afetivo-emocional e de construção de uma “consciência homossexual”. Os ativistas anarquistas criticavam ferozmente aquilo que viam como tentativa de “cooptação” do grupo por membros de organizações de esquerda “infiltrados” no Somos. Na outra posição estavam aqueles ativistas homossexuais com atividades junto à militância de esquerda, que enfatizavam a necessidade de estabelecer alianças do movimento homossexual com outros movimentos sociais, vinculando a luta homossexual à luta geral pela transformação da sociedade (Macrae, 1990; Trevisan, 2004). Muitos desses militantes vão desempenhar papel fundamental na fundação do PT em 1980 e na inclusão da defesa dos direitos dos homossexuais no programa do partido. Além disso, os esforços pioneiros desses ativistas homossexuais em sensibilizar as lideranças de esquerda da importância da não discriminação da população LGBT serão fundamentais para o apoio futuro de parlamentares do PT à aprovação de leis pró-LGBT (Green, 2003).

O racha ocorrido no grupo Somos em 1980 iniciou o processo de desarticulação do movimento homossexual em São Paulo, desarticulação essa que se intensificará com o advento da epidemia de Aids. Observou-se a reconfiguração dos grupos do movimento homossexual brasileiro, com a mudança da sua concentração geográfica do eixo São Paulo–Rio para Rio–Nordeste. Nesta “segunda onda” do movimento homossexual encontramos uma diminuição considerável no número de grupos, uma postura menos refratária à institucionalidade político-partidária e mais vinculada a uma ação pragmática, com o protagonismo do Grupo Gay da Bahia (GGB) e do grupo Triângulo Rosa-RJ (Câmara, 2002; Simões; Facchini, 2009). Dentre essas ações encontramos a participação do presidente do Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas, nos debates da Assembleia Nacional Constituinte

(ANC), com vistas a sensibilizar os parlamentares a incluir o termo “orientação sexual” nas proibições de discriminação enumeradas no artigo 5º da Constituição (Câmara, 2002). A proposta teve o apoio de vários parlamentares de esquerda, com destaque para a atuação do então deputado constituinte José Genoíno (PT-SP), responsável pela inclusão da proposta para votação em plenário. A proposta acabou não sendo contemplada no texto final.

Outra importante característica da “segunda onda” do movimento LGBT foi a atuação de ativistas homossexuais junto às instâncias partidárias de esquerda. Exemplo disso é a militância de Herbert Daniel. Ex-guerrilheiro e exilado político durante o regime militar, Daniel desempenhou papel fundamental na promoção de debates internos ao PT sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Um dos primeiros candidatos assumidamente homossexual e com militância política na área de direitos sexuais, sua campanha a deputado estadual no Rio de Janeiro em 1986 centrou-se em temas alternativos, como a homossexualidade, defesa dos direitos de soropositivos e preservação ambiental. Junto com Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, deixam o PT para fundar o Partido Verde (PV) em 1989.

No caso específico do PT, a militância de homossexuais nas instâncias partidárias não significou, contudo, que o tema da livre orientação sexual foi “abraçado” por todos os setores do partido. Exemplo da dificuldade em vincular a luta pela livre orientação sexual às demandas da esquerda foi demonstrado durante a escolha do companheiro de chapa na primeira candidatura à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989. O primeiro nome escolhido pela convenção do partido foi o de Fernando Gabeira. Contudo, sua vinculação a temas polêmicos, como a descriminalização do uso da maconha, e sua postura não suficientemente “viril” contribuíram para o rechaço de seu nome para a candidatura à vice-presidência (Dehesa, 2007). Embora nunca tenha participado formalmente do movimento homossexual, vários militantes do PT e de outros partidos de esquerda acreditavam que a imagem de Gabeira estaria muito vinculada às minorias sexuais e poderia prejudicar a candidatura petista junto ao eleitorado (Trevisan, 2004). Até mesmo a criação de um setorial LGBT dentro da estrutura partidária do PT paulista, supostamente mais “liberal” do que outros estados brasileiros, sofreu várias oposições, sendo viabilizada apenas em 1992 (Green, 2003).

Todos esses fatos demonstram a dificuldade da esquerda partidária em contemplar a luta contra a discriminação dos homossexuais como parte constitutiva de seu projeto de transformação social. Da mesma forma, ativistas homossexuais enfrentaram dificuldades em compatibilizar sua militância política na esquerda ao ativismo homossexual. No caso específico de São Paulo, embora a rearticulação do movimento na década de 1990 tenha contado com a contribuição do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT (NGLPT), as relações entre o ativismo homossexual e o partido foram permeadas por tensões. Em 1996, juntamente com outras diversas candidaturas gays no país, foi lançada a primeira candidatura de um homossexual assumido à Câmara Municipal de São Paulo pelo PT (Giacomini, 1996). Mesmo com o apoio da então deputada Marta Suplicy e de setores do movimento LGBT

paulistano, a candidatura não obteve sucesso, em parte devido à falta de apoio do NGLPT, que acusava o seu proponente, então membro do Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP (CAEHUSP), de “extremo personalismo” (Santos, 2006). Nesta mesma eleição, a candidata Kátia Tapety foi eleita vereadora na cidade de Colônia do Piauí (PI), sendo considerada a primeira travesti a ser eleita para um cargo eletivo (Santos, 2015).

Além disso, em 2002 o movimento LGBT em São Paulo vivenciou outro “racha” interno. Em minha pesquisa de mestrado realizada junto às lideranças homossexuais da cidade de São Paulo (Santos, 2006), identifiquei que uma das razões do conflito estava na vinculação da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT-SP) a partidos políticos, em especial ao PT. Embora o estopim do conflito tenha sido o questionamento da prestação de contas da diretoria da APOGLBT a respeito de um financiamento, para capacitação de ativistas, fornecido pelo Comitê Técnico da Diversidade (Central de Notícias MixBrasil, 2002a, 2002b), um dos pontos principais do racha girou em torno da candidatura a deputado federal do então presidente da APOGLBT, filiado ao PT. Parte da Diretoria da APOGLBT acusou o então presidente e outros ativistas LGBT filiados ao partido de supostamente fazerem uso “político-eleitoreiro” da grande visibilidade política promovida pela Parada de São Paulo, que na ocasião contou com a presença de meio milhão de pessoas, colocando assim em xeque a autonomia do movimento LGBT na cidade (Santos, 2006).

É interessante notar que os conflitos internos ao ativismo LGBT em torno da vinculação do movimento a partidos políticos não se restringem ao movimento LGBT paulistano. Em 2005, o movimento LGBT de Porto Alegre (RS) vivenciou semelhante “racha”, quando da organização da Parada Livre na cidade. O grupo Nuances, que havia sido responsável pela organização da Parada Livre de Porto Alegre desde 1997, acusou o Fórum LGBT de Porto Alegre de querer “partidarizar” o evento, utilizando-o supostamente para promover lideranças homossexuais vinculadas ao PT. Já o Fórum LGBT acusou o Nuances de querer supostamente monopolizar a organização da Parada, dificultando a participação de outros grupos do movimento LGBT local na organização do evento. O resultado do conflito foi a realização de duas Paradas na cidade (Parada Livre e Parada do Orgulho GLBT) em 2005 (Böer, 2005).

Mais recentemente, em 2011, o episódio da suspensão, pela presidente Dilma Rousseff, da distribuição do “kit anti-homofobia” gerou críticas por parte do setorial LGBT Nacional do PT. Em uma carta aberta à presidente divulgada nos meios de comunicação, o coordenador nacional da entidade afirmou que a presidente não poderia se tornar refém de setores conservadores do Congresso Nacional, muitos deles membros da FPE e integrantes da coalizão de apoio ao governo no legislativo. O coordenador clamou pelo compromisso da presidente com a luta pela promoção dos direitos humanos para que a mesma revogasse a decisão de suspender a distribuição do material, afirmando que “[...] não basta combater a

pobreza se junto não erradicarmos a violência do preconceito e da discriminação que está ao seu redor” (Rodrigues, 2011: 1).

Os episódios narrados até aqui demonstram que o duplo desafio experimentado por ativistas homossexuais vinculados a partidos políticos (principalmente por aqueles filiados ao PT) desde o surgimento do movimento LGBT no Brasil em alguma medida ainda persiste. Ao compararmos a postura do PT em relação à livre orientação sexual na década de 1980 e atualmente, é bem provável que observaremos maior abertura de parlamentares do PT (assim como também de outros partidos políticos) para as reivindicações do movimento LGBT. Contudo, as conveniências políticas oriundas da necessidade de angariar apoio eleitoral (a exemplo do tempo disponível na Propaganda Eleitoral Gratuita no rádio e na televisão) e de manter uma coalizão de governo integrada por vários opositores dos direitos LGBT acabam por em grande medida neutralizar a maior abertura do PT às reivindicações do movimento LGBT.

Movimento LGBT e partidos políticos: uma radiografia do cenário atual

O sucinto histórico apresentado anteriormente aponta os diversos desafios enfrentados por ativistas LGBT para incorporar a temática dos direitos sexuais no âmbito partidário brasileiro, principalmente no campo da esquerda. Da mesma forma, viu-se como a questão da vinculação do movimento LGBT a partidos políticos foi (e em grande medida ainda é) um tema sensível no âmbito da militância, pautando muitos dos conflitos internos ao ativismo homossexual. Nesta parte do texto, buscar-se-á refletir sobre como a temática LGBT tem sido incorporada pelos partidos políticos brasileiros na última década. Os dados que serão apresentados são preliminares e fazem parte de um esforço mais amplo de compreender as intrincadas relações entre movimento LGBT e a política institucional no Brasil contemporâneo.

Uma forma de explorar como os partidos políticos brasileiros têm incluído as demandas LGBT em suas pautas políticas foi buscar quais deles possuem setoriais ou grupos LGBT vinculados a sua estrutura partidária. O primeiro partido brasileiro a criar um setorial de Gays e Lésbicas formalmente vinculado à estrutura partidária, como visto anteriormente, foi o PT. Depois de vários debates e resistência por parte da militância partidária, o setorial foi criado em 1992 em São Paulo e estava vinculado ao Diretório Estadual do partido. Em seu trabalho sobre o grupo CORSA, Facchini (2005) menciona o NGLPT como um importante ator nas mobilizações do movimento LGBT paulista na década de 1990. Em minha dissertação de mestrado (Santos, 2006) apontei também para o impacto negativo que a recusa de apoio do NGLPT teve na primeira candidatura abertamente homossexual à Câmara dos Vereadores, o que demonstra a relevância desse ator político nas mobilizações homossexuais em São Paulo. Posteriormente à criação do NGLPT em São Paulo, observou-se o surgimento de outros setoriais nos estados brasileiros. Segundo dados coletados na internet (História Vermelha, 2012), em

encontro promovido pelo Setorial Nacional do partido em julho de 2012, havia setoriais LGBT petistas organizados em 18 estados brasileiros¹⁰. O Setorial Nacional LGBT foi criado em 2010 e encontra-se vinculado à Secretaria de Movimentos Populares, que é o órgão do Diretório Nacional do PT responsável por promover a articulação do partido com os movimentos sociais. Além de promover a articulação das demandas dos setoriais estaduais, o Setorial Nacional LGBT tem atuado no sentido de promover as demandas LGBT junto a parlamentares petistas e às instâncias governamentais. O setorial tem sido crítico em relação às alianças entre o PT e partidos conservadores que, para viabilizar a governabilidade, acabam por comprometer as demandas LGBT, a exemplo do recente caso de suspensão da distribuição do “kit anti-homofobia”, descrito anteriormente.

Outro importante setorial LGBT vinculado à estrutura partidária é o do Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos (PSTU). Criado no mesmo ano de fundação do partido em 1994, a Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas é herdeira da Facção Homossexual da Convergência Socialista (Menezes, 2002), que, como visto na parte anterior, teve papel relevante na primeira onda do MHB. A secretaria sempre esteve presente nas mobilizações do movimento LGBT. No caso específico de São Paulo, durante meu período de pesquisa de campo (2004-2006), identifiquei a presença de militantes homossexuais vinculados ao grupo em diversas reuniões do movimento. Além disso, suas bandeiras sempre estiveram visíveis desde a primeira Parada do Orgulho LGBT realizada em São Paulo em 1997. A Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas está vinculada à estrutura nacional do partido e não foram identificados setoriais estaduais organizados.

Durante a década de 1990 e os primeiros anos do novo século, PT e PSTU foram os únicos partidos brasileiros a contar com setoriais LGBT. Após 2006, observa-se o surgimento de setoriais LGBT em diversos partidos políticos brasileiros. A proliferação de setoriais LGBT em instâncias partidárias pode ser creditada a uma maior institucionalização da causa LGBT no Brasil, demonstrada pelo maior foco do ativismo em estabelecer organizações formais voltadas a demandas por direitos civis no campo político institucional. Simões e Facchini (2009) identificam que esse processo de institucionalização se inicia ainda na década de 1980, quando da emergência da “segunda onda” do MHB. A mudança na concentração da militância homossexual do eixo Rio de Janeiro–São Paulo para o eixo Rio de Janeiro–Nordeste foi acompanhada de uma postura menos refratária à institucionalidade política. Grupos de militância homossexual como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Triângulo Rosa-RJ estiveram ativamente engajados nas ações de *advocacy* junto às instâncias estatais. Data de 1982 um panfleto elaborado pelo GGB no qual o grupo aponta as principais demandas do movimento homossexual e exige de outros partidos políticos, além do PT, que abracem a causa homossexual e

¹⁰ Os estados que possuem setoriais LGBT organizados são: Bahia, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

criem leis e regulamento que defendam seus direitos (Grupo Gay da Bahia, 1982¹¹). O líder do Triângulo Rosa, João Antonio Mascarenhas, participou ativamente da proposta de inclusão do termo “orientação sexual” como uma das causas de não discriminação na Constituição brasileira (Câmara, 2002). No entanto, é após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) para a presidência que esse processo de institucionalização se intensifica. Em 2003 é criada a Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, englobando deputados e senadores comprometidos com os direitos LGBT (Santos, 2006). Posteriormente, é lançado o Plano “Brasil sem Homofobia”, conjunto de ações de vários ministérios para a promoção dos direitos LGBT, elaborado em parceria com grupos do movimento LGBT brasileiro.

Dentre os partidos que criaram setoriais LGBT recentemente temos o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Segundo informações presentes no documento “Caderno de orientações políticas do segmento LGBT socialista” (Partido Socialista Brasileiro, 2012), a primeira iniciativa de constituir um setorial LGBT no partido surgiu de militantes lésbicas da cidade de Macapá (AP). Posteriormente, militantes LGBT de João Pessoa também organizaram um núcleo LGBT no diretório municipal, vindo a criar o primeiro setorial LGBT formalmente vinculado à estrutura partidária em 2007. A Secretaria Municipal da Diversidade pessoense inicia, então, a articulação de militantes LGBT do PSB em outros estados. Em maio de 2011, é realizada a primeira reunião de militantes LGBT do PSB, na sede do Diretório Nacional. Em dezembro do mesmo ano, é eleita a Executiva Nacional LGBT, formalizando a criação de um grupo LGBT vinculado à estrutura nacional do partido. Segundo o mesmo documento, existem núcleos LGBT organizados nos seguintes estados: Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

Ainda no campo da chamada esquerda partidária, temos o Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL). Criado em 2005 por iniciativa de ex-parlamentares do PT expulsos por votarem contrariamente à reforma da Previdência e por outros descontentes com os posicionamentos do partido quando no governo federal (Partido Socialismo e Liberdade, 2014), o PSOL tem se posicionado a favor das demandas LGBT. Nas eleições gerais de 2010, o partido surpreendeu o eleitorado paulista com a apresentação de um beijo entre dois rapazes em seu horário eleitoral, explicitamente vinculando o PSOL às demandas LGBT. Em 2011, foi criado o setorial LGBT vinculado ao diretório paulista do partido (UOL, 2011). Em pesquisas na internet, foram identificados mais dois setoriais LGBT estaduais (Amapá¹² e Rio de Janeiro¹³). Embora ainda não possua um setorial LGBT formalmente vinculado à estrutura partidária, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) tem se aberto para a discussão dos direitos sexuais, tendo criado um coletivo LGBT no partido em 2011 (Portal Vermelho, 2011). E mais recentemente (outubro de 2013), foi formado

¹¹ Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp.

¹² Vide Alexandro Colares (2011).

¹³ Vide Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (2011).

o setorial LGBT do Partido Verde, chamado PV Diversidade e vinculado ao seu diretório do estado de São Paulo.

Até aqui foram apresentados setoriais LGBT criados em partidos políticos identificados na literatura especializada como de esquerda (Kinzo, 1993; Figueiredo; Limongi, 1999; Rodrigues, 2002)¹⁴. Há, contudo, uma grande “novidade” em relação à inclusão da questão da diversidade sexual no âmbito partidário brasileiro: a criação de setoriais LGBT em partidos comumente identificados na literatura especializada como de “centro” e de “direita” no espectro ideológico. O primeiro desses partidos a contar com um setorial LGBT foi o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Embora já existissem desde 1994 grupos LGBT atuantes nas campanhas eleitorais do partido, o grupo Diversidade Tucana (DT) só foi criado oficialmente em 2006. De acordo com seu presidente, Marcos Fernandes, o DT é uma tentativa de tornar mais orgânica a organização de LGBT dentro do PSDB (Blog William De Lucca, 2012). O mesmo rejeita os rótulos de “conservador” e de “direita” muitas vezes atrelados ao PSDB, apontando o compromisso histórico do partido com a causa LGBT. Ele aponta, por exemplo, a inclusão da questão LGBT no Plano Nacional de Direitos Humanos ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e a criação, pelo então prefeito de São Paulo, José Serra (2005-2006), do primeiro órgão de governo específico para tratar da questão da diversidade sexual. Ainda de acordo com o presidente do DT, o grupo foca suas ações na conscientização das bancadas do PSDB na Câmara, no Senado e nas assembleias estaduais a respeito da importância de defender a diversidade sexual. Em várias passagens de sua fala, acusa a presidente Dilma Rousseff de estar refém dos parlamentares da bancada evangélica e afirma que, quando governador do estado de São Paulo (2006-2010), José Serra teria barrado a iniciativa de um deputado estadual aliado do governo e vinculado à bancada evangélica estadual de revogar a lei anti-homofobia do estado¹⁵. O DT encontra-se vinculado ao diretório paulista do PSDB. A partir de pesquisas na internet, foram identificados dois outros DT nos estados do Pará e Piauí (Partido da Social Democracia Brasileira, 2012).

Também vinculado ao diretório estadual paulista está o grupo Diversidade PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). De acordo com material disponibilizado pelo grupo em seu blog (Diversidade PTB, 2010), o Diversidade PTB foi criado em maio de 2010 por iniciativa do deputado federal Campos Machado. Em cerimônia realizada em uma conhecida casa noturna gay de São Paulo, o Diversidade PTB tem como seu presidente de honra Léo Áquila, famosa drag queen paulistana, que se candidatou aos cargos de deputado estadual em 2006 e de vereador em 2008 pelo Partido da República (PR) e a deputado estadual nas eleições de 2014 pelo Partido Social Liberal (PSL). Segundo o mesmo blog, o objetivo principal do grupo é “[...] trabalhar em prol de uma sociedade mais justa, uma sociedade

¹⁴ Na próxima parte do texto, apresento os critérios utilizados para a identificação ideológica dos partidos políticos brasileiros.

¹⁵ Lei estadual n. 10.948/2001.

que respeite a liberdade de cada um, para acabar de uma vez por todas com a discriminação existente” (Diversidade PTB, 2010). Não foi possível identificar as principais ações do grupo, assim como a existência de “Diversidade PTB” em outros diretórios estaduais.

Por fim, identificou-se a existência do grupo “Movimento Diversidade PMDB”. Criado em 2009, o grupo está vinculado ao diretório estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Rio Grande do Sul. Segundo seu estatuto, entre os objetivos do grupo estão: a) conscientização de LGBT da importância da política partidária; b) luta por maior participação do Movimento Diversidade PMDB em outros diretórios estaduais; e c) incentivo a que militantes LGBT do partido lancem candidaturas em todos os níveis de governo¹⁶. Não se identificaram quais são as principais formas de atuação do grupo, assim como não se encontrou “Movimento Diversidade PMDB” organizado em outros estados da federação.

Essa radiografia dos grupos LGBT organizados dentro das estruturas partidárias brasileiras aponta para a crescente importância que os direitos LGBT têm ganhado na política institucional nos últimos anos. Se nas décadas de 1980 e 1990 havia certo “monopólio” da representação política de LGBT por partidos identificados como de esquerda, observa-se a pluralização dessa representação, com grupos LGBT se organizando em partidos de posicionamentos políticos mais ao centro e à direita do espectro ideológico. Mesmo no campo da esquerda, nota-se maior pluralização da representação, com outros partidos, além dos tradicionais apoiadores da causa LGBT (PT e PSTU), criando setoriais LGBT vinculados às suas estruturas partidárias.

A despeito das diferenças existentes nos posicionamentos políticos dos partidos apresentados aqui, observa-se um elemento comum no que tange à inclusão da temática LGBT na estrutura partidária: o surgimento inicial de grupos e setoriais LGBT vinculados às estruturas municipais e estaduais dos partidos políticos. É interessante notar que a questão LGBT tende a ser incluída primeiramente no âmbito dos diretórios estaduais e municipais e apenas em um segundo momento passa a ser contemplada pela estrutura nacional dos partidos. Isso demonstraria certa capilaridade da temática LGBT, que surge nos âmbitos locais e progressivamente vai sendo absorvida pelas estruturas nacionais dos partidos. A única exceção a esse padrão é o PSTU, que já contava com um setorial de lésbicas e gays no seu diretório nacional quando da fundação do partido em 1994.

Outro interessante dado diz respeito à identidade dos grupos LGBT vinculados aos partidos políticos. Os setoriais LGBT dos partidos comumente identificados como de esquerda tendem a adotar as denominações “lésbicas e gays” ou “LGBT” em seus respectivos nomes, à exceção do PV-SP (que denomina seu setorial de PV Diversidade), enquanto que os grupos LGBT de partidos de centro ou de direita tendem a adotar a denominação “diversidade” em seus nomes (a exemplo dos

¹⁶ Artigo 3, Estatuto do Movimento Diversidade PMDB/RS (Partido do Movimento Democrático do Brasil, 2013).

setoriais LGBT do PSDB, PTB e PMDB). Uma possível razão para isso seria a que os militantes LGBT dos partidos de centro e de direita enfatizariam a questão da importância de respeitar a diversidade humana (e não apenas de orientação sexual/identidade de gênero), de maneira a evitar possíveis reações contrárias dentro de seus partidos. Afirmar claramente as identidades que constituem o movimento LGBT pode ser identificado por membros mais conservadores desses partidos como suposto “proselitismo” da homossexualidade¹⁷.

Outra possível razão seria a menor vinculação dos militantes LGBT dos partidos de centro e de direita ao movimento LGBT. Nos materiais disponibilizados pelos grupos “Diversidade” do PSDB, PTB e PMDB, não se identificaram atividades de seus respectivos membros junto ao movimento LGBT de seus estados ou ao movimento LGBT nacional. No caso dos presidentes de dois destes grupos (PSDB e PTB), há indícios, no material pesquisado na internet, de que suas carreiras políticas foram construídas fora do movimento LGBT, o que diferenciaria esses grupos dos setoriais LGBT dos partidos políticos de esquerda, nos quais existe maior vinculação com o movimento social. Esse parece ser também o caso do PV. Embora seja um partido comumente identificado pela literatura acadêmica como de “esquerda”, o PV Diversidade tem como coordenador André “Pomba” Cagni, conhecido DJ e empresário da noite paulistana, que possui uma trajetória de vinculação com a temática da diversidade sexual não diretamente vinculada ao ativismo no movimento LGBT local ou nacional. O mesmo foi candidato a deputado federal pelo partido em 2014.

Demandas LGBT e partidos políticos no Legislativo brasileiro

Os partidos políticos são considerados pela literatura acadêmica especializada (Duverger, 1980; Sartori, 1982; Downs, 1999) como atores privilegiados de canalização das diferentes demandas existentes na sociedade civil para o Estado nas democracias representativas. Eles seriam responsáveis por diversas funções em um sistema político democrático: a) recrutamento e seleção das elites governantes; b) elaboração de programas de governo e políticas públicas; c) agregação das demandas e interesses existentes na sociedade; d) coordenação e controle dos órgãos governamentais; e e) mobilização política dos indivíduos (Seiler, 2000).

Os partidos seriam, nessa óptica, os atores políticos principais na mediação entre a sociedade civil e o Estado. No caso específico brasileiro, vários cientistas políticos e sociólogos se engajaram em um intenso e produtivo debate sobre o papel desempenhado pelos partidos políticos no sistema político brasileiro. Enquanto alguns deles (Kinzo, 1993; Mainwaring, 1999) apontavam o fraco enraizamento dos partidos políticos na sociedade, o extremo personalismos dos políticos brasileiros

¹⁷ É bom lembrar que a grande maioria dos opositores dos direitos sexuais acusa o movimento LGBT de defender a aprovação de leis e regulamentos que supostamente promoveriam o “homossexualismo”. Este argumento foi reiteradamente utilizado por parlamentares contrários à aprovação do PL 122/2006, que criminalizava a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

e a quase indistinção ideológica entre os mesmos, outros autores (Figueiredo; Limongi, 1999) defendem a relevância dos partidos políticos na garantia da governabilidade, indicando para uma coerência ideológica em sua atuação parlamentar. Mais recentemente, outros autores tentaram compatibilizar as duas perspectivas, apontando para a relativa “força” dos partidos políticos brasileiros na arena legislativa e sua relativa “fraqueza” na arena eleitoral (Pereira; Mueller, 2003), enquanto que outros (Carreirão, 2006) demonstram certa coerência ideológica dos partidos políticos não apenas no legislativo, mas também no cenário eleitoral.

Até aqui se analisou como se deu a absorção da temática da livre orientação sexual/identidade de gênero nos partidos políticos brasileiros, vistos prioritariamente como organizações que promovem a articulação de interesses e a mobilização política dos indivíduos. Nesta parte do texto, analisar-se-á como os partidos políticos brasileiros têm se posicionado em relação às demandas do movimento LGBT nas últimas três décadas no Legislativo nacional brasileiro (Câmara dos Deputados e Senado Federal). Para tanto, serão analisadas três formas de engajamento dos partidos políticos na promoção dos direitos sexuais de LGBT. São elas: a) proposição de projetos de lei que beneficiam a população LGBT; b) adesão à Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT; e c) votação favorável a projetos de lei que reconheçam e garantam direitos à população LGBT.

Antes de analisar os posicionamentos dos partidos políticos em relação à promoção dos direitos de LGBT, é importante definir como classificar os partidos políticos do ponto de vista ideológico. Essa é uma tarefa árdua para sociólogos e cientistas políticos brasileiros, em virtude do relativamente alto número de partidos políticos e da consequente heterogeneidade de posicionamentos no espectro esquerda-direita. Para tanto, farei uso da classificação adotada por Yan Carreirão (2006) em sua análise dos padrões de coligações partidárias no estado de Santa Catarina. O autor resgatou a classificação da ideologia dos partidos políticos consagrada na literatura especializada (a exemplo de Kinzo, 1993; Figueiredo; Limongi, 1999; Rodrigues, 2002), definindo os partidos brasileiros como de “direita”, “centro”, “esquerda” e “ideologicamente indefinidos”. Essa última categoria inclui aqueles partidos que, por insuficiência de informações, não puderam ser identificados como de esquerda, centro ou direita. A classificação ideológica dos partidos políticos levou em conta não só os programas partidários, mas também as declarações de suas lideranças e o posicionamento, nas votações parlamentares, daqueles membros detentores de mandatos públicos (Carreirão, 2006)¹⁸.

É importante lembrar que os partidos políticos brasileiros sofreram diversas alterações, a exemplo da fusão e criação de novas siglas, desde a publicação do

¹⁸ A classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros consagrada na literatura leva em conta o posicionamento dos partidos apenas no âmbito nacional, o que acaba por não abarcar as nuances ideológico-programáticas existentes entre os diferentes partidos políticos no âmbito estadual. Um exemplo dessas diferenças, no que diz respeito aos direitos LGBT, pode ser observado no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Enquanto os tucanos paulistas têm se posicionado em várias circunstâncias favoráveis às demandas da população LGBT, no estado de Goiás observa-se o protagonismo do deputado João Campos, pastor da Igreja Assembleia de Deus, contrário aos direitos LGBT.

texto acima citado. Foram necessários alguns ajustes, para que o Quadro 1 refletisse o posicionamento dos partidos políticos existentes e com registro aprovado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na data de 31 de dezembro de 2014. Nos casos de alteração do nome da legenda ou da fusão de partidos políticos, manteve-se a classificação ideológica da sigla original¹⁹. Incluiu-se o Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) como de “esquerda”, dado que o mesmo, criado em 2005, constitui uma dissidência do PT e tem se identificado claramente com as bandeiras da esquerda brasileira (incluindo a defesa dos direitos LGBT). Nos casos de partidos recém-criados, como o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Pátria Livre (PPL), o Partido Ecológico Nacional (PEN), o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e o Solidariedade (SD), optou-se por classificá-los como “ideologicamente indefinidos” (Quadro 1).

No caso das proposições de leis e regulamentos que garantam direitos à população LGBT, farei uso de dados levantados por Rosa Oliveira (2012) na Câmara dos Deputados e no Senado Federal no período de 1995 a 2011. Foram identificadas pela autora 97 proposições legislativas, sendo 84 delas oriundas da Câmara dos Deputados e 13 do Senado Federal. Muitas dessas proposições contaram com a assinatura de mais de um parlamentar de diferentes partidos políticos. O partido que mais assinou projetos de lei favoráveis ao segmento LGBT foi o PT, com 38 assinaturas ao todo, seguido do PMDB com 10 assinaturas, PV com 9 assinaturas, PDT com 7 assinaturas e PSDB com 6 assinaturas (Oliveira, 2012: 60). Ao todo, foram 19 os partidos políticos que apoiaram a causa LGBT no Congresso Nacional²⁰.

Se agregarmos os partidos políticos de acordo com seu posicionamento no espectro ideológico, observa-se que a maioria das assinaturas (66, ou 60,55% do total) é oriunda de partidos de esquerda (Tabela 1). No entanto, não se pode desconsiderar que parte relevante das assinaturas é oriunda de partidos identificados na literatura acadêmica como de direita (22, ou 20,18%), seguida das assinaturas oriundas de partidos de centro (16, ou 14,68%) e ideologicamente indefinidos (5, ou 4,59% do total). Os dados demonstram que embora haja representação majoritária dos partidos de esquerda quando da proposição de leis pró-LGBT, não se pode afirmar que essa temática seja “exclusiva” da esquerda partidária no Congresso Nacional brasileiro. Da mesma forma, o PT, embora ocupe posição de destaque na assinatura de projetos de lei pró-LGBT no campo da esquerda partidária, compartilha com outras siglas a preocupação com o respeito da

¹⁹ Em estudo sobre as migrações partidárias entre os parlamentares brasileiros, Marengo dos Santos (2001) identificou que as mudanças de partidos não ocorrem de maneira aleatória. Os parlamentares tendem a trocar de legenda dentro do mesmo espectro ideológico, o que reforçaria a hipótese da consistência ideológica das lealdades partidárias. Sendo assim, é razoável supor que as siglas que mudaram de nome tendem a manter seus antigos posicionamentos ideológico-programáticos.

²⁰ Em seu levantamento, a autora não levou em conta as alterações ocorridas nas legendas partidárias no período analisado, considerando, por exemplo, o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Democratas (DEM) como se fossem dois partidos distintos, esquecendo que o PFL mudou seu nome para DEM em 2007. O mesmo ocorreu no caso do Partido Progressista Brasileiro (PPB) que passou a se chamar Partido Progressista (PP) em 2003.

Quadro 1 - Classificação dos partidos políticos a partir de sua posição no espectro ideológico (1986-2012).

Esquerda	Centro	Direita	Ideologicamente indefinidos
PT; PDT; PPS; PCdoB; PSB; PV; PSTU; PCO; PMN; PSOL; PCB	PMDB; PSDB	PP (PPB; PPR; PDS); DEM (PFL); PTC (PRN); PTB (PAN, PSD-1987 ²²); PSDC (PDC); PSC; PSP; PRP; PSL; PR (PL, PRONA); PRB	PST; PHS; PTC; PTdoB; PRTB; PTN; PSD-2011; PPL; PEN; PROS; SD

Fontes: Figueiredo e Limongi (1999); Carreirão (2006)

diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Isso aponta para a não congruência entre as clivagens ideológico-partidárias e a promoção dos direitos LGBT. Voltarei a esse ponto adiante.

Outra forma de medir o comprometimento dos partidos políticos com a defesa dos direitos sexuais é analisar as adesões de parlamentares a frentes parlamentares pró-direitos LGBT. As frentes parlamentares são grupos de parlamentares (deputados e/ou senadores) de caráter suprapartidário que se organizam em torno de temáticas de interesse comum. Segundo Coradini (2010), as frentes parlamentares são grupos que promovem a articulação de interesses, constituindo-se enquanto “espaços” de “opinião mobilizada” dentro do Parlamento. Além de agregar deputados e senadores com posicionamentos semelhantes em uma dada temática, as frentes parlamentares auxiliam nos processos de definição e organização de interesses, que ocorrem em interação tanto com a chamada “sociedade civil organizada” quanto os membros do poder Executivo. Segundo dados obtidos no sítio da Câmara dos Deputados, foram criadas na 54ª Legislatura (2011-2015) 163 frentes parlamentares. No caso específico da questão LGBT, a organização da primeira frente parlamentar ocorreu em outubro de 2003. Nomeada de “Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual”, a frente contava com a participação de deputados e senadores defensores dos direitos LGBT. O grupo promoveu diversos encontros e palestras sobre direitos sexuais. Os dados disponíveis apontam que a Frente contou com a assinatura de 89 parlamentares, sendo 80 (92,6%) deputados e 9 senadores (7,4%). Mais da metade dos parlamentares da Frente pela Livre Expressão Sexual era de petistas (47, ou 56% do total), seguida do PCdoB (com 5 parlamentares, ou 6% do total), do PDT e do PPS (ambos com 4 parlamentares, ou 4,8% do total) (Tabela 2).

Em 2007, com a eleição da 53ª Legislatura (2007-2011), a Frente foi renomeada para “Frente Parlamentar para a Cidadania GLBT”. Atualmente, vários parlamentares têm atuado no sentido de reorganizar a Frente Parlamentar pró-LGBT, sendo que

²¹ Utilizo a sigla PSD-1987 para diferenciar o Partido Social Democrático fundado em 1987 e incorporado ao PTB em 2006 do partido de mesmo nome fundado pelo ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, em 2011 (identificado como PSD-2011).

Tabela 1 - Assinaturas de projetos de lei pró-LGBT (1995-2011).

Partidos de esquerda		
PT	38	34,86%
PV	9	8,26%
PDT	7	6,42%
PSB	6	5,50%
PCdoB	2	1,83%
PPS	2	1,83%
PSOL	2	1,83%
		60,55%
Partidos de centro		
PMDB	10	9,17%
PSDB	6	5,50%
		14,68%
Partidos de direita		
DEM/PFL	6	5,50%
PSC	5	4,59%
PP/PPB	3	2,75%
PR	2	1,83%
PTB	3	2,75%
PRB	2	1,83%
PRONA	1	0,92%
		20,18%
Partidos ideologicamente indefinidos		
PST	2	1,83%
PTC	2	1,83%
PHS	1	0,92%
		4,59%
Total		
	109	100,00%

Fonte: Oliveira (2012)

Tabela 2 - Filiação partidária Membros da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual (2003-2007) (INOVA, 2005).

	Frequência	(%) do total	Percentual válido
PT	47	56,0	56,0
PC do B	5	6,0	6,0
DEM/PFL	3	3,6	3,6
PDT	4	4,8	4,8
PP	2	2,4	2,4
PSB	3	3,6	3,6
PMDB	3	3,6	3,6
PR/PL	3	3,6	3,6
PPS	4	4,8	4,8
PV	2	2,4	2,4
PTB	3	3,6	3,6
PSDB	2	2,4	2,4
PSOL	3	3,6	3,6
Total	84	100,0	100,0

Fonte: Inova GLTTB

até o presente momento (dezembro de 2014) ela ainda não havia sido formalizada²². Durante sua vigência, a Frente contou com a assinatura de 215 parlamentares, sendo 199 (92,6%) deputados e 16 senadores (7,4%). No que se refere à filiação partidária dos parlamentares, o PT, como esperado, é o partido com o maior número de membros da Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT (74, ou 34,4% do total). Contudo, nota-se um dado interessante, que reforça a hipótese da não congruência entre clivagens ideológico-partidárias e posicionamento favorável aos direitos LGBT: o partido com o segundo maior contingente de parlamentares é o PMDB com 26 parlamentares (ou 12,1% do total), comumente identificado como de “centro”, sendo seguido em quarto lugar pelo Democratas (DEM, antigo PFL), com 14 parlamentares (ou 6,5% do total), classificado pela literatura especializada como de “direita” (Tabela 3).

Já quando agregamos os partidos políticos de acordo com suas identidades ideológicas, observa-se que a grande maioria (132, ou 61,4% do total) dos deputados e senadores da Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT pertence a partidos políticos identificados como de “esquerda”, sendo seguidos dos deputados de “direita”, com 43 parlamentares (ou 20% do total), e de “centro” com 38 parlamentares (17,7% do total) e de partidos ideologicamente indefinidos (2, ou 0,9% do total) (Tabela 4). É interessante notar a equivalência entre esses dados e os referentes a proposições de projetos de lei pró-LGBT. Uma provável razão é que há uma alta probabilidade de que os parlamentares que apresentam projetos de lei que favorecem o segmento LGBT também façam parte da Frente Parlamentar. Contudo, não se pode esquecer que o número de filiados à Frente Parlamentar (215 parlamentares) é quase o dobro do número de assinaturas favoráveis a propostas de legislação em prol dos direitos sexuais (109 assinaturas) (Oliveira, 2012), o que demonstra que vários são os deputados e/ou senadores que se posicionam a favor da causa LGBT, sem que isso implique necessariamente o apoio declarado a projetos de lei para esse segmento da população. Esses dados apontam certa consistência no apoio dos parlamentares brasileiros aos direitos sexuais, que conta com a presença majoritária dos partidos de “esquerda”, mas também o apoio expressivo de partidos de “centro” e de “direita”.

Agora analisar-se-ão as votações de proposições legislativas que visavam à promoção de direitos da população LGBT no Brasil. Foram pesquisadas todas as iniciativas legislativas que contemplaram esse segmento da população desde o retorno dos governos civis (1985) até os dias de hoje (2012). Foram identificadas (quatro) propostas de mudança na legislação que especificamente contemplavam a promoção dos direitos sexuais de LGBT. Foram elas:

- 1) Proposta de inclusão do termo “orientação sexual” nas razões de não discriminação do artigo 3º da Constituição Federal (Assembleia Nacional Constituinte, julho de 1987 e janeiro de 1988);

²² As frentes parlamentares duram até o fim da legislatura nas quais foram criadas, sendo necessária sua rearticulação após a investidura dos novos parlamentares.

- 2) Proposta de inclusão do termo “orientação sexual” nas razões de não discriminação do artigo 3º da Constituição Federal (Revisão Constitucional, fevereiro de 1994);
- 3) Projeto de Lei n. 1.151/1995, que reconhece a Parceria Civil Registrada (PCR) entre pessoas do mesmo sexo (Comissão Especial, Câmara dos Deputados, novembro de 1996);
- 4) Projeto de Lei n. 5.003/2001, que criminaliza a homofobia (Comissão de Constituição e Justiça, Câmara dos Deputados, novembro de 2005).

A proposta de inclusão do termo “orientação sexual” nas razões de não discriminação elencadas na constituição foi objeto de votação nominal na comissão

Tabela 3 - Filiação partidária Membros da Frente Parlamentar Cidadania GLBT (2007-2011).

	Frequência	(%) do total	Percentual válido
PT	74	34,4	34,4
PC do B	12	5,6	5,6
DEM	14	6,5	6,5
PDT	11	5,1	5,1
PP	11	5,1	5,1
PSB	16	7,4	7,4
PMDB	26	12,1	12,1
PR	7	3,3	3,3
PPS	8	3,7	3,7
PV	6	2,8	2,8
PMN	1	,5	,5
PTB	8	3,7	3,7
PSDB	12	5,6	5,6
PSOL	4	1,9	1,9
PHS	1	,5	,5
PSC	3	1,4	1,4
PTC	1	,5	,5
Total	215	100,0	100,0

Fonte: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2014)

Tabela 4 - Filiação ideológico-partidária Membros da Frente Parlamentar Cidadania GLBT (2007-2011).

	Frequência	(%) do total	Percentual válido
Esquerda	132	61,4	61,4
Centro	38	17,7	17,7
Direita	43	20,0	20,0
Indefinidos ideologicamente	2	,9	,9
Total	215	100,0	100,0

Fonte: Projeto Aliadas (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2014)

de sistematização em julho de 1987 e novamente no plenário da Assembleia Nacional Constituinte em 1988²³. A segunda proposta versava sobre o mesmo tema e foi votada no plenário, em sessão conjunta da Câmara e do Senado. No caso da PCR, embora tenha sido aprovado na Comissão Especial, o projeto de lei nunca foi votado pelo plenário. Em duas ocasiões o projeto de lei chegou a ser colocado na pauta de votação, sendo então retirado pelos seus defensores, por receio de sua rejeição pelos parlamentares (Santos, 2011). Já no que se refere ao projeto de lei de criminalização da homofobia, após ter sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados por unanimidade, o mesmo foi encaminhado para votação em plenário em regime de urgência, sendo aprovado por votação simbólica em 2006. Posteriormente, o projeto de lei foi encaminhado para o Senado Federal, onde sofreu intensa oposição de senadores vinculados à FPE. O PLC 122/2006 tramitou no Senado Federal até o ano de 2011, quando foi regimentalmente arquivado²⁴.

A proposta de inclusão do termo “orientação sexual” na constituição foi apresentada pelo grupo Triângulo Rosa-RJ, tendo sido seu presidente, João Antônio Mascarenhas, o principal porta-voz do MHB em defesa da medida. Como tem ocorrido em todas as votações de projetos de lei que visam garantir direitos a LGBT, a atuação da bancada evangélica foi decisiva para a rejeição da proposta. Depois de acalorados debates²⁵, a proposta foi rejeitada por 60 votos contrários e 32 votos a favor de um total de 92 parlamentares presentes (Tabela 5). Ao cruzarmos os dados de posicionamentos (favorável ou não à proposta) com a filiação partidária do constituinte, observa-se que o principal defensor da proposta foi o PMDB, com 18 votos favoráveis (56,3% do total de votos favoráveis). Contudo, ao olharmos para os constituintes contrários à proposta, a maioria também é filiada ao PMDB (29 ou 48,3% do total de votos contrários). Isso é explicável, primeiramente, pelo fato de o PMDB constituir a maior bancada da ANC. Mas também parece indicar que a filiação ideológico-partidária é um fraco indicador do posicionamento dos parlamentares em relação a propostas de legislação pró-LGBT.

Ao agregarmos os partidos políticos de acordo com suas posições ideológicas, nota-se que o centro ideológico continua a ser o principal apoiador da causa homossexual na ANC (20 votos, ou 62,5% do total de votos favoráveis), sendo seguido pelos partidos de esquerda com 7 votos (21,9% do total de votos favoráveis) (Tabela 6). Quando olhamos para os opositores dos direitos homossexuais, nota-se também o predomínio dos partidos de centro (29 votos, ou 48,3% do total de votos contrários), seguido dos partidos de direita com 28 votos (46,7% do total de votos

²³ As votações da Assembleia Nacional Constituinte e do Congresso Revisional eram realizadas de forma conjunta por deputados e senadores.

²⁴ De acordo com o parágrafo 1º do artigo 332 do Regimento Interno do Senado (Senado Federal, 1970), todos os projetos de lei que tramitaram por mais de duas legislaturas e não foram votados são automaticamente arquivados.

²⁵ Para uma análise dos debates em torno da proposta na ANC, vide Câmara (2002) e Santos (2011).

Tabela 5 - Comissão de sistematização – ANC (1987).

		Posicionamento na votação		Total	
		SIM	NÃO		
Partido político	PT		2	0	2
		%	6,3%	0,0%	2,2%
	PFL		2	19	21
		%	6,3%	31,7%	22,8%
	PDT		3	0	3
		%	9,4%	0,0%	3,3%
	PDS		0	5	5
		%	0,0%	8,3%	5,4%
	PSB		1	0	1
		%	3,1%	0,0%	1,1%
	PMDB		21	29	50
		%	65,6%	48,3%	54,3%
	PL		0	1	1
		%	0,0%	1,7%	1,1%
PTB		1	3	4	
	%	3,1%	5,0%	4,3%	
PDC		1	0	1	
	%	3,1%	0,0%	1,1%	
PCB		1	0	1	
	%	3,1%	0,0%	1,1%	
Sem Partido		0	3	3	
	%	0,0%	5,0%	3,3%	
Total			32	60	92
%		100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Anais da ANC

Tabela 6 - Comissão de sistematização ANC (1987).

		Posicionamento na votação		Total	
		SIM	NÃO		
Ideologia partidária	Esquerda		7	0	7
		%	21,9%	0,0%	7,6%
	Centro		21	29	50
		%	65,6%	48,3%	54,3%
	Direita		4	28	32
		%	12,5%	46,7%	34,8%
Ideologicamente indefinido		0	3	3	
	%	0,0%	5,0%	3,3%	
Total			32	60	92
%		100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Anais da ANC

contrários). Observou-se também a inexistência de parlamentares de esquerda entre os opositores dos direitos homossexuais.

Embora rejeitada na Comissão de Sistematização, a proposta voltou ao plenário da ANC, por iniciativa do então deputado constituinte José Genoíno (PT/SP), que apresentou destaque em fevereiro de 1988. Mais uma vez a proposta foi rejeitada por 317 votos contrários, 130 favoráveis e 14 abstenções (Tabela 7). Ao compararmos o placar da votação em plenário com a votação da comissão de sistematização, identifica-se o mesmo padrão de posicionamento dos parlamentares em relação aos direitos de LGBT. Dentre os parlamentares favoráveis, a maioria era filiada ao PMDB (70 parlamentares, ou 54,3% de votos favoráveis²⁶), assim como a maioria dos parlamentares contrária à proposta (146 parlamentares, ou 47,1% dos votos contrários).

O padrão também se mantém quando agregamos os partidos de acordo com sua identidade ideológica. Os partidos de “centro” figuram entre os principais defensores (73 votos ou 56,6% dos votos favoráveis) e opositores (148 votos, ou 47,7% dos votos contrários) dos direitos dos homossexuais (Tabela 8). A diferença é que quando olhamos para os “segundos lugares”, nota-se que estes são ocupados pelos partidos de esquerda, quando se trata de votação favorável à proposta de destaque (41 votos ou 31,8% dos votos favoráveis) e pelos partidos de direita no que se refere aos opositores da proposta (143 votos, ou 46,1% dos votos contrários).

Quando promulgada em outubro de 1988, a nova constituição brasileira previu, no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a realização, no prazo de cinco anos, de uma revisão constitucional, na qual a constituição poderia ser alterada pela “maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral”. Por iniciativa do então deputado federal Fábio Feldman (PSDB/SP), a proposta de inclusão do termo “orientação sexual” nas razões de não discriminação previstas no inciso IV do artigo 3º da constituição voltou à discussão no plenário do Congresso Nacional, tendo sido novamente rejeitada por 250 votos contrários, 53 favoráveis e 7 abstenções (Tabela 9). Ao analisarmos os votos favoráveis, nota-se que o PSDB²⁷ assume a liderança entre os partidos políticos pró-direitos dos homossexuais, com 19 votos favoráveis (35,2% dos votos favoráveis), sendo seguido pelo PFL (9, ou 16,7% dos votos favoráveis), pelo PMDB e pelo PPR (ambos com 7 votos ou 13% dos votos favoráveis cada).

Ao agregar os partidos por ideologia, observa-se uma vez o predomínio dos parlamentares dos partidos de centro entre os defensores dos direitos homossexuais, com 26 votos (48,1% dos votos favoráveis) (Tabela 10). A “surpresa” é o apoio de 21 parlamentares de partidos de direita (38,9% dos votos favoráveis) à proposta. É importante salientar que essa porcentagem maior de votos de partidos de direita pode estar relacionada à ausência do PT na votação. Na época, o diretório

²⁶ O total de votos levados em conta nas Tabelas 7 e 8 é de 452, visto que não foi possível identificar a filiação partidária de 9 constituintes.

²⁷ É bom salientar que o PSDB foi fundado a partir de uma dissidência do PMDB.

Tabela 7 - Plenário ANC (1988).

		Posicionamento na votação			Total	
		SIM	NÃO	Abstenção		
Partido político	PT		16	0	0	16
		%	12,3%	0,0%	0,0%	3,5%
	PC do B		3	0	0	3
		%	2,3%	0,0%	0,0%	,7%
	PFL		6	94	3	103
		%	4,6%	30,1%	23,1%	22,6%
	PDT		15	9	0	24
		%	11,5%	2,9%	0,0%	5,3%
	PDS		3	30	2	35
		%	2,3%	9,6%	15,4%	7,7%
	PSB		4	0	0	4
		%	3,1%	0,0%	0,0%	,9%
	PMDB		74	148	7	229
		%	56,9%	47,4%	53,8%	50,3%
	PL		0	7	0	7
		%	0,0%	2,2%	0,0%	1,5%
	PTB		1	11	0	12
		%	,8%	3,5%	0,0%	2,6%
	PSC		1	0	0	1
		%	,8%	0,0%	0,0%	,2%
PDC		0	4	0	4	
	%	0,0%	1,3%	0,0%	,9%	
PCB		3	0	0	3	
	%	2,3%	0,0%	0,0%	,7%	
Sem partido		4	9	1	14	
	%	3,1%	2,9%	7,7%	3,1%	
Total			130	312	13	455
%		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Anais da ANC

nacional do partido impediu os parlamentares do partido de manifestar seu voto na Revisão Constitucional²⁸. Contudo, não se pode negar o peso dos parlamentares de direita entre os apoiadores da proposta. Já entre os opositores, os partidos de direita assumiram a liderança entre os parlamentares contrários à proposta, com 151 votos (60,4% dos votos contrários), seguidos pelos parlamentares de centro (88 votos, ou 35,2% do total de votos contrários).

As sucessivas derrotas experimentadas pelas propostas de legislação em prol dos direitos de homossexuais no Congresso Nacional não arrefeceram os ativistas LGBT. Em dezembro do ano seguinte (1995), a então deputada Marta Suplicy (PT/SP) apresentou o Projeto de Lei n. 1.151, que visava reconhecer a união civil

²⁸ Vide João Antônio Mascarenhas (1994).

Tabela 8 - Plenário ANC (1988).

		Posicionamento na votação			Total	
		SIM	NÃO	Abstenção		
Ideologia partidária	Esquerda		41	9	0	50
		%	31,5%	2,9%	0,0%	11,0%
	Centro		74	148	7	229
		%	56,9%	47,4%	53,8%	50,3%
	Direita		11	146	5	162
		%	8,5%	46,8%	38,5%	35,6%
	Ideologicamente indefinido		4	9	1	14
		%	3,1%	2,9%	7,7%	3,1%
Total			130	312	13	455
%		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Anais da ANC

(posteriormente alterada para Parceria Civil Registrada²⁹) entre casais do mesmo sexo. Foram realizadas ao longo do ano de 1996 treze reuniões para debater a relevância da matéria e a sua constitucionalidade. Após os debates, o parecer do então deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ) foi submetido à votação na Comissão Especial e aprovado por 11 votos favoráveis e 5 contrários. Mesmo com o parecer favorável do relator, o projeto nunca chegou a ser votado no plenário, por receio de ser rejeitado. Na década seguinte à apresentação do PCR, a então deputada Iara Bernardi (PT/SP) apresentou projeto de lei que criminaliza práticas discriminatórias direcionadas a LGBT (PL 5.003/2001) nos mesmos termos da lei que proíbe a discriminação por raça e gênero³⁰. O projeto de lei foi discutido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados em 2005 e aprovado por unanimidade dos presentes (57 parlamentares). Posteriormente o mesmo foi aprovado por votação simbólica no plenário e remetido ao Senado Federal, onde foi discutido nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, mas nunca chegou a ser votado.

É difícil estabelecer comparações entre as votações realizadas no plenário e as ocorridas nas Comissões, já que aquelas contaram com a presença de diversos parlamentares das duas casas (Câmara e Senado), enquanto que estas tiveram um número reduzido de membros da Câmara dos Deputados³¹. Além disso, uma das votações (criminalização da homofobia) foi vencida por unanimidade, faltando assim informações relevantes sobre o perfil dos opositores da proposta³². No entanto, se agregarmos os votos dos parlamentares de acordo com a identificação ideológica

²⁹ Para mais detalhes sobre os debates em torno do projeto de parceria civil, vide Mello (2005) e Santos (2011).

³⁰ Lei federal n. 7.716/1989.

³¹ O partido político com a maior bancada na Comissão Especial de votação do PCR em 1996 foi o PPB, com 3 deputados, enquanto que na votação da criminalização da homofobia, em 2005, a maior bancada na CCJ era a do PT com 12 deputados.

³² De acordo com as notas taquigráficas (Câmara dos Deputados, 2006), o projeto de lei não chegou a ser discutido na comissão, sendo aprovado por votação simbólica.

de seus partidos, observa-se que a partir de 1996 os partidos de “esquerda” assumem a liderança na defesa dos direitos LGBT, com 54,5% dos votos favoráveis (6 deputados) à PCR (Tabela 11) e 43,9% dos votos favoráveis (25 deputados) à

Tabela 9 - Revisão Constitucional (Câmara dos Deputados, 1994).

		Posicionamento na votação			Total	
		SIM	NÃO	Abstenção		
Partido político	PT		0	0	1	1
		%	0,0%	0,0%	14,3%	,3%
	PFL		10	52	1	63
		%	18,5%	20,8%	14,3%	20,3%
	PDT		0	4	1	5
		%	0,0%	1,6%	14,3%	1,6%
	PDS		6	50	1	57
		%	11,1%	20,0%	14,3%	18,3%
	PMDB		9	74	3	86
		%	16,7%	29,6%	42,9%	27,7%
	PL		2	15	0	17
		%	3,7%	6,0%	0,0%	5,5%
	PPS		1	0	0	1
		%	1,9%	0,0%	0,0%	,3%
	PV		1	0	0	1
		%	1,9%	0,0%	0,0%	,3%
	PMN		1	1	0	2
		%	1,9%	,4%	0,0%	,6%
	PTB		3	11	0	14
		%	5,6%	4,4%	0,0%	4,5%
	PSDB		17	14	0	31
		%	31,5%	5,6%	0,0%	10,0%
	PSC		0	2	0	2
		%	0,0%	,8%	0,0%	,6%
	PRN		2	16	0	18
		%	3,7%	6,4%	0,0%	5,8%
	PSD		0	1	0	1
		%	0,0%	,4%	0,0%	,3%
PST		0	1	0	1	
	%	0,0%	,4%	0,0%	,3%	
PDC		1	6	0	7	
	%	1,9%	2,4%	0,0%	2,3%	
PCB		0	1	0	1	
	%	0,0%	,4%	0,0%	,3%	
Sem Partido		1	2	0	3	
	%	1,9%	,8%	0,0%	1,0%	
Total			54	250	7	311
%		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Diário da Câmara dos Deputados

Tabela 10 - Revisão Constitucional (Câmara dos Deputados, 1994).

		Posicionamento na votação			Total	
		SIM	NÃO	Abstenção		
Ideologia partidária	Esquerda		3	6	2	11
		%	5,6%	2,4%	28,6%	3,5%
	Centro		26	88	3	117
		%	48,1%	35,2%	42,9%	37,6%
	Direita		24	152	2	178
		%	44,4%	60,8%	28,6%	57,2%
	Ideologicamente indefinido		1	4	0	5
		%	1,9%	1,6%	0,0%	1,6%
Total			54	250	7	311
%		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Diário da Câmara dos Deputados

criminalização da homofobia. Observa-se também que os parlamentares dos partidos identificados como de direita passam a ser o segundo maior contingente de deputados apoiadores dos direitos LGBT com 27,3% dos votos favoráveis (3 deputados) à PCR e 33,3% dos favoráveis (19 deputados) à criminalização da homofobia (Tabela 12).

Se compararmos as assinaturas de proposições legislativas com a adesão à Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT e as votações de projetos de lei que promovem os direitos sexuais de LGBT, observa-se um dado interessante. Nas décadas de 1990 e 2000³³, há certo padrão de apoio à causa LGBT na Câmara dos Deputados. Os partidos de esquerda tendem a liderar a defesa dos direitos LGBT, com uma proporção de parlamentares variando entre 61,4% (Adesão à Frente Parlamentar) e 43,9% (votação da criminalização da homofobia), sendo seguidos pelos partidos de direita, com uma porcentagem de parlamentares apoiadores da temática LGBT variando entre 33,3% (votação da criminalização da homofobia) e 20% (Adesão à Frente Parlamentar) e pelos partidos de centro, com um percentual de apoio parlamentar entre 22,8% (votação da criminalização da homofobia) e 14,7% (assinatura de proposições legislativas). Os dados demonstram que não há uma equivalência entre as clivagens ideológico-partidárias e os posicionamentos dos parlamentares em torno da questão dos direitos LGBT. Isso demonstra que a temática LGBT no Congresso Nacional logra apoio de partidos políticos de diferentes ideologias. Além das assinaturas de projetos de lei, da adesão à Frente Parlamentar GLBT e das votações favoráveis a propostas de legislação pró-LGBT, pode-se agregar o recente surgimento de setoriais LGBT em partidos de centro e de direita como demonstração do apoio plural que a temática LGBT tem ganhado atualmente no quadro partidário brasileiro.

³³ Excluiu-se a votação da Revisão Constitucional, por esta não ter contado com a presença dos parlamentares do PT.

Tabela 11 - Parceria Civil Registrada – Comissão Especial (Câmara dos Deputados, 1996).

		Posicionamento na votação		Total	
		SIM	NÃO		
Partidos por ideologia	Esquerda		6	0	6
		%	54,5%	0,0%	37,5%
	Centro		2	1	3
		%	18,2%	20,0%	18,8%
	Direita		3	4	7
		%	27,3%	80,0%	43,8%
Total			11	5	16
%		100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Comissão Especial, Câmara dos Deputados

Tabela 12 - Criminalização da homofobia – CCJ (Câmara dos Deputados, 2006)³⁴.

		Frequência	(%)	Percentual válido
Partidos políticos	Esquerda	25	43,9	43,9
	Centro	13	22,8	22,8
	Direita	19	33,3	33,3
	Total	57	100,0	100,0

Fonte: Comissão de Constituição e Justiça, Câmara dos Deputados

Considerações finais

O presente texto foi um esforço de elaborar uma radiografia de como a questão dos direitos LGBT tem sido contemplada pelos partidos políticos brasileiros nas últimas três décadas. A maior visibilidade pública do movimento LGBT, principalmente por meio das Paradas do Orgulho LGBT, vem se somar aos esforços de grupos de militância homossexual e ativistas individuais para sensibilizar a elite política brasileira da necessidade de se aprovar leis e regulamentos que defendam os direitos do segmento LGBT. Como visto ao longo do texto, o envolvimento prematuro do então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) com a política institucional não se converteu necessariamente na aprovação de leis pelo Legislativo nacional. Os poucos ganhos em termos de reconhecimento legal e de garantia de direitos foram alcançados em outras instâncias estatais (poderes Executivo e Judiciário). Mesmo com uma base de apoio relativamente plural do ponto de vista ideológico-partidário, o movimento LGBT não logrou avançar com sua agenda legislativa.

A oposição de setores conservadores adentro do Congresso Nacional tem sido importante para a rejeição de propostas de leis favoráveis as chamadas “minorias sexuais”, a exemplo das votações da inclusão do termo “orientação sexual” na

³⁴ Inseriu-se uma tabela de frequência, pois a votação foi unânime em favor da aprovação do projeto de lei.

cláusula antidiscriminatória da Constituição na ANC (1987 e 1988) e na Revisão Constitucional (1994). Mesmo nos casos em que se conseguiu a aprovação de projetos de lei favoráveis à população LGBT (como no caso da PCR em 1996 e da criminalização da homofobia em 2005), a ação de setores religiosos foi decisiva para a obstrução do trâmite destas propostas (Santos, 2011).

Se o cenário legislativo brasileiro é pouco promissor para as reivindicações do movimento LGBT, o âmbito partidário parece dar demonstrações de estar mais permeável às demandas desse segmento da população. Isso é fruto, em grande medida, da luta e da mobilização de ativistas LGBT dentro das agremiações partidárias ao longo destes anos. Mobilizações que, muitas vezes, geraram diversas tensões e conflitos no seio da militância homossexual, haja vista os diversos “rachas” ocorridos nos grupos do movimento organizado que tinham como uma das razões a questão da autonomia do movimento social frente aos partidos políticos. Se inicialmente a questão LGBT se restringia ao âmbito da esquerda, o que se observa recentemente é a maior pluralização da representação política desse segmento, com a presença de setoriais LGBT em partidos políticos que se localizam ao centro e à direita no espectro ideológico.

Essa maior pluralização da representação política de LGBT aponta para um traço característico das políticas sexuais no Brasil: não há uma equivalência direta entre as clivagens partidárias e a defesa nos direitos LGBT. Embora haja maior tendência de membros de partidos de esquerda a apoiarem a causa LGBT (dada à vinculação histórica do movimento LGBT com a esquerda partidária, principalmente com o PT, e ao apoio de parlamentares de esquerda às pautas “progressistas”), observa-se que vários membros de partidos de “direita” e de “centro” tanto votaram a favor de propostas de legislação favoráveis a LGBT quanto apresentaram propostas de leis favorável a esse segmento da população.

Nesse sentido, é preciso buscar outra variável para explicar a dificuldade em se aprovar legislações favoráveis à população LGBT. Embora não tenhamos dados suficientes para explorar tal hipótese, a observação das votações de projetos de lei pró-livre orientação sexual/identidade de gênero parece indicar que a vinculação religiosa dos parlamentares, majoritariamente daqueles que fazem parte da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), parece ser relevante para explicar a oposição à extensão de direitos aos homossexuais do que sua vinculação partidária. Ao que parece, no Brasil, a clivagem religiosa desempenha importante papel para explicar a oposição aos direitos LGBT, já que as chamadas “questões morais” (aborto, descriminalização do uso de drogas e casamento entre pessoas do mesmo sexo) agregam os diferentes setores religiosos em oposição às chamadas pautas progressistas³⁵.

A maior participação de LGBT nos partidos políticos, não só por meio dos setoriais LGBT vinculados às estruturas organizacionais, mas também por meio das eleições, e a maior presença de suas reivindicações na política institucional,

³⁵ Para uma análise mais detalhada da atuação política dos evangélicos no Brasil, vide Campos Machado (2006).

desponta como uma das principais transformações vivenciadas pela política brasileira neste princípio de século.

Referências

- ALEXANDRO COLARES. *Criação do setorial LGBT PSOL /AP*. 2011. Disponível em: <<http://alexandrocolares.blogspot.com.br/2011/11/criacao-do-setorial-lgbt-psol-ap.html>>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento "C")*. Brasília, 1987, pp. 97-98.
- _____. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília, 1988, pp. 421-425.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ABGLT. *Projeto Aliadas*. 2014. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/aliadas.php>>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- BLOG WILLIAM DE LUCCA. *Presidente da Diversidade do PSDB: "Dilma assinou compromisso com fundamentalistas evangélicos, enquanto o Serra, não"*. 2012. Disponível em: <<http://deluccamartinez.wordpress.com/2012/03/24/presidente-da-diversidade-do-psdb-dilma-assinou-compromisso-com-fundamentalistas-evangelicos-enquanto-o-serra-nao/>>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo, Editora UNESP, 1995.
- BÖER, Alexandre. *Polêmica em Porto Alegre: capital gaúcha terá duas paradas gays este ano*. Visão Real, 2005. Disponível em: <http://www.visaoreal.com.br/parada_gay_2_poa.htm>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro, Academia Avançada, 2002.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário dos Trabalhos Revisionais*. Brasília, Fevereiro de 1994, pp. 611-614.
- _____. Comissão Especial. Sessão Deliberativa. 10 de dezembro. *Aprovação do parecer do relator, Deputado Roberto Jefferson, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de lei 1151, com substitutivo. 50ª Legislatura*. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=.16329>>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- _____. Plenário. *Sessão Ordinária*. 23 de novembro. 52ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/ordemdoDia/ordemDetalheReuniaoPle.asp?codReuniao=13814>>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- CAMPOS MACHADO, Maria das Dores. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*. Campinas, v. 12, n. 1, Abril/Maio 2006, pp. 136-163.

- CENTRAL DE NOTÍCIAS MIXBRASIL. *Beto de Jesus se desliga da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo*. 2002a.
- _____. *Vice-presidente da Associação da Parada contesta versão de barraco em reunião da entidade*. 2002b.
- CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, Junho 2010, pp. 241-256.
- DEHESA, Rafael de la. El sexo y la revolución: la liberación lésbico-gay y la izquierda partidaria en Brasil. *Revista de Estudios Sociales*. Colombia, n. 28, 2007, pp. 44-55.
- DIVERSIDADE PTB. *Nasce o 12º Departamento petebista*. 2010. Disponível em: <http://ptbdiversidade.blogspot.com.br/2010/05/nasce-o-12-departamento-petebista-ptb_3798.html#/2010/05/nasce-o-12-departamento-petebista-ptb_3798.html>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, Edusp, 1999.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília, Editora da UnB, 1980.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.
- FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- GIACOMINI, Paulo. Gays pedem voto contra o preconceito. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1996.
- GREEN, James Naylor. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. *Cadernos AEL*. Campinas, v. 10, n. 18-19, 2003, pp. 17-39.
- _____. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo, Editora UNESP, 2000.
- GREEN, James Naylor; POLITO, R. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2006.
- GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Salvador, v. 2, Março 1982.
- HISTÓRIA VERMELHA. *Setorial LGBT petista realiza seminários para coordenadores estaduais*. 2012. Disponível em: <<http://historiavermelha.blogspot.com.br/2012/07/setorial-lgbt-petista-realiza.html>>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- INOVAGLTTB. Frente parlamentar mista pela livre expressão sexual. 2005. Disponível em: <<http://inovaglttb.blogspot.com.br/2005/07/frente-parlamentar-mista-pela-livre.html>>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- KINZO, Maria. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1993.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

- MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.
- MARENCO DOS SANTOS, A. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 16, n. 45, Fevereiro 2001, pp. 69-83.
- MASCARENHAS, João Antônio. Os homossexuais e a constituição federal. *Jornal Nós Por Exemplo*, março/abril 1994.
- MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- MENEZES, Soraya. Lutando contra a discriminação sem medo de ser diferente. São Paulo: PSTU, 2002. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/3357>>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- MOTT, Luiz. *Sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas, Papirus, 1989.
- NERY, Natuza; FALCÃO, Márcio. Líderes evangélicos cobram de Dilma ‘carta à nação’ sobre temas polêmicos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 out. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/813929-lideres-evangelicos-cobram-de-dilma-carta-a-nacao-sobre-temas-polemicos.shtml>>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues. *Direitos sexuais de LGBTTTT no Brasil: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal*. Brasília, Ministério da Justiça, 2012.
- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB. *PSDB fundará Diversidade Tucana no Piauí*. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://tucano.org.br/noticias-dopbdb/psdb-fundara-diversidade-tucana-no-piaui>>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO BRASIL – PMDB. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.pmdbportoalegre.org.br/pdf/pmdb-diversidade.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2013.
- PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL. 2014. Disponível em: <<http://psol50.org.br/site/paginas/1/nossa-historia>>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB. *Caderno de orientações políticas do segmento LGBT socialista*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.psb40.org.br/downloads/lgbt/caderno_lgbt_orientacoes.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003, pp. 735-771.
- PORTAL VERMELHO. *PCdoB lança coletivo e fortalece atuação no movimento LGBT*. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=8&id_noticia=167559>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- RODRIGUES, Julian. Carta aberta à presidenta Dilma. *Linha Direta*, São Paulo, 26 maio 2011. Disponível em: <<http://www.pt-sp.org.br/noticia/p/?id=4593>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados*. São Paulo, Edusp, 2002.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Estado, projetos políticos e trajetórias individuais: um estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo, Dissertação de mestrado, Ciência Política, Unicamp, 2006.
- _____. Cidadania e direitos sexuais: um estudo comparativo do reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo no Brasil e na África do Sul. Tese de doutorado, Ciência Política, Unicamp, 2011.
- _____. Sexual diversity and electoral politics: analysing transgender political candidacies in Contemporary Brazil. In: *X IASSCS Conference*. Dublin, Republic of Ireland, 2015.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília, Editora da UnB, 1982.
- SEILER, Daniel-Louis. *Os partidos políticos*. Brasília, Editora UnB, 2000.
- SENADO FEDERAL. Regimento Interno do Senado Federal: resolução nº 93. Brasília, 1970. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/documents/12427/45868/RISFCCompilado.pdf/cd5769c8-46c5-4c8a-9af7-99be436b89c4>>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE, TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDSPREVRJ. *Setorial LGBT do PSOL debate na segunda-feira (19/09) o tema 'casamento igualitário'*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.sindsprevrj.org.br/jornal/secao.asp?area=24&entrada=5210>>. Acesso em: 12 maio 2013.
- SINGER, Andre. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo, Edusp, 1999.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 6. ed. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- UOL. Em cerimônia na Assembleia Legislativa de São Paulo, PSOL lança seu Setorial LGBT. *Mix Brasil*, 19 nov. 2011. Disponível em: <<http://mixbrasil.uol.com.br/pride/politica/com-presenca-de-deputados-friendly-psol-lanca-seu-setorial-lgbt-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 12 maio 2013.

Recebido em: 20/08/2015

Aprovado em: 20/02/2016

Como citar este artigo:

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 179-212.

Associativismo entre catadores de material reciclável urbano

Marilia Verissimo Veronese¹

Resumo: O texto parte de um estudo qualitativo, com base na metodologia sociopoética e teoricamente apoiado na sociologia crítica de Boaventura de Sousa Santos, especialmente a sociologia das ausências e emergências e a perspectiva das epistemologias do Sul. A pesquisa foi conduzida junto a cooperativas e associações de reciclagem na região da grande Porto Alegre-RS. O objeto são os saberes e as práticas sociais produzidas em contextos de vida coletiva entre trabalhadores pobres que têm no associativismo para catação e tratamento de material reciclável urbano uma alternativa para melhorar suas condições de vida e produzir seu cotidiano. O saber não é tido como algo da ordem do cognitivo exclusivamente, mas envolve visões de mundo, percepções e representações que abrangem expressões identitárias e sócio culturais desses sujeitos. Apesar dos avanços em termos de organização em grupos autogestionários, o conjunto das pesquisas sobre catadores mostra que a precariedade e a marca da desqualificação social ainda permanecem nas suas vivências cotidianas; a inserção econômica é limitada e a renda obtida, nem sempre suficiente. Apresentam, contudo, indícios de capacidade de produzir processos de mudança das suas condições de vida, inserindo-se num contexto de participação política e acesso a políticas públicas de fomento. Desejam aprender e compartilhar conhecimento e conscientizam-se que representam a base da cadeia produtiva de reciclagem no Brasil.

Palavras-chave: empreendimento econômico solidário; catadores; reciclagem; sociologia das ausências e emergências; sociopoética; subjetividade e trabalho.

¹ Docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Pesquisadora associada ao grupo de pesquisa em economia solidária e cooperativa (ECOSOL) – Porto Alegre – Brasil – mariliav@unisin.br

Associativism between urban waste pickers

Abstract: *The article arises from a qualitative study, based on Sociopoetics methodology and theoretically supported by Boaventura de Sousa Santos' critical sociology, especially the sociology of absences and emergencies and the prospect of epistemologies of the South. The research was conducted with recycling cooperatives near Porto Alegre, RS. The object is the knowledge and social practices produced in contexts of collective life among poor workers who have in the association to grooming and treatment of urban recyclables an alternative to improve their living conditions and produce their daily lives. Knowledge is not seen as something exclusively of cognitive order, but involves world views, perceptions and representations covering identity and socio cultural expressions of these subjects. Despite advances in terms of organization in self-managed groups, the research conducted so far shows that precariousness and social disqualification remain in their daily experiences; economic inclusion is limited and the obtained income, not always enough. They show, however, evidences of ability to produce processes of change in their conditions of life by entering in a context of political participation and access to public policies. They also wish to learn and share knowledge and they are becoming aware that represent the basis of the production chain of recycling in Brazil.*

Keywords: *solidarity economic enterprises; pickers; recycling; sociology of absences and emergencies; sociopoetics; subjectivity and work.*

Para compreender o universo dos catadores de material reciclável

Partimos, neste texto, do arcabouço teórico da sociologia crítica de Boaventura de Sousa Santos (2002, 2006, 2009), especialmente a sociologia das ausências e emergências e o procedimento de tradução, o pensamento abissal e pós-abissal e a perspectiva das epistemologias do Sul. A preocupação da qual partimos foi epistemológica, isto é, o objeto em foco foi definido como o saber – e as práticas que ele gera – produzido em contextos de vida coletiva entre sujeitos muito pobres que têm na associação uma alternativa para melhorar suas condições de vida. O saber não como algo cognitivo exclusivamente, mas envolvendo visões de mundo, percepções e representações que abrangem a vida psíquica e a produção simbólica desses sujeitos, suas expressões identitárias e sócio culturais.

Para Santos e Meneses (2009), toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e pressupõe uma epistemologia, definida como um modo de conceber as coisas e os pressupostos sobre o que consiste em conhecimento válido. Não há, pois, conhecimento sem práticas e sem atores sociais engajados em produzi-las. Interessam-nos os saberes produzidos por esses grupos de pessoas consideradas “inferiores” na lógica hegemônica de hierarquização do conhecimento e do reconhecimento social. Atores que se encontram invisibilizados pela sua condição

de “inferioridade” produzida: pobres, com pouca escolarização e pouca chance de ingresso no mercado formal de trabalho, os catadores de material reciclável urbano. Para Costa (2004: 63), na produção da invisibilidade é como se houvesse um “desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio dos outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação”. Trata-se, portanto, de um problema contundente em termos éticos, econômicos e sociais. Tal realidade precisa ser conhecida global e localmente e, se possível, esse conhecimento pode contribuir para transformá-la.

A investigação que embasa este artigo se insere no escopo do projeto proposto pela rede EMES (rede europeia de pesquisadores em Economia Social), International Comparative Social Enterprise Models Project (ICSEM). O objetivo é comparar modelos e práticas de associativismo ao redor do mundo, trabalhando com diferentes lógicas, saberes e práticas sociais. Segundo a EMES (2013):

Around 45 *faculty members and researchers* in economics, management, sociology and psychology from Belgian Universities and around 10 international research partners are involved in this Project. They focus on one overall objective, which is defined in the subtitle of the research program, i.e. “**Building interdisciplinary and integrated knowledge on social entrepreneurship and social enterprise**”. This whole research program covers various thematic lines, among which a major project of social enterprise models comparative analysis: the ICSEM project².

Em pesquisa anterior (Veronese; Ferrarini, 2011) identificamos, em um conjunto de empreendimentos analisados no segmento de coleta e triagem de resíduos recicláveis, que há uma diferenciação clara, para melhor, na condição de vida dos catadores associados, a partir da inserção em associações e cooperativas. Seria um processo de transposição das linhas abissais – linha epistêmica que divide a sociedade entre quem é sujeito de direitos e quem não é –, especialmente quando se vinculam a movimentos sociais de expressão como o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável) e acessam recursos oriundos de projetos públicos e privados. Contudo, o conjunto das pesquisas (estudos de caso) sobre esses sujeitos mostra que a precariedade e a marca da desqualificação social ainda permanecem nas suas percepções e vivências cotidianas; a inserção econômica é limitada e a renda obtida, nem sempre suficiente (Calderoni, 1998; Bhowmik, 2002; Paugam, 2003; Galbiati, 2004; Martins, 2003; Velloso, 2005; Bosi, 2008; Jacobi; Besen, 2011; Miura; Sawaia, 2013; Cabral, 2015).

² Cerca de 45 docentes e pesquisadores em economia, gestão, sociologia e psicologia de universidades belgas e cerca de dez parceiros de investigação internacional estão envolvidos neste projeto. Eles se concentram em um objetivo geral, “[...] produzir um arcabouço interdisciplinar e integrado de conhecimento sobre empreendedorismo social e empreendimento social”. Este programa de investigação abrange diversas linhas temáticas, entre os quais um grande projeto de modelos de empreendimento social para análise comparativa: o projeto ICSEM (Tradução nossa).

A participação no projeto da EMES, em andamento até 2017, permitirá contribuir com uma espécie de “mapeamento global” de formatos associativos e solidários, porém com diferentes matrizes interpretativas e problemáticas de pesquisa. O cooperativismo popular para catação e reciclagem de lixo urbano desponta como alternativa de trabalho para os excluídos dos melhores postos de trabalho nas cidades. Cabe-nos investigar como esse formato se insere, hoje, na perspectiva da economia solidária e das lutas por reconhecimento dos atores sociais com elas envolvidos. Pensar a economia social e solidária em termos comparativos globais guarda, no fundo, uma intenção ético-política: pensar sua “descolonização”.

Para Meneses (2009: 235),

Pensar a descolonização da economia requer necessariamente o reconhecimento de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global, que assenta na busca de um tratamento igualitário de todas as formas de saberes e daqueles que o possuem e trabalham, abrindo o campo acadêmico à diversidade epistêmica do mundo. Esse apelo à descolonização requer a identificação de processos mediante os quais a epistemologia e a racionalidade hegemônicas produzem a “ausência” de saberes, ao mesmo tempo em que se procura conceptualizar a criação de um novo tipo de relacionamento entre os saberes do mundo.

As sociedades modernas possuem uma característica de serem abissalmente divididas entre os que têm e os que não têm acesso a bens simbólicos e materiais, portanto, entre quem é plenamente cidadão e quem não é, ou é de uma categoria “inferior” e desqualificada. Afirma Boaventura Sousa Santos:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa *não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível*. (Santos, 2006: 56, grifo nosso.)

As formas epistemológicas (compreendidas como diversos tipos de conhecimento existentes) fundamentam as práticas sociais conduzidas pelos atores, sendo que a ciência moderna, quando se torna hegemônica no ocidente, recebe o privilégio de ser considerada o conhecimento válido por excelência, a maneira de acessar a verdade, o “correto”, o lúcido e o racional. No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia.

Contudo, esses dois últimos estão do mesmo lado da simbólica linha abissal, gozando também de privilégios epistemológicos e extra epistemológicos, de um status positivo, embora eventualmente apenas complementar ou questionável.

O que está do “lado de lá” da linha abissal são os conhecimentos produzidos em contextos de grupos sociais tidos como “inferiores” ou “primitivos”, tais como indígenas, quilombolas, afrodescendentes pobres, pouco escolarizados, trabalhadores de várias origens étnicas muito pobres ou considerados inaptos para o trabalho, catadores de material reciclável urbano, camponeses, portadores de deficiência ou transtornos mentais recorrentes. Enfim, conhecimentos populares, leigos, camponeses, indígenas etc. estão do outro lado da linha invisível que a representação do real criou modernamente. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia (Santos; Meneses, 2009).

Considerava também Ianni (2004) que uma característica marcante do pensamento moderno é a clara demarcação entre Filosofia, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Artes. As modalidades de vida cultural e intelectual que incluem religiosidade e sensibilidade artística como base de práticas sociais correm o risco de serem postas à parte, como alheias e incompatíveis com a modernidade e seus pressupostos.

Por epistemologias do Sul entende-se aqueles conhecimentos, práticas sociais e visões de mundo dos grupos marginalizados e subalternizados pela violência do processo colonial, também denominadas por Jacques Gauthier (Gauthier; Fleuri; Grando, 2001) como culturas de resistência. Colonialismo, capitalismo e patriarcado são fenômenos relacionados entre si, que operaram no sentido de fazer desaparecer – pela invisibilidade ou pela desqualificação – formas de conhecer e de viver não alinhadas com seus princípios.

Norte e Sul – não geográficos, mas epistêmicos, metafóricos – constituíram-se mutuamente através de processos históricos de colonialismo e dominação, e a natureza hierárquica das relações que estabelecem entre si permanece atual, a partir da noção de *colonialidade*. No Norte global, os saberes não alinhados à ciência e à técnica têm sido produzidos como não existentes e excluídos dos cânones da racionalidade moderna. A subalternização ou invisibilização de outros saberes e interpretações do mundo significa que esses não são considerados formas relevantes ou mesmo inteligíveis de ser e estar no mundo, e Boaventura Santos denominou-as, por isso, epistemologias do Sul (Meneses, 2008).

O Sul metafórico, portanto, remete ao sofrimento ético-político de ter sido invadido, saqueado, explorado e finalmente marginalizado pelos mecanismos sociais complexos do colonialismo e colonialidade do poder (Quijano, 2005, 2009). Junto com o genocídio das populações ameríndias, por exemplo, foi efetuado seu epistemicídio: as formas de conhecimento que norteavam suas vidas foram, até certo ponto, perdidas. Os grupos e sujeitos que hoje resistem e vivem em formas não bem integradas à sociedade ocidental capitalista sofrem um processo de exclusão, invisibilização ou desqualificação social. Ao mesmo tempo, esses sujeitos produzem estratégias de vida individual coletiva, trabalho, deslocamento,

eventualmente militância, numa sociedade cada vez mais caracterizada por matrizes relacionais que amplificam e possibilitam uma maior *performance* de trocas e correspondências entre os sujeitos (Yúdice, 2006). São justamente os saberes contidos nessas estratégias que buscamos compreender melhor na pesquisa que gera este artigo.

Está claro para nós que se deve ter um diálogo crítico com a teoria; consideramos que a metáfora da linha abissal serve para compreender os processos de exclusão e silenciamento provocados pela expansão colonialista e capitalista. Contudo, não se deve absolutizá-la, pois sempre existiram resistências e superações das linhas abissais; elas não são intransponíveis e os sujeitos marginalizados e subalternizados souberam, por si próprios, ou por vezes com apoio de grupos e organizações progressistas nacionais ou internacionais, gerar alternativas e alguma legitimação para suas práticas e modos de vida. Santos (2003, 2006) chama a isso cosmopolitismo subalterno.

Dedica ao tema uma coleção inteira de livros produzida pela equipe de investigadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coleção Reinventar a Emancipação Social. O tema da coleção é a globalização alternativa. Constitui-se em sete livros, que apresentam os resultados principais de um projeto de investigação intitulado Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos, realizado em seis países – África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal. O referido projeto visou analisar iniciativas e movimentos de resistência e de formulação de alternativas por parte das classes populares e dos grupos sociais subalternos em vários contextos sociais. Foi dirigido por Boaventura de Sousa Santos e envolveu 69 investigadores/as, sendo publicada em vários países: Portugal (Afrontamento), Itália (Città Aperta Edizioni), México (Fondo de Cultura Económica), Brasil (Civilização Brasileira) e Reino Unido (Verso). As contribuições portuguesas também deram origem a um número temático da revista *South European Society & Politics* (vol. 9, n. 2, Autumn 2004). Nela são trabalhados aspectos promissores de valorização e articulação entre as epistemologias do Sul, tais como modos participativos de democracia; modos de produção e consumo não capitalistas e solidários; o reconhecimento de culturas subalternas; as questões de biodiversidade e conhecimentos indígenas sobre saúde; os caminhos de um novo internacionalismo operário ou possibilidades de o movimento sindical alternativo e os novos atores sociais construírem as diversas formas de emancipação possíveis no presente. Portanto, não se trata de totalizar a formulação do pensamento abissal; a metáfora apenas ajuda a compreender um processo que é complexo, cheio de contradições e que gerou suas próprias antinomias. As epistemologias do Sul remetem a existências culturais, que produzem habitus, comportamento, valores.

Entendemos o processo representacional, de troca de saberes, a partir de Jovchelovitch (2008), como o processo de semantização que assimila e coproduz o mundo social. Trabalha-se na perspectiva dos saberes cotidianamente produzidos e intercambiados como produção de subjetividade, sendo essa entendida enquanto fronteira entre o psicológico e o cultural. Nesse processo, a mediação semiótica

desempenha um papel fundamental, pois além de constituir as funções psicológicas superiores, possibilita a socialização e a individuação do sujeito inserido em uma determinada cultura.

O campo empírico proposto: realidade atual e indagações

Uma das características mais marcantes das sociedades contemporâneas é o fato de que a desigualdade material ou econômica está, em larga medida, relacionada com a desigualdade não material; sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades comunicativas e expressivas e, ainda, de oportunidades para organizar interesses e participar autonomamente em processos de tomada de decisão significativa na vida política.

Os catadores, ainda hoje, vivenciam condições de vida precárias, na periferia das grandes cidades. Vivenciam o chamado sofrimento ético-político, que Sawaia (1999) afirma ser provocado por condições sociais adversas, mas que também pode ser gerador de transformações sociais, principalmente quando desencadeia ações coletivas. Os espaços sociais nos quais circulam, geralmente, os renega e estigmatiza; experimentam por isso sofrimento específico que, se canalizado na luta por reconhecimento, pode modificar sua inserção nos mesmos espaços (Miura, 2004).

Afinal, como afirma Honneth (2003), a luta pelo reconhecimento sempre inicia-se pela experiência do desrespeito das formas de reconhecimento almejado. Para o autor, existem três esferas ou modos básicos de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. O desrespeito ao amor é encontrado em maus-tratos e violações sofridas, que ameaçam a integridade física e psíquica do sujeito, seu sentimento de autoestima e valor pessoal; o desrespeito ao direito acontece na privação de direitos socioeconômicos e na exclusão, o que atinge a integridade do sujeito como parte integrante de uma comunidade político-jurídica; e o desrespeito à solidariedade são as degradações, ofensas, discriminações sofridas e que afetam os sentimentos de honra e dignidade do indivíduo como membro de uma comunidade cultural de valores compartilhados (Salvadori, 2011).

No caso dos catadores, eventualmente todas essas formas de desrespeito foram vivenciadas; o sofrimento ético-político advém justamente daí, desses desrespeitos sofridos por um cidadão que não consegue atingir a experiência de plena cidadania, de segurança, renda digna, amparo social e estima entre os membros estendidos da sua comunidade. Nesse contexto, o surgimento de um movimento social em nível nacional é de extrema importância e denota uma luta ampla, com apoio de outros segmentos sociais – como foi o caso da igreja católica progressista, no início do movimento – por reconhecimento e justiça.

Refere Silva (2006) que no início da década de 1980, em São Paulo, um grupo de religiosas que trabalhava com pessoas em situação de rua identificou que muitos deles buscavam sua subsistência nos resíduos descartados, como papelão, latas, alumínio, vidro e plástico. Mesmo não sendo um coletivo de pessoas organizadas,

trabalhavam em diferentes pontos da cidade, efetuando uma coleta seletiva dos resíduos e vendendo para intermediários. Havia a *seleção*, pois já nesse momento, os “catadores de lixo”, como ficaram conhecidos, efetuavam a separação entre o que era passível de beneficiamento dos outros materiais que pelo contato com detritos molhados não poderiam mais ser reutilizados.

Assim, conforme relata a mesma autora, em julho de 1985, a partir de uma iniciativa dessas irmãs beneditinas, foi criada a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo, que tinha como proposta ser um órgão de defesa e apoio dos interesses dos catadores de papelão e promover sua organização. Em maio de 1989, ainda em São Paulo, é criada a primeira cooperativa de reciclagem do Brasil, a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda (COOPAMARE), num terreno doado pela administração da então prefeita Luiza Erundina. A organização e a perspectiva de geração de renda e autonomia motivam durante toda a década de 1990 a articulação e a ampliação do trabalho cooperativo em diversas cidades do Brasil. Nessa década surge a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Matérias Recicláveis (ASMARE) em Belo Horizonte, MG, uma das maiores cooperativas brasileiras e a única a ter uma usina de reciclagem dirigida pelos próprios catadores.

Os catadores e catadoras, por meio do Primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, Ongs, Poder Público e Setor Privado, realizado na cidade de Belo Horizonte, em setembro de 1999, criaram oficialmente o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Nesse encontro, organizaram um encontro nacional no mês de junho de 2001, que acabou atuando como catalisador e articulador em todo o Brasil. No site do movimento, seu início é assim apresentado:

O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. No congresso foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis (Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, 2014a).

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2010) estima que, aproximadamente, 800 mil catadores estejam em atividade no Brasil, atualmente. Esse movimento social agrega a categoria para lutar por melhores condições de trabalho e vida, almejando dignidade a partir de uma valorização maior como base da cadeia produtiva da reciclagem. Segundo o site do movimento:

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um movimento social que há doze anos vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância.

Nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome (Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, 2014b).

O movimento tem crescido, e potencialmente, diz Lima (2008: 4),

As ações do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) têm vindo a transformar as relações sociais por meio da ressignificação de sua identidade coletiva, dos novos sentidos atribuídos ao seu trabalho.

Nem só de vitimização se faz um/a catador/a, é importante que se ressalte. Mas há uma condição de vida ainda muito aquém do desejável em termos de acesso a direitos fundamentais e cidadania. Os catadores individuais, como Bhowmik (2002: 375) destaca, são “os mais pobres entre os pobres” urbanos, com mais baixo status social, para quem a coleta de lixo nas ruas representa, muitas vezes, a única fonte de sobrevivência, eventualmente de forma precária.

Para Calderoni (1998), o surgimento e o fomento de associações e cooperativas de catadores de material reciclável se apresentam como importante inovação social, pois permitem melhorias financeiras, considerando o trabalho de catação solitária no ambiente inóspito das ruas, além de minimizar a vulnerabilidade nas negociações com as indústrias ou com os intermediários que compram o seu material. Segundo Martins (2003: 83):

A recuperação de resíduos assume uma importância considerável como possibilidade de ocupação para populações excluídas em países em desenvolvimento, havendo, dentre outros, estudos e relatos sobre casos de cooperativas e associações de catadores na Índia e na Colômbia, onde cerca de 6.500 trabalhadores se beneficiam dessa atividade.

Conforme refere Pizzio (2007), ao se unirem a coletivos que empreendem juntos, os trabalhadores tendem a desenvolver uma identidade de resistência, superando em alguma medida o estigma e a desqualificação social que os marca amiúde, em função da atividade de catação. Através de uma pesquisa comparativa entre catadores de lixo urbano que atuavam sozinhos e outros que trabalhavam associados em empreendimentos econômicos solidários, concluiu-se que os últimos tinham um conhecimento sobre o processo de reciclagem bastante superior, além de relatarem maior segurança e autoestima. Contudo, o estudo adverte para o fato de que, apesar dos ganhos em qualificação social e econômica, ainda havia aspectos de precarização na vida dos catadores associados.

A presença de pessoas que vivem do comércio de materiais refugados data do início do processo de industrialização, embora desde o Brasil colonial haja registros de pessoas que coletavam os resíduos domésticos e eram, por isso, muito discriminados (Cabral, 2015). No começo do século XX, com o incremento da indústria gráfica, o papel já era reciclado. Dessa época também há registros de

compradores de sucata no bairro do Brás, em São Paulo, principalmente garrafas e materiais ferrosos. O “garrafeiro”, figura respeitada nos bairros e vilas das cidades, foi desaparecendo ao longo das décadas e dando lugar ao catador que, por sua vez, recolhe os resíduos recicláveis de diferentes locais, sem ter que pagar ou trocar algo por isso (Pinhel, 2013). No caso da cidade de Belo Horizonte, registros históricos apontam que os catadores já atuavam na cidade pelo menos desde a década de 1930 (Dias, 2002).

De acordo com Galbiati (2004), as primeiras experiências municipais de coleta seletiva de lixo no Brasil surgiram no final da década de 1980 e início de 1990. São Paulo, Porto Alegre, Diadema, Belo Horizonte e Campinas são alguns dos municípios pioneiros. A partir dessa época, em algumas cidades foram implantados sistemas integrados de gerenciamento de resíduos, propiciando a expansão das atividades de reciclagem. Por esse motivo, firmaram-se convênios entre as cooperativas e associações de catadores e recicladores formalizadas e o poder público dos locais. Os acordos geralmente significaram fornecimento de material através da coleta regular da prefeitura e outras formas de apoio, financeiras e técnicas (Martins, 2003).

Em pesquisa anterior (Veronese; Ferrarini, 2011) tivemos elementos para avaliar que o associativismo, no caso dos muito pobres, é um fator que tem potencial para gerar processos de aprendizagem, inserção comunitária e renda mínima para os trabalhadores. O risco de dependência de políticas de indução acompanha as experiências; no entanto, reafirma-se a importância de apoio público às iniciativas, para que possam perseverar e atingir melhores objetivos econômicos, sociais e comunitários.

Mas o que se produz de conhecimento entre os grupos que vivem em situação de associação e trabalham nessa condição? Que saberes produzem sobre a vida coletiva e comunitária, liderança e outros temas relevantes na autogestão? Como esses saberes podem ser “traduzidos” e entrar em diálogo com os saberes acadêmicos sobre economia solidária, contribuindo para sua elaboração? Considerando-se o saber não como uma instância exclusivamente cognitiva, mas fluida e dinâmica, incluindo afetos e emoções, todo o processo de semantização do mundo e de assimilação das práticas sociais.

Os saberes “desqualificados”, segundo Santos (2006), produzidos para serem ausentes, são invisibilizados e descartados enquanto alternativa credível em função do processo de produção das não existências. Existem algumas formas de produzir não existências, que se corporificam em lógicas de pensamento inerentes ao capitalismo e sua forma de racionalidade.

São cinco as lógicas de produção das não existências identificadas por Santos (2004), que constituem monoculturas nas dimensões *epistemológica*, *temporal*, *de classificação social*, *escalar* e *produtiva*. A produção social dessas ausências resulta na subtração do mundo, na contração do presente e no desperdício da experiência. A sociologia das ausências coloca a necessidade de por em questão cada uma dessas lógicas. Nesse questionamento, propõe substituir a monocultura

do saber científico por uma *ecologia dos saberes* que possibilite a disputa epistemológica entre diferentes saberes; não há ignorância em geral, a não ser relativa a certo saber.

São cinco, conseqüentemente, as principais formas sociais de não existência que assume aquele sujeito ou grupo social que foi excluído como alternativa credível, como possibilidade de presença reconhecida na esfera pública. Então, o não existente será o *ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo*.

Essa teorização mostra-se particularmente pertinente no caso da análise da autogestão dos catadores de material reciclável urbano. Eventualmente, os sujeitos que se inserem nessas experiências de associativismo popular sofrem todas essas formas de desqualificação, por serem pobres, frequentemente não brancos, com baixa escolaridade e residirem em periferias. Os participantes da pesquisa foram trabalhadores pobres, frequentemente de origem não branca, cujos ofícios são mal remunerados e desvalorizados, mas que mesmo assim encontram disposição para a associação laboral e a vivência coletiva.

Trata-se de um universo de milhares de pessoas, no Brasil. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013) revelou em torno de 400 mil catadores registrados, sendo que 32% desses seriam mulheres; os dados foram questionados pelo MNCR, que afirmou existirem 800 mil catadores e que aproximadamente 70% deles seriam do sexo feminino. Essa discrepância foi explicada em função do alto índice de informalidade que caracteriza o setor: muitos catadores e catadoras são informais, sem qualquer registro, sejam individuais ou associativos. Segundo o órgão público:

Historicamente essa atividade é realizada a partir de relações informais, ou seja, sem registro oficial. Além de não permitir aos catadores acesso a uma série de direitos trabalhistas, o alto nível de informalidade dificulta seu reconhecimento pelos órgãos da administração pública e instituições de pesquisa (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013: 6).

Para falar das dificuldades e injustiças presentes na participação dos catadores na cadeia da reciclagem, nada como dar voz a eles, através de uma postagem sua no perfil da rede social Facebook:

Uma das primeiras bandeiras de luta é o avanço da cadeia da reciclagem. Nós catadoras e catadores de materiais recicláveis, organizados no coletivo (associação, cooperativa ou grupos de produção) e aqueles que ainda trabalham individualmente (catador individual) somos os **principais agentes da cadeia produtiva dos recicláveis**. Em termos de mão de obra, somos os que realizamos mais de 90% de todo o trabalho no ciclo produtivo, cabendo a nós: realizar a educação ambiental, coletar os materiais (transportar in natura), separar e triar os materiais, organizar os catadores, pensar os materiais, organizar o controle de estoque, administrar as cooperativas, entre tantas outras tarefas. Transportar os materiais (em fardos), são tarefas que ficam em torno de 10% na mão de atravessadores, pré indústria e a indústria. Estes podem: comprar, vender, beneficiar, transformar os materiais. A diferença ainda se encontra

nas tecnologias aplicadas, sendo que os catadores utilizam como tecnologia **seus próprios corpos e mentes**, e a indústria, **somente máquinas e equipamentos**. Quanto à geração de postos de trabalho na cadeia, a quantidade de postos gerados na indústria é irrisório perto dos catadores individuais e coletivos. Economicamente falando, nós catadoras e catadores ficamos com apenas 10% dos valores gerados na cadeia produtiva. Principalmente por este desnivelamento econômico, ou seja, quem mais trabalha mais gera postos de trabalho, é quem menos recebe, que **a cadeia produtiva é baseada na exploração**. Assim sendo, ficamos presos economicamente a ferros velhos e sucateiros, que além de dominarem a cadeia querem dominar também a nós. Ambientalmente falando, o papel das catadoras e catadores na atual sociedade é indiscutível, todos reconhecem nossa fundamental participação. É através de nossos corpos que a reciclagem acontece, gerando todos estes milhares de benefícios ambientais, atualmente com pouco preço ou pagamento. Pra acabar de pintar este “quadro de horrores” a maior parte dos municípios brasileiros que têm coleta seletiva, paga às empresas privadas valores milionários, elas eventualmente coletam o que estiver na rua e colocam dentro das Cooperativas materiais de péssima qualidade, misturados, gerando mais de 50% de rejeitos, fazendo com que os catadores que trabalham na triagem tenham que trabalhar em dobro e receber somente pela metade que é comercializada. **Precisa ainda de um estudo acadêmico, científico, mas a “olhos nus” e do conhecimento popular, aponta que o trabalho que vem depois da coleta seletiva, compete a mais de 70% do trabalho entre a coleta seletiva e destinação, ainda antes de repassar a indústria. O problema é que a valorização esta somente na mão das empresas, que utilizam cada vez mais tecnologia em coleta, que separa o gerador do catador.** Contêineres, caminhões prensa e outras tecnologias são utilizadas a preços milionários, afastando cada vez mais a catadora e o catador do sistema de coleta seletiva, o deixando preso e trancado dentro de um galpão. Comprovadamente, após análises em cidades onde os catadores assumiram a coleta seletiva, se quadruplicou a quantidade de materiais coletados, ainda sem considerar os catadores que trabalham individualmente, ou seja: **-NÃO HÁ TECNOLOGIA QUE SUPERE A CATADORA O CATADOR!** Organizar, reconhecer e valorizar estes catadores, é preciso, para que realmente possamos de forma coletiva, avançar na cadeia produtiva dos materiais, lutando contra a exploração, tornando a inclusiva e solidária. Lutar, Criar, Reciclagem Popular! (Facebook, 2014, grifo nosso).

Apesar de ser uma citação bastante extensa, optamos por reproduzi-la, pois ela mostra como o movimento social dos catadores possui uma visão bastante abrangente – e crítica – dos processos socioeconômicos que envolvem a cadeia da reciclagem no Brasil. E que são fundamentais para compreender esse campo de relações socioeconômicas tão importantes para os destinos da reciclagem e dos que vivem dela.

Houve uma grande evolução recente, no país, em termos de políticas públicas para o campo da reciclagem. Em 2010 foram promulgados dois marcos normativos para o fortalecimento dos catadores e suas organizações associativas: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Programa Pró-Catador. A aprovação da PNRS do Brasil, lei federal 12.305/2010 (Brasil, 2010), constituiu um marco legal regulatório para a gestão integrada de resíduos sólidos no país e lançou novos desafios para a implantação e aprimoramento da coleta seletiva nos municípios brasileiros.

No Brasil, o serviço de coleta seletiva é operado pelos próprios municípios, de forma terceirizada ou em parceria com catadores organizados em associações e cooperativas (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010). A Política de Resíduos Sólidos do Brasil propõe o fortalecimento da coleta seletiva com a integração dos catadores organizados. Embora a gestão dos resíduos sólidos urbanos seja uma atribuição municipal, a PNRS estabelece mecanismos de indução desse modelo de coleta seletiva por meio de recursos econômicos para municípios que elaborem seus Planos de Gestão Integrada de Resíduos seguindo esta diretriz. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos, por sua vez, preconiza a meta de inclusão de 600 mil catadores, dos quais 280 mil deverão ser incluídos até 2015, por meio do Programa Brasil sem Miséria. Porém, cabe aos municípios e/ou estados da federação elaborarem seu próprio plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, definindo como se dará essa inclusão em seu território.

Um registro empírico específico no universo da reciclagem

Na investigação empírica que embasa este artigo começamos os contatos com o campo empírico através da Incubadora de Empreendimentos Solidários do Centro Universitário La Salle – Unilasalle (município de Canoas, RS, próximo à capital, Porto Alegre), a qual constitui um programa estimulador de tecnologias sociais, incluindo o fomento a empreendimentos solidários, associado aos processos de pesquisa e extensão. A incubação (assessoria e apoio técnico e de gestão) e o acompanhamento dos empreendimentos solidários, as ações de assessoria pedagógica e técnica para o fortalecimento da economia solidária no município e na região orientam a atuação da incubadora, inserindo os grupos na política pública de fomento.

Atualmente, os empreendimentos incubados, todos situados em municípios da grande Porto Alegre, são: Coarlas – Cooperativa de Trabalho Amigas e Amigos Solidários, Coopermag – Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem União Faz a Força de Canoas, Coopcamate – Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas, Cooperativa de Reciclagem Renascer, Coopersol – Cooperativa de Recicladores de Resíduos Sólidos Sol Nascente, Cootre – Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio e a ATPSCR – Associação dos Trabalhadores Prestadores de Serviço, Catadores e Reciclagem de Nova Santa Rita.

A Coopercan central, que une as cooperativas em rede, revela ter por objetivo, por meio do estímulo à prática do cooperativismo como mecanismo de garantia de resultados, promover o desenvolvimento das Cooperativas de Catadores, em seus aspectos tecnológicos, financeiros, de gestão, recursos humanos, produção e prestação de serviços, beneficiamento, industrialização e comercialização de materiais recicláveis e de produtos oriundos de materiais reciclados.

A Coopercan é uma cooperativa de segundo grau, fundada em setembro de 2012, com o auxílio da Incubadora de Empreendimentos Solidários do Centro Universitário La Salle Canoas, RS, universidade que trabalha com incubação e desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários e com quem o grupo de pesquisa em economia solidária e cooperativa (Ecosol), da Unisinos, estabeleceu um acordo de cooperação em pesquisa. As cooperativas que englobam a Coopercan estão organizadas em uma rede política de relacionamento, para discutir e projetar ações em conjunto, no sentido de potencializar o trabalho por elas desenvolvido, seguindo a lógica da intercooperação entre os grupos associados. Sua perspectiva é de que a rede precisa avançar, enfrentando os múltiplos desafios, como a cooperação para a comercialização conjunta e trazendo melhores indicadores econômicos, visibilidade e força política.

Descreveremos em maior detalhe apenas a Coopcamate, pois foi a cooperativa com a qual estivemos engajados de forma mais próxima nas etapas iniciais da pesquisa, motivo pelo qual aprofundamos a análise desse registro empírico, nesse artigo. Esse grupo disponibilizou-se a participar dos eventos de Sociopoética e engajou-se conosco na proposta. O processo de formação desse empreendimento teve início no ano de 1986, quando cinco pessoas moradoras do bairro Mathias Velho, em Canoas, RS, iniciaram a organização de um grupo de coleta de resíduos sólidos recicláveis no bairro. O trabalho teve início em um pavilhão no qual funcionava a Associação de Carroceiros de Canoas, e como o grupo necessitava de uma associação para continuar atuando, passou a utilizar a associação dos carroceiros que já não mais atuava e só existia no papel. A partir daí, a Associação dos Carroceiros de Canoas passou a se chamar Associação dos Carroceiros e Catadores de Material Reciclável de Canoas – ACCMC. Durante cinco anos ficaram fazendo a coleta do material a pé, com veículos emprestados, ou através de ações dos clubes de mães, comunidades eclesiais e gincanas realizadas pelas escolas locais. Desde essa época, fizeram valer os vínculos que possuíam com a comunidade para impulsionar a associação.

Em 1991, a Prefeitura Municipal de Canoas instituiu a coleta seletiva no município, e nesse ano já passou a ter sete pessoas envolvidas, sendo que aproximadamente em 1995 houve um significativo aumento na produção, no número de pessoas envolvidas e mudança no local de atuação. A atual sede é de propriedade da Associação de Moradores, que cedeu a área em comodato por tempo indeterminado à ACCMC para a instalação de mais uma unidade de triagem de material reciclável. No mesmo ano, a associação foi convocada pelo município para assumir o aterro. Em 2003, quando o número mínimo de participantes foi atingido (na época, a

legislação exigia pelo menos 20 sócios), o grupo alterou seu formato jurídico para cooperativa, estando hoje cerca de 30 pessoas envolvidas.

Após vários debates entre atores sociais da comunidade local, poder público e catadores associados, em maio de 2010, quatro associações da cidade de Canoas começaram a também participar do programa de coleta seletiva compartilhada, através de convênio com a prefeitura, o qual consiste no recebimento de verba pública, através de contrato, para o transporte dos materiais das ruas até a associação. Esse contrato possibilitou o aumento do número de sócios e a compra de equipamentos para facilitar e alavancar o trabalho. A Coopcamate ficou responsável pela contratação de caminhão, motorista e coletores (os coletores são os próprios sócios da cooperativa), além de coordenar e organizar todos os roteiros de coleta apresentados pelo poder público. Atualmente, a Coopcamate também é responsável pelo setor financeiro da Coopcan.

Na próxima seção descreveremos a metodologia utilizada para acessar o conhecimento e as práticas desses sujeitos, associados para trabalhar com a coleta do lixo urbano e sua gestão, lutando, nesse processo, para galgar patamares mais avançados de cidadania e geração de renda estável.

Metodologia proposta para inquirir os saberes dos catadores

A metodologia sociopoética é um tipo de pesquisa participativa, proposta por Jacques Gauthier (Gauthier; Santos, 1996; Gauthier; Fleuri; Grando, 2001; Silveira, et al., 2008) a partir das pesquisas que realizou junto a comunidades indígenas nas Ilhas do Pacífico e também com grupos quilombolas do Nordeste Brasileiro. Sua proposta metodológica baseia-se em cinco considerações iniciais.

A primeira delas afirma a construção de um grupo pesquisador; não se trata do pesquisador e seus pesquisados, mas sim de um grupo que busca a superação das relações hierárquicas, do qual o pesquisador institucional *também* faz parte e coletivamente todos são responsáveis pelos caminhos que a pesquisa encontrará para se desenvolver. Desde a definição do tema de interesse às formas de socialização do estudo, que não precisa ser necessariamente artigo, livro ou material estritamente acadêmico, a depender das necessidades do grupo como um todo.

Nessa proposta, o pesquisador evita o ímpeto de ser o “proprietário” dos discursos, das análises e da divulgação dos resultados, para formar uma pesquisa com o coletivo, o que resulta na elaboração de *confetos* – conceito mais afeto – criados pelo grupo pesquisador. O grupo é autor dos conceitos produzidos, elaborados a partir de afetos, não somente da ação cognitiva pura. A ação dialógica para a criação do confeto permite problematizar uma temática em torno de situações vivenciadas pelo próprio grupo pesquisador. Permeia a autoanálise para chegar a uma síntese conceitual e buscar soluções para a transformação, aproximando-se da pesquisa-ação nessa medida.

O método prevê, numa segunda consideração, **a participação das culturas de resistência**, que segundo o autor são representadas por aqueles sujeitos excluídos do acesso aos saberes reconhecidamente oficiais, ao conhecimento acadêmico, tais como os que estão do outro lado da linha abissal para Boaventura de Sousa Santos. Esses grupos populares possuem conhecimentos que não só deixam de ser reconhecidos pelo saber científico como também detêm estruturas de organização distintas que devem ser consideradas para sua apreensão.

Para tanto, em terceiro lugar, Gauthier propõe que no processo da pesquisa se dê **atenção ao corpo inteiro daqueles que integram o grupo pesquisador**. Diferentes grupos sociais possuem formas distintas de organizar e produzir seus saberes, e nem sempre eles se dão de forma linear e “racional”. Certas vezes uma dança ou cântico podem expressar conhecimentos de extrema importância para o grupo, em relevantes aspectos socioculturais. O corpo, essa complexa e inusitada articulação de órgãos, sentimentos, necessidades, impulsos, identidades, desejos, enfim, intensas possibilidades biopsicossociais, pode ser fonte de *insights* preciosos para a produção de conhecimento sobre as realidades dos sujeitos (Weeks, 1999). O corpo guarda relações com as origens de classe, gênero, etnia/raça de cada pessoa e de sua relação com seu contexto, coisas por vezes difíceis de expressar verbalmente.

Por esse motivo, em um quarto ponto, Gauthier sugere que **sejam usadas diferentes técnicas artísticas para produção de dados**. Não se trata apenas de observar e escutar relatos dos grupos observados: “[...] por isso recomendamos que se faça o uso de técnicas variadas de produção de dados, criando assim uma complexidade suficiente para tocar a complexidade da própria vida” (Gauthier; Fleuri; Grando, 2001: 8). Já propunha Octávio Ianni (2004) que as ciências e as artes se encontram e se fertilizam contínua e reiteradamente. São muitos e de muitas áreas os cientistas que trabalham suas narrativas artisticamente, incorporando soluções literárias em distintas linguagens, partindo de metáforas e alegorias, chegando a conceitos e categorias, menciona o sociólogo brasileiro; na sociopoética, seriam os confetos. Próprio da linguagem e da prática científica são a reflexão e a análise crítica, por isso é necessário ir além, dialogando e hibridizando linguagens. Nesse ponto é interessante pensarmos que a lógica instituída do saber das ciências sociais se baseia fortemente sobre o discurso, e ao propor que sejam trabalhadas técnicas de expressão corporal, vocal, desenhos e esculturas, creditam-se às demais dimensões do ser humano potencialidades de produzir saberes válidos.

Finalmente, na quinta consideração, Gauthier pondera que o estudo desenvolvido conforme a sociopoética **culmine na experimentação de uma forma de saber definida pelo grupo, para sua produção e socialização**. O método demonstra sua intenção de romper com as perspectivas que consolidam a posição do pesquisador acadêmico como detentor de conhecimento válido e inteligível, aquele que se beneficiará com os logros da pesquisa, enquanto o grupo pesquisado permanecerá onde sempre esteve e da mesma forma como foi encontrado. Nesse caso, o resultado da pesquisa não necessariamente será um livro ou um

artigo, mas sim toda e qualquer forma de expressão do saber que o grupo defina, como uma produção artística, exposição fotográfica etc.

A relação entre Ciências Sociais e arte é profunda, profícua e um campo aberto à experimentação. Se, para Oliveira (1998), uma atividade estética pode atingir objetivos ético-morais e políticos, sendo exemplos as atividades artísticas nas prisões, entre moradores de rua e em assentamentos ou ocupações, pode-se inferir que, entre as culturas de resistência, a arte é parte integrante de sua busca de expressão e inserção no mundo, cabendo às Ciências Sociais assim a considerar no campo da pesquisa participativa. Ao resenhar importante coletânea que reuniu cientistas sociais e artistas a refletir sobre o imaginário e o poético nas ciências sociais, Fischer (2006: 294), afirma:

Trata-se de uma obra que inclui temas que vão desde oficinas de argila e memória, passando pela fotografia e os espaços da cidade, pelo reconhecimento do fazer musical, pintores e contextos históricos de suas produções, das imagens da colonização representadas nas imagens do sagrado, a importância do cinema documental, do documento visual e a produção de documentário na construção do conhecimento. Mas o que vai nos impregnando é o tratamento respeitoso aos múltiplos “outros” presentes por detrás de cada um desses temas. Dessa forma são feitas reflexivas observações a respeito dos indispensáveis cuidados que a mediação da pesquisa deve ter com relação aos diversos sujeitos em seus diferentes contextos sócio-históricos.

E, complementa Gauthier, para consolidar a relação do método apresentado com a criação, o conteúdo não imediatamente consciente e a potência do encontro em grupo (Gauthier; Fleuri; Grando, 2001: 6):

*A pesquisa sociopoética é um método de construção coletiva do conhecimento que tem como pressupostos básicos que todos os saberes são iguais em direito e que é possível fazer da pesquisa um acontecimento poético (do grego *poiesis* = criação).*

O método tem influências da Pedagogia do Oprimido (Freire, 1997), Teatro do Oprimido (Boal, 1988, 1996), pesquisa ação participante (Brandão, 1998, 1999; Fals-Borda, 1999), filosofia da diferença (Deleuze; Guattari, 1980; Guattari, 1993; Guattari; Rolnik, 1996; Gajardo, 1984) e Análise Institucional (Lourau, 1975; Lapassade, 1979; Barembilit, 2002), sendo compatível com a perspectiva das epistemologias do Sul e sua orientação ético-estética, por já conter em si uma experiência de tradução Norte-Sul. O pesquisador, chamado de facilitador, animador ou mediador, leva para o grupo as suas propostas e questões, para iniciar o debate, mas a pesquisa irá buscar os problemas que sugerem os participantes; participa do processo de elaboração e análise dos dados, mas o grupo poderá explicitar outras questões, outros processos, ligados à sua realidade e cabíveis enquanto expressão dessa realidade; por isso é um tipo de pesquisa ação participante. Cada um traz em si, em seu próprio corpo, saberes de raízes ancestrais, culturais, históricas (Gauthier; Fleuri; Grando, 2001). O processo de pesquisa pode favorecer a explicitação desses

saberes mediante a “fricção” ou tensionamento com outros saberes. Durante os encontros, não há a típica entrevista ou observação, mas sim um trabalho grupal participativo, onde após a realização de técnicas de relaxamento e sensibilização, o grupo propõe formas (artísticas, criativas, verbais ou não verbais) de expressar sua maneira de compreender, pensar e sentir sobre as temáticas em questão, podendo, assim, extrapolá-las e propor novas questões.

Uma alquimia sociopoética na ressignificação do lixo: de algo repugnante a algo com valor

O trabalho realizado por esses sujeitos, de catar, separar, transportar, organizar, acondicionar (em casos mais raros, beneficiar) os resíduos recicláveis, recoloca o material numa condição de obter valor de mercado, de gerar renda. Desse modo, o catador opera uma transformação que, além de ajudar em seu sustento e renda, tem valor simbólico: ele mesmo se recicla nesse processo, ou seja, adquire um papel social com sentido e se produz como sujeito. Apresentamos nessa seção algumas das conclusões parciais de um início de imersão no universo dos catadores/as associados.

Foram realizados quatro eventos com o grupo da cooperativa Coopcamate – o único que se dispôs aos encontros de sociopoética –, além de visitas, observações e entrevistas nas outras cooperativas da central. A análise parcial dos primeiros dados coletados revela que, embora eventualmente convivam com a vergonha e a humilhação, decorrentes da discriminação e do preconceito que a sociedade ainda manifesta, ser catador pode gerar experiências positivas e agregadoras – especialmente no coletivo construído por eles cotidianamente. Esse registro positivo passa por ser reconhecido/a como trabalhador honesto, distinto da atividade de mendigos e bandidos, adquirindo o indivíduo a capacidade de organizar-se e mobilizar-se *coletivamente* na luta por melhores condições de trabalho e vida. É nesse ponto que o grupo, o coletivo, adquire uma significativa importância na vida dos catadores. O modelo cooperativo potencializa a busca por cidadania e reconhecimento social; como membro da cooperativa, ele ou ela é reconhecido/a como trabalhador na comunidade de entorno; torna-se conhecido por uma gama mais ampla de agentes sociais; interage com gestores públicos, professores/pesquisadores e universitários, ampliando seu repertório simbólico e representacional.

Nesse ponto, citamos Sader (1995: 55) para (res)significar a noção de *coletivo protetor*: “[...] uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. A combinação do trabalho associado e dos processos formativos proporciona, potencialmente, um processo emancipatório que, se ainda limitado, já parece capaz de mudar parcialmente a vida dos sujeitos.

Na Coopcamate, o grupo pesquisador formou-se e elegeu um tema gerador que está no seu cotidiano: *aprender a cooperar no trabalho e na vida*. O mote da pesquisa, já no primeiro encontro, estava então se definindo como “cooperação verdadeira”, que ao final foi traduzida como “cooperação de alta intensidade”, pois se discutiu que não há um modelo perfeito, verdadeiro, mas sim um jeito de cooperar para produzir o grupo e o trabalho que cada um/a cria. Criar saberes e compartilhar é um horizonte que os move, embora não se expressem exatamente dessa forma. Sobre a palavra “saberes”, diz Puiggrós (2009: 13): “*No la utilizamos como antónimo de competencias, sino como la puerta lingüística hacia outra manera de entender los contenidos de la cultura*”. Seu entendimento vai além de competências para o trabalho na autogestão; é uma interpretação singular de elementos culturais que alteram a visão de mundo do sujeito.

Mencionaram subtemas como “aprender a determinação do grupo pelo próprio grupo e não somente pela coordenação” (verificamos em muitos momentos a percepção de autoritarismo por parte de membros da coordenação), conscientização do grupo para a ação e a mudança, responsabilidade de cada um/a, autoritarismo (como erradicá-lo? seria possível?), respeito, companheirismo, paciência, união, consideração, coleguismo, ser verdadeiro/ser falso (não ser “duas caras”), organização, compreensão mútua, comunicação, confiança, sinceridade.

Aprofundando a discussão através de técnicas de relaxamento, visualização criativa, desenho e teatro do oprimido, chegamos à identificação de um grande problema: o **silêncio sufocante**, o **amordaçamento**. Veio à tona, centralmente, a temática das relações de poder, da autoridade não compartilhada, da dificuldade de o poder circular livremente num jogo de papéis dinâmico que diferencie o modelo cooperativo da empresa privada heterogestionária. **Como dar voz aos que ficam em silêncio sufocante?**, perguntava-se o grupo. Então concluíram que deveriam saber **acolher**, saber **escutar** e aprender a **conversar sem criticar** de forma mordaz. Chegaram à conclusão de que “não se pode separar vida pessoal do trabalho, o que acontece lá fora interfere ali dentro da cooperativa”, assim como o contrário também é verdadeiro.

O silêncio sufocante é um analisador, tal como definido na análise institucional: “[...] uma pessoa, um acontecimento ou fenômeno que revela algum traço fundamental da face oculta da instituição, que traz à tona a coisa não dita, rechaçada como não significativa ou inexistente” (Petit, 2008: 2). A reprodução de relações autoritárias, verticais, que oprimem e causam sofrimento, aparece na forma do não dito, do sufocante, da opressão cotidiana presente nas relações entre eles. O grupo busca a linha de fuga, a superação, o processo emancipatório criado por cada um para todos, o que na sua leitura envolve o acolhimento e a solidariedade.

Interessante para a análise relatar um momento do trabalho, durante a vivência da técnica História a continuar. Um membro do grupo começa a contar uma história, interrompe-se para passar a palavra ao colega ao lado, e assim até que o último a falar “feche” a história. Nessa atividade, cada um/a dá uma contribuição para a construção da história, dentro de um curto espaço de tempo. Então, a história

construída, apesar de um pouco atrapalhada, vai aos poucos atribuindo sentidos àquilo que acontecia com a personagem, construindo um caminho de reflexão compartilhada, de forma lúdica.

Resumindo, a história criada foi mais ou menos assim: uma pessoa sincera e honesta, chamada João, entra na cooperativa e é julgada e rechaçada, porque o grupo não o conhecia e não entendia o sentido do cooperativismo, que é a acolhida e o ensino generoso das tarefas. Mas João, o personagem, insistiu, continuou na cooperativa e quis conquistar o grupo mostrando seu potencial, que não era pouco. João conseguiu demonstrar seu potencial de aprendizado e produtividade em diversas situações e acabou se integrando ao grupo mostrando seu valor, passando a ajudar a todos e se tornando imprescindível. Seu potencial incluía compreender o grupo, e assim ele conseguiu uni-lo. Outras pessoas chegaram para ajudar o João, o acolheram. Ele foi desse modo se sentindo mais à vontade e mais aberto para colocar suas opiniões, mediando as descobertas (ele tinha muitas ideias novas), e podia contribuir com a melhoria da cooperativa.

Acreditamos que cada um/a deles/as, nesse momento, estava identificado/a com João, desejando catalisar um processo de entendimento, encontrando o fio de Ariadne da linha de fuga. Alguns referem, a partir dessa identificação, estar com medo de que, no dia a dia, “esqueçam” esse aprendizado e esses objetivos. O cotidiano de tarefas é pesado e dificulta a reflexão e diálogo contínuos.

Aos poucos, o grupo pesquisador vai identificando os nós que atravancam a sua tão almejada “cooperação de alta intensidade”, verbalizando que o mais difícil é mudar, uma vez que percebem o que está errado. Mas podemos considerar que próprio processo de pesquisar, ativamente, é uma forma de superar o sofrimento ético político decorrente da identidade de catador/a (Miura; Sawaia, 2013). O sujeito antes desqualificado socialmente, com baixa autoestima, acaba se reciclando, como faz, cotidianamente, com o refugo da vida diária da cidade. O lixo vira “material reciclável”, vira “renda e dignidade”; e a pessoa do catador vira aquele que realiza essa alquimia, portanto, um alquimista da sua própria realidade social.

O sujeito se requalifica junto com o material que separa, enfarda e vende; torna-se, de potencialmente “repugnante”, porque vive no meio do lixo, uma espécie de “agente ambiental” (termo utilizado por eles durante os encontros) que transforma em renda e dignidade o próprio refugo, ao agir sobre ele. Agir e aprender, aprender a agir. A frase “precisamos aprender a...”, é uma constante nos grupos, que têm fome e sede de aprendizado e ação refletida (construção da práxis, numa linguagem marxista).

Se procurarmos no dicionário *online* de sinônimos (Sinônimos, 2014), encontraremos a seguinte entrada ao digitar a palavra “lixo”: “escória, gentalha, plebe, rale”. São palavras pejorativas cuja semântica aponta para o rebotalho da humanidade, para a desumanização contida nos processos de exclusão. Pessoas que sequer teriam direito a ter direitos, ou seja, desumanizadas. Pois os catadores e catadoras organizados que temos contatado nesse estudo recusam essa pecha, alquimistas que são. Transformam-na e transmutam-na em outro sentido:

o da valorização e orgulho de quem suporta nas costas, nos músculos de todo o corpo, na inteligência do cérebro e na potência da subjetividade a base da cadeia produtiva de reciclagem no Brasil. Por mais que vivenciem inúmeras dificuldades e precariedades, estão se movendo na direção de um futuro no qual interferem cada vez mais.

Referências

- BAREMBLITT, Gregorio. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. 5. ed. Belo Horizonte, Instituto Félix Guattari, 2002.
- BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, pp. 369-400.
- BOAL, Augusto. *O teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- _____. *O arco-íris do desejo: método Boal de Teatro e Terapia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. v. 23, n. 67, Junho 2008, pp. 101-118.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Criatividade e novas metodologias*. São Paulo.: Brasiliense, 1998.
- _____. *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- CABRAL, Sueli. Territórios insólitos: o lixo, o trabalho e seus guardiões. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.
- BRASIL. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 2010.
- CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo, Humanitas Publicações/ FFLCH-USP, 1998. 348 p.
- COSTA, Fernando Braga. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo, Globo, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille plateaux*. Paris, Minuit, 1980.
- DIAS, Sonia. Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE. Dissertação de mestrado, Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- EMES. *ICSEM Project*. Belgium, 2013. Disponível em: <<http://www.emes.net/what-we-do/research-projects/social-enterprise/icsem-project/>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

- FACEBOOK. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mncrrs/posts/982779178405658>>. Acesso em: 11 dez. 2014.
- FALS-BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues C. R. (Org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense, 1999, pp. 42-62.
- FISCHER, Nilton. O imaginário e o poético nas Ciências Sociais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 12, n. 25, 2006, pp. 293-296.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- GALBIATI, Adriana. *O gerenciamento integrado de resíduos sólidos e a reciclagem*. 2004, pp. 1-10. Disponível em: <<http://www.amda.org.br/objeto/arquivos/97.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- GAUTHIER, Jacques; FLEURI, Reinaldo; GRANDO, Beleni. (Orgs.). *Uma pesquisa sociopoética: o índio, o negro e o branco no imaginário de pesquisadores na área de educação*. Florianópolis, UFSC/NUP/CED, 2001.
- GAUTHIER, Jacques; SANTOS, Iraci. *A Sócio-poética: fundamentos teóricos, técnicas diferenciadas de pesquisa, vivência*. Rio de Janeiro, UERJ, DEPEXT, NAPE, 1996.
- GUATTARI, Félix. *CAOSMOSE: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003.
- IANNI, Octavio. Variações sobre arte e ciência. *Revista Tempo Social*. São Paulo, v. 16, n. 1, 2004, pp. 7-23.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- _____. *Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos*. Brasília, 2010. Disponível em: <goo.gl/tTVr>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 25, n. 71, 2011, pp. 135-158.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber*. Petrópolis, Vozes, 2008.
- LAPASSADE, Georges. *El analizador y el analista*. Barcelona, Gedisa, 1979.
- LIMA, Cristiano. Catadores de material reciclável em movimento: trajetória de uma identidade coletiva. In: *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina: trabalhadores (as) em movimento: constituição de um novo proletariado?* Londrina, 2008.
- LOURAU, René. *A análise institucional*. Petrópolis, Vozes, 1975.

- MARTINS, Clitia Helena Backx. Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, v. 80, 2008, pp. 5-10.
- _____. Justiça cognitiva. In: GAIGER, Luiz Inácio et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina, 2009, pp. 231-237.
- MIURA, P. Tornar-se catador: uma análise psicossocial. Dissertação de mestrado. Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- MIURA, Paula; SAWAIA, Bader. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. *Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 25, n. 2, 2013, pp. 331-341.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR. Nota pública sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://advivo.com.br/blog/grauninha/mnrc-nota-publica-sobre-a-politica-nacional-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 9 set. 2014.
- _____. *História do MNCR*. São Paulo, 2014a. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/sua-historia>>. Acesso em: 9 set. 2014.
- _____. São Paulo, 2014b. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento>. Acesso em: 7 out. 2014.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas. In: _____. *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo, Hucitec, Unesp, 1998, pp. 17-26.
- PAUGAM, Sergio. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo, EDUC Cortez, 2003.
- PETTIT, Sandra. *Sociopoética: potencializando a dimensão poética da pesquisa*. Fortaleza: UFC, 2008. Disponível em: <http://hbn.multimeios.ufc.br/moodlepg/file.php/1/selecao/2008/Sociopoetica_-_Sandra.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.
- PINHEL, Julio Ruffin. *Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis*. Rio de Janeiro, IPESA, 2013.
- PIZZIO, Alex. A economia solidária e a qualificação social dos trabalhadores empobrecidos. Dissertação de mestrado, Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.
- PUIGGRÓS, Adriana. *Saberes: reflexiones, experiencias e debates*. Buenos Aires, Gallerna, 2009.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina, 2009.
- _____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005, pp. 227-278.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- SALVADORI, M. Honneth, Axel. Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. *Revista Conjectura*. Porto Alegre, v. 1, n. 16, 2011, pp. 189-192.

- SANTOS, Boaventura de Souza. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, v. 65, Maio 2003, pp. 3-76.
- _____. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre as ciências” revisitado*. São Paulo, Cortez, 2004.
- _____. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. *Revista Direitos Humanos Brasília*, v. 2, 2009, pp. 10-18.
- _____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 2002.
- _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina, 2009.
- SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- SILVA, Rosemeire Barboza. O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. *Interthesis*. Florianópolis, v. 3. n. 2., 2006, pp. 1-40.
- SILVEIRA, Lia Carneiro et al. A sociopoética como dispositivo para produção de conhecimento. *Interface: Saúde, Educação, Comunicação*. Botucatu, v. 12, n. 27, 2008, pp. 873-881.
- SINÔNIMOS. *Sinônimo de lixo*. 2014. Disponível em: <<http://www.sinonimos.com.br/lixo/>>. Acesso em: 14 dez. 2014.
- VELLOSO, Marta. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 10, 2005, pp. 49-61.
- VERONESE, Marília; FERRARINI, Adriane. Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. *Revista Otra Economía*. São Leopoldo, v. 4, n. 7, 2011, pp. 131-152.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999, pp. 35-82.
- YÚDICE, George. *A convivência da cultura: uso da cultura na era global*. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

Recebido em: 17/09/2015

Aprovado em: 15/12/2015

Como citar este artigo:

VERONESE, Marília Verissimo. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 213-236.

Huw Beynon: uma sociologia pública do trabalho

Huw Beynon: a public sociologist of work

Fernando Ramalho Martins¹

Felipe Rangel²

Apresentação

Huw Beynon pode ser considerado um dos mais destacados sociólogos do trabalho do Reino Unido. Com uma longa carreira de pesquisas dedicadas principalmente ao estudo empírico do trabalho industrial, acumula reconhecimentos tanto no campo acadêmico como por meio da sua atuação política. Com passagem pelas universidades de Bristol, Southern Illinois, Durham, Manchester, Beynon se aposentou em 2010 pela Universidade de Cardiff, onde fundou e dirigiu o *Wales Institute of Social Economic Research Data and Methods* (WISERD). Em sua longa carreira, publicou mais de 20 livros, foi reconhecido com o título de *Doctor of Social Sciences* pela universidade de Manchester em 1999, eleito para a Academia de Ciências Sociais do Reino Unido em 2000 e congratulado em 2013 com o título de *Honorary Doctor of Letters*, pela Universidade de Durham. Foi de maneira muito disponível que Beynon aceitou conceder esta entrevista, realizada em sua residência, na cidade de Abergavenny, em 15 de junho de 2015. No decorrer dessa longa conversa, ele transita por sua vasta trajetória de pesquisas empíricas, recuperando as referências teóricas e políticas que influenciaram sua produção e

¹ Professor Assistente e Doutor pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – (UNESP) – Araraquara – Brasil – fernandomartins@fclar.unesp.br

² Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Membro do Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidades (GETM) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – feliperangelm@gmail.com

confrontando os contextos de suas pesquisas com observações pertinentes ao atual momento social e econômico. A partir desse movimento, Beynon aborda questões concernentes ao papel da sociologia e sua relação com públicos mais amplos; passando pelo debate sobre a interação do sociólogo com seu campo e os sujeitos de pesquisa; política e atuação sindical; consumo e trabalho; e as possibilidades e desafios para a sociologia do trabalho no contexto contemporâneo, no qual o trabalho continua sendo um elemento estruturante na vida das pessoas, mas convive com processos intensos de flexibilização que conferem um generalizado sentimento de insegurança nos trabalhadores.

Entrevista³

Você abriu o primeiro prefácio de *Trabalhando para Ford*⁴ com C. Wright Mills defendendo que a sociologia deveria ser capaz de deixar claro por que “hoje em dia, a maioria dos homens sente que sua [...] vida é uma série de armadilhas”. Naquela época você aventou a hipótese de que os sociólogos escreviam para os seus pares, produzindo sociologia para os sociólogos, “um absurdo que isola o autor dos objetos de sua obra”. Em sua opinião, a sociologia tem sido capaz de superar esse isolamento?

Eu escrevi isso um bom tempo atrás. Isso foi em 1972, eu acho, e esse era um tempo onde a sociologia estava se estabelecendo no Reino Unido. Antes de 1962 havia apenas três departamentos de sociologia no Reino Unido. Em 1968, eu fui para um departamento novo em Bristol. Havia a ideia da sociologia como uma nova disciplina dentro das universidades britânicas. Nós conversávamos bastante sobre a capacidade de os sociólogos oferecerem uma visão crítica de sociedade e uma visão crítica do senso comum e uma visão crítica dos grupos *desempoderados*. Naquele tempo, eu estava concomitantemente lecionando e realizando a pesquisa com os trabalhadores da Ford e sentia muito fortemente que se nós quiséssemos desenvolver a sociologia como uma disciplina com capacidade de ser crítica, fazia-se necessário o engajamento com as pessoas sobre as quais se estava escrevendo. Naquela época havia um artigo muito famoso, escrito nos Estados Unidos, que dizia que os sociólogos trabalhavam com as mãos para cima e com os olhos para baixo: eles tinham as mãos para cima visando os fundos e os olhos para baixo para a população. Então, em alguma medida, o que eu estava sugerindo era algo de alguma forma romântico, mas – e eu ainda acredito nisso – era dizer que os sociólogos deveriam ter uma relação muito mais direta com o mundo em que eles estavam... particularmente com as pessoas que eles estavam pesquisando. O que eu penso e o que eu sempre tento fazer é conversar com as pessoas sobre o que acontece em relação a elas. Isso é o que Michael Burawoy começou a chamar de

³ A entrevista foi realizada pessoalmente por Fernando Ramalho Martins, a partir de roteiro elaborado previamente.

⁴ BEYNON, Huw. *Trabalhando para Ford*: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

sociologia pública⁵, que é a ideia do engajamento com as pessoas. Ele referiu-se ao meu trabalho como uma “sociologia pública por baixo”. Ele defende que a sociologia pública é construída a partir de uma robusta estrutura teórica, que você poderia chamar de uma “sociologia profissional” ou de uma “sociologia profissionalizada”. E ele acredita que a sociologia pública pode ser construída a partir da sociologia profissional, e eu acho que é verdade, mas eu penso que ele subestima uma tensão existente entre o processo de profissionalização e o processo de engajamento público. Por exemplo, em relação a temas como ética; o modo como esse assunto tem sido desenvolvido como uma preocupação com as práticas das ciências sociais. Em *Trabalhando para Ford* eu nomeei todas as pessoas e alguém poderia dizer que isso é antiético, mas eu realmente disse a eles o que eu faria. Eles [os trabalhadores entrevistados] disseram-me que contariam para mim o que eles, de toda forma, diriam para a Ford. Então, eles estavam cientes. Eu acho que, de certo modo, esse processo de anonimidade é parte do processo de profissionalização. Às vezes, pode haver boas razões para isso, mas o modo como isso tem sido usado parece-me ser uma maneira de proteger a profissão em vez de proteger a pessoa que está sendo pesquisada. Recentemente, nós descobrimos que no Reino Unido as pessoas, em especial as pobres, estão se enchendo de serem pesquisadas. Elas dizem: “Você é o quinto que me faz essas perguntas sem que nada tenha mudado”. Então, se por um lado há um esforço por parte dos sociólogos para se engajar mais, como exemplificado pelo modo como a ideia de sociologia pública tem tomado conta da imaginação das pessoas, por outro, ainda há problemas. O estilo da escrita e a complexidade de uma linguagem altamente profissionalizada são dois problemas para se levar a sociologia para um público não sociológico. Quando eu citei Wright Mills, eu estava sendo crítico de seu famoso e excelente livro denominado *The Sociological Imagination*, no qual ele concentra-se no “caráter artesanal do trabalho intelectual” e, em alguma medida, isso faz parte do trabalho de um sociólogo. O que eu pensava, e ainda penso, era que precisávamos ir além desse trabalho artesanal, nós também precisamos de engajamento.

Na sua tentativa de lidar com o problema do isolamento entre o sociólogo e seu sujeito de pesquisa, você nos ofereceu um livro que nos revelou os trabalhadores e uma fábrica em seu contexto real. Você não tentou alterar as palavras dos trabalhadores para que parecessem mais formais ou “acadêmicas” e você evidenciou uma série de histórias de trabalho (como aquela sobre o rapaz que morreu no chão de fábrica e cujo corpo ficou estendido lá por um bom tempo, a fim de que a linha não parasse; ou então aquele outro que desenvolveu uma maneira especial de enganar a gerência para poder falar enquanto trabalhava, o que lhe trouxe um problema fisiológico com o passar dos anos). Como consequência

⁵ BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. *Revista de Ciências Sociais, Políticas & Trabalho*. João Pessoa, n. 25, 2006, pp. 9-50.

por ter *desfetichizado* as relações de trabalho, você recebeu uma série de críticas. Você acha que hoje a recepção de seu trabalho seria diferente? Para melhor ou pior? Quais foram as principais lições que você tirou após a produção desse livro? Os rapazes de Halewood teriam algo a nos dizer hoje?

Suponho que o modo como eu escrevi *Trabalhando para Ford* veio do sentimento de que era preciso mais engajamento entre os sociólogos e seus sujeitos de pesquisa, quando aqueles realizavam o trabalho de coleta de dados e análise do comportamento destes. Eu estava preocupado em não superteorizar isso. Embora o livro tenha uma certa estrutura teórica, esta não é evidente. E eu suponho que estava muito preocupado em desenvolver a ideia da experiência de trabalho como uma característica central do livro e da análise: como o trabalho era vivenciado e como as pessoas lidavam com isso; como as pessoas resistiam e organizavam a resistência; como elas entendiam o que estavam fazendo. Por isso, há no texto várias palavras que são as palavras das pessoas.

Eu fui treinado em uma vertente muito positivista, acho. Era muito envolvido com métodos quantitativos, mas eu também era muito interessado em etnografia. Fui treinado para analisar e categorizar as respostas, e então redigir com uma linguagem diferente. Eu sentia que isso era um dos problemas [da sociologia]. Então, em *Trabalhando para Ford* eu tentei encontrar um estilo de escrita que transmitisse a intensidade da fala dos homens ao relatarem suas experiências de trabalho na linha de produção. Dessa forma, em vez de citar alguém e categorizar seu comentário (dizendo: “o que foi dito aqui foi um exemplo de X ou Y”), eu tentei me engajar no discurso do sujeito e capturar a natureza da experiência de trabalho. Seria possível dizer que me permiti ser capturado por esta. Mas eu tinha que manter uma estrutura analítica, e suponho que eu tenha começado a ver as histórias ganhando seu lugar no livro. E você está certo, várias pessoas não gostaram disso. A empresa certamente não gostou disso. O livro foi publicado pela Penguin Books, em brochura, e se esgotou em nove meses. E muitas e muitas pessoas o leram. Eu tinha várias e várias cartas de trabalhadores de fábrica dizendo: “É exatamente assim que é!”. Mas o livro não havia sido vastamente avaliado em periódicos de sociologia; e, em muitos aspectos, não se tratava de uma narrativa ortodoxa... Mas com o passar do tempo ele se tornou mais influente. Ele foi selecionado como texto-base para um curso da *Open University Foundation* e muitas pessoas, conseqüentemente, o estudaram. Quando de sua segunda edição, em 1975, começou-se a escrever sobre o livro como sendo uma leitura “clássica” – eu me lembro de Stuart Hall introduzindo-o dessa maneira em uma palestra minha em Londres. Então, em certo sentido, o livro adentrou à sociologia e foi absorvido por ela. Certamente ele foi muito influente no desenvolvimento de um tipo diferente de sociologia do trabalho, uma que proporcionava um entendimento do mundo do trabalhador. Estudos desse tipo têm se tornado frequentes hoje em dia com os relatos de trabalho de *call centers* e dos armazéns da Amazon, realizados não só por sociólogos mas também por jornalistas. Mas eu acho que a ideia de

uma escrita embasada nas experiências cotidianas das pessoas em seus locais de trabalho é um elemento residual que ainda compõe a sociologia do trabalho.

De forma geral, a situação em Halewood hoje é muito diferente. A planta de transmissão é altamente automatizada, com grande uso de robôs. E é claro que a Ford assumiu a Jaguar e a Land Rover visando construir um novo tipo de prestígio, baseado em carros de alto valor na linha de montagem. A Ford, então, os vendeu para a Tata Steel e continua a produzir o Range Rover na planta PTA com um número muito menor de trabalhadores que em 1966. Surpreendentemente, a Ford não mais produz carros no Reino Unido. Hoje ela produz carros na Alemanha, Checoslováquia, Espanha e França. Embora a General Motors permaneça [no Reino Unido], todos os outros carros produzidos no Reino Unido derivam de plantas japonesas. Não há uma fábrica de carros britânica. A British Leyland desmoronou e, ao cabo, foi vendida para a Shanghai Motor Corporation.

Houve um encontro alguns anos atrás para discutirmos *Trabalhando para Ford*, para avaliarmos se ainda existe isso de trabalhar para Ford e como isso era visto. Parte da discussão foi sobre o movimento de resistência que eu descrevi no livro, e sobre como era possível mantê-lo em face da constante ameaça de a companhia mudar para outro local. Sindicalistas da GM disseram “nós temos a produção enxuta e temos que lidar com isso ou eles levarão a planta para a Alemanha”. Então, há o medo desse “voo corporativo” [*corporate flight*], da internacionalização de toda a companhia. Isso tem se tornado um fenômeno universal com trabalhadores da região do ABC vendo novas plantas e investimentos sendo alocadas longe de São Paulo, e indo para Recife, Bahia, Resende e por aí vai.

Isso foi o que aconteceu em Liverpool e na segunda edição do livro eu escrevi sobre as maneiras com que esta incerteza adentrou a força de trabalho, com a companhia efetivamente colando trabalhadores de diferentes plantas em competição uns com os outros.

Então, de várias maneiras, o livro foi um sucesso, eu acho. Talvez ele não esgotasse caso fosse publicado hoje. Certa vez, conversei com um editor e ele me disse que hoje provavelmente eles nem mesmo publicariam *Trabalhando para Ford* porque: quem estaria interessado em comprar um desses livros baseados nos pormenores do trabalho fabril?

Ele disse isso?!

Sim, ele disse. O editor da Sage disse que se alguém lhes trouxesse um livro como *Trabalhando para Ford*, hoje, eles não o publicariam porque não há mercado para ele. Isso reflete o fato de que o mercado editorial mudou e que, crescentemente, o mercado de livros de sociologia favorece os livros que podem ser usados para ensinar alunos, livros-texto de diferentes tipos, livros de metodologia e por aí vai. Eu acho que isso faz parte do processo de profissionalização e de vinculação da sociologia à academia e não às ruas e aos locais de trabalho. Talvez nos dias de hoje as pessoas possam fazer diferente por meio das publicações eletrônicas e dos *websites*.

Mas eu discordo dessa opinião. Ainda se trata de um ótimo livro para ser usado em sala de aula, quando eu uso esse livro, meus alunos o adoram, pois eles conseguem ter a ideia do que era trabalhar para a Ford, de que os trabalhadores muitas vezes não desejavam comprar carros da Ford mesmo com desconto, pois o carro os remetia às suas condições de trabalho. Eles gostam muito do livro.

Isso é interessante, porque eu sei que os administradores da Ford usaram o livro para treinamento dos supervisores nos anos de 1980, e que ele foi bastante influente em mudar a maneira como a companhia pensava sua “gestão”. Um dos meus amigos que lecionam em uma escola de negócios usa o livro com frequência e ele comentou sobre uma discussão muito interessante acerca de uma parte do livro onde um homem afirma sempre procurar deixar o trabalho melhor “para a próxima pessoa”. Os estudantes não entenderam por que isso seria verdade, porque isso vai de encontro a todas as teorias econômicas do autointeresse individual. Esse exemplo foi tomado como um bom exemplo de como um “interesse coletivo” pode ocorrer na vida diária. Quando você se vê no outro e o outro em você. E isso é muito difícil para pessoas que não tiveram tais experiências e não entendem o que é a consciência coletiva: que você concorda em fazer o que os outros querem, mesmo que você não queira. E tem se tornado mais difícil falar sobre isso atualmente, porque há uma grande tentativa de romper com isso; politicamente romper com os processos – material e ideologicamente – que criam esse tipo de consciência.

Em 1977, você e Theo Nichols tentaram novamente dar voz aos trabalhadores. Eu gostaria de ler uma notável parte de *Living with capitalism*⁶ e ouvir seu comentário sobre ela:

Há muito pouco ‘prazer’ para ser desfrutado em Riverside – e infelizmente, a falta de propósito que ‘surpreendeu’ a Grã-Bretanha não deve ser motivo de surpresa. Não se você considerar as vidas que estes homens levaram; as escolas que participaram; os postos de trabalho que eles tiveram acesso. Eles foram produzidos por uma existência sem propósito. A escolha de vida deles foi a ‘escolha’ de trabalhar em Riverside, ou em outro lugar como este, e se, por um lado, em Riverside eles conseguem ‘um pouco a mais’, por outro, as coisas estão estruturadas de tal forma que eles não têm voz nas decisões importantes sobre os propósitos finais. Estas são as próprias decisões que a gestão e os políticos não vão deixar, e não podemos deixar para eles. De fato, pois a ‘falta de propósito’ não é nenhuma surpresa. Não, se você pensar sobre essas coisas por um momento, e multiplicar por gerações (Nichols; Beynon, 1977: 201, tradução livre).

⁶ NICHOLS, Theo; BEYNON, Huw. *Living with capitalism*. Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd., 1977.

As coisas estão diferentes no Reino Unido? Os trabalhadores de Riverside e dos arredores têm tido uma vida com mais propósito e mais voz nas fábricas e na política? Ou o mencionado processo multiplicador persiste?

Bem, se eu tivesse que escolher eu diria que o processo persiste. Obviamente houve mudanças, e há muitos tipos diferentes de trabalho hoje; mas muitos desses processos persistem. Por exemplo, um rapaz que entrega comida passou aqui ontem e disse: “Eu não estaria aqui novamente se o meu gerente não tivesse me ordenado”. Então eu disse: “Por que isso?”, e ele respondeu: “Porque eu tenho muitos afastamentos”. E eu disse: “Bem, você não pode evitar ficar doente”, e ele respondeu: “Bem, essa não é a maneira que eles veem as coisas. Eles contarão todos os meus dias de afastamento e quando eu voltar eles irão me demitir”. Então eu disse: “Você deveria dizer a eles que eles deveriam lhe tratar com mais dignidade”. Ele, então, concluiu: “Não há dignidade em ser um trabalhador manual neste país”. Um outro rapaz que conheço possui um “contrato de zero horas” com uma agência de empregos e presta serviços para uma gigante do setor alimentício, a Unilever Best Foods. Ele trabalha no turno da noite, na linha de produção. Ele me confidenciou que aquilo é pior do que a situação que eu descrevi em *Trabalhando para Ford*. Eles são, de fato, tratados como números, porque não possuem um sindicato bem organizado. E ele me descreveu os serviços, o local e a repetitividade e a falta de sentido daquilo tudo, bem como o fato de ele não saber de uma semana para outra quando trabalhará, quantos turnos ou que serviço realizará. Atualmente, mais de um milhão de pessoas no Reino Unido trabalha sob “contrato de zero horas”. Portanto, certamente há exemplos de trabalho sem sentido.

O que mudou um pouco, eu suponho, é que aqueles dois livros que você mencionou referem-se a trabalhadores homens e, basicamente, da manufatura. Quando nós escrevemos *Living with Capitalism*, havia cerca de 5 milhões de postos de trabalho no setor manufatureiro, e hoje há menos de um milhão. Eu acredito que menos de 10% do PIB do Reino Unido vem da manufatura. Houve uma perda de 3 milhões de postos de trabalho durante os primeiros três anos do governo de Margaret Thatcher. Portanto, esses tipos de trabalho se foram. Eles foram substituídos por dois processos: primeiro, pelo aumento do trabalho no setor de serviço, e parcialmente por meio da terceirização; e, segundo, pelo aumento na proporção de mulheres na força de trabalho. Agora, a força de trabalho é quase equivalente em termos de gênero e em alguns lugares como aqui [País de Gales] há mais mulheres do que homens na força de trabalho. E há uma grande variedade de trabalhos associados ao emprego no serviço público.

Além disso, um número muito maior de pessoas possui nível universitário de educação, aqui no Reino Unido. Então, mais pessoas vão para a universidade. Mas aí você se dá conta de que, certamente, muitas destas, após um ano da sua graduação, estarão empregadas em trabalhos que não exigem graduação, e trabalharão na Tesco ou em *call centers*. Muitos, mas muitos deles, estão trabalhando em *call centers*. Muitos destes estão trabalhando em *call centers*

cujo processo de trabalho tem sido chamado de “linha de produção na cabeça”, assim que uma ligação termina outra se inicia.

Nos anos de 1970 (quando eu e Theo estávamos trabalhando juntos em Bristol) houve considerável discussão sobre as novas formas de reorganizar os trabalhos e os empregos. Algumas pessoas achavam que as novas tecnologias associadas às novas filosofias gerenciais pós-fordistas produziriam mudanças significativas e trariam mais sentido para a vida dos trabalhadores. Não é de todo claro se essas promessas foram cumpridas. Na verdade, para muitos, parece que o “sentido” de um trabalho advém da ameaça de perdê-lo. Foi nesse sentido que eu escrevi um capítulo adicional para a segunda edição de *Trabalhando para Ford* e o chamei como segue: “Faça o que lhe mandam: qual a estratégia para o trabalho?”

Então, se por um lado houve mudanças no trabalho, por outro, houve tanta continuidade quanto ruptura. Eu acho que ainda há algo naquela estrutura de análise que nos diz algo sobre como a classe é formada, por meio: dos pais; do lugar onde você nasce; das escolas que você frequenta; dos lugares onde trabalha e dos lugares onde vive. Estas continuam sendo fontes muito fortes de entendimentos de mundo. Particularmente quando são reforçadas por lugares comuns de trabalho ou estudo. É claro que há muita fragmentação, e talvez exista um enfraquecimento do senso geral de solidariedade da classe trabalhadora, mas (curiosamente) para os trabalhadores manuais não houve nenhuma melhoria no sentido deles sentirem-se no controle das suas atividades laborais ou de assuntos relevantes que afetam suas vidas.

Eu não estou certo de que isso se aplica apenas para os trabalhadores manuais. A percepção de “perda” no lugar de “ganho” de controle sobre sua vida laboral parece também afetar empregados de escritórios e os ditos profissionais – doutores e professores universitários! Na universidade nós costumávamos pensar que estávamos no controle de nossas aulas, de nossa pesquisa, bem como no modo como organizávamos os departamentos e por aí vai. Isso mudou drasticamente. Ainda há um certo grau de “liberdade acadêmica”, mas há muita regulação e monitoramento do que se faz; mudanças contratuais em relação a quem pode fazer propostas de pesquisa e em relação às pensões. Algumas pessoas têm escrito sobre a “proletarização” da academia!

Braverman teve um grande impacto na sociologia do trabalho, sobretudo no Reino Unido. Como você avalia as ideias deste autor à luz do mundo contemporâneo? Como consequência do trabalho de Braverman⁷, houve o desenvolvimento da *Labour Process Theory* especialmente no Reino Unido. Você tem tido contato com os autores dessa corrente? Quais são suas potencialidades e limitações?

Essa é uma questão difícil. Eu penso que o livro do Braverman foi um livro muito importante e interessante ao usar Marx para prover um entendimento detalhado do Taylorismo e de seu impacto sobre o trabalho no século XX. Eu estou lendo um

⁷ BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. Original de 1974.

livro sobre o modo em que a indústria de corte de diamante foi levada da Bélgica para a China e agora para a Índia. Eu estou lendo como eles mudaram o processo de trabalho para tê-lo executado por várias pessoas em vez de tê-lo executado por um trabalhador qualificado; e é como se isso tivesse saído das páginas do livro do Braverman: esse processo de extração do conhecimento, de desqualificação e da organização do trabalho. Portanto, foi um livro muito importante e ainda é muito importante nos dias de hoje, embora esteja um pouco fora de moda, porque, de um modo estranho, o Taylorismo foi substituído, no discurso acadêmico, pelo Fordismo; então veio o debate pós-fordista e o debate da desqualificação (que tinha se tornado um tanto quanto limitado talvez) se perdeu. Inquestionavelmente, trata-se de um livro importante e que obteve um impacto significativo abrindo espaço para a ideia de “processo de trabalho” e de mudança nos locais de trabalho como sendo áreas de análise teórica e empiricamente importantes. Michael Wood foi uma das figuras-chave nesse desenvolvimento e eu conversei com ele em uma conferência em São Paulo há 25 anos, quando discutíamos a desqualificação e ele era muito cético em relação a isso. Então, é claro, a *Labour Process Conference*⁸ foi criada e se tornou um eventual anual contínuo e de muito sucesso.

Há problemas, eu acho. Por exemplo, houve uma tendência em centrar as análises e os debates no conceito de “desqualificação” que se transformou numa espécie de lei universal, uma fórmula de pesquisa. Perderam-se de vista outras coisas, sabe? John Berger – o famoso crítico de arte, fotógrafo e historiador – escreve sobre problema relacionado ao fotógrafo que fica preso ao enquadramento da imagem, preso às lentes da câmera. Ele escreve sobre como o fato de você passear com o seu cachorro, enquanto este salta de cá pra lá e de lá pra cá, faz com que você olhe para além do enquadramento, oferecendo-lhe uma maneira mais ampla de ver as coisas. O *Trabalhando para Ford* contém a análise do processo de trabalho em si. A estrutura é de fato ampla, de forma a possibilitar a observação de uma série de outras coisas relacionadas à experiência de trabalho. É nessa direção que eu acho que o livro do Braverman foi muito importante, mas, na condução de análises de locais de trabalho [inspiradas nesse referencial], estas tenderam a ofertar narrativas descontextualizadas. Elas tornaram-se monocromáticas, se preferir.

Mas a *Labour Process Analysis* foi um passo importante e no Reino Unido foi desenvolvida de modo mais acentuado no contexto das escolas de negócio em vez de nos departamentos de sociologia. Isso ajudou a expor os locais de trabalho a análises críticas, mostrando que compreender o que acontecia nos locais de trabalho era importante para entender o tipo de sociedade em que vivemos.

Em um artigo sobre a grande depressão no Reino Unido você mostra como o “gradualismo” foi usado tanto pelo governo trabalhista (com MacDonald) quanto pelo governo conservador (com Baldwin), durante um momento de crise econômica. Corte de gastos públicos e

⁸ Vide: INTERNATIONAL LABOUR PROCESS CONFERENCE – ILPC. Berlin. Disponível em: <<http://www.ilpc.org.uk/>>. Acesso em: 03 out. 2015.

de benefícios foram as principais estratégias de recuperação econômica. Mencionando um romance de Raymond Williams [*Second Generation*]⁹, no qual este descreve o fluxo migratório de mineiros desempregados, você diz algo assim: “Essa mobilidade de trabalhadores estava alinhada a uma filosofia de mercado de um governo que priorizava o capital como um elemento-chave no processo de decisão política, e ao qual o mercado de trabalho precisava se ajustar” (p. 291)¹⁰. Isso me levou ao seguinte pensamento: “Espere um pouco, ele está realmente falando de um tempo passado?”. O que concretamente mudou e o que permaneceu em termos políticos para o trabalho e para as políticas trabalhistas deste então? Como o Partido Trabalhista (e outros similares) têm mudado em termos de sua abordagem política?

Esta é uma pergunta triste que você me faz. Eu estive em um encontro em Manchester há dois meses e houve uma longa discussão sobre o que aconteceria e alguém disse-me: “Eu li seu artigo sobre a década de 1930 e o que você disse lá me fez pensar que nós iremos ter um longo período de governo conservador novamente”. E eu disse: “Eu acho que provavelmente nós iremos”. Historiadores do trabalho afirmam haver um estranho problema eleitoral que é: se você estiver no controle quando as coisas desandam, as pessoas irão culpá-lo por isso. Em 1929 e em 2008 houve um governo trabalhista; e nos Estados Unidos em ambas as ocasiões houve um governo republicano. E foi bastante curioso. O homem que estava falando comigo disse que Roosevelt apenas foi capaz de pactuar o *New Deal* porque ele não havia sido “pego”, porque ele não havia produzido a depressão; e, dessa forma, ele pôde propor uma alternativa. Eu acho que há um processo político como esse ocorrendo. Todavia, há também a questão do Partido Trabalhista do Reino Unido e seu comprometimento com o que Ralph Miliband chama de “Socialismo Parlamentar”, uma abordagem gradualista que separa a representação parlamentar da luta diária dos trabalhadores.

E nesta última eleição, há uma série de coisas que vale a pena ser lembrada, e uma delas é que o líder trabalhista foi criticado por se posicionar muito à esquerda, quando, de fato, havia muito pouco em seu programa que seria considerado de esquerda há 20 anos. É uma espécie muito leve de social-democracia, com uma ideia de que você tem que controlar os preços que as empresas cobram pela energia, algo que com o advento do neoliberalismo tornou-se impensável. A segunda coisa é que, em toda a discussão da eleição, todas as coisas que conversamos, ou melhor, nenhuma das coisas que discutimos aqui hoje foram levantadas por nenhum partido político; os sindicatos foram mencionados uma vez, no entanto, tão logo os conservadores ganharam, eles anunciaram que restringiriam as regras

⁹ WILLIAMS, Raymond. *Second generation*. Londres, The Hogarth Press, 1988.

¹⁰ BEYNON, Huw. O paradoxo inglês. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). *A Grande Depressão: política e economia na década de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, pp. 277-304.

concernentes às eleições sindicais e aos piquetes. A ideia de internacionalização do trabalho, o tipo de emprego que as pessoas têm e o futuro do trabalho não chegaram nem perto da agenda. Assim, parece-me que os partidos tentam conduzir um pouco o conflito entre capital e trabalho, e com as regras que são regulamentadas por eles se estreitando cada vez mais quando há uma crise. E na crise estas precisam servir o capital.

Então, eu acho que você está certo em dizer: “espere um pouco!”. Eu acho que a situação atual é muito similar à dos anos de 1930 de várias maneiras. Eu tenho pensado que desde que eu escrevi aquele artigo houve uma série de similaridades. Assim como nos anos de 1930, o governo tem desferido ataques sobre a população pobre, que tem sido retratada como displicente, indigna e superdependente do Estado de bem-estar social, que (arbitrariamente) tem recebido cortes visando salvar a eles e a economia! Portanto, há grandes similaridades e este é caso em cada uma das Grandes Depressões em que o Partido Trabalhista não cuidou da classe trabalhadora.

Em 2011, quando você foi homenageado por suas contribuições para a sociologia do trabalho pela UFRJ, foi dito que sua primeira vinda ao Brasil ocorreu depois que E. P. Thompson teve seu visto negado pelo governo militar brasileiro. Você poderia confirmar esta história e comentar sobre a influência desse autor em seu trabalho?

Foi Michael Hall, eu acho. Eu não sabia disso até Michael mencionar. Eu conhecia Edward Thompson muito bem e por incrível que pareça o encontrei pela primeira vez nos Estados Unidos, quando estive com ele em Pittsburgh em 1974. Eu estava na Universidade de Illinois e ele na Universidade de Pittsburgh e nos tornamos amigos próximos após um tempo. Ele já era bastante influente quando eu o encontrei. *A Formação da Classe Operária Inglesa* foi certamente um livro brilhante, mas seu envolvimento em uma série de debates sobre teoria social e de classes foi muito importante. Seu engajamento com os estruturalistas franceses e com a interpretação da história inglesa da nova esquerda foram momentos muito importantes. Ele era um intelectual público engajado (não gostava muito da sociologia) e era envolvido com discussões teóricas num sentido político amplo, para além da academia. O que eu aprendi com ele foi sua ênfase na “experiência” e a ideia de que a “experiência” tem algo que os sociólogos podem usar como uma estrutura para entender a classe e seu devir. Você não pode construir uma descrição da classe sem incluir a experiência diária das pessoas. E ele fez isso basicamente por meio de documentos históricos. Ele escreveu que “a experiência salta das páginas”. O que difere para os sociólogos é o como você se engaja na experiência, isto é, nas experiências dos outros: como você se envolve com estes e como você se apossa dessa experiência. De alguma maneira, você tem que se envolver com ela, penso eu. E isso me conduz ao meu tema, isto é, a falar e estar com as pessoas.

Há um livro que foi muito influente para mim. Ele foi escrito por Alvin Gouldner, que assim procedeu. O livro, baseado em sua tese de doutorado, chama-se *Wildcat*

*Strike*¹¹ – na verdade o seu principal livro chamou-se *Patterns of Industrial Bureaucracy*¹². E ele escreve o livro com base em sua experiência em uma mina de gesso – onde ele se volta para a seguinte reflexão: como você pode se apossar da experiência? Ele afirma ter se convencido de que há pessoas que você não pode entrevistar antes de se tornar próximo a elas. Isso requer que você: esteja com elas, goste delas, fale com elas. Elas exigem que você responda suas questões e que sintam-se bem na sua companhia; e, sem isso, elas não falarão com você. Isso é dificilmente mencionado nos livros contemporâneos de metodologia de pesquisa. Essa é a maneira pela qual você obtém suas respostas e o resto. Se você aparece como uma pessoa externa, que vem para fazer questões, então elas não lhe responderão. Uma série de pessoas não o levará a sério. Então foi esse tipo de ideia que eu tomei de Edward Thompson. Era isso que estava em minha mente quando eu concebi o livro *Trabalhando para Ford*. Suas ideias também me ajudaram em minha pesquisa sobre o sindicalismo mineiro.

Quando ao fui ao Brasil pela primeira vez, tinha acabado de escrever *Masters and Servants*¹³ e no cerne desse livro há o fato de que em 1872, um século após o início da Revolução Industrial, os mineiros em Durhama ainda eram definidos legalmente como “trabalhadores servis” e não como trabalhadores assalariados livres. O ponto que defendemos nesse livro foi que as classes trabalhadoras são formadas de diferentes maneiras e que a classe trabalhadora inglesa – que foi vista a partir dos escritos de Marx como um “caso clássico” – possuía em seu bojo uma ocupação central (na verdade a maior ocupação) composta por trabalho não livre.

Isso foi visto como muito interessante no contexto brasileiro, onde havia uma ideia de que a classe trabalhadora brasileira não era uma classe trabalhadora pura, por possuir em seu âmago um grande número de “trabalho forçado” e de emprego informal. A abordagem relativista de Thompson – segundo a qual há mais de uma maneira de se formar a consciência de classe – pode ser desdobrada para a ideia de que há mais de um caminho para a formação de uma classe trabalhadora. Faz-se necessário tomar cuidado para que isso seja sustentado por alguma explicação estrutural, eu acho. Mas as ideias de que há diferentes maneiras de se formar a consciência de classe e de que há diferentes maneiras de se formar a classe trabalhadora são de fato centrais para o meu trabalho.

Então você concorda com a discussão de E. P. Thompson¹⁴ sobre classe, quando ele coloca essa categoria dentro de uma perspectiva histórica e relacional, correto? E o que é consciência de classe para você e qual a importância desse conceito para a sociologia do trabalho?

¹¹ GOLDNER, Alvin. *Wildcat strike*. Yellow Springs, Antioch Press, 1954.

¹² _____. *Patterns of industrial bureaucracy*. Glencoe, Free Press, 1954.

¹³ BEYNON, Huw; AUSTRIN, Terry. *Masters and servants: class and patronage in the making of a labour organisation*. Londres, Rivers Oram Press, 1994.

¹⁴ THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Bem, ele trabalhou a questão da consciência de classe e ele é muito claro sobre isso, mas também muito impreciso, às vezes. Eu lembro que ele estava indo para uma aula em Pittsburgh e perguntei: “Por que você está tão nervoso?”. Ele disse: “Bem, eu ainda não estou certo sobre isso, se eu realmente entendo acerca do que vou falar”. Essa imprecisão, eu acho, relaciona-se a sua maneira fluida pela qual ele veio a entender a classe social... e como é muito mais difícil explicar isso do que recorrer a uma abordagem que reduz classe a conjuntos de categorias de emprego!

Ele via “classe” como um processo, e pensava que as classes tinham que ser estudadas em relação umas às outras e ao longo do tempo. Essa foi a origem de seu desacordo com as abordagens sociológicas da estratificação social. Para ele, a sociologia “para a máquina do tempo”. Em sua visão, “consciência de classe”, ou qualquer forma de consciência, é algo que emerge a partir de relações que devem ser estudadas ao longo do tempo. Assim, em algumas partes isso se torna tão fluido que é muito difícil saber como proceder. Mas isso certamente me fez pensar que a sociologia – voltando para *Trabalhando para Ford* – precisava ter uma visão mais ampla. É por isso que o livro começa com Detroit e Dagenham e tenta situar esse tipo de relação entre a Ford Company e sua força de trabalho, ao longo do tempo, historicamente, e particularmente com o caso “Halewood”; e, com isso, transmitir a ideia de classes e relações [de classe]. Eu acredito que o conceito que foi produzido foi algo que eu chamei de “consciência de classe fabril”. Em certo sentido, é possível afirmar que isso se encaixa nas ideias de Thompson e as desenvolve, sobretudo na medida em que se evidencia uma *forma* de consciência de classe, um certo reconhecimento de ser o trabalhador, uma consciência de que “eles *nos* tratam como números”. Isso apareceu muito acentuadamente nos questionamentos à gerência, onde eles [os administradores] foram muito claros sobre o que pensavam no tocante às suas relações, apontadas como *conflitivas*.

Mas quando eu perguntava às pessoas sobre o que elas fariam, em relação a um novo tipo de sociedade ou para onde caminharíamos, havia uma militância que era, na verdade, fabril. Ela não levava a nenhum tipo de visão articulada de transformação. Na ausência de um partido hegemônico, o Partido Trabalhista não conduzia a nenhum tipo de ideia transformadora. E, de certo modo, isso se tornou o problema principal, porque quando eles se colocaram contra... quando esse tipo de organização militante colocou-se contra o fechamento e a realocação das fábricas para outros países, a política fabril, essa consciência de classe, não ofereceu a eles uma resposta. Eles [os militantes] podiam combater o chefe, mas eles não podiam combater o chefe quando este se mudava para algum outro canto do mundo. Eles não sabiam como impedir que este se mudasse levando o trabalho consigo. Se o chefe estivesse lá, eles lutariam, mas quando este decide ir para o exterior, isso se torna impossível. Assim, o movimento dos representantes sindicais, sobre o qual eu escrevi, não pôde lidar com as mudanças na estratégia corporativa, que foram subvencionadas pelo governo Thatcher no início dos anos de 1980.

Eles [os representantes sindicais] de fato desenvolveram comitês combinados de representantes sindicais que os ligavam a representantes de outras plantas

industriais ao redor da Europa e do mundo. Esses comitês tentaram combater essa mobilidade do capital. E hoje esse movimento pode ser visto como uma grande referência.

Todavia, a Ford e outras companhias de carro desenvolveram uma sofisticada resposta a eles: basicamente começaram a estimular uma disputa entre trabalhadores de fábricas diferentes, por meio da publicação de dados diários de produção. Então, os supervisores podiam dizer: “Veja, é melhor melhorarmos amanhã. Veja quanto eles produziram!”; ou “Eles não são tão bons quanto nós, nós produzimos muito mais e, portanto, a fábrica deles deveria ser fechada e não a nossa”. E isso tinha um impacto.

Há uma música de Bruce Springsteen sobre Johnny 99 que trata do fechamento da fábrica da Ford Mahwah em New Jersey. Naquela fábrica, quando os trabalhadores protestaram contra o seu fechamento, eles disseram: “Por que vocês estão nos fechando, por que não fecham Halewood?”. Eles sabiam que Halewood produzia menos carros. Então, em crises, essa estratégia da companhia ajudava a produzir divisões entre os trabalhadores e uma quebra da consciência de classe universal. Isso estava acontecendo quando eu escrevia *Trabalhando para Ford*. Desde seus primeiros dias em Halewood a companhia tentava organizar os trabalhadores uns contra os outros, tanto via pressão quanto via controle dos canais do capital internacional. Em Cologne a companhia empregava trabalhadores migrantes e eles diziam: “Isso é o que eles podem produzir, por que vocês produzem tão pouco?”. Os representantes sindicais passaram a se referir a isso como “a palmatória de Cologne”; uma medida de resultado advinda de plantas compostas por trabalhadores imigrantes, sendo usados para aumentar a taxa de exploração em toda a companhia.

Alguns autores defendem que vivemos um “capitalismo flexível”, no qual as pessoas nem mesmo têm tempo para formar um caráter por meio de seu trabalho e de suas relações de trabalho, no qual a terceirização tem segregado ainda mais os trabalhadores, no qual as pessoas tendem a se identificar mais como consumidores do que como trabalhadores. Você concorda com essa análise? Eu gostaria de saber sua opinião sobre as mudanças na nossa corrente na sociedade e como elas afetam o mundo dos trabalhadores. Como você prevê o futuro do sindicalismo?

Bem, embora exista uma série de verdades nessas explicações, eu não acho que tenhamos uma sociologia boa o suficiente em relação à atual situação do trabalho. Parcialmente, porque a sociologia, 30 anos atrás, foi capaz de produzir explicações baseadas em um certo número de grandes indústrias. Obviamente as indústrias predominantes eram as de carvão, de automóvel, químicas e por aí vai. Hoje o trabalho se tornou muito mais fragmentado. Portanto, nós precisamos, de certo modo, de um número maior de estudos e talvez haja muito mais dificuldade para se fazer isso, porque está cada vez mais difícil acessar os locais de trabalho para investigá-los. Nós precisamos desenvolver maneiras para se olhar para esses diferentes [trabalhos].

Por exemplo, uma das coisas que têm atraído a atenção pública no Reino Unido é o fato de que muitos e muitos jovens se embriagam durante as noites de sexta e sábado. E essa “cultura da farrá” tem sido registrada. Muitas e muitas festas de fim de semana... Nenhuma das explicações que eu li relaciona esse comportamento ao trabalho que estes jovens desempenham. Não sei, mas eu imagino que os rapazes e moças liberam sua energia após uma semana de trabalho sem sentido. E certamente houve grande aumento no consumo [de bebidas] e um grande declínio do sindicalismo. E, associado a isso, no Reino Unido houve um crescimento astronômico nos débitos pessoais. Como você pode notar, há a emergência de uma grande variedade de estilos de vida que têm por base o consumo em lugar do local de trabalho; mas o trabalho permanece significativo e muito do consumo é baseado no débito – mesmo após a crise de 2008, com a estagnação salarial, o débito pessoal cresceu. Raymond Williams quando escreveu sobre os anos de 1960 disse que uma das maiores preocupações sobre o futuro da classe trabalhadora inglesa era o problema com o débito.

Débito?

Sim, débito! Eu escrevi em *Trabalhando para Ford* sobre os representantes sindicais agindo como líderes. Eles falavam bastante sobre a importância de não se contrair dívida para compra de casa própria e da preferência de que suas mulheres não trabalhassem, porque eles tinham de ser isentos de débito e tão dependentes do salário da Ford quanto todos os outros trabalhadores. Assim, se houvesse uma greve eles estariam na mesma posição de seus colegas e não seriam vistos como pessoas que possuem outra fonte de renda. Essa era a única maneira que eles podiam liderar, mas agora isso não mais é verdade. E quando um trabalhador mineiro entrava em greve por um ano, a greve não se mantinha e o que de fato rompia esta – a despeito do fato de como permanecer em greve após um ano, que é um longo período de tempo... –, mas a coisa que começava a incomodar as pessoas era o atraso no pagamento do financiamento da casa própria e, conseqüentemente, a possibilidade de perdê-la. Dessa forma, consumismo, débito e a quebra do sindicalismo nos locais de trabalho são uma combinação estrutural de fatores, eu acho, que remontam à questão do propósito que você e meu amigo que trabalha na Unilever Best Food mencionaram. Ele diz que tudo que eles falam a você é: “continue fazendo as coisas e pense no dinheiro”, e o único propósito de estar lá são os bons salários. Então, há um senso de que, se esse é o caso, o trabalho tornou-se algo simplesmente instrumental, e, então, se a parte mais importante de sua vida é vivida fora do trabalho, todas as coisas que eu mencionei anteriormente – sobre a centralidade do trabalho e a necessidade de uma sociologia do trabalho ser construída a partir de uma ideia de sociedade – se perdem. Mas eu tenho dúvidas se isso é totalmente verdadeiro.

Nós realizamos um projeto, até que grande, e parte do que fizemos foi “reconstruir” a vida das pessoas. Nós pedimos a elas, e eram sexagenários, que falassem de seus momentos-chave. O que nós encontramos nesses relatos, e são depoimentos

completamente naturais e espontâneos, foram: as mudanças no trabalho, as mudanças de emprego e o fato de terem se tornado trabalhadores contratados. O local de trabalho desempenha um papel crítico na composição dos momentos que mudaram suas vidas – o trabalho e a família, na verdade. Essas foram as duas questões críticas que eles relataram. E isso você vai gostar, nós pedimos para as pessoas formarem círculos concêntricos e que falassem sobre quem era a pessoa mais próxima a elas para que as mapeássemos. Muitas pessoas perguntaram: “Eu posso colocar o meu cachorro aqui?”. E dissemos: “Sim, você pode colocar seu cachorro aí”. O cachorro ou o gato ficaram muito próximos às esposas ou aos maridos. Portanto, o papel do local de trabalho ainda é um elemento bastante crítico de uma vida, eu suponho. E eu penso que a sociologia do trabalho não tem sido desenvolvida de uma maneira que eu gostaria, nos oferecendo explicações de vida. Filmes fazem isso englobando esses elementos que você leu em *Living with Capitalism*. Você poderia pensar em escrever um relato: “Vivendo com o capitalismo flexível”, sobre pessoas em mais de um trabalho, sobre toda essa mescla de atividades e sobre o que acontece quando algo dá errado. Quem você chama para fazer as coisas, quem cuida do gato, do cachorro, ou da criança, do filho ou da filha, todo esse tipo de coisas, sabe? Pegar o filho na escola, particularmente quando você é divorciado ou separado. Dizer que [a vida] é fragmentada é uma coisa, mas mostrar como as pessoas vivenciam a fragmentação e constroem um senso de si nesse contexto é outra coisa. Eu acho que isso é algo que nós poderíamos investigar – como o trabalho afeta isso. Vejo isso como algo que nos imagino fazendo.

Sim, então há uma maneira em que tudo isso pode ser reunido na qualidade de um fim da classe e o fim do trabalho, mas eu diria que nós precisamos reposicionar classe e trabalho dentro dessa nova forma de capitalismo. E eu não sei por que nós ainda não o fizemos.

E o que Donald Roy de *Fear Stuff, Sweet Stuff and Evil Stuff*¹⁵ teria a nos dizer sobre o sindicalismo hoje?

Bem, ele escreveu esse artigo, como você sabe, baseado em suas experiências em campanhas sindicalistas na Carolina do Norte, EUA, nos anos de 1970. E ele disse, e disso eu me lembro, que quando ele viu o sucesso da “abordagem do bem” [*sweet stuff*] e da “abordagem da ameaça” [*fear stuff*] ele ficou surpreso com os motivos que justificavam uma “abordagem do mal” [*evil stuff*]. Mas eles ainda fazem isso.

O que eu diria sobre o sindicalismo e o movimento sindical hoje é que esses três elementos permanecem vivos. A “abordagem do bem” é a ideia de você fazer coisas legais de modo que os membros de uma organização não quererão se unir ao sindicato. E a “abordagem do medo” é aquela em que, se você reclamar, será

¹⁵ ROY, Donald. Repression and Incorporation: fear stuff, sweet stuff and evil stuff, management's defensiveness against unionism in the south. In: Nicholas, Theo (Org.). *Capital and labour: a marxist primer*. Glasgow, Fontana, 1980.

demitido. A “abordagem do mal” é o que aconteceu aqui, na greve dos mineiros de 1984, quando um policiamento feroz foi combinado com o uso de agentes provocadores e infiltrados nos sindicatos. Recentemente descobrimos que a Força Policial Metropolitana possui uma divisão chamada Divisão Especial de Documentação [*Special Documentation Squad*] que está envolvida no uso de oficiais de polícia disfarçados que se infiltram nos sindicatos e nos grupos de protesto, muitas vezes iniciando atividades militantes e ilegais. Houve um número de casos publicados, relacionados a grupos de protestos, em que esses oficiais, passando-se por ativistas, tiveram relação sexual com mulheres e tiveram filhos com elas, mesmo sendo policiais e casados. Em um encontro recente com um ex-funcionário dessa divisão, ficou-se sabendo que eles haviam se infiltrado em cinco sindicatos. Essa seria a “abordagem do mal” de Donald Roy, penso eu.

Mas, como eu disse, as outras abordagens têm obtido tamanho sucesso que alguém pode se perguntar por que se incomodar com isso, porque de um modo ou de outro o número de trabalhadores associados aos sindicatos, no Reino Unido, caiu de 75% para 28% da força de trabalho. Antigamente, quando você embarcava em um navio ou trem, ou mesmo fazendo compras, quase certamente você se deparava com alguém que havia sido sindicalista. Hoje em dia, os sindicalistas têm se tornado minoria, talvez uma espécie em extinção; e em grande número no setor público, que agora está sob esse enorme ataque. Esse declínio certamente está associado à desindustrialização: com a perda de quase três milhões de empregos no setor manufatureiro, muitos dos quais pertenciam a trabalhadores sindicalizados. A perda desse núcleo sindicalizado da força de trabalho teve um grande impacto. Mas, ao lado disso, há um ataque ideológico sobre o coletivismo e sobre a própria natureza do sindicalismo como uma força de oposição. Isso foi fomentado pelo Partido Conservador quando oposição e colocado em prática quando no governo, com mudanças dramáticas na situação legal dos sindicatos no país. Essas leis permaneceram inalteradas durante o governo da nova esquerda, com Blair e Brown, que aceitaram a mesma análise do fim do coletivismo e do sindicalismo.

É interessante notar que a Fundação Margaret Thatcher criou um acervo no Churchill College na Universidade de Cambridge que agora está digitalizado e contém correspondências e atas de reuniões que ocorreram nos anos de 1970 e 1980. Um comitê criado por eles na década de 1970, chamado “Stepping Stones”, é particularmente revelador de sua abordagem em relação ao sindicalismo. Isso foi sobretudo obra de um dos assessores da Senhora Thatcher e de um diretor sênior da Unilever (novamente). Eles defendiam, entre outras coisas, que um discurso tinha que ser elaborado visando enfraquecer os sindicatos por meio da separação dos líderes sindicais de seus membros. Uma parte disso visou mudanças nas regras eleitorais para cargos, nas votações para deliberar sobre greves e em outras ações. Mas, uma outra parte, dizia respeito ao modo no qual os líderes sindicais passaram a ser referidos. A agenda da “Stepping Stones” buscava descreditar as lideranças sindicais, divulgando seus estilos de vida e descrevendo-os, de modo pejorativo, como “chefes” e “barões” e por aí vai. Tudo isso sendo ventilado na mídia via contatos do Partido Conservador com a imprensa. Tudo isso porque o

comitê tinha ciência de que os líderes sindicais formavam o único grupo social que poderia organizar uma oposição aos seus planos para introduzir a revolução neoliberal. Por acreditarem em um outro tipo de economia esses líderes sindicais tinham que ser separados de seus afiliados. Em grande medida essa estratégia obteve sucesso.

Dessa forma, há um processo que contribui para a seguinte situação: desindustrialização e neoliberalismo juntos, tendo um sério efeito enfraquecedor [para o sindicalismo]. Ao mesmo tempo, há um processo de mudanças significativas na economia e na forma de emprego, o que tem causado dilemas e dificuldades para o recrutamento de sindicalizados, bem como no que tange às estratégias de organização [do movimento sindical]. O Reino Unido vê sua nova (e reduzida) base manufatureira sendo dominada por empresas estrangeiras – e não apenas da Europa ou dos Estados Unidos. A indústria de carros agora é dominada por japoneses com algum envolvimento de empresas indianas e chinesas. As empresas japonesas tendem a usar “abordagem do bem” como uma maneira de reduzir o nível de afiliação sindical, tentando fazer com que os trabalhadores se identifiquem com a empresa e não com o sindicato. Esse contexto de mudanças rápidas convida-nos a uma discussão ampliada da ideia de Michael Burawoy¹⁶ de “regimes de emprego”.

Diante disso, os sindicatos tentam mudar o foco. Dado que seu papel principal de “negociador” das condições econômicas da classe trabalhadora foi desafiado e severamente comprometido, eles passaram a focar na “organização”. Isso quer dizer “recrutamento”: sua principal preocupação passou a ser: estancar a hemorragia de afiliados. Em certa medida isso foi bem-sucedido e a queda íngreme da taxa de afiliação diminuiu. Hoje – especialmente quando estão lidando com os ampliados ataques ao setor público – eles se consideram organizações de “campanha”. O que é um empreendimento novo e interessante: levar o sindicato para além do local de trabalho e para as ruas para fazer campanha, não simplesmente por “empregos”, mas para os serviços que dependem desses empregos.

Trata-se apenas de uma associação temporária? É essa a ideia de campanha?

Fazer campanha em torno de assuntos que afetam seus membros. No setor público, quando eles fazem campanha em torno da ideia de empregos do setor público, deixam claro que se trata de empregos importantes, que o futuro do serviço público é um assunto importante. Em vez de apenas dizer: “nós queremos um aumento de 5%”, eles dizem: “nós queremos defender e fazer campanha para o setor público por melhores hospitais e escolas” e assim por diante. E eles também ligam seu discurso a assuntos que podem ser considerados como não sindicais, como campanha por moradia e outras coisas. Eles se veem como organizações de defesa dos pobres e marginalizados e dos trabalhadores em todos os aspectos de suas vidas.

¹⁶ BURAWOY, Michael. *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. Londres, Verso, 1990.

É claro que os sindicatos estão agora em uma posição muito mais frágil, mas eles ainda possuem recursos e mais de cinco milhões de membros. Portanto, ainda possuem força para um acerto de contas se assim o desejarem. Mas eles precisam resolver sua relação com o Partido Trabalhista. Hoje a maioria dos sindicatos ainda é afiliada ao Partido Trabalhista, mas um número considerável deles tem deixado esse partido, enquanto outros nunca se afiliaram – e há quem afirme que eles se encontram em melhor posição para apoiar a luta dos trabalhadores, por poderem apoiar qualquer partido que queiram. Podem apoiar os verdes ou os nacionalistas ou o que quer que seja.

Tudo menos o Partido Trabalhista?

Bem, muitos deles estão no Partido Trabalhista, certamente, mas a relação entre o partido e o sindicato tem se tornado tensa com pessoas de ambos os lados (do sindicato e do partido) dizendo que seria melhor para os dois se eles se separassem. Entretanto, isso não aconteceu ainda. Na perspectiva dos sindicatos o propósito da afiliação é alcançar um Governo Trabalhista que favoreça o trabalhador e favoreça os sindicatos. Mas a experiência do governo da nova esquerda enfraqueceu essa alegação, uma vez que muito pouco foi feito para fortalecer a posição dos sindicatos naquele período. Portanto, os sindicatos têm buscado obter mais controle das políticas partidárias, o que tem provocado um clamor: “Eles querem controlar o partido, eles querem controlar o partido!”. Para o qual os sindicatos respondem: “Sim, isso é verdade! Fomos nós que o criamos. É o nosso partido! Este é o partido trabalhista!”

Isso faz sentido?

Sim, e na verdade é uma tremenda ironia o fato de eles terem criado o Partido Trabalhista com o propósito de controlar o capital e para tê-lo como um partido para o trabalho e o que se tornou claro foi que ele não pode ser esse tipo de Partido do Trabalho.

Ele não pode?

Bem, o novo Partido Trabalhista esteve no governo por 13 anos e eles nada fizeram para alterar as leis sindicais introduzidas por Thatcher. Eu não consigo ver como eles podem afirmar se tratar de um partido do trabalho. E agora parece que temem dizer coisas positivas sobre os sindicatos ou sobre as pessoas que estão em greve. Temem que a imprensa se volte contra eles. Eles de fato temem isso! A situação aqui não é tão ruim quanto a do Brasil, mas é ruim o suficiente. Aqui a maioria da imprensa pertence ou a indivíduos privados reacionários ou a companhias privadas reacionárias. Portanto, a agenda subjacente é profundamente de direita. Nós ainda temos a BBC e eles temem sair muito da linha do governo, de todo modo a história que esta segue parece ser ditada pelos jornais. Dessa forma, basicamente, tem sido muito difícil para os sindicatos.

Você tem trabalhado com pesquisadores brasileiros como Marco Aurélio Santana, José Ricardo Ramalho, Leonardo Gomes Mello e Silva, Rodrigo Santos, entre outros. Você poderia contar como começou sua relação com o Brasil e o que você deixou e ganhou em sua ligação com essas pessoas? Quais foram os estudos mais importantes que você desenvolveu com seus colegas brasileiros?

Eu fui ao Brasil pela primeira vez em 1989. Havia me mudado de Durham para Manchester para ser professor titular daquela universidade junto com Teador Shanin, em 1987. Ele foi convidado a ir ao Museu Nacional, no Rio, para ficar alguns meses lá. Quando ele voltou, sugeriu que eu fizesse o mesmo. As visitas foram organizadas via Consulado Britânico e eu fui convidado por Moacir Palmeira a ir ao Museu Nacional. Ele era um bom rapaz e tinha organizado algumas aulas para mim no Museu Nacional e também na UFRJ, USP e Unicamp. Eu encontrei várias pessoas naquele verão, incluindo José Sérgio Leite Lopes e José Ricardo Ramalho, que estava para vir a Londres, para o Instituto Latino-Americano. Encontrei Chico de Oliveira pela primeira vez. E então, na Unicamp, encontrei Michael Hall e Ricardo Antunes, entre outros. Foi uma época muito prazerosa e o começo de um período de intensa interação. Pessoalmente, fui convidado a retornar para dar aulas na Unicamp – onde fui ciceroneado por Leôncio Martins Rodrigues – e no Instituto, no Rio, com meu amigo José Ricardo.

De modo geral, nós organizamos uma série de intercâmbios de funcionários entre a Universidade de Manchester e as universidades de Campinas (Unicamp), Rio de Janeiro (UFRJ) e de João Pessoa (UFPB). Havia também brasileiros cursando doutorado no Reino Unido e eu fui um dos examinadores de alguns deles – um deles sendo Maria Célia da USP, que tinha trabalhado com [Eric John Ernest] Hobsbawm, em Londres, sobre a questão do trabalho no Estado Novo. Assim, essas conexões e amizades foram sendo construídas e se sobrepuseram. José Ricardo passou um ano comigo na Universidade de Manchester, com seu filho Emiliano, e nós até assistimos ao futebol juntos. Leonardo Silva ficou um ano comigo em Cardiff. Ele encontrou Priscila lá e casaram-se no ano passado. Também se tornou um especialista em bares galeses. O CNPq proporcionava um esquema de “sanduíche”, em que os alunos passavam um ano no Reino Unido. Foi assim que eu pude trabalhar com Paulino Santos, Gino, Marcos e Rodrigo e alguns outros. E foi assim que eu o conheci.

Eu gostei muito do Brasil e das discussões que tivemos durante os anos de 1990, que foram bastante aprofundadas. Um dos temas discutidos, que eu já mencionei, era a ideia da formação da classe. Minha pesquisa nas minas britânicas no século XIX e as questões aventadas sobre os trabalhadores forçados, tendo uma consciência coletiva e uma conscientização, articulavam-se com as pesquisas históricas no Brasil... Michael Hall e seus estudantes Gino Negro e Paulino Santos estavam investigando o impacto dos imigrantes que iam do Nordeste para São Paulo e que construíram uma nova classe trabalhadora na região. Naquela época, os arquivos referentes aos militares estavam sendo abertos e havia muito da “abordagem do

mal” lá. Havia trabalhadores espíões relatando o que os trabalhadores faziam em suas ocupações – eles eram carpinteiros – e eles de fato possuíam um senso de trabalho, de exploração e de coletivismo. Portanto, essas discussões foram muito excitantes.

Naquela época, eu havia escrito o livro *Masters and Servents* sobre o sindicalismo. José Sérgio certamente já tinha escrito seu enorme livro sobre o paternalismo nas fábricas têxteis do Recife, que tratava da maneira como o paternalismo afetou as relações e a consciência de classe. Quando José Sérgio e Moacir vieram a Manchester, como parte do esquema de intercâmbio, nós visitamos um museu que ficava num velho moinho de algodão, no sul da cidade, um lugar chamado *Style*. Ambos notaram as similaridades deste com os moinhos que eles haviam visitado no Nordeste do Brasil. Portanto, Reino Unido e Brasil continuavam ligados de uma outra forma. Michael Hall falou como as nossas sessões de Campinas aproximavam nossos pensamentos sobre a história política do trabalhismo britânico e do trabalhismo brasileiro por meio de comparações que nós realizamos entre o PT e o Partido Trabalhista Britânico.

Um outro assunto de nossas conversas referia-se às estratégias do capital e particularmente à capacidade das firmas multinacionais de se tornarem móveis e operarem em diversos lugares, rompendo seus laços com o Estado para competir umas com as outras por trabalho via diferentes tipos de arranjos financeiros. Em relação à Britânia nós olhamos para a capacidade de o capital se trasladar, e isso ligava-se às teorias da globalização num tempo onde o Brasil estava abrindo suas portas para essas firmas. Um exemplo disso ocorreu em Resende, onde a Volkswagen abriu uma nova fábrica. Durante minha estada no Rio, eu havia visitado a fábrica de Resende algumas vezes, uma com um estudante alemão, Tomke Taske, que me conseguiu uma visita aos metalúrgicos de lá, que se tornaram gêmeos idênticos dos metalúrgicos que trabalharam em Ebbw Vale, uma cidade do sul do País de Gales, onde eu cresci e onde trabalhei, por um curto período de tempo e antes de entrar na universidade, na fundição e na parte de metalurgia da fábrica.

A fábrica de Resende era idêntica, possuindo exatamente os mesmos processos, de cabo a rabo. Era como se eles tivessem pego a planta de Ebbw Vale e colocado em Resende. Portanto, no setor têxtil e metalúrgico nós vimos essas transferências e paralelos. E Resende (beneficiada por incentivos fiscais) tornou-se um polo industrial com novas fábricas automobilísticas alocadas lá em vez de no ABC paulista. Eu estive na fábrica da Volkswagen com José Ricardo e nós ficamos intrigados ao descobrir que a companhia estava usando o local para experimentar uma nova maneira de organizar a linha de montagens das vans, tendo por base a “modularização”. Isso envolvia a subcontratação de firmas, que se responsabilizavam pela contratação do trabalho e pela instalação de seus equipamentos na van, na linha de montagem. Assim, nenhum dos trabalhadores de Resende era empregado da Volkswagen¹⁷. Esta simplesmente tinha a estrutura predial e a marca das vans.

¹⁷ Vide: ABREY, Alice; BEYNON, Huw; RAMALHO, José Ricardo. The dream factory: VW's modular production system in Resende, Brazil. *Work, Employment & Society*. Londres, v. 14, n. 2, 2000, pp. 265-282.

Ela era também responsável pelas negociações presenciais com os sindicatos. Portanto, aqui tínhamos o exemplo de uma companhia automobilística estabelecida com uma marca claramente identificável reduzindo seu envolvimento direto no processo produtivo. Ford, à época, estava ganhando mais dinheiro com o arrendamento de carros do que com a produção destes. E isso sugere uma mudança no sistema produtivo com as companhias fazendo uso de localidades distantes da Europa e América para esses tipos de locais experimentais. Isso foi antes de 2008 e do grande colapso, quando as companhias estado-unidenses em particular precisaram ser socorridas.

Na minha primeira visita ao Brasil, visitei as fábricas do ABC com Gino e em outra ocasião conversei com uma liderança da CUT da fábrica da Ford de lá, com José Ricardo. Quando nós nos introduzimos ele me contou que ele esteve em Liverpool e conhecia pessoas da fábrica de Halewood que eu também conhecia. O comitê unificado dos representantes dos trabalhadores tinha organizado um encontro de representantes de todas as plantas da Ford do mundo, que ocorreu em Liverpool. Eles tinham estudantes envolvidos que realizavam a tradução simultânea, e por aí vai. E (como eu disse anteriormente) esse foi o ponto áureo da organização de base na indústria de carros, nos anos de 1970...

Impressionante! Eu não sabia disso

Foi surpreendente iniciar uma conversação em que ele disse “quem você conhece da Ford?” e eu contei a ele. Assim eu ganhei crédito porque conhecia as pessoas certas, as pessoas de Liverpool que ele conhecia. E ele também conhecia partes da cidade de Liverpool. Dessa forma, estávamos em São Paulo conversando sobre Liverpool, sobre onde eu vivi e por aí vai. O encontro deixou uma boa impressão sobre ele e era possível ver na maneira como falava que o encontro com outros trabalhadores da Ford simplificava as coisas para eles, no sentido de todos compreenderem os problemas envolvidos em se trabalhar para a companhia. Portanto, eu acho que é incrível – talvez você possa até mesmo ver nisso um potencial, o começo de um movimento de classe global. Todos pertenciam formalmente à organização, mas eles se encontravam, como uma organização, para combater a companhia.

Interessante!

Isso foi nos anos de 1980! E, em alguma medida, isso se foi. E agora que a globalização se tornou mais desenvolvida nós precisamos mais do que nunca desses tipos de organização para preencher as lacunas, para ligar os pontos.

Recebido em: 14/10/2015

Aceito em: 20/11/2015

Como citar este artigo:

MARTINS, Fernando Ramalho; RANGEL, Felipe. Huw Beynon: uma sociologia pública do trabalho. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 237-258.

Conservadorismo e atualidade

Sidnei Ferreira de Vares¹

Resenha do livro:

COUTINHO, J. P. *As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários*. 1. ed. São Paulo, Três Estrelas, 2014. p. 127.

João Pereira Coutinho é formado em História pela Universidade do Porto, doutor em Teoria e Ciência Política pela Universidade Católica Portuguesa, na qual atua como professor convidado. Entre suas publicações destacam-se *Jaime e outros bichos* e *Avenida Paulista* (2007). Iniciou mais tarde uma carreira na área jornalística como colunista d'*O Independente* (1998-2003), da revista *Atlântico* e do jornal *Expresso* (2004-2009). Atualmente é colaborador do *Correio da Manhã* e da *Folha de S. Paulo* (Brasil).

Seu livro *As ideias conservadoras – explicadas a revolucionários e reacionários* constitui um ensaio sobre o tema do conservadorismo, conquanto alguns temas secundários – a exemplo do pensamento reacionário e revolucionário – também estejam incorporados à sua análise. O texto divide-se em seis partes ou capítulos, além, é claro, da introdução, da conclusão e das referências bibliográficas, acrescido das notas (inseridas ao final do texto) e de um índice remissivo.

Logo na “Introdução” (Quattordici: uma introdução), o autor português atenta para o equívoco que é pensar o conservadorismo como uma ideologia unívoca. O que existe são “conservadorismos”, no plural, visto que a ideologia conservadora se expressou diferentemente no tempo e no espaço. Aproveita para enfatizar que a análise empreendida tem como base o pensamento conservador moderno, em especial a obra do pensador irlandês Edmund Burke, com a qual demonstra afinidade, já que a obra do parlamentar britânico foi objeto de pesquisa de seu doutoramento. Isso, porém, não invalida as diversas menções e os diálogos feitos com outros autores identificados com o pensamento conservador antigo, moderno e contemporâneo. É também na introdução que Coutinho estabelece uma

¹ Centro Universitário Assunção (UNIFAI) – São Paulo – Brasil – vares@usp.br

diferenciação importante: aquela entre “pensamento conservador” e o “pensamento reacionário”. Esse é um passo fundamental para as pretensões de Coutinho, pois, à medida que o reacionarismo desponta como uma ideologia que visa restaurar o passado, espécie de estado de perfeição perdido, o conservadorismo apresenta-se como uma ideologia que atua sempre em relação ao presente, ao possível e ao real. Coutinho situa historicamente o conservadorismo moderno em oposição à Revolução Francesa de 1789. Por isso, em sua visão, o conservadorismo se define por seu caráter reativo, antirrevolucionário e antiutópico.

No primeiro capítulo, “A ideologia conservadora”, Coutinho procura demonstrar que o conservadorismo, contrariamente ao que pensam alguns de seus representantes, não é um mero temperamento, instinto, inclinação ou disposição pessoal, mas, antes, uma ideologia. Claro, enquanto ideologia, o conservadorismo possui algumas características: ele é “reativo” e “posicional”. Reativo, pois o agente conservador só se manifesta quando os valores e as instituições que ele julga dignas de conservação estão em risco. Posicional, pois se caracteriza por uma tomada de posição frente àquelas ideologias que defendem soluções utópicas, que apontam tanto para um passado glorioso quanto para um futuro incerto. Destarte, trata-se de uma “ideologia de emergência” que, segundo o autor, emerge todas as vezes em que os “fundamentos institucionais da sociedade” são ameaçados por algum tipo de ação radical. Sendo assim, o agente conservador não partilha nem da “felicidade utópica” típica da atitude revolucionária nem das concepções retroativas contidas no pensamento reacionário. Em termos políticos, os conservadores atuam sempre a partir do presente, tentando preservá-lo de transformações abruptas e violentas. Conquanto admitam as mudanças, essas são sempre calculadas, adquirindo uma roupagem reformista, mas nunca revolucionária.

No segundo capítulo, “Imperfeição humana”, Coutinho, baseado numa ampla bibliografia conservadora, empreende uma crítica àquilo que considera ser uma das características das ideologias rivais (reacionárias e revolucionárias), a noção de perfeição humana. Distanciando-se da análise teológica, embora em consonância com seu conteúdo, o autor argumenta que os homens são intelectualmente imperfeitos e, sendo assim, é um erro acreditar que o presente pode ser substituído, seja por uma época de ouro ida (como defendem os reacionários), seja por um futuro hipoteticamente superior (como querem os revolucionários). Critica assim a crença, consolidada durante a Revolução Francesa, de que é possível modificar a realidade através da razão, o que considera uma posição arrogante e quimérica, visto que entre a idealização e a concretização repousa o imponderável. Nesse sentido, o conservador teria a vantagem da prudência e da humildade frente ao presente, à realidade, na medida em que suas ações são sempre guiadas pela consciência de sua imperfeição epistemológica e política.

No terceiro capítulo, “O sentido da realidade”, o autor retoma a ideia de que o conservadorismo é uma ideologia posicional e reativa para, logo em seguida, reforçar a tese de que a realidade não é um espaço para aventureiros. Argumenta que o pensamento conservador, ao longo do tempo, mostrou-se válido devido

ao fato de seus representantes admitirem a circunstância como um elemento crucial para a política. Destarte, em termos morais e políticos, os conservadores refutam qualquer elemento universal. As possibilidades da ação ficam assim circunscritas à realidade. Por conseguinte, o estadista conservador tende a ser maleável, pois a realidade é plural e cada circunstância convida a uma resposta particular. Isso não significa, entretanto, que os conservadores guiem-se apenas pelo sabor do momento. Sem linhas morais mínimas, o que o Coutinho denomina de “valores primários”, nenhuma sociedade civilizada seria possível. “História”, “tradição”, “cultura” e “preconceito” são, arremata o autor, “esses quatro cavaleiros do apocalipse progressista”, sem os quais a conduta política conservadora e racional não seria possível.

O quarto capítulo, “Os testes do tempo”, talvez seja a parte mais importante deste trabalho, pois é aqui que Coutinho desmistifica a visão caricatural que recai sobre o pensamento conservador, a saber, aquela que entende o conservador como alguém arraigado às tradições e às instituições vigentes, e, por isso, incapaz de aceitar quaisquer mudanças. Para justificar sua posição, o autor enfatiza que as tradições ensinam o conservador a preservar, tanto em termos institucionais quanto em termos morais, aquilo que considera importante para a vida social. Em nenhum momento, porém, Coutinho se pergunta se a conservação de determinados valores e instituições – ainda que atestados pela história – é de fato justa, se beneficia ou não todos os grupos. Tem-se assim a impressão de que o simples fato de uma situação perdurar no tempo é suficiente para sustentá-la eticamente. Não custa lembrar que a escravidão foi uma prática que sobreviveu por séculos e que nem por isso era justa. O ponto alto do capítulo, todavia, repousa na perspectiva naturalista e evolucionista por ele adotada, segundo a qual a sociedade não dá saltos e que, por isso, qualquer transformação abrupta tende a romper com a ordem natural dos fatos. As tradições, desse ponto de vista, são pedagógicas e formativas, e exatamente por tais características, só podem ser reformadas, mas nunca radicalmente substituídas. Daí o autor defender o preconceito (os conceitos que precedem o surgimento de outros). Trata-se, pois, de entender as mudanças dentro de um escopo reformista, isto é, tuteladas pelo passado e pelo presente – configurando uma posição eminentemente evolucionária de história.

No quinto capítulo, “A reforma prudente”, Coutinho procura desconstruir a imagem do conservador como um imobilista, fatalista e pessimista. Segundo o cientista político português, esses adjetivos são por demais caricatos. Com vistas a defender sua posição, argumenta que o conservador, no que se refere à mudança, é um homem prudente, realista e pouco afeito aos riscos inerentes ao pensamento utópico. Para justificar sua posição, Coutinho procura desconstruir o cerne das críticas dirigidas ao pensamento conservador. Analisa, detidamente, as obras de dois opositores contemporâneos, Albert Hirschman (*A Retórica da Reação*) e Corey Robin (*Mente Reacionária*), com o objetivo de superar as críticas mais comuns em relação ao conservadorismo, a saber: (a) a de que, para os conservadores, toda ação revolucionária ou reformista necessariamente culminará em seu contrário;

(b) a de que a mudança, na perspectiva conservadora, é sempre paliativa e superficial; (c) a de que toda mudança para o conservador põe em risco as instituições e os valores instituídos. Assentado nas obras de Noël O'Sullivan e Benjamin Disraeli, dois importantes representantes do pensamento conservador contemporâneo, Coutinho defende que o conservador não é contrário a mudanças, porém estas sempre são feitas por referências (e em deferência) às maneiras, aos costumes, às leis e às tradições.

No sexto e último capítulo, “A sociedade comercial”, Coutinho resgata alguns pressupostos do pensamento liberal, em especial aqueles presentes na obra de Adam Smith, visando superar as difíceis relações entre o conservadorismo e o capitalismo. Geralmente, atribui-se à esquerda as únicas críticas dirigidas ao livre mercado, entendido como corruptor da ordem social. Contudo, observa o autor, “[...] é possível escrever um longo manual anticapitalista só com autores conservadores e suas proclamações contra a sociedade comercial [...]” (Coutinho, 2014: 81). Assim, para uma parte substancial do pensamento conservador, a “sociedade comercial”, ao reduzir as relações pessoais a critérios puramente econômicos, sem levar em consideração os aspectos mais nobres das relações humanas, mostra as feições mais desumanas e corruptoras do ser humano. Ademais, o livre-comércio também

[...] cria tensões e disrupções na sociedade tradicional, acarretando permanentes mudanças que colocam em risco princípios ou instituições que, apesar de terem sobrevivido aos testes do tempo, podem não resistir às destruições criativas de que a sociedade comercial é tão pródiga [...] (Coutinho, 2014: 82).

Essa, porém, não é uma posição assumida por todos os conservadores. Existem aqueles que, desde Burke, defendem que a “sociedade comercial” constitui um “sistema de liberdade natural” e que a atividade comercial, a permuta ou troca de uma coisa pela outra, “tem como objetivo fazer com que os indivíduos possam melhorar a sua condição”. E, continua o autor,

[...] o conservadorismo, portanto, deve começar por respeitar a natureza dos homens. E isso significa observar a vontade destes em participar num sistema em que são as escolhas naturais e livres dos indivíduos, e não a imposição autoritária de um padrão único de preferências ou comportamentos, que devem ser soberanas [...] (Coutinho, 2014: 87).

Para garantir que essas relações se deem de modo justo e eficaz, Coutinho, ancorado em Adam Smith e assumindo como modelo de gestão da ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher, aponta o Estado como uma instituição fundamental, pois só ele pode garantir a defesa da paz e da ordem e a defesa da propriedade privada.

Na “Conclusão” (Conservadores ou monomaníacos: uma conclusão), Coutinho retoma as principais ideias exploradas no decorrer do trabalho. Enfatiza que o conservador longe de ser imobilista, reacionário, autoritário, fascista, é, pelo contrário, contra qualquer tipo de solução violenta. Disso decorre a principal

diferença entre o conservador e o revolucionário, pois, enquanto este se assenta no “princípio de preguiça”, já que ao invés de estudar e reformar o que é real opta por atalhos violentos, aquele se assenta no reconhecimento da falibilidade humana e, por suposto, empreende, em matéria de política, ações moderadas e prudentes, mas nunca guiadas por utopias. Em suma, afirma o autor, o conservador político acredita que “[...] o imperativo da continuidade é mais importante do que a promessa de que algo irá triunfar [...]” (Coutinho, 2014: 104).

A análise de Coutinho peca pela superficialidade. Em primeiro lugar, o autor é incapaz de notar que a violência não é um fenômeno exclusivo dos revolucionários. Ela está disseminada histórica e socialmente, de modo que mesmo os conservadores, por ele descrito como arautos dos valores humanos, também reproduzem práticas violentas (sejam estas físicas ou simbólicas). Em segundo lugar, o autor trata os “revolucionários” como um bloco unívoco, sem fazer uma distinção mais clara (tal como reivindica quando distingue “conservadores” e “reacionários”) entre anarquistas, comunistas e socialistas, como se o fato de todos eles desejarem mudar a sociedade fosse suficiente para colocá-los numa mesma rubrica. Em terceiro lugar, a perspectiva socioevolucionária e naturalista empregada pelo autor, que encara as permanências políticas e morais como resultantes de uma espécie de “teste dos tempos”, tende a invalidar as fórmulas muitas vezes coercivas que asseguram essa perpetuação. Em quarto lugar, ao contrário do que pensa o autor, as revoluções não atravessam a história como os relâmpagos atravessam o céu numa tempestade. As ideias revolucionárias só adquirem sentido numa realidade social deteriorada, injusta, desigual, do contrário jamais seriam absorvidas. Nesse sentido, os processos revolucionários, longe de constituírem soluções precipitadas, partem sempre da realidade imediata, geralmente opressora e violenta. A Revolução Francesa, para mantermo-nos fiéis ao exemplo de Coutinho, não pode ser entendida sem que se considere o contexto social responsável por oprimir a maior parte da população francesa (tanto nos campos quanto nas cidades) às vésperas de 1789. Destarte, as revoluções são quase sempre o cume de longos e insustentáveis processos de espoliação e não uma solução irresponsável como quer Coutinho. Se toda revolução é radical, isso se deve ao fato de que a fome, a ausência de liberdade e a existência de privilégios exigem respostas urgentes e não meras soluções paliativas. Aliás, se algo passou pelo “teste dos tempos” foi o caráter revolucionário do ser humano, que nunca se curvou diante das injustiças e desmandos de alguns grupos privilegiados. Em quinto lugar, o autor vê a sociedade como uma espécie de força autônoma, capaz de influir nos rumos tanto dos indivíduos quanto das instituições. Não por acaso, emprega com frequência expressões como “teste dos tempos”, “evolução social” ou “contrato entre vivos e mortos” para se referir à capacidade de permanência das tradições, valores e instituições. Há uma deificação completa da sociedade e, consequentemente, o indivíduo é visto como um ser passivo, destituído de sua dimensão histórica. Nesse ponto, em especial, o autor está em franca oposição à concepção marxista de que são os homens fazem história, ainda que não tenham consciência disso. Por último, falta-lhe uma visão mais esclarecedora a respeito do

Estado, tomado como uma instituição ética, prudente e neutra, capaz de atender as diferentes demandas políticas e sociais. Coutinho simplesmente desconsidera o fato de que, numa sociedade como a capitalista, onde predomina a luta de classes, os interesses políticos da burguesia e do proletariado são inconciliáveis. Em outros termos, não há a possibilidade de consensos políticos absolutos, uma vez que o grupo que controla o Estado visa sempre atender os seus próprios interesses. Em decorrência da lógica da dominação e das relações de poder (elementos que o autor negligencia completamente), as divergências podem alcançar tal nível de tensão que só pelo uso da força e da violência (seja por parte dos dominadores, seja por parte dos dominados) é possível diminuí-las ou superá-las. Grosso modo, Coutinho dispensa ao conceito de utopia um olhar impreciso, até mesmo superficial. Talvez a leitura do livro de Teixeira Coelho, *O que é utopia*, pudesse ampliar sua visão acerca do papel concreto, e não abstrato, das utopias no plano político.

Referências

BRITO, Ênio da Costa. A cultura como desafio. *Revista Lumen*. São Paulo, v. 6, n. 13, 2000, p. 113-124.

COELHO, Teixeira. *O que é utopia*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

GOERGEN, Pedro. *Pós-modernidade, ética e educação*. Campinas, Autores Associados, 2001.

Recebido em: 06/05/2014

Aceito em: 10/01/2015

Como citar esta resenha:

VARES, Sidnei Ferreira de. Conservadorismo e atualidade. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 259-264.

Normas para o envio de originais:

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) e abstract, palavras-chave (no máximo cinco) e título, ambos em português e inglês. Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês - A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a pesquisador(a)/ professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional - Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil - xxxxx@ufscar.br

Indicação do Financiamento da Pesquisa - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Notas de Rodapé - Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas - As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders- Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da «fina flor da mocidade brasileira». Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Procedimentos de Avaliação:

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, o qual encaminha as peças para consultores *ad hoc*. Quando há pareceres contraditórios o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Não são aceitos trabalhos já publicados, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo dos trabalhos assinados é da exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, assim como a seleção de descritores (palavras-chave).

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão e Diagramação:

editora  **cubo**
soluções para o universo acadêmico
www.editoracubo.com.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial

www.diagramaeditorial.com.br